



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



DANIELA ARAUJO VIRGENS

**A EXPERIÊNCIA DE SER MIGRANTE
EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO:
PELAS FRONTEIRAS DA GEOGRAFICIDADE**

Salvador
2022

DANIELA ARAUJO VIRGENS

**A EXPERIÊNCIA DE SER MIGRANTE
EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO:
PELAS FRONTEIRAS DA GEOGRAFICIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências (IGEO), Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Catherine Prost

Salvador
2022

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Ciências
e Tecnologias Prof. Omar Catunda, SIBI - UFBA.

V816 Virgens, Daniela Araujo

A experiência de ser migrante em situação de refúgio: pelas fronteiras da geograficidade/ Daniela Araujo Virgens. – Salvador, 2022.

258 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Catherine Prost

Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia.
Instituto de Geociências, 2022.

1. Migração. 2. Refúgio. 3. Fronteiras. 4. Geografia. I. Prost, Catherine. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

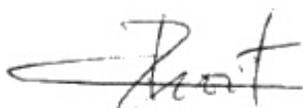
CDU 911.3

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA DE DEFESA - TESE

**A EXPERIÊNCIA DE SER MIGRANTE EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO:
PELAS FRONTEIRAS DA GEOGRAFICIDADE**

DANIELA ARAUJO VIRGENS



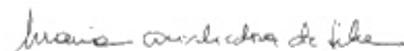
Drª. Catherine Prost (Orientadora/Presidente)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Dr. Eduardo José Marandola Júnior
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)



Drª Rosana Aparecida Baeninger
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)



Drª Maria Auxiliadora da Silva
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Aprovada em Sessão Pública em 11 de abril de 2022

AGRADECIMENTOS

O meu agradecimento é para todos aqueles que não só contribuíram para esta pesquisa, como também para todos os que tornaram o processo de pesquisa e escrita menos solitário, mais leve, especialmente em tempos de pandemia e de reflexões sobre o que realmente importa nas nossas vidas. Aos grandes incentivadores e apoiadores nessa trajetória. Agradeço:

À minha mãe, Mara, ao meu pai, João e aos meus irmãos João Henrique e André pelo apoio incondicional, pelo amor, pelo carinho. Agradeço à minha avó, Perpétua, que onde quer que esteja, estará sempre comigo.

À nova família que ganhei ao longo desses anos, Edvan, Dona Rosa e Jociene pelo carinho, afeto e pelo abrigo na pesquisa de campo em São Paulo.

À professora Catherine Prost, que sempre acreditou em mim e apoiou todas as minhas ideias sendo aquela que orienta deixando livre para criar e que está sempre ali, oferecendo apoio, atenção e seus ensinamentos.

Ao professor Angelo Serpa, pela contribuição inestimável a este trabalho durante as disciplinas, nas reuniões e eventos do NUAGEO e como membro da banca.

À professora Maria Auxiliadora, por todo o carinho ao longo desses anos e por ter sido a primeira pessoa do Posgeo a me aceitar e incentivar, quando fui aluna especial em sua disciplina, ainda em 2007, antes mesmo de saber se iria fazer mestrado.

Aos professores Eduardo Marandola Júnior e Rosana Baeninger pelas importantes contribuições a este trabalho como membros da banca.

A toda a equipe da ONG PDMIG – África do Coração durante a minha estada em São Paulo. Meu agradecimento especial a Jean Katumba. Também agradeço à Oula Alsagheer, Adama Konate, Maria Fernanda, Nadi, Maria (nome fictício), Alejandro (nome fictício), Elieska, Destinée (nome fictício) e, novamente, Jean Katumba pelos depoimentos que embasaram esta pesquisa.

A toda a equipe do NAMIR-UFBA, em especial a professora Cristina Lisana, por ter me ensinado tanto sobre migrações e sobre as migrações venezuelanas em particular. Agradeço também aos professores Gilberto Sassi e Roberto Sant'Anna e a toda a equipe de voluntários da Comissão de Trabalho.

Ao Museu da Imigração de São Paulo que gentilmente cedeu material para a pesquisa e a Missão Paz onde também aprendi muito sobre o tema das migrações.

A todos os meus colegas de turma pelo apoio, incentivo, trocas, ensinamentos ao longo desse processo, em especial Ana Elísia, Caroline, Leila, Célio e Caê por todas as trocas sobre as nossas pesquisas, bolsas e sobre a vida. A todos os colegas dos grupos de pesquisa Costeiros e Espaço Livre. Um agradecimento especial a Soraia pela irmandade, pelo carinho, pelas palavras bonitas que ela sabe dizer nas horas certas e pelas trocas desde o mestrado.

A todos os que de alguma forma contribuíram em todas as etapas da pesquisa: professores e colegas do curso de Letras com inglês da UFBA, colegas e amigos que fiz no SESC, em especial Altair Paim e sua irmã, Aldaci, pelo apoio na tentativa frustrada pela pandemia de fazer um Doutorado Sanduíche e pelas orações nos momentos mais tensos.

RESUMO

Este trabalho é uma reflexão, com base em uma perspectiva fenomenológica, sobre como é ser migrante em situação de refúgio, a partir de um olhar que busca desvelar a relação entre o Estado-nação e a existência, que é atravessada pelas questões da identidade e da diferença, do eu e do outro, da familiaridade e do estranhamento. A noção de geograficidade é importante no entendimento da transformação da relação com a terra natal, da tomada de decisão de partir, da travessia, das relações com o local de destino e as novas relações transnacionais. A partir do diálogo com autores como Martin Heidegger, Eric Dardel, Eduardo Marandola Júnior e Angelo Serpa, entre outros estudiosos importantes para entender a relação entre a Fenomenologia e a Geografia, foi necessário ir além e buscar na interdisciplinaridade algumas explicações para o fenômeno estudado. Dessa forma, autores do campo da Filosofia, da Sociologia, da Antropologia, do Direito, da Psicanálise, entre outras áreas, se revelaram necessários nesse diálogo ao longo do processo de pesquisa e de escrita. A análise do tema ocorre, principalmente, a partir das histórias de vida contadas em entrevistas realizadas na pesquisa de campo nas cidades de São Paulo e Salvador. Com a pandemia da covid-19 foram inseridas também algumas análises baseadas em projetos realizados pelo Museu da Imigração de São Paulo, que gentilmente cedeu material para esta pesquisa, além de outros projetos que tiveram seu material disponibilizado nas redes sociais digitais. Como alguns dos resultados obtidos e reflexões realizadas, é possível mencionar que um aspecto importante observado foi a necessidade de repensarmos não apenas a definição, mas também a utilização do termo refugiado(a) com pessoas que se percebem como estigmatizadas pela contínua referência ao termo nos seus cotidianos. Foi necessário também fazer uma análise entre a tomada de decisão de partir e o medo como afeto que é sentido na escala do corpo e suas motivações, que vão desde a escala familiar até a nacional, como o medo das instituições do Estado. Outra questão que surgiu foi a das experiências de travessia dos limites das fronteiras e o fato de que a fronteira acompanha o(a) migrante em situação de refúgio para onde quer que vá, a partir de uma transitoriedade que se manifesta como diferentes formas de fronteiras nas relações de identidade e alteridade ao longo da sua trajetória. Por fim, as reflexões trazidas levantaram questões que vão desde o primeiro contato com pessoas desconhecidas e com instituições de acolhimento, que por muitas vezes chegam a definir as suas trajetórias, passando pela relação com a língua portuguesa, as questões relacionadas ao documento, que se revelam como acessos e barreiras, inclusive para pessoas documentadas e, por último, as fendas que se abrem, especialmente nas relações familiares, e as pontes que vão sendo construídas ao longo do processo de familiarização no local de destino.

Palavras-chave: migração; refúgio; fronteiras; geograficidade; ser migrante em situação de refúgio.

ABSTRACT

This work is a reflection, based on a phenomenological perspective, on how is to be a migrant in a situation of refuge from a gaze that seeks to unveil the relationship between the nation-state and the existence, which is crossed by the issues of identity and difference, the self and the other, familiarity and strangeness. The notion of geographicality is important to understand the transformation of the relationship with the homeland, the decision-making to leave, the crossing, the relationship with the place of destination and the new transnational relations. From the dialogue with authors such as Martin Heidegger, Eric Dardel, Eduardo Marandola Júnior and Angelo Serpa, among other important scholars to understand the relationship between phenomenology and Geography, it was necessary to go beyond and seek in interdisciplinarity some explanations for the phenomenon studied. Thus, authors from the fields of philosophy, sociology, anthropology, law, psychoanalysis, among other areas, proved necessary in this dialogue throughout the research and writing process. The analysis of the theme occurs mainly from the life stories told in interviews conducted in the field research in the cities of São Paulo and Salvador. After the covid-19 pandemic it was inserted some analyses based on projects carried out by the Immigration Museum of São Paulo, which kindly provided material for this research, in addition to other projects that had their material made available on digital social networks. As some of the results obtained and reflections carried out, it is possible to mention that an important aspect observed was the need to rethink not only the definition, but also the use of the term refugee with people who perceive themselves as stigmatized by the continuous reference to the term in their daily lives. It was also necessary to make an analysis between the decision to leave and fear as an affection that is felt on the scale of the body and its motivations, ranging from the family scale to the national one, such as fear of state institutions. Another issue that arose was the experience of crossing the boundaries of borders and the fact that the border follows the migrant in a situation of refuge wherever s/he goes, from a transience that manifests itself as different forms of borders in the relations of identity and otherness along his trajectory. Finally, the reflections brought up questions ranging from the first contact with unknown people and with host institutions, which often come to define their trajectories, through the relationship with the Portuguese language, the issues related to the document, which reveal themselves as accesses and barriers, including for documented people and, finally, the cracks that open, especially in family relationships, and the bridges that are being built throughout the process of familiarization at the place of destination.

Keywords: migration; refuge; borders; geographicality; being a migrant in a situation of refuge.

RÉSUMÉ

Ce travail est une réflexion, d'un point de vue phénoménologique, sur ce que c'est que d'être migrant en situation de refuge à partir d'un regard qui cherche à révéler le rapport entre l'État-nation et l'existence, traversé par les questions de l'identité et de la différence, du soi et de l'autre, de la familiarité et de l'éloignement. La notion de géographicit  est importante pour comprendre la transformation de la relation avec la patrie, la prise de décision de partir, la traversée, les relations avec le lieu de destination et les nouvelles relations transnationales.   partir du dialogue avec des auteurs tels que Martin Heidegger, Eric Dardel, Eduardo Marandola J nior et Angelo Serpa, entre autres chercheurs importants pour comprendre la relation entre phénoménologie et géographie, il a fallu aller au-delà et chercher dans l'interdisciplinarité quelques explications du phénomène étudié. Ainsi, des auteurs des domaines de la philosophie, de la sociologie, de l'anthropologie, du droit, de la psychanalyse, entre autres, se sont révélés nécessaires à ce dialogue tout au long du processus de recherche et d'écriture. L'analyse du thème se fait principalement à partir des histoires de vie racontées dans des interviews menées dans la recherche dans les villes de S o Paulo et Salvador. Avec la pandémie de covid-19 ont également été insérées des analyses basées sur des projets menés par le Musée de l'immigration de S o Paulo, qui a gentiment fourni du matériel pour cette recherche, en plus d'autres projets dont le matériel a été mis à disposition sur les réseaux sociaux numériques. Comme certains des résultats obtenus et des réflexions menées, il est possible de mentionner qu'un aspect important observé était la nécessité de repenser non seulement la définition, mais aussi l'utilisation du terme réfugié pour des personnes qui se perçoivent comme stigmatisées par la référence continue au terme dans leur vie quotidienne. Il était également nécessaire de faire une analyse entre la décision de partir et la peur en tant qu'affection ressentie à l'échelle du corps et ses motivations, allant de l'échelle familiale à l'échelle nationale, comme la peur des institutions de l' tat. Une autre question qui s'est posée était les expériences de franchissement des frontières et le fait que la frontière accompagne le migrant dans une situation de refuge où qu'il aille, d'une fugacité qui se manifeste comme différentes formes de frontières dans les rapports d'identité et d'altérité le long de sa trajectoire. Enfin, les réflexions ont soulevé des questions allant du premier contact avec des inconnus et avec des institutions d'accueil, qui en viennent souvent à définir leurs trajectoires, en passant par le rapport à la langue portugaise, les questions liées aux papiers, qui se révèlent comme des accès et des barrières, y compris pour les personnes documentées et, enfin, les fissures qui s'ouvrent, notamment dans les relations familiales, et les ponts qui se construisent tout au long du processus de familiarisation sur le lieu de destination.

Mots-clés: migration; refuge; frontières; g ographicit ; être migrant en situation de refuge.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Depoimento de Jean Katumba _____	42
Quadro 2 - Trecho da entrevista de Oula Alsagheer _____	43
Quadro 3 – Trecho da entrevista com Jean Katumba _____	48
Quadro 4 - Trecho do poema Sou imigrante, de Moisés António _____	72
Quadro 5 - Desenho e trechos da carta de Robert Diondji Djunga _____	82
Quadro 6 - Depoimento de Nkechinyere Jonathan _____	83
Quadro 7 - Poema Minha Cultura, Meus Sonhos e Meu Destino _____	86
Quadro 8 - Depoimento de Mayada _____	91
Quadro 9 - Depoimento de Oula _____	93
Quadro 10 - Depoimento Silvie _____	96
Quadro 11 - Depoimento Abdulbaset Jarour _____	103
Quadro 12 - Transcrição de vídeo-carta de Rawa Alsagheer _____	105
Quadro 13 - Relato de Abdulbaset Jarour _____	110
Quadro 14 - Relato de Oula _____	113
Quadro 15 - Depoimento de Destinée (nome fictício) _____	139
Quadro 16 - Relato de Abdulbaset Jarour sobre a travessia da sua mãe _____	144
Quadro 17 - Relato de Nkechinyere Jonathan _____	148
Quadro 18 - Relato de Alejandro _____	151
Quadro 19 - Relato de Vu Tien Dung _____	152
Quadro 20 - Depoimento de Maria Alejandra _____	156
Quadro 21 - Depoimento de Elieska _____	158
Quadro 22 - Depoimento de Destinée (nome fictício) _____	165
Quadro 23 - Depoimentos de Oula, Silvie, Maria e Nadi _____	177
Quadro 24 - Trecho do relato de Oula, em evento da Missão Paz _____	191
Quadro 25 - Relato de Maria _____	198
Quadro 26 - Trecho da entrevista com Jean Katumba _____	199
Quadro 27 - Trecho da entrevista com Adama Konate _____	201
Quadro 28 - Trecho da entrevista com Nadi _____	202
Quadro 29 - Trecho do livro Maha Mamo _____	204
Quadro 30 - Trechos das entrevistas de Alejandro e Maria Fernanda _____	205
Quadro 31 - Trecho do depoimento de Silvie para a Missão Paz _____	211

Quadro 32 - Trecho da entrevista de Adama Konate _____	212
Quadro 33 - Trecho do vídeo do projeto Travessia de Mulheres _____	215

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relatos de medo	75
Figura 2 – Fronteiras em perspectiva	116
Figura 3 – Mapa de palavras	171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CLACSO	Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
DP-RNM	Documento Provisório de Registro Nacional Migratório
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAMIR	Núcleo de Apoio aos Migrantes e Refugiados
NUAGEO	Laboratório de Análise Urbano-Regional
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDMIG	Pacto pelo Direito de Migrar
PLA	Português como Língua de Acolhimento
RG	Registro Geral
RNE	Registro Nacional de Estrangeiros
RNM	Registro Nacional Migratório
SESC	Serviço Social do Comércio
SUS	Sistema Único de Saúde
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIKIN	Universidade de Kinshasa
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INICIANDO A TRAJETÓRIA	15
2. QUEM SÃO OS MIGRANTES EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO?	40
2.1. A SITUAÇÃO DE REFÚGIO	42
2.2. SER MIGRANTE EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO: SER COM DIREITOS?	48
2.3. CIDADÃOS PELO DIREITO DE MIGRAR	61
3. DA COMPREENSÃO DO PERIGO À PARTIDA	71
3.1. TERRA EM TRANSE	74
3.1.1. O medo e o espaço geográfico	88
3.1.2. Espaço e tempo, território e lugar	99
3.2. MOVIMENTOS DE MASSA	108
4. A EXPERIÊNCIA DE TRAVESSIA E A GEOGRAFICIDADE DAS FRONTEIRAS	115
4.1. CONSTRUINDO E DESCONSTRUINDO A NOÇÃO DE FRONTEIRA	119
4.2. AS FRONTEIRAS NA EXPERIÊNCIA DA TRAVESSIA	133
4.2.1. A fronteira como espaço de medo e esperança, de vida e morte	137
4.2.2. A fronteira como cruel geografia das velas desfraldadas	147
4.2.3. A fronteira como espelho e janela	154
4.3. A TRANSITORIEDADE E A MOBILIDADE DAS FRONTEIRAS	161
5. E AGORA? PRA ONDE?	170
5.1. O PRIMEIRO CONTATO	176
5.2. QUANDO A LÍNGUA NÃO ENCONTRA A POESIA	186
5.3. PENSO, MAS NÃO EXISTO SEM DOCUMENTO	196
5.4. FENDAS QUE SE ABREM, PONTES QUE SÃO CONSTRUÍDAS	205
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	218
REFERÊNCIAS	230

1. INICIANDO A TRAJETÓRIA

“O exilado é uma criatura dividida. As raízes foram arrancadas, a vida foi mutilada, a esperança eviscerada, o princípio separado, a identidade despida. Parece não ter sobrado nada. Ameaças, dentes crispados, maldade. Mas depois há um lampejo. O que faz a gente mudar de perspectiva.”

(SCEGO, 2018, p. 55-56)

Estar distante da terra, estar distante da família, estar com traumas, lidar com um cotidiano completamente diferente, com uma língua distinta, com pessoas que partilham uma cultura que não é familiar. Ser migrante é uma situação na qual o ponto determinante é o cruzar a fronteira do país de origem para qualquer outro país, com o objetivo de lá viver. Ser migrante em situação de refúgio é algo que não se planeja que aconteça. Simplesmente acontece por fatores alheios ao próprio desejo, pela situação. Partir é uma decisão que precisa ser tomada, muitas vezes às pressas, como forma de proteger a própria vida, após um acontecimento que modifica completamente e cruelmente o cotidiano de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. O cotidiano, às vezes, já é cruel e não se quer ter o mesmo destino de violência, morte e cerceamento de direitos pelos quais muitas pessoas passam. Para onde ir? Para onde se consegue chegar, não importa o sacrifício que seja necessário fazer ou os riscos que se corra. O importante é chegar com vida. O que fazer quando chegar? Difícil saber. É preciso sobreviver. E a volta? Não dá para saber quando e nem se essa viagem terá volta.

A experiência de partir por motivos alheios à sua própria vontade, abandonando sonhos, de deixar a família, de cruzar as fronteiras, sejam elas delimitadas por coordenadas geográficas e/ou por manifestações simbólicas de demarcação da diferença, é o ponto de partida para as discussões deste trabalho. Ser e/ou não ser, estar e/ou não estar se confundem com expectativas, com trajetórias distintas que convergem para um ponto em comum que é viver no Brasil. Motivações diversas, algumas de origens multiescalares, mas sempre urgentes,

porque a minúcia entre a vida e a morte pode estar no tempo que se leva para decidir partir. A morte pode ser carnal, mas não apenas. Há aqueles que buscam uma nova chance de viver longe de perseguições, de preconceitos, distante de sociedades tradicionalistas e conservadoras que praticam violências físicas e psicológicas apenas pela tradição. Buscam uma vida autêntica, fogem da morte em vida.

Essas motivações levam pessoas a travessias que parecem inacreditáveis, nas quais arriscam as próprias vidas com o intuito apenas de sobreviver ou mesmo de existir “oficialmente”, como, por exemplo, no caso dos apátridas. Entender o fenômeno a partir das experiências de quem passa por isso é o caminho a ser percorrido em busca da resposta para a seguinte questão: como é ser migrante em situação de refúgio? Dessa pergunta, surgem várias outras: o que os leva a deixarem os seus países, onde foram constituídos laços por toda uma vida? Por que o Brasil? Como é atravessar as fronteiras nacionais, tão resguardadas pelos sistemas de defesa? E as fronteiras simbólicas? Como é ser o outro numa terra de outros? Vale ressaltar que não há a intenção de compreender a totalidade do tema, visto que a metodologia, como será abordado mais adiante, é baseada na escuta de experiências. Considerando que a experiência, para Heidegger, “é percorrer um caminho” (HEIDEGGER, 2003, p. 131), cada caminho é vivido e sentido de maneiras distintas por cada indivíduo. A experiência de deixar o seu país e buscar refúgio no Brasil é o que todos aqueles que terão depoimentos transcritos aqui têm em comum. E como é essa experiência? É importante ressaltar que quem parte muda a sua localização, mas não apenas isso. Além da mobilidade espacial, há uma transformação nas relações sociais e das pessoas com o ambiente (BECKER, 1997) que se refletem na experiência de ser migrante em situação de refúgio. Migrar em situação de refúgio é estar em constante metamorfose entre quem foi, quem é e quem precisa ser para se adaptar ao novo ambiente.

As experiências relatadas e as análises aqui realizadas também acabam se misturando às minhas experiências enquanto pesquisadora. O caminho que percorri para chegar a esta pesquisa se iniciou a partir do estudo da mobilidade temporária, com o bacharelado em Turismo e, em seguida, o Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia, no qual foi realizada a análise das transformações

socioespaciais no município de Cairu – Bahia, com o aumento do fluxo turístico devido à fama nacional e internacional adquirida pelo povoado de Morro de São Paulo e pelo distrito de Boipeba. Na dissertação, foi mencionada a questão dos fluxos migratórios no município que aumentavam em decorrência do fluxo turístico. Durante a defesa pública, o professor Wendel Henrique Baumgartner, membro da banca, sugeriu que a questão das migrações poderia ser um tema para um possível doutorado, algo que ficou na minha cabeça. Posteriormente, o trabalho como guia de grupos de turismo em viagens nacionais e internacionais revelou a tensão que é atravessar fronteiras, neste caso, as fronteiras para outros territórios nacionais. Circular pelo próprio país como turista é estar em uma zona de conforto, mesmo em uma cidade desconhecida, ao passo que sair do país é ter medo, antes mesmo da travessia, de estar cara a cara com o oficial da imigração seja de qual país for. Eles são os representantes do Estado, aqueles que decidem quem pode ou não ultrapassar aquele limite e entrar no país. Fazem perguntas e pedem documentos que os levam a concluir quem é turista e quem é migrante “disfarçado” de turista.

Sair da zona de conforto, que é o seu próprio país, fazia com que, mesmo senhoras acima dos 60 anos (maioria nos grupos que eu conduzia), sem antecedentes criminais, tremessem ao se aproximarem dos postos da imigração. Isso me fazia pensar sobre como seria viver como migrante. As reflexões sobre as experiências daqueles que buscam por refúgio vieram à tona por volta de um ano antes da seleção para o doutorado, quando eu ainda tinha um projeto voltado para questões relacionadas ao turismo. Na época estudava para o concurso do Ministério das Relações Exteriores. Foi então que me deparei com o tema do refúgio sob a ótica das disciplinas do Direito Internacional, da Política Internacional, da Geografia e da História. Não consegui mais ler sobre outro assunto. Decidi ali qual seria o tema da pesquisa do doutorado, mesmo que, entusiasmada, não conseguisse explicar verbalmente para a minha então possível orientadora, Catherine Prost. E não era só isso: sentia a necessidade de trazer para as discussões uma perspectiva fenomenológica, que tentasse desconstruir algumas ideias pré-concebidas, construindo novas ideias que estavam aprisionadas em um modo de pesquisar e em um mundo repleto de amarras e também inseguranças que é o mundo da pesquisa científica.

A antropóloga e historiadora brasileira Giralda Seyferth (1996) lembra que o estudo das migrações é interdisciplinar, já que se revela por diversas facetas. E foi após a aprovação que comecei a enriquecer o repertório bibliográfico com textos sobre as migrações sob as óticas da Sociologia, da Antropologia, da Filosofia, dos Estudos Culturais, da Literatura e da Linguística, do Direito, das Relações Internacionais, da Ciência Política, da Psicanálise, da História e da Geografia. Disciplinas nos cursos de pós-graduação em Geografia, Ciências Sociais, Relações Internacionais, Literatura e Cultura e uma licenciatura em Letras – Língua Estrangeira Moderna (inglês), realizada em paralelo com o doutorado, contribuíram para a ampliação do olhar sobre o fenômeno que possui inúmeras perspectivas de abordagem. Ainda em 2017, o mesmo anteprojeto de pesquisa apresentado na seleção para o doutorado foi aceito para a *IV Escuela Internacional de Posgrado Migrared*, evento com duração de uma semana, realizado no Chile e organizado pelo CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, com a participação de estudantes de pós-graduação de distintas áreas, que tinham nas migrações o tema das suas pesquisas. O evento também contou com a presença de alguns dos principais pesquisadores sobre migrações da América Latina como facilitadores e moderadores de oficinas nas quais expusemos e discutimos nossos projetos de pesquisa. Entre eles estavam Bella Feldman-Bianco (Brasil), Liliana Rivera (México), Eduardo Domenech (Argentina), Carolina Stefoni (Chile), María Mercedes Eguiguren (Equador), Gioconda Herrera (Equador) e Gloria Naranjo Giraldo (Colômbia). Este evento foi fundamental para que eu pudesse conhecer um pouco sobre as pesquisas em migrações realizadas na América Latina, em diversas áreas do conhecimento e para que começasse a delinear o projeto de pesquisa para a sua qualificação, na metade do curso.

As questões que foram surgindo desde o início da pesquisa nos levaram a optar por um recorte que tentasse não aprisionar as reflexões ao território nacional. Uma tentativa de não cair na armadilha do nacionalismo metodológico, que exclui a migração como um processo social. Por nacionalismo metodológico Andreas Wimmer e Nina Glick Schiller (2002), antropólogos que se dedicam aos estudos das questões relacionadas aos nacionalismos e ao transnacionalismo, entendem a naturalização do Estado e da nação como forma social e política do mundo, que moldou as pesquisas em ciências sociais ao longo do século XX, pesquisas que

assumiram uma postura de tratar as questões dentro dos limites nacionais sem problematizar o discurso nacionalista. Segundo os autores, esse formato moldou por muitos anos a percepção da sociedade e das pesquisas sobre as migrações, inclusive tratando a emigração e a imigração como processos distintos. Um recorte que, de acordo com a professora Rosana Baeninger (2017, p. 14), uma das principais estudiosas sobre os fluxos migratórios em direção ao Brasil, “não inclui processos transnacionais que compõem os processos sociais vigentes do Estado-nação”. Dessa maneira, a ideia do sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (1999, p. 15, tradução nossa), na qual “imigração e emigração são as duas faces indissociáveis de uma mesma realidade, elas não podem se explicar uma sem a outra” é fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, visto que o foco é na experiência de quem migra e não na perspectiva dos Estados que utilizam os prefixos i- e e- no termo migrante para diferenciar nacionais que deixam o país e não-nacionais que chegam. Por isso não serão utilizados os termos imigrante ou emigrante, exceto em citações de autores ou normas jurídicas que utilizam estes termos. A migração não é um processo isolado no qual se exclui o cenário anterior ao cruzamento da fronteira. Ser migrante em situação de refúgio envolve a complexidade de um “desencaixe espacial” (MARANDOLA JÚNIOR; GALLO, 2010, p. 411), cultural e social, associado a uma tentativa de reinserção onde tudo é estranho e onde se é visto como o estranho.

Ao mesmo tempo, as discussões sobre as relações entre o Estado nacional e o migrante precisam ser tensionadas, visto que a realidade migratória, em especial da situação de refúgio, envolve a relação com o Estado, seja ela de proteção e/ou de vigilância. A relação Estado-nação x existência vai se revelando a partir da trajetória do ser migrante, que pode envolver desde as razões da partida, com a perseguição ou a falta de capacidade de proteção do Estado de origem, passando pela travessia entre fronteiras nacionais e a longa permanência em outro Estado, que pode ou não reconhecer a legitimidade dessa permanência no seu território. Essa relação é atravessada pelas questões da identidade e da diferença, do eu e do outro, da familiaridade e do estranhamento, questões que constituem a espinha dorsal deste trabalho que tem nos deslocamentos forçados o ponto de partida para as suas discussões. Apesar de haver uma vinculação com o Estado nacional, as relações cotidianas são vivenciadas na escala local, o que leva este estudo a não se

aprisionar em escalas específicas, trazendo perspectivas multiescalares e interescalares.

A multiescalaridade das relações está presente nas motivações da partida, que podem envolver desde questões familiares de ordem cultural até guerras, passando pela falta de acesso aos direitos fundamentais. A interescalaridade estará no estudo das relações e conexões em diferentes escalas, por exemplo, considerando a relação do ser migrante em situação de refúgio com o Estado. Também é importante mencionar que as escalas local, nacional e suas intermediárias não são suficientes para explicar um fenômeno mundial que envolve categorias de análise transnacionais. Lembro aqui das relações em que pessoas de um mesmo núcleo familiar vivem e continuam se relacionando a partir de países distintos. O abraço, o beijo, os encontros familiares, a comida caseira da mãe já não são mais parte do cotidiano, fazendo com que ser migrante em situação de refúgio seja também o encontro com novas formas de se relacionar. É aí que a Geografia, em especial a partir de uma análise fenomenológica, pode contribuir para um olhar sobre algumas das facetas que não são dadas do fenômeno estudado (HEIDEGGER, 2015). Muitas das reflexões desta pesquisa têm como base o pensamento de Martin Heidegger que nos encoraja a buscar uma inquietude que nos leva além dos métodos reducionistas, tentando vislumbrar novas formas de compreensão para os fenômenos (BUTTNER, 1985, p. 259).

Martin Heidegger¹, filósofo alemão que construiu parte da sua trajetória acadêmica no campo da fenomenologia, foi influenciado por seu professor Edmund Husserl, embora tenha traçado a sua própria forma de compreender o mundo a partir dos estudos fenomenológicos. Em sua principal obra, *Ser e Tempo*, publicada em 1927, ele reflete sobre o sentido de ser a partir de uma análise ontológica que busca interpretar a cotidianidade e as relações referenciais de ser-no-mundo (CERBONE, 2014) que são alicerçadas na esfera da historicidade (MARANDOLA

¹ É importante mencionar que a obra de Heidegger e sua relação com os temas caros à Geografia podem ser compreendidas a partir de três fases, de acordo com Saramago (2014): a primeira, representada pela obra *Ser e Tempo*, na década de 1920, na qual a questão do ser está relacionada aos sentidos de mundo e de instrumentalidade (“ser para algo”); a segunda fase, na década de 1930, que leva em consideração, de maneira predominante, a arte e a poesia, além do sagrado; e a terceira fase, já na década de 1950, quando a temática do lugar, que não deixa de aparecer nas fases anteriores, surge em conjunto com as questões do habitar humano. Neste trabalho, a primeira fase surge de maneira mais forte, porém são citadas também obras das outras duas fases.

JÚNIOR, 2020). É no *Dasein* que está o ponto fundamental para a compreensão do fenômeno. A questão sobre o sentido de ser é o que Heidegger denomina de problema ontológico fundamental e “a compreensão de ser pertence ao modo de ser deste ente que denominamos presença [*Dasein*]” (HEIDEGGER, 2015, p. 268). Vale ressaltar que algumas traduções utilizam o termo presença para o alemão *Dasein*, inclusive na edição que foi lida da obra *Ser e Tempo*. Há autores e tradutores, entretanto, que optam por deixar o termo em alemão que foi cunhado por Heidegger (2015) para designar aquilo que somos e a nossa capacidade de questionamento sobre o sentido de ser quem somos. Neste trabalho utilizarei o termo *Dasein* por ser a forma original e mais conhecida mundialmente, no intuito de evitar confusões conceituais. O autor observa que o *Dasein* “se compreende em seu ser, isto é, sendo” (HEIDEGGER, 2015, p. 48) a partir de uma relação ôntico-ontológica² na qual o *Dasein* “se mostra como ente que, ontologicamente, deve ser o primeiro interrogado, antes de qualquer outro” (HEIDEGGER, 2015, p. 49). Ser é parte de um contexto que envolve espaço, tempo e relações cotidianas e que só pode ser explicado por quem é, isto é, pelo ente que experiencia o fenômeno.

O caminho para entender como dar conta das questões de pesquisa que foram surgindo ao longo do processo começou com a busca pelo entendimento do que é a fenomenologia, que Edmund Husserl (2000, p. 22) chama de “doutrina universal das essências, em que se integra a ciência da essência do conhecimento”, doutrina enquanto conhecimento que não é estático. Conhecimento que o pesquisador deve admitir que não tem antes de produzi-lo a partir da experiência de quem vive o fenômeno estudado. Dartigues (1992) reforça que se levarmos em consideração a sua etimologia de “ciência dos fenômenos” e que o fenômeno está em tudo o que surge, estamos falando de um campo ilimitado e que não está preso a uma ciência ou mesmo a um modo específico de fazer ciência. Relph (1985) acrescenta que a fenomenologia não visa um distanciamento do conhecimento científico, pelo contrário, busca as relações entre o que ele chama de consciência pré-científica (experiência) e científica. A ciência, na fenomenologia, é construída a partir da

² Para Heidegger, a dimensão ôntica está naquilo que pode ser visto, descrito e explicado, são os entes em sua existência própria, diferentemente da dimensão ontológica, que transcende o ente e está relacionada à compreensão da existência como algo que não é dado, que deve ser interrogada e interpretada a partir da dimensão ôntico-ontológica.

experiência. Heidegger (2015, p. 75, grifo do autor) reforça que a “*ontologia só é possível como fenomenologia*” e a importância da fenomenologia se dá pelo fato de o fenômeno, que tem como conceito oposto o encobrimento, não estar dado. O fenômeno precisa ser acessado e a fenomenologia é o meio de acesso ao fenômeno.

Dessa forma, a fenomenologia de Heidegger pode ajudar a preencher algumas lacunas das pesquisas que abordam o tema das migrações, especialmente no que diz respeito à profundidade, de forma a compreender o mundo a partir de uma análise existencial (MARTÍNEZ VÁZQUEZ, 2013). A ideia de mundo heideggeriana é fundamental nesta análise. Para Heidegger (2015, p. 112), “‘mundo’ é um caráter da própria presença [*Dasein*]”, ou seja, está relacionado diretamente à experiência do ser. A fenomenologia não explica o mundo como ente, que pode ser classificado, mensurado e descrito segundo a Física, a Matemática, a Biologia ou a própria Geografia, a partir daquele que é denominado por Dardel (2015) de espaço geométrico. Holzer (2014, p. 290) ressalta que, na fenomenologia, mundo “está na essência do significado de todas as coisas, ele se remete diretamente ao ser que se dirige às coisas e se interroga sobre seu sentido”. Algo que está diretamente relacionado ao que Dardel (2015) denomina de espaço geográfico que, diferentemente do espaço geométrico, é o mundo vivido em suas referencialidades e direcionalidades. Esse é o mundo existencial, distinto para cada indivíduo a partir das experiências, das memórias e das perspectivas de futuro e permeada por um contexto espacial e temporal, onde e quando as relações são tecidas. Vale ressaltar que há uma diferença entre as ontologias heideggeriana e dardeliana. Enquanto Dardel busca uma análise “mais visceral e telúrica”, Heidegger traz uma ontologia mais “essencial e tecnicada” (MARANDOLA JÚNIOR, 2012, p. 89).

O mundo não é algo que pode ser classificado dentro da escala global apenas, mas está diretamente ligado ao cotidiano e às experiências. A mundanidade do mundo está “na liberdade, na doação de uma abertura onde o ser pode tornar-se livre, pode apresentar-se. A liberdade para Heidegger é a própria essência da verdade” (DAL GALLO; MARANDOLA JÚNIOR, 2016, p. 557). Tudo isso se reflete na experiência geográfica, que “refere-se a todo o domínio de sentimentos, atos e experiências de indivíduos” (RELPH, 1985, p. 20, tradução nossa) que, ainda de

acordo com Relph, são apreendidas de maneira distinta por cada um. Para o autor, a experiência geográfica é algo que todos têm e, em 1985, já ressaltava o distanciamento entre Geografia e a experiência cotidiana, algo que limitava as pesquisas neste campo e que vem mudando.

O século XXI tem representado o retorno do Brasil às rotas migratórias internacionais, especialmente pela via do processo de solicitação de refúgio, cada vez mais comum nas migrações sul-sul. As migrações venezuelanas com o seu processo de interiorização³ tem levado os migrantes para municípios além das fronteiras e das grandes cidades, como São Paulo, que já estavam “acostumadas” com esse processo. Os solicitantes de refúgio deste século, diferentemente dos que chegaram ao Brasil no século XX, são oriundos em sua maioria de países latino-americanos e africanos, seguidos de pessoas vindas do Oriente Médio, o que acentua os fatores raça, etnia e/ou religião como fatores de distinção da chamada “identidade nacional”⁴. O ser o outro se manifesta de diversas formas nos espaços de circulação e de convivência cotidiana. O atual fluxo abre caminho para algumas reflexões que, por décadas, ficaram distantes da realidade brasileira e conseqüentemente das ciências humanas e sociais. O distanciamento da Geografia é em particular curioso, visto que, historicamente, era a área do conhecimento que, juntamente com a Sociologia, se debruçava sobre os estudos migratórios que, atualmente, e há algumas décadas, vêm sendo apropriados, principalmente, pela Antropologia, Relações Internacionais e Direito. É importante essa reapropriação pela Geografia para que possamos ter diferentes perspectivas do mesmo fenômeno das discussões relacionadas à mobilidade humana decorrente da migração e do deslocamento forçado. Grande parte da bibliografia voltada para os estudos migratórios, incluindo as da Geografia, não enfatiza a abordagem existencial e privilegia as abordagens sociocultural e territorial, ainda com a concepção de território enquanto *locus* das relações de poder, o que demanda uma abordagem

³ A interiorização é um dos três eixos que compõem a Operação Acolhida, criada em 2018, a partir de uma parceria entre instituições supragovernamentais, não governamentais e o Governo Federal que coordena a operação com o Ministério da Defesa. A interiorização consiste no transporte voluntário de venezuelanos para outros estados brasileiros, com o intuito de reduzir a pressão sobre os serviços públicos de Roraima.

⁴ As aspas são utilizadas aqui como uma forma de questionar essa presumida identidade nacional, que é construída com base no mito da democracia racial, algo que, na prática, não se concretiza por razões que serão expostas ao longo desta pesquisa.

geográfica que seja guiada por um estudo ontológico como pano de fundo, conciliando assim as abordagens (MARANDOLA JÚNIOR; DAL GALLO, 2010).

A ideia deste trabalho é se somar a ainda tímida, porém crescente, produção da Geografia brasileira sobre as questões suscitadas pelos movimentos migratórios. Atualmente, as produções mais relevantes sobre migrações, na Geografia brasileira do século XXI, são dos professores Denise Bomtempo, Jones Dari Goettert, Rogério Haesbaert, Olga Maria Schild Becker, Eduardo Marandola Júnior, Helion Póvoa Neto, Rosa Ester Rossini e Duval Fernandes. Denise Bomtempo, professora do curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), tem vasta produção na área de migrações, tendo iniciado suas pesquisas durante o mestrado, quando desenvolveu dissertação sobre os migrantes japoneses e seus descendentes. Foi orientada do professor Eliseu Sposito que, apesar de não ter se dedicado exclusivamente ao tema das migrações, possui algumas publicações sobre o assunto. O professor Jones Dari Goettert, da Universidade Federal da Grande Dourados, tem uma produção acadêmica voltada para a Geografia da População, com ênfase nos estudos migratórios. Possui publicações especialmente sobre a migração gaúcha para o Mato Grosso e, atualmente, estuda a questão dos haitianos no Mato Grosso do Sul. Olga Maria Schild Becker, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, possui algumas publicações sobre mobilidade laboral e degradação ambiental na Amazônia. Rogério Haesbaert, professor da Universidade Federal Fluminense, tem como principal publicação que traz a discussão do tema, o livro *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. A obra trata das migrações de gaúchos para região oeste da Bahia. As migrações transnacionais estão presentes também em artigos publicados pelo autor. O professor Eduardo Marandola Júnior, da Unicamp – Universidade de Campinas, possui diversas publicações sobre a questão das migrações em uma perspectiva fenomenológica tendo orientado trabalhos relacionados ao tema. Helion Póvoa Neto é professor da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui bibliografia sobre o tema das migrações internas e internacionais além do refúgio, sendo atualmente o coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios, laboratório da UFRJ dedicado às pesquisas sobre o tema. Rosa Ester Rossini, professora da USP – Universidade de São Paulo, tem na Geografia Agrária e da População os focos das suas pesquisas, sendo que as migrações aparecem em

diversas das suas publicações, incluindo o tema sob a perspectiva de gênero. O professor Duval Fernandes, do curso de pós-graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, tem participado das publicações mais atuais sobre as migrações para o Brasil no século XXI, em especial, sobre refúgio e migrações haitiana e venezuelana. Todos os autores citados estão na ativa, o que reforça mais ainda o retorno recente dos pesquisadores em Geografia para o tema. Não pretendo dizer, com isso, que são os únicos autores da Geografia que pesquisam sobre as migrações. Há um grupo de novos pesquisadores com publicações recentes e defesas de dissertações e teses que, embora com menor visibilidade, vêm acompanhando crescimento recente dos movimentos migratórios internacionais.

Compreender como é ser migrante em situação de refúgio e quais os rebatimentos de estar nessa situação é o objetivo geral desta pesquisa. É importante mencionar que a pesquisa de campo foi revelando novas facetas e modificando diversas vezes tanto o objetivo geral como os objetivos específicos que são: refletir sobre o conceito jurídico de refúgio e refugiado, bem como suas amarras em um mundo que está em constante e veloz transformação; analisar as decisões de partir e de para onde ir considerando a reação ontológica do medo, que se manifesta em um contexto espacial de violências físicas e psicológicas; revelar facetas políticas e geopolíticas por trás da decisão de partir e que se apresentam nas travessias entre fronteiras nacionais, afetando diretamente a trajetória do ser migrante em situação de refúgio; interpretar as especificidades das fronteiras que continuam se manifestando mesmo após a travessia, mesmo distante das fronteiras do território nacional.

A fenomenologia ajudou na tentativa de dar conta das questões as quais buscamos compreender. Esta, confesso, foi a construção mais difícil da pesquisa. A dificuldade já estava presente desde o início com um anteprojeto cheio de ideias pré-concebidas e ainda pouco repertório teórico sobre esta, que para mim, era uma nova forma de ver o mundo enquanto pesquisadora que fala a partir de uma visão de mulher branca e migrante apenas interna, deslocada de Paripiranga, na Bahia, para Brasília, no Distrito Federal, onde vivi a infância e, posteriormente para Salvador, onde cheguei aos doze anos de idade e de onde não saí mais. No

segundo semestre do curso, a partir da disciplina Seminários Avançados, ministrada pelo professor Angelo Serpa, foi possível ter um contato inicial, altamente esclarecedor, com a fenomenologia. Vale ressaltar que se deve entender como esclarecedora a consciência de que havia um longo, muito longo caminho a percorrer. O diálogo com colegas de turma que já possuíam um contato prévio com esta perspectiva de pesquisa, como Célio Santos, Caroline Vaz, Caê Carvalho e, principalmente, com o professor, mostraram a diversidade de caminhos que poderiam ser seguidos. Edmund Husserl, Martin Heidegger, Anne Buttmer, Maurice Merleau-Ponty, Gaston Bachelard, Edward Relph, Eric Dardel, Eduardo Marandola Júnior, Werther Holzer, Lúgia Saramago, Angelo Serpa, Yi-Fu Tuan. As possibilidades de diálogos eram vastas, mas era só o começo. Vale ressaltar que, ao longo deste trabalho, dialogo não apenas com autores da fenomenologia, mas com distintos autores, de distintas áreas do conhecimento, que entendo que ajudam a explicar o fenômeno estudado.

Qual é então o fenômeno estudado? A migração em situação de refúgio, um fenômeno experienciado por mais de 30 milhões de pessoas (se considerarmos aquelas com *status* jurídico de refúgio mais as solicitantes) em todo o mundo “como resultado de perseguição, conflitos, violência, violações a direitos humanos ou eventos que alteraram gravemente a ordem pública” (ACNUR, 2021, p. 2, tradução nossa) e por mais um número de pessoas que não é possível contabilizar, visto que são pessoas invisibilizadas por terem se transformado na face que o desenvolvimento econômico busca ocultar, um desenvolvimento que produz deslocamentos compulsórios (VAINER, 2010), mas não protege os deslocados. Estar em situação de refúgio significa experienciar o deslocamento forçado em direção a um país que as circunstâncias levam a escolher e a ter uma relação com um Estado que nem sempre reconhece os direitos e oferece as garantias fundamentais que são básicas à existência enquanto seres humanos. É importante mencionar que o termo situação é aqui empregado no sentido heideggeriano, que se constitui a partir de uma essência espacial e existencial que passa pelo campo da decisão que, para Heidegger (2015, p. 381), é o fenômeno que nos coloca diante da “verdade originária da existência”. Como, então, estudar a experiência de milhões de pessoas que passam pela situação de refúgio? Vale ressaltar que a intenção não é homogeneizar a visão sobre o fenômeno, mas compreender como essas

experiências se mostram e se entrelaçam a partir do que Heidegger (2015) chama de cotidianidade mediana, a partir da busca das estruturas essenciais. Coutinho (2012) observa que essa cotidianidade mediana, representada pelos costumes e hábitos do dia a dia, é compreendida a partir de uma teia relacional ou rede que se rompe e se reformula constantemente.

No contexto dos estudos migratórios, Martínez Vázquez (2013) observa que a fenomenologia de Martin Heidegger pode ampliar a profundidade das pesquisas acadêmicas em migrações em conjunto com relatos dos aspectos comuns da experiência, colocando, assim, em evidência as estruturas existenciais em comum ao ser, no caso desta pesquisa, do ser migrante em situação de refúgio. Dessa forma, com base no que foi afirmado no parágrafo anterior, é importante enfatizar que o ser migrante em situação de refúgio não é representado pelas terminologias jurídicas oficiais, a exemplo do que ocorre com o refugiado, que é circunscrito por normas de elegibilidade, como será abordado no capítulo dois. Mais do que isso, é a partir da experiência, que é muito mais orgânica e dinâmica do que as concepções oficiais dão conta de explicar, que a compreensão do ser migrante em situação de refúgio se dará. A experiência, que Husserl (2013) explica como a consciência original, é resgatada a partir das práticas e do próprio ser, no lugar de tentar explicar os fenômenos a partir de conceituações abstratas (MARTÍNEZ VÁZQUEZ, 2013). O ato de consciência é o que caracteriza a fenomenologia do conhecimento, revelando o mundo que é “compartilhado entre os seres humanos, como transcendência ‘negociada’” (SERPA, 2019) e, ao mesmo tempo, expondo o que está diante dos nossos olhos, mas está obscurecido (RELPH, 1985).

Ao longo da trajetória de pesquisa, ao tentar explicar a minha metodologia de pesquisa ou forma de fazer pesquisa para algumas pessoas que nunca tiveram contato com a pesquisa fenomenológica, me deparei com a pergunta ou mesmo com a afirmação: “ah, é um estudo etnográfico”. Martínez Vázquez (2013) lembra que o próprio Heidegger diferenciava o estudo do ser dos estudos antropológicos, visto que ser humano é um dos modos de ser do *Dasein* que o ser pode se compreender, mas não apenas. Além disso, evitar a utilização de termos como ser humano, homem ou sujeito é uma forma de evitar as ideias preconcebidas que estes termos carregam (HAAR, 1993). Entretanto, ao ler a antropóloga Menara Guizardi

(2020) que, no seu trabalho propõe narrativas de jornadas migrantes e dos seus conflitos, percebi que este estudo não é unicamente fenomenológico, mas que interage com distintas formas de fazer pesquisa e de ser pesquisadora, levando em consideração que nada no mundo é absoluto.

O primeiro momento em que tive a oportunidade de escutar sobre o tema foi no Fórum Social Mundial, realizado na UFBA – Universidade Federal da Bahia, em 2018. Uma primeira e preciosa oportunidade de ouvir histórias e interagir com pessoas que passaram por situações extremas, de guerra civil e de perseguição política. Com uma dessas pessoas pude reconectar-me posteriormente e ouvi-la em diversas ocasiões. No momento em que ouvi as histórias de três mulheres - uma da Venezuela, uma da República Democrática do Congo e uma da Síria, que contaram sua trajetória e revelaram como é, para cada uma delas, ser migrante em situação de refúgio - pude me dar conta da complexidade que seria escrever esta tese. Comecei a pensar sobre algumas questões que ajudaram na construção do projeto, como, por exemplo, a situação de partida e o que representa estar fora daquele que sempre foi considerado o seu lugar. Porém não era suficiente. Precisava colocar em prática a ideia da fenomenologia. Como fazer isso? Na qualificação do projeto a resposta veio por meio do parecer do professor Eduardo Marandola Júnior: “faça o campo e aí volta para conversarmos”. Assim como na visão heideggeriana em que o ser é sendo, a fenomenologia se faz fazendo. Só a partir do que surgisse em campo, poderia compreender qual seria a linha ou mesmo se haveria uma linha a seguir dentro do vasto escopo teórico e interdisciplinar que o estudo das migrações permite.

A ida ao campo me fez mudar o título da pesquisa. O projeto que foi qualificado continha a expressão “ser estrangeiro e ser cidadão”. As primeiras conversas informais e entrevistas que fiz já revelaram que os termos estrangeiro e refugiado são pronunciados por muitos brasileiros com uma carga de preconceito que é percebida pelos que são assim chamados. Ao longo do texto, o termo refugiado foi substituído por migrante em situação de refúgio. Inicialmente, essas e outras mudanças ocasionadas pela imersão no campo foram extremamente reveladoras para a compreensão do que é e do como fazer uma pesquisa fenomenológica, deixando antigas concepções para trás e buscando novas formas de lidar com as

situações que iam se apresentando. Uma delas está diretamente relacionada ao contexto da pandemia de covid-19, que alterou o calendário e os planos da pesquisa de campo.

Inicialmente, havia um plano previsto para a realização de trabalhos voluntários em São Paulo e Boa Vista com o intuito de ter um contato mais próximo com a realidade do ser migrante em situação de refúgio, além de ser uma forma de contribuir com a causa. Consegui realizar uma viagem à Boa Vista, que denominei de viagem de reconhecimento de campo ou pré-campo, em abril de 2017, logo após a aprovação e antes mesmo do início das aulas que tardaram a começar em virtude da reprogramação do calendário acadêmico após uma greve. Em uma semana, pude participar de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Roraima, passar um dia em Pacaraima, município mais próximo à fronteira com a Venezuela, conhecer algumas lideranças dos serviços de acolhimento e integração, além de conhecer algumas histórias de pessoas que estavam no abrigo da Pintolândia, o único abrigo que havia naquela época em Boa Vista. Em fevereiro de 2018, fiz o mesmo em São Paulo, onde pude realizar visitas ao centro de pesquisa do Museu da Imigração. Na ocasião, também no Museu da Imigração, ocorreu o evento Migrações Venezuelanas, com o lançamento do livro homônimo e exposição de fotografias, realizado pelo NEPO – Núcleo de estudos de população “Elza Berquó”, coordenado pela professora Rosana Baeninger, da Unicamp. Ainda na mesma viagem, foi realizada visita à instituição de acolhimento Missão Paz, que abriga e apoia famílias que acabaram de chegar ao Brasil, e também foram feitos os primeiros contatos com instituições onde, possivelmente, seriam realizadas as entrevistas.

Em 2019, imediatamente após a qualificação do projeto, segui a orientação do professor Eduardo Marandola Júnior e fui para São Paulo, onde passei três meses. Essa ida a São Paulo ocorreu entre julho e setembro de 2019. Após contato com algumas instituições, fui aceita e acolhida pela ONG – Organização não governamental África do Coração, que teve, posteriormente, o nome alterado para PDMIG (Pacto pelo Direito de Migrar) - África do Coração. Por ter sido uma organização fundada e gerida por migrantes e que oferece serviços de apoio jurídico e assistencial a outros migrantes, foi possível ter contato, conversar e ouvir as

demandas das pessoas que buscavam ajuda na ONG. Algumas entrevistas foram realizadas durante este período com o então diretor da instituição, Jean Katumba, e com voluntários e membros da diretoria que, em sua maioria, são migrantes em situação de refúgio. Durante o período na ONG também foi possível acompanhar o processo de construção e organização da Copa dos Refugiados e Migrantes de 2019, que ocorreu em vários estados do Brasil e tinha como principal objetivo a integração entre eles, fortalecendo assim o movimento, e deles com os brasileiros, a partir do esporte que é considerado “paixão nacional”. Em São Paulo, durante esse período, também foi possível participar de eventos culturais e científicos relacionados ao tema, bem como participar de uma experiência oferecida via plataforma Airbnb, na qual uma migrante em situação de refúgio (a mesma que conheci no Fórum Social Mundial e que também é voluntária na PDMIG – África do Coração) contou um pouco da sua vida na República Democrática do Congo, falou da sua arriscada travessia para Angola e do seu cotidiano no Brasil. Ainda houve tempo para uma oficina de dança congoleza e amarração de turbantes.

Para as discussões propostas, foi utilizado essencialmente um enfoque qualitativo que contou, também, com a realização de entrevistas narrativas, nas quais era solicitado que o entrevistado contasse a sua história de vida como ponto de partida, com algumas perguntas posteriores, baseadas na sua própria fala. Havia um roteiro que acabou não sendo muito utilizado, portanto não está anexo, porque as conversas acabavam fluindo em outra direção, geralmente distintas das questões do roteiro. Alguns preferiram focar nas questões relacionadas ao país de origem que ocasionaram a partida, outros colocavam o foco na travessia e houve quem não quisesse falar sobre a sua vida anterior à chegada ao Brasil, apenas da sua vida após a chegada. Isso nos levou à divisão dos capítulos com o foco na trajetória migrante. Foi dada a opção de que as entrevistas fossem realizadas em inglês, espanhol ou francês, porém, com exceção de dois falantes de espanhol, recém-chegados ao Brasil, todos preferiram falar em português. Quase todas as entrevistas foram realizadas em momentos em que os entrevistados estavam realizando outra atividade, seja de trabalho, seja da ONG, seja em casa, cuidando dos filhos. Nos áudios da maioria das entrevistas tem um telefone tocando, um bebê chorando, um filho chamando, uma interrupção por conta do trabalho. A tabela 1 traz uma visão

geral dos entrevistados, com sua origem, onde vivem e quando a entrevista foi realizada:

Tabela 1 – Entrevistados

Nome	País de origem	Cidade onde vive	Data da entrevista
Destinée (nome fictício)	República Democrática do Congo	São Paulo	26/07/2019
Maria (nome fictício)	Cuba	São Paulo	08/08/2019
Alejandro (nome fictício)	Cuba	São Paulo	08/08/2019
Jean Katumba	República Democrática do Congo	São Paulo	13/08/2019
Adama Konate	Mali	São Paulo	14/08/2019
Elieska	Venezuela	São Paulo	19/08/2019
Oula Alsagheer	Síria/ Palestina	São Paulo	30/10/2020 (virtual)
Maria Fernanda	Venezuela	Salvador	13/12/2021 (virtual)
Nadi	Venezuela	Salvador	15/12/2021

Fonte: elaborado pela autora.

É importante mencionar que a maioria das entrevistas foi realizada antes da pandemia e que apenas aqueles que não autorizaram a utilização dos seus nomes verdadeiros expostos, tiveram nomes fictícios. Na verdade, a proposta inicial era que todos os nomes fossem fictícios. Um dos entrevistados, contudo, fez questão que seu nome verdadeiro fosse citado. Dessa maneira, passei a perguntar a cada um se preferia o ter seu nome verdadeiro exposto ou um nome fictício. Muitos dos entrevistados optaram por ter seus nomes verdadeiros porque já costumam contar as suas histórias em eventos, para reportagens, livros e documentários. Vale ressaltar também que a maioria dos entrevistados exerce algum papel de liderança especialmente entre os migrantes que vivem na cidade de São Paulo, seja em conselhos municipais, seja na mobilização para o acolhimento de outros migrantes, seja no cenário cultural, seja levando as suas histórias para escolas e empresas. São migrantes que exercem um papel importantíssimo na melhoria das condições e da visibilidade migrante no país.

Jean Katumba, no momento da entrevista, era o presidente da ONG PDMIG – África do Coração, que oferece apoio a migrantes e pessoas em situação de refúgio e meu contato com ele foi através do trabalho voluntário na organização, após enviar um e-mail para algumas organizações e ser aceita nesta como voluntária. Outro entrevistado, Adama Konate, ajudou a fundar a mesma ONG, é integrante do

Conselho Municipal de Imigrantes de Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura da Cidade de São Paulo e também é presidente da União Malinesa. Meu primeiro contato com ele foi realizado pelas redes sociais após ler a transcrição de uma entrevista concedida para um projeto do Museu da Imigração, que foi realizada quando ele vivia no abrigo Arsenal Esperança, recém-chegado ao Brasil.

Destinée (nome fictício) é ativista da causa migrante. Meu primeiro contato com ela foi no Fórum Social Mundial, realizado na UFBA, e, posteriormente, na PDMIG - África do Coração, onde ela é voluntária. Elieska é agente de saúde em São Paulo e, esporadicamente, é convidada a contar a sua história pelas ONGs que a acolheram na sua chegada à São Paulo. O primeiro contato com ela foi realizado por redes sociais ao encontrar seu nome em uma reportagem sobre migrantes em São Paulo. Oula Alsagheer é cantora da orquestra Mundana Refugi e costuma participar de eventos e debates sobre a questão das migrações. O primeiro contato foi realizado a partir de um e-mail disponibilizado pelo site Deslocamento Criativo, que mostra trabalhos de empreendedores migrantes. Seu contato estava na área de gastronomia, visto que ela possui uma empresa de comida síria com seu esposo. Alejandro havia chegado de Cuba há menos de um mês quando a entrevista foi realizada e Maria estava em São Paulo há três meses. Ambos foram abordados para a entrevista na PDMIG – África do Coração. A atuação como voluntária foi fundamental na vivência e no entendimento de algumas questões com as quais o grupo pesquisado convive no dia a dia, em especial, nas que tangem a documentação e desafios enfrentados nas suas cotidianidades. Não foram apenas entrevistas, mas o convívio e a participação em conversas, atendimentos e a presença no dia a dia da organização que me ajudaram a elaborar muitas das questões que aqui serão apresentadas.

Já após a qualificação, foram realizadas mais duas entrevistas no intuito de entender esse processo de familiarização em outra cidade fora de São Paulo e também algumas questões relacionadas à pandemia. A venezuelana Maria Fernanda veio para Salvador após ser selecionada para jogar em um time de futebol da cidade e fez contato comigo por intermédio de uma amiga em comum, que sabia que eu já havia sido voluntária em trabalho com migrantes em situação de refúgio,

para pedir algumas informações. Quando fiz o contato para esta entrevista, ela já havia retornado para a Venezuela. Nadi, também venezuelana, foi contactada pelas redes sociais após seu projeto chamado “As meninas venezuelanas”, no qual trabalha como pintora de paredes junto com sua companheira, em Salvador, ter sido divulgado por pessoas conhecidas. Vale ressaltar que foram realizadas outras entrevistas além dessas, com um venezuelano, uma bissau-guineense e um angolano (em São Paulo antes da pandemia), porém o conteúdo acabou se repetindo, então optei por publicar os depoimentos que traziam as questões com um maior nível de detalhamento dos fatos, embora mesmo os depoimentos que não aparecem tenham sido importantes na realização das análises deste trabalho.

Estava previsto, para 2020, um campo em Boa Vista que precisou ser repensado devido ao momento da pandemia e, assim, uma mudança na metodologia foi necessária. A partir desse momento, optamos pela análise das entrevistas que já tínhamos e pelo conteúdo produzido por migrantes em situação de refúgio ou que apresentassem as suas próprias narrativas. Esse conteúdo inclui: análise de transcrições de vídeos com entrevistas realizadas pelo Museu da Imigração de São Paulo, como parte de um projeto de entrevistas com migrantes que residiam no abrigo Arsenal Esperança, anexo ao museu; material da exposição *Cartas de Chamada de Atenção*, realizada no Museu da Imigração, que inclui cartas escritas pelos alunos do curso de português do Arsenal Esperança, migrantes em situação de refúgio, contando as suas próprias histórias; análise dos depoimentos gravados em vídeo dos projetos *Vidas Refugiadas*, projeto *Via* e *Vídeo-cartas: conexões migrantes*, todos disponíveis na plataforma *Youtube*; análise de depoimentos para veículos de imprensa, seja pela televisão, pela internet ou pelos meios impressos; análise de músicas e poesias escritas e apresentadas no *Oitavo Festival de música e poesia migrante*, realizado em São Paulo, em setembro de 2019; conteúdo de eventos transmitidos nas redes sociais, pelos canais das instituições de apoio aos migrantes; conteúdo produzido nas redes sociais de migrantes em situação de refúgio que conheci e/ou entrevistei ao longo do processo. Algumas obras literárias produzidas por migrantes também estão presente nesta pesquisa, inspirada pelas aulas da professora Maria Auxiliadora Silva na disciplina *Textos e contextos: O espaço geográfico na literatura*. A tabela 2, a seguir, representa os depoimentos e entrevistas realizados por projetos que cederam

conteúdo para esta pesquisa ou que disponibilizaram depoimentos em redes sociais. Ressalto que tive contato pessoal com algumas dessas pessoas em algum momento da pesquisa de campo, sendo que algumas delas também foram entrevistadas pessoalmente.

Tabela 2 – Depoimentos cedidos ou disponibilizados nas redes sociais por projetos de visibilidade migrante

Nome	País de origem	Depoimento para o projeto	Referência
Robert Diondji Djunga	República Democrática do Congo	Cartas de Chamada de Atenção: Museu da Imigração	DJUNGA, 2015.
Nkechinyere Jonathan	Nigéria	Vidas Refugianas	JONATHAN, 2016a.
Beatrice Jemeli Chelimo	Quênia	Festival de Música e Poesia	CHELIMO, 2019.
Mayada	Síria	Vidas Refugiadas	MAYADA, 2016.
Rawa Alsagher	Síria (Palestina)	Vídeo-cartas	ALSAGHEER, 2019a.
Oula Alsagheer	Síria (Palestina)	Seminário vozes e olhares cruzados: família e educação	ALSAGHEER, 2019b.
Silvie	República Democrática do Congo	Seminário vozes e olhares cruzados: família e educação	SILVIE, 2019.
Abdulbaset Jarour	Síria	Abrindo o Coração	JAROOUR, 2020.
Prudence Kalambay	República Democrática do Congo	Travessia de Mulheres	KALAMBAY, 2019.

Fonte: elaborado pela autora

Como uma forma de preservar os entrevistados do preconceito linguístico, uma das fronteiras que marcam a experiência do ser migrante em situação de refúgio, as transcrições dos depoimentos sofreram pequenas modificações, relacionadas à concordância ou semântica de palavras que eram empregadas com o sentido distinto do que utilizamos, algo que é comum em falantes de português como segunda língua. As modificações não foram transformadas para a norma padrão da língua portuguesa como forma de respeitar as narrativas, com o intuito apenas de que o sentido fosse melhor compreendido. Pensar que esta ação poderia estar refletindo o preconceito linguístico presente na sociedade foi algo que me angustiou nesse processo de escrita, assim como a opção por publicar ou não as transcrições completas das entrevistas, as quais tive muitos pedidos para não divulgar diversos trechos, seja por medo de represálias que as famílias poderiam sofrer, seja por medo de julgamentos morais. Há nomes verdadeiros e fictícios, baseados na

autorização ou não de divulgação. Nas citações retiradas de vídeos e entrevistas publicadas nas redes sociais serão mencionados os nomes verdadeiros. Com o intuito de dar destaque às falas, tudo o que está relacionado aos depoimentos será apresentado em quadros, como uma forma de referenciá-los em menções posteriores, visto que os trechos, em sua maioria, não são citações de poucas linhas, mas trechos que tentam preservar os contextos apresentados em cada relato.

Para interpretação e realização das análises, ainda em coerência com pensamento de Heidegger, buscamos compreender a hermenêutica que, enquanto busca da elucidação do ser por ele mesmo (HEIDEGGER, 2013), é a base para a interpretação e compreensão do ser-no-mundo. “A hermenêutica fala desde o ser interpretado e para o ser interpretado” (HEIDEGGER, 2013, p. 24). A ideia da facticidade, nos textos do autor, refere-se às situações de tempo e espaço que o ser confronta na sua cotidianidade e a compreensão que o próprio ser tem de si mesmo (SCHMIDT, 2012). Heidegger (2013) ainda coloca a História e a Filosofia como modos de interpretação. Aqui a base do modo de interpretação serão a Geografia e a Filosofia em diálogo com distintas áreas do conhecimento já citadas anteriormente, que buscam interpretar o fenômeno de migrar em situação de refúgio. A presença de trechos em primeira pessoa do singular, ao longo do texto, reflete o fato de esta pesquisa ser fruto das minhas experiências pessoais e enquanto pesquisadora, inspirada pelos autores com quem dialoguei, pela minha orientadora e pelos outros professores com quem convivi, além dos colegas e dos migrantes com quem tive a oportunidade de conversar.

Sobre o conteúdo da tese, no capítulo dois, começo com uma reflexão sobre as amarras dos conceitos atualmente utilizados para definir migração, refúgio, migrante e refugiado, que partem de uma concepção jurídica que ainda não leva em consideração a existência nessas formulações, mas consideram os grupos em suas maiorias, seus grandes fluxos, no desenvolvimento das políticas de apoio e acolhimento. O conceito jurídico de refugiado e o engessamento das legislações que não acompanham as diferentes formas de refúgio que vão surgindo, deixam milhares de pessoas em um limbo por não serem consideradas migrantes com a possibilidade de regularização de documentação e, ao mesmo tempo, por não se

enquadrarem na definição oficial de refugiado. Além disso, o próprio termo refugiado é visto por aqueles que possuem tal *status* jurídico como um fator de preconceito. Embora o Estado conceda a condição de refúgio de maneira vitalícia, desde que algumas regras sejam respeitadas, o termo refugiado é visto por alguns dos entrevistados como uma forma de estigmatizar e fazer com que o migrante, em especial o que está refugiado, seja sempre o outro, aquele que não pertence ao grupo, ou que está em uma condição permanente de necessidade de assistência. A formulação ser migrante em situação de refúgio é cunhada aqui no sentido de incluir aqueles que são contemplados pelas legislações, mas também os que não são, embora deixem seus países por situações de violência, de extrema pobreza, por incidentes ambientais graves e como expulsos do desenvolvimento. O capítulo também traz algumas questões relacionadas à cidadania e ao quanto ela ainda está atrelada à nacionalidade, pensando em um debate sobre a questão dos limites impostos e um modelo de cidadania com base na democracia, na desalienação, como reflete Milton Santos (2007).

No capítulo três, serão abordadas as relações entre a partida daquela que é chamada de “minha terra” e o medo enquanto afeto que provoca a reação a alguma situação política, geopolítica, social, econômica ou cultural em um contexto espacial e temporal. Serão analisados o como se dá a decisão do para onde ir, baseada na situação, que está relacionada às contingências do agir (GORNER, 2017). Em se tratando das questões relacionadas à decisão de partir, tratamos do medo, uma reação ontológica em escala corporal a uma situação identificada como de risco que pode estar presente desde a escala familiar, como a não aceitação a um casamento inter-religioso ou ao gênero de um dos seus membros, passando pela escala local, com o medo das ameaças de grupos armados ou milícias, chegando na escala nacional, quando o medo é do próprio Estado que persegue por questões políticas, ideológicas, religiosas ou de gênero. As transformações na relação com o espaço e com o lugar também são abordadas a partir do horizonte da dicotomia entre a familiaridade e o estranhamento e também a partir do habitar. É com base na geograficidade de migrantes que relatam as suas próprias trajetórias que o capítulo trata da decisão do para onde ir que, geralmente, não ocorre como e nem para onde se gostaria de ir, sendo a circunstancialidade algo fundamental nessa tomada

decisão que se dá a partir de poucas opções ou da opção entre ficar e correr riscos ou partir e também correr riscos.

No capítulo quatro, o foco estará nas fronteiras dos territórios nacionais e no como é cruzar essas fronteiras. O Estado enquanto ideal de nação homogênea, que impõe cada vez mais barreiras, e os critérios de nacionalidade estarão entre as discussões realizadas. A construção histórica da fronteira foi realizada considerando-a como algo que separa, que protege dos invasores e os mantém distantes. A fronteira, contudo, também é um espaço de circulação, de contatos entre pessoas, culturas e línguas. Ser migrante em situação de refúgio implica na travessia dos limites das fronteiras entre pelo menos dois Estados, visto que a condição essencial para obter os direitos e garantias das legislações internacionais de refúgio é já estar fora do seu país de origem. O quesito da soberania nacional ainda é algo que parece superar as questões humanitárias, tornando as travessias cada vez mais perigosas e afetando diretamente a experiência de quem as cruza. A travessia, que se inicia com a partida, é impulsionada por um sentimento de esperança, porém as ações dos Estados transformam as fronteiras em espaços de medo e também em espaços de morte. Dificultar as travessias é parte de uma necropolítica (MBEMBE, 2016) cruel que leva pessoas a situações de extremo risco nas quais a geografia local traz uma situação e uma sensação de proteção, por estar distante dos postos de controle, e, ao mesmo tempo, de medo, por representar o desconhecido e por apresentar diversas situações imprevistas, relacionadas ao tempo, às marés, aos ventos. É na travessia das fronteiras entre territórios nacionais que a relação identidade x alteridade começa a se revelar a partir das representações simbólicas que definem o eu e o outro e levam ao estranhamento. As fronteiras não estão apenas nas regiões limítrofes entre territórios, elas seguem a trajetória do migrante em situação de refúgio e assumem distintas formas, que podem ser transitórias, cíclicas ou até permanentes. A transitoriedade das fronteiras tem uma relação direta com a espacialidade e a facticidade; as fronteiras se materializam ou se dissipam nas distintas situações do cotidiano que vão muito além das fronteiras nacionais e se revelam na escala do corpo.

No capítulo cinco, serão trazidas as relações cotidianas no Brasil como novo lar, bem como as fronteiras simbólicas que precisam ser cruzadas. O ser

heideggeriano é espacial e temporal e a sua temporalidade permanece, mesmo com a mudança de espaço, a partir das memórias e das expectativas que os conduzem no processo de tomada de decisões diárias em um local desconhecido. Temporalidade que se manifesta no presente quando se tem o desconhecido, o não familiar ao seu redor, quando as diferenças entre o eu e o outro se revelam como limites, mesmo já distante das fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo, a convivência e as relações cotidianas podem, gradativamente, tornar o novo país, a nova cidade, o novo bairro em espaços de familiaridade, embora o estranhamento também faça parte desse cotidiano. O primeiro contato é fundamental para suavizar essa experiência ou, por outro lado, deixá-la traumatizante. A confiança em pessoas desconhecidas, especialmente em um momento de trauma, é algo difícil, contudo, muitas vezes, necessário. Algumas cidades brasileiras possuem uma rede de acolhimento que pode facilitar o processo familiarização. A língua é uma das principais barreiras nesse processo, especialmente pela urgência em compreender e ser compreendido(a). A linguagem está diretamente conectada com as experiências, sendo parte constitutiva da essência do ser, razão pela qual Heidegger (2003) a chama de casa do ser. A língua, uma das formas de linguagem, se manifesta espacialmente, nas diferentes formas de falar em diferentes contextos, muitas vezes surgindo como manifestações de poder simbólico entre falantes e não falantes da língua oficial.

A questão dos documentos é outra barreira que interfere diretamente no cotidiano do migrante em situação de refúgio, visto que, para o acesso aos direitos e garantias fundamentais, como saúde e educação, documentos são necessários. Essa, como será mostrado ainda no capítulo cinco, não é a maior barreira para aqueles que estão no Brasil, já que o país possui uma relativa facilidade no acesso a documentos como CPF (Cadastro da Pessoa Física) e Carteira de Trabalho, porém os acessos são dificultados, seja pela barreira do preconceito, seja pelo desconhecimento dos próprios brasileiros à igualdade de direitos que a legislação garante. Embora algumas fendas se abram nesse processo que é vivido dia pós dia, que inclui muitas vezes a separação familiar, o migrante em situação de refúgio também desenvolve as suas estratégias de familiarização, construindo suas pontes em escala local. Há casos em que a própria cultura e a língua se transformam em instrumentos nesse processo, já que as barreiras impostas, seja pela língua, seja

pelo não reconhecimento do diploma, ou qualquer outra barreira, levam migrantes a buscarem formas de sobreviver que tenham relação com a sua própria cultura e que estão presentes na memória, revelando-os como agentes transformadores da própria existência e interlocutores da visibilização dos migrantes da rota sul-sul que cada vez mais têm o Brasil como destino. No sexto e último capítulo serão retomadas algumas questões teórico-conceituais abordadas nos capítulos anteriores.

2. QUEM SÃO OS MIGRANTES EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO?

“Em primeiro lugar, não gostamos de ser chamados ‘refugiados’” (ARENDETT, 2013, p. 7).

Ser migrante é um modo de ser do *Dasein* que faz parte da experiência individual e envolve questões que extrapolam a marca da fronteira como algo a ser alcançado e superado. O campo de estudo das migrações forçadas insere-se no vasto terreno de possibilidades do campo da mobilidade que, de acordo com Cresswell (2006, p. 1), é a “faceta geográfica fundamental da existência”. A migração é um fenômeno mundial que não está restrito a esta escala, perpassando, muitas vezes, e até simultaneamente, por todas as escalas que a experiência humana neste planeta poderia conhecer. Um aspecto importante, que faz parte do cotidiano de quem migra, é que as definições estadocêntricas dividem os emigrantes e os imigrantes como se estes fossem partes de distintos processos, criando um ser que só existe até a fronteira e outro que surge após a fronteira, gerando paradoxos e ilusões que são perceptíveis a partir do distanciamento destas acepções ortodoxas (SAYAD, 1998).

Desde a pré-história, a mobilidade enquanto prática social faz parte do cotidiano humano. Todavia, o período feudal marcou uma fase de transição, na qual o ser humano deixa de ser nômade, com exceção de uma minoria, quando pessoas fixas passam a ter *status* em relação àquelas que viviam em trânsito (CRESSWELL, 2006). Ao longo do tempo, as práticas e as formas de mobilidade foram passando por transformações e as migrações foram se configurando com o sentido que conhecemos hoje, de deslocamento de seu país de residência para outro com a intenção de lá viver e/ou trabalhar (MAZZELLA, 2014). É em um contexto específico, porém, no qual ser europeu em um período pós-guerra contribuiu para a construção de uma proteção internacional para o refúgio, que a mobilidade humana passou a ser vista a partir da experiência de quem precisa proteger a sua própria vida, aqueles a quem a comunidade internacional chama de refugiados. Neste trabalho, foi feita a opção por chamá-los de migrantes em situação de refúgio por razões que serão expostas ao longo do capítulo.

Também será abordada a relação entre a questão formal do refúgio, que passa por um enquadramento jurídico que se transforma de maneira muito mais lenta do que os processos e formas de refúgio que surgem. A experiência do ser migrante em situação de refúgio acaba sendo limitada por definições que não dão conta de acompanhar as transformações da própria experiência, que se revelam a cada novo conflito, a cada novo problema ambiental e que, mais ainda, esbarra nos limites à livre circulação com base em nacionalidades, deixando de lado as reais necessidades e os direitos e garantias fundamentais, previstas em acordos internacionais relacionados aos direitos humanos. A jurista e filósofa do Direito Jeannette Maman (2000) ressalta a importância do que chama de arte da compreensão para o saber jurídico, uma compreensão que se dá a partir de um Direito que vai além da simples aplicação imediata de leis e que deve ter como base o conhecimento das situações sociais. É a partir da experiência que se precisa pensar a mediação com a questão formal do enquadramento jurídico para que este seja construído “para além da sua banalidade técnica (ser-aí inautêntico) que se instauraria uma definição do direito como existência autêntica, no regaço das experiências e do convívio social justo” (MASCARO, 2016, p. 348).

A experiência antecede a Geografia enquanto ciência e é a partir dela que se “pretende trazer à tona [...] a experiência nas existências” (MARANDOLA JÚNIOR, 2005, p. 65). Retomando aqui algo mencionado na introdução, na visão heideggeriana, a experiência está relacionada ao trilhar um caminho, e é a partir dela que se dá a compreensão de mundo. De acordo com Heidegger (2003, p. 121), a experiência “seja com uma coisa, com um ser humano, com um deus, significa que esse algo nos atropela, nos vem ao encontro, chega até nós, nos avassala e transforma” (HEIDEGGER, 2003, p. 121). Não passamos alheios à experiência, visto que não é possível dissociá-la da existência (MARANDOLA JÚNIOR, 2005). É então na compreensão da experiência que é possível entender que a existência não se dá de maneira individual, mas com os outros e em um contexto espacial e temporal. Fischel (2006) lembra que perseguição é o critério-chave para o reconhecimento de um indivíduo como aquele que tem o direito ao estatuto do refúgio e que esse critério deixa de fora pessoas em situação de vulnerabilidade por inúmeras outras razões. Vale ressaltar que ser migrante em situação de refúgio é um modo de ser que só existe em virtude dos limites impostos à circulação de pessoas pelas

legislações nacionais para aqueles que precisam de um novo começo, legislações que prezam por uma pretensa soberania que não se sustenta em um mundo de interdependências.

2.1. A SITUAÇÃO DE REFÚGIO

O refúgio é uma necessidade humanitária que, juridicamente, aos olhos do direito internacional, atende a uma ordem estadocêntrica de proteção e ainda é algo que provoca a estigmatização. O estigma das denominações oficiais, em especial o termo refugiado, faz com que o ser migrante em situação de refúgio passe por experiências repletas de circunstâncias de desconforto e preconceito. Jean Katumba (quadro 1) fala sobre a carga de preconceito que levam as palavras estrangeiro e refugiado:

Quadro 1 - Depoimento de Jean Katumba

Estrangeiro é uma linguagem de ataque. Estrangeiro é uma coisa que vem pra ser estranha. Estranhando os outros. Estrangeiro é uma palavra pejorativa que foi dada para as pessoas ignorantemente, para tirar deles algum direito. Se a gente quer falar estrangeiro, todo mundo é estrangeiro no mundo. [...]. Aí, a palavra estrangeiro aqui no Brasil, no estatuto do estrangeiro que, graças a Deus, foi substituído pela lei de migração, tratava ser humano, imigrante como estrangeiro. [...]. O brasileiro não acredita em ninguém, ele não dá chance para o outro. [...]. Ser estrangeiro no Brasil é sofrer de várias coisas ao mesmo tempo. É sofrer preconceito somente porque você é estrangeiro. Agora, estranha o quê? O que estranha? Nosso tom de pele, nossa falta de falar português, nossas religiões ou nossa nacionalidade? Isso que é a pergunta que tem que perguntar. No que eu estranho você? Se você falar preto, não tem somente eu preto não, tem brasileiro preto também. Significa: não tem nada a ver. Se você fala que não falo bem português, quem falou que o português é a única língua do mundo? Eu posso ser burro em português, mas eu sou superinteligente em inglês. Pode ser em francês. Entendeu? Será que é minha religião? Quem falou que tem tópico das religiões? [...]. Porque a religião é um caminho que as pessoas buscam a Deus. [...]. Sendo estrangeiro no Brasil você vai sofrer primeiro de preconceito. Porque brasileiro, a cultura brasileira, é uma cultura que leva alguém a não acreditar no outro. Mesmo no ônibus, veja no ônibus como as pessoas são. Individualistas. Ninguém dá bom dia para ninguém. [...]. Na minha cultura, alguém pode falar que você é malvado porque você não dá bom dia. [...]. Mas aqui para dar bom dia, alguém te pergunta: "você me conhece?". Significa [que] para te dar bom dia eu tenho

que te conhecer. Como vou te conhecer se não te dei bom dia? (risos) Um mínimo, que é bom dia, você não é capaz de aceitar. [...]. Claro que o ser humano é malvado, mas a gente não pode generalizar todos. [...] É o preconceito que leva a discriminação. O que tem preconceito contigo, ele que vai te discriminar. [...] Desqualificado, isso que é a palavra-chave. [...] Outra palavra: refugiado. Essas duas palavras [estrangeiro e refugiado] levam muito preconceito. Porque as pessoas ficam perguntando: quando ele é refugiado, ele é fugitivo? Fugiu pra quê? Por que fugir?

Fonte: (Informação verbal)⁵.

A fala de Jean é impregnada de um sentimento de que ser chamado de estrangeiro ou de refugiado possui uma carga de preconceito que está relacionada ao não reconhecimento do outro como igual. Para Jean, a falta de conhecimento dos brasileiros em relação aos meandros do que é ser migrante em situação de refúgio é fator de discriminação. Fatores como religião, raça, nacionalidade, língua ou apenas a denominação de refugiado são fatores de preconceito e discriminação. A alcunha de refugiado parece ser uma anomalia aos olhos dos filhos da nação que têm no Estado uma entidade natural (CESARE, 2020), como algo que está dado e não como uma construção humana que pode ser tensionada e repensada. O depoimento a seguir (quadro 2) também traz uma visão complementar sobre o assunto:

Quadro 2 - Trecho da entrevista de Oula Alsagheer

A maior diferença que eu senti aqui no Brasil, que aqui a cada segundo e a cada minuto tem que lembrar que eu sou refugiada, de jeito que, quando as pessoas falam comigo, as perguntas, quando estou andando na rua e encontro uma amiga e ela está com outra pessoa, ela não me apresenta só com meu nome, que ela vem da Síria, ela fala: refugiada. Então aquela palavra marca muito. Então o trabalho como cantora e atriz, sempre nas reportagens, em cada detalhe, tem que lembrar que eu sou refugiada. Então essas coisas começaram a me atrapalhar porque eu sou refugiada sim, mas não é meu nome, não é minha personalidade, é um documento só. Então, além disso, eu já consegui a nacionalidade brasileira, eu tenho um documento brasileiro agora, mesmo, e meus filhos também. Mas eu fiquei na frente, aos olhos de todas as pessoas como aquela atriz, aquela cantora refugiada. [...] E aqui ainda não sinto que eu sou brasileira porque, como te falei, eu sempre eu vou ser aquela refugiada que veio para cá. Eu luto para achar um lugar para viver um futuro melhor até com nacionalidade, sabe, pertencendo à pátria.

Fonte: (Informação verbal)⁶.

⁵ Entrevista realizada com Jean Katumba, diretor da ONG PDMIG – África do Coração, em 13 de agosto de 2019.

A fala de Oula representa o estigma de ser lembrada a todo o momento que não pertence ao lugar onde está. Ela coloca isso como uma dificuldade para a integração e para a construção de um sentimento de pertencer, de chamar aquele onde está de seu lugar. Para ela, não ser lembrada constantemente dessa situação ajudaria a seguir em frente na tentativa de construir um lar no Brasil, visto que ela agora é brasileira, o que leva a uma ideia de que pertencer não está relacionado apenas à nacionalidade. É como se a sua identidade, representada pela própria história de vida, se resumisse àquele único termo: refugiada. Não é mais a Oula, palestina nascida na Síria, cantora e atriz, mãe de dois filhos, brasileira naturalizada. É simplesmente refugiada. Ser lembrada disso cotidianamente faz com que uma questão que deveria ser meramente jurídica, para a garantia dos direitos fundamentais, ultrapasse esses limites e os façam sentir sempre como o outro, como estranho, o que não pertence a esta terra, tornando-se assim uma das facetas existenciais do ser migrante em situação de refúgio. Ser migrante em situação de refúgio é sentir o peso de ser quem é e, ao mesmo tempo, da lembrança constante de que se está sendo julgado constantemente. Para Said (2003, p. 54), “a palavra ‘refugiado’ tornou-se política: ela sugere grandes rebanhos de gente inocente e desorientada que precisa de ajuda internacional urgente”.

O Estado brasileiro chama de reconhecimento da condição de refugiado um direito que é vitalício e que faz com que, mesmo não existindo mais a situação que levou à fuga, este migrante tenha garantido o direito de viver no país onde tem esse direito reconhecido. Entretanto, isso nos traz um paradoxo: chamar de condição a situação de refúgio é reforçar o estigma de que aquele que veio de fora será sempre o outro. A situação, na fenomenologia de Heidegger (2015), está relacionada à espacialidade e à facticidade que influenciam diretamente na tomada de decisões que levam o *Dasein* a poder ser em sentido próprio, que significa o tomar para si as rédeas da própria existência. A condição de ser é estar situado, como reforça Saramago (2008), e a situação é dinâmica e espacial. Dessa forma, o refúgio é uma resposta imediata a uma necessidade de fuga do país de origem por diversas razões que comprometem a integridade física, mental e a própria vida. Além disso, aquela que oficialmente é denominada de condição de refúgio é construída e validada pelo

⁶ Entrevista realizada com Oula Alsagheer, cantora e atriz, em 30 de outubro de 2020.

Estado, não bastando a autoidentificação e a declaração das fundadas razões (WALDELY, 2016). É necessária a verificação e a validação das histórias contadas. A decisão de partir é do migrante, mas a validação do direito ao refúgio é do Estado.

A visão estadocêntrica de criar algo que seja visto como uma condição chega à sociedade como uma mensagem de que mesmo com os direitos e garantias que o processo de refúgio traz consigo, o estigma que o termo carrega pode ser um fator dificultador na própria integração. O termo refugiado leva uma carga que é sentida por quem passa por essa situação e é disseminada por quem não passa. O termo é apenas uma denominação jurídica e que não coloca em xeque a capacidade individual de ser, pensar e agir como qualquer outro ser humano. Os estigmas de estarem em fuga e/ou de serem vítimas em busca de ajuda é algo que os incomoda a ponto de precisarem repetir em muitas das falas que analisei que são seres humanos iguais a todos os outros e com as mesmas capacidades.

O que devemos separar aqui é o reconhecimento que o Estado dá que, sim, deve ser vitalício, do tratamento que a sociedade dá ao assunto. Considerando a ideia de Dardel (2015, p. 11), que reforça esse sentido espacial de Heidegger quando afirma que “a ‘situação’ de um homem supõe um ‘espaço’ onde ele ‘se move’; um conjunto de relações e de trocas; direções e distâncias que fixam de algum modo o lugar de sua existência”, chamaremos de situação de refúgio a circunstância da necessidade de proteção de um Estado onde não se tem nacionalidade, visto que ser migrante em situação de refúgio passa pela localização fora do seu Estado de nacionalidade, mas ser migrante em situação de refúgio não é um modo de ser permanente. Dessa forma, opto por utilizar a expressão ser migrante em situação de refúgio, visto que, o termo situação significa que, apesar de, juridicamente, ser uma condição vitalícia (a partir do momento em que o Estado a concede), a decisão de permanecer como refugiado jurídico é do próprio indivíduo e deve ser respeitada pela sociedade. Alguns têm a opção de voltar quando a situação que levou à partida cessa, o que extingue a proteção (atrelando essa condição à fixidez), e outros optam pela naturalização, obtendo, assim, a nacionalidade do país onde estão, como fez Oula que, apesar de brasileira naturalizada, continua com o estigma de refugiada mantido pela sociedade.

Ao longo deste trabalho, optei também por não utilizar o termo refugiado(a), exceto nas citações que o mencionam ou quando estiver falando do termo na sua acepção jurídica ou sobre os preconceitos e estigmas relacionados a ele. O termo ser migrante em situação de refúgio está sendo utilizado para enfatizar um modo de ser do *Dasein* e não para reforçar estigmas. Destrinchando aqui a escolha, lembramos que uma das bases para este trabalho é o pensamento filosófico de Martin Heidegger, especialmente a obra *Ser e Tempo*, que é baseada na busca pelo sentido do ser, já que ser para ele é “indefinível” e, ao mesmo tempo, “evidente por si mesmo” (HEIDEGGER, 2015, p. 37; p. 39). E é o modo de ser do *Dasein*, com suas dimensões ônticas e ontológicas que se revela a partir da historicidade, da cotidianidade e da temporalidade. A historicidade é algo anterior a História enquanto ciência sendo inclusive a sua base (Heidegger, 2015). Sem experiência, ou seja, sem historicidade, não há História, porque a história é experienciada antes de tornar-se tema das discussões deste campo do conhecimento, bem como sem geograficidade não há Geografia.

A Geografia, dessa forma, se constrói a partir da geograficidade, da experiência de mundo. Dardel (2015, p. 1-2) a define como a “relação concreta que liga o homem à Terra”. Vale ressaltar, como nos lembra Besse (2015, p. 121), que essa Terra a que Dardel se refere não significa o Planeta Terra, mas o “elemento imediato e primordial no qual se mediatiza toda a existência humana”. Essa ligação entre o homem e a Terra não é algo estático, já que também diz respeito à busca por “novos ambientes” como algo inerente ao ser humano e ao seu “modo de existência”. A “inquietação geográfica” faz parte da natureza humana e precede a Geografia enquanto ciência.

A geografia não é, de início, um conhecimento; a realidade geográfica não é, então 'um objeto'; o espaço geográfico não é um espaço em branco a ser preenchido a seguir com o colorido. A ciência geográfica pressupõe que o mundo seja conhecido geograficamente, que o homem se sinta e se saiba ligado à Terra como ser chamado a se realizar em sua condição terrestre (DARDEL, 2015, p. 33).

É importante ressaltar que os deslocamentos sempre estiveram presentes ao longo da história da humanidade, porém essa busca por novos ambientes tem esbarrado cada vez mais nos diversos obstáculos à mobilidade criados pelo próprio ser humano ao mesmo tempo em que evolui a tecnologia que facilita os

deslocamentos. O que mudou foram as formas de controle de entrada e saída de pessoas pelos Estados. O turista é bem-vindo, já o migrante, depende. Em uma realidade estadocêntrica, a migração é considerada uma anomalia (CESARE, 2020). Dessa forma, a fixidez do lugar, no argumento de Tim Cresswell (2006, p. 26-27, tradução nossa), geógrafo britânico que estuda questões relacionadas à mobilidade, advém do reflexo na “linguagem e prática social” de um pensamento “enraizado e delimitado” que se traduz na mobilidade como uma “desordem no sistema”, como algo ameaçador e que demanda controle pela ausência de envolvimento e de comprometimento. O estadocentrismo é desafiado por indivíduos que ousam buscar novas realidades geográficas com a intenção de chamá-las de lar, ou mesmo sem a intenção inicial de fazê-lo.

A realidade geográfica, muitas vezes, restringe e aprisiona (DARDEL, 2015). Mover-se é geografizar-se, é orientar-se. O sentido de orientação surge já na infância, quando é atribuído valor àquele espaço e ele transforma-se em lugar (TUAN, 1983). A mudança na paisagem traz novas experiências sensoriais. Novas cores, formas, sons, sabores, odores são adicionados ao “arquivo” da memória. A necessidade de orientação no espaço, de reconhecer-se no mundo circundante (DARDEL, 2015; HEIDEGGER, 2015), acentua-se com o distanciamento físico da terra natal. Para Dardel (2015, p.11), “um homem expatriado é um homem ‘desorientado’”. A falta de familiaridade com um espaço cria a necessidade de reorientação. Na escala do corpo, a historicidade e a geograficidade são vividos e explicados em forma de palavras, de pensamentos, de ações, de sentimentos, de percepções, de memórias.

Ser migrante recai sobre a experiência de estar deslocado, “movido de seu lugar primevo” (MARANDOLA JÚNIOR; DAL GALLO, 2010, p. 408). Fenomenologicamente, Goetttert explica o migrante como:

[...] aquele que parte e aquele que chega, sendo, no movimento da migração e entre lugares, o mesmo/outro, simultaneamente. Mais que um sujeito *atopos*, o migrante é um ser de lugares e por isso o paradoxo: pode estar em um lugar no instante mesmo em que se sente pertencente a muitos outros, ou, contrariamente, pode “não estar” (GOETTERT, 2010, p. 15).

O estar e o pertencer, o ser o mesmo e o outro, simultaneamente, refletem uma pontinha da complexidade do que é ser migrante. Depoimentos como os

apresentados até aqui, mostram que tentar definir o que é refugiado enrijece os rótulos e tem um impacto direto na experiência dessas pessoas, o que, definitivamente, não é o nosso intuito. Para alguém ser chamado de migrante, a localização é o ponto fundamental. Migrar pressupõe deslocamento e, neste caso específico, para outro território nacional. Então por que dizemos que alguém é e não está migrante? Ninguém diz que está brasileiro, visto que a nacionalidade, quando se tem e com raras exceções é uma condição e não uma situação. Costuma-se dizer sou brasileiro, independentemente da localização. Migrante, estrangeiro, refugiado, representam estigmas que são designados pelo outro, por aqueles que não os reconhecem como iguais. De acordo com Tuan (2012, p. 34) “a mente humana parece estar adaptada para organizar fenômenos não só em segmentos, como organizá-los em lados opostos”. Aquele que não tem a mesma nacionalidade representa o outro e o outro é o oposto do eu. O reconhecimento de que alguém está migrante abre o precedente para a igualdade. Por isso, o migrante é sempre tratado como diferente, como refugiado. E quando é tratado pelo nome, a diferença é destacada como se fosse um sobrenome: “ela é Oula Refugiada”.

2.2. SER MIGRANTE EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO: SER COM DIREITOS?

Antes de levantarmos as questões teóricas pertinentes ao tema, é importante refletimos sobre elas a partir de temas que surgiram com as falas dos entrevistados. O trecho a seguir, da entrevista com Jean Katumba (quadro 3), traz algumas questões relacionadas ao como é ser migrante em situação de refúgio que precisam ser discutidas e tensionadas:

Quadro 3 – Trecho da entrevista com Jean Katumba

[...] um bom acolhimento dos imigrantes. Sem distinção, sem discriminação [...]. Porque a gente

sabe que hoje eles tã com os braços abertos pros venezuelanos, amanhã vão abandonar os venezuelanos⁷. Isso é feio! Começar bem e terminar mal. É melhor começar mal e terminar bem, tá. Essa política que o Brasil implementa, fala: “vamos fazer uma política específica pro venezuelano”. Isso é feio! Porque só agora que venezuelano pode entrar 300 pessoas, não tinha [essa entrada em massa antes]. Mas nunca vai ter cubano entrando aqui 300 no mesmo dia no Brasil. O que vale é se você pega essa política e amplia pra todo mundo. [...]. Haitiano tinha essa política. Hoje tá onde? Abandonado, largado. Sírio tinha essa política. Cadê agora? Abandonado, largado. Por isso a gente não quer esse tipo de política. Direito igual significa tratamento igual. [...]. Venezuelano chega aqui, tem ônibus pra levar. Tudo bem! A gente entende. Mas usa essa política pra todo mundo. Se lá em Roraima tem também um congolês, coloca ele na lista do venezuelano. Porque ele é imigrante. Entendeu? Porque quando vocês tã nos dividindo, tá ficando feio. [...]. Política específica tem que estar na comunidade em geral. Significa o quê? Se chega aqui no Brasil 50 jamaicanos juntos, vamos descentralizar esses 50. Se chega nesse Brasil 40 filipinos junto, porque nunca vai chegar 40 filipinos juntos (risos). É só um, só dois, só três. Quem tá chegando junto? Só venezuelano! [...]. Por que fechar a porta? Isso que falamos sempre, o Brasil abre a porta e fecha a janela. Ele te mostra seja bem-vindo na porta, mas lá dentro você vai morrer afogado até você sair sozinho. [...]. Essa política não é digna. Quando você é pai, você tem que tratar todos os filhos iguais.

Fonte: (informação verbal)⁸.

A fala de Jean é uma referência à política brasileira de visto humanitário, que englobou haitianos, sírios e ucranianos e da Operação Acolhida, específica para venezuelanos. Há uma carência na atenção aos migrantes em situação de refúgio que não entram no país em números que chamem a atenção de quem cria essas políticas. Para ele, as ações do Estado brasileiro deveriam beneficiar a todos e não apenas nacionalidades específicas. É a falta dessas políticas que geram situações de exposição e de risco que, muitas vezes, deixa os migrantes em situação de extrema vulnerabilidade ou mesmo de morte. O depoimento ressalta uma política de acolhimento que se revela de forma fragmentada e desigual (BAENINGER, 2020) tanto no sentido de diferenciação das políticas pela distinção de nacionalidades, como fala Jean (quadro 3), quanto na distribuição espacial dos migrantes contemplados pelas políticas nas cidades de destino, como afirma Baeninger (2020).

⁷ A entrevista foi realizada antes da pandemia, quando as fronteiras terrestres foram fechadas e o pedido de refúgio inabilitado para quem entrasse por via terrestre durante a vigência dos decretos, o que prejudicou principalmente os venezuelanos. Voltarei a este assunto mais adiante.

⁸ Entrevista realizada com Jean Katumba, diretor da ONG PDMIG – África do Coração, em 13 de agosto de 2019.

Vale aqui ressaltar que a grande maioria das cidades brasileiras não possui políticas públicas de apoio ao migrante.

Uma questão fundamental e contraditória, ao mesmo tempo, é o fato de que para ser reconhecido pelo ordenamento jurídico como alguém com direitos concedidos pelo *status* do refúgio, não apenas o brasileiro, é necessário que a pessoa já esteja no território nacional onde vai pedir o refúgio. Dessa forma, os migrantes precisam muitas vezes arriscar a vida em travessias que, com a ampliação dos regimes de controle fronteira, tendem a ficar cada vez mais perigosas. Pessoas que já estão em situação de risco, precisam colocar-se em mais situações de risco porque a proteção internacional não pode “entrar” em um território nacional sem permissão, quem precisa de ajuda tem que sair do país onde vive. A solução do visto humanitário, emitido pelas embaixadas, ameniza a situação, mas depende de decretos que especifiquem quem terá esse direito que, além de ser temporário, costuma ser resultado de políticas voltadas para nacionalidades específicas em situações específicas e apenas quando o fluxo começa a gerar pressão nos serviços públicos das cidades onde os migrantes estão presentes. A intenção não costuma ser o acolhimento dos migrantes, mas a redução das tensões com a população local. Mesmo sendo signatário de convenções internacionais relacionadas ao tema, a ação do Estado não se revela como uma política *perene*, que acolhe a todos, em qualquer cidade do seu território nacional.

A inclusão do tema refúgio na agenda internacional ocorreu no âmbito da Liga das Nações, criada após a Primeira Guerra Mundial, com o intuito de buscar soluções para uma estabilidade política e um processo de paz durável fora de uma lógica de invasão de territórios e redesenho de fronteiras (FISCHEL, 2006). José Fischel (2006), que atua na área do Direito Internacional, ainda resalta que, embora não se falasse em um envolvimento da Liga das Nações com as questões do refúgio, o artigo 25 do seu pacto constitutivo referia-se à colaboração com a Cruz Vermelha, o que abriu caminho para as primeiras discussões sobre o tema e a nomeação, em 1921, do primeiro Alto-Comissário para os Refugiados Russos. Na época, o termo refugiado era utilizado para denominar pessoas que estavam fora do seu país de origem, sem a proteção do governo e que não adquirissem outra nacionalidade (FISCHEL, 2006).

A Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 (ONU, 1951), surge no contexto pós Segunda Guerra Mundial quando pessoas que viviam nos países europeus, arrasados pela guerra, precisavam de um recomeço. Em seu texto original, traz um critério de reconhecimento que abrange apenas os acontecimentos ocorridos antes de 01 de janeiro de 1951, citando especificamente a Europa. Posteriormente, o Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados de 1967 (ONU, 1967) levou em consideração novos acontecimentos como o processo de descolonização dos países africanos e as novas situações de refúgio, eliminando as limitações espaciais e temporais (BARRICHELLO; ARAUJO, 2014) que enrijeciam as normas internacionais para reconhecimento do refúgio. A Convenção de 1951 teve como marco o fato de que os seus signatários não poderiam repatriar ou deportar pessoas que são reconhecidas pela convenção como refugiados (princípio do *non-refoulement*), além do estabelecimento do Acnur – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (FISCHEL, 2006).

Em seu texto, a Convenção (ONU, 1951) enfatiza que os Estados não deverão discriminar por raça, religião ou país de origem e que a liberdade de prática religiosa e educação religiosa dos filhos deverá ser a mesma que possuem os seus nacionais, bem como direito ao emprego, à propriedade, à circulação dentro do território nacional, à previdência social e à educação básica, porém também dá margem aos Estados para que levem em consideração a segurança nacional. Isso abriu uma brecha para a proliferação dos chamados campos de refugiados e até mesmo prisões onde são mantidos os postulantes ao estatuto do refúgio até a decisão, que pode levar de meses até anos. Da mesma forma, é permitida a expulsão de pessoas juridicamente reconhecidas pela situação de refúgio desde que por motivo de segurança nacional ou ordem pública, sem explicar quais seriam as situações que se enquadrariam nesses casos, abrindo assim margem para diversas interpretações.

A Convenção de 1951 foi implementada no Brasil pela Lei 9.474/97 (BRASIL, 1997). Ambas estão em consonância, porém a legislação brasileira possui uma definição mais ampla de refúgio do que a Convenção por ter incorporado acordos posteriores, além de transmitir de forma mais clara e mais direta as suas regras aos órgãos da administração pública envolvidos (BARRETO, 2010). No âmbito das

discussões latino-americanas, o Brasil passou a defender que as questões relacionadas às migrações passassem a ser compreendidas e tratadas na esfera dos direitos humanos (BARRETO, 2010) no lugar de focar no migrante como uma ameaça à segurança nacional. Um reflexo desse pensamento é a Lei nº 13.445/2017 (BRASIL, 2017a), considerada um grande avanço em relação à lei anterior, a Lei nº 6.815/1980, conhecida como Estatuto do Estrangeiro (BRASIL, 1980), que substituiu o paradigma da segurança nacional por uma perspectiva mais voltada para as questões dos direitos humanos. A legislação trouxe algumas definições no seu parágrafo 1º do art. 1º do que, para a lei brasileira, se entende por imigrante, emigrante, residente fronteiriço, apátrida e visitante. Não avançou, contudo, da forma necessária. O seu inciso I, que definia migrante, por exemplo, foi vetado pelo então presidente Michel Temer, com o argumento de ser “um conceito demasiadamente amplo” (BRASIL, 2017b). O texto original da lei colocava migrante como “pessoa que se desloca de país ou região geográfica ao território de outro país ou região geográfica, incluindo o imigrante, o emigrante, o residente fronteiriço e o apátrida”. Era uma definição que englobava a migração como um processo que não começava a partir do cruzamento dos limites do território nacional. O seu veto mostra que o olhar do Estado brasileiro em relação ao migrante ainda carece de reconhecimento ao direito de deslocamento universal, o *jus migrandi* (CESARE, 2020), que reconhece, simultaneamente, o direito de emigrar e imigrar. Seyla Benhabib (2005), filósofa nascida na Turquia e naturalizada estadunidense, reflete sobre a contradição absoluta entre as convenções internacionais e declarações de direitos humanos quando confrontadas com a soberania nacional e as reivindicações dos Estados de controlar as fronteiras.

Embora a Convenção de 1951, exceto pela questão da segurança nacional, que favorece o Estado, trate o migrante em situação de refúgio como sujeito de direito, assim como ocorre em outras legislações pelo mundo, a exemplo da Lei de Migrações brasileira, os discursos praticados dentro dos territórios ainda levam a sociedade, a imprensa e até mesmo pesquisadores, incluindo-me, a cometerem o erro de vitimizar e pensar no migrante em situação de refúgio como alguém que precisa de proteção e assistência, que depende da bondade de governos e de organizações não governamentais para reconstruírem suas vidas.

A livre circulação de pessoas deveria ser uma política para além da soberania dos Estados. A questão aqui deveria ser: por que são impostas tantas barreiras às pessoas considerando a sua nacionalidade? Por que não são oferecidas as mesmas oportunidades independentemente dos critérios de sangue e/ou solo? A Convenção de 1951 trata o migrante em situação de refúgio como alguém que precisa ser protegido porque a base das relações humanas na lógica dos Estados é hierarquizada e a relação nacional x não-nacional se dá pela travessia de fronteiras entre Estados-nação, que é criminalizada quando não realizada a partir de um modelo hegemônico que pressupõe a autorização do Estado de destino e quando esses Estados buscam selecionar pessoas a partir de critérios econômicos, sociais e raciais. Fischel (2006) coloca a questão do refúgio como um problema internacional e, por isso, a proteção das pessoas em situação de refúgio é da comunidade internacional. Se o refúgio é considerado um problema é porque há barreiras impostas pelos próprios Estados que fazem o máximo para dificultar a livre circulação de pessoas em direção aos seus territórios e, quando permitida, ela é restrita a um tempo de permanência e é necessária a autorização do próprio Estado para o seu aumento.

As migrações não são processos homogêneos e diferentes migrantes migram em situações desiguais, por distintas razões. Há uma tendência em afirmar que, na migração fluida, por exemplo, há uma preparação para o processo de desenraizamento, diferentemente do que ocorre quando se migra em situação de refúgio. É importante explicar que não utilizo os termos migração fluida e migração em situação de refúgio como análogos ao que as literaturas acadêmica e jurídica chamam de migração e refúgio, mas para tentar discutir algumas questões sem as amarras que estas definições vêm perpetuando. Dessa forma, é importante compreender antes o que é reconhecido atualmente como migração e refúgio. De acordo com a OIM – Organização Internacional para as Migrações, o termo migração é definido como um “processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocamento de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas” (OIM, 2009, p. 42). No entanto, apesar de a migração englobar distintas formas de deslocamento, a explicação do termo migrante, a seguir, dá margem a algumas reflexões:

No plano internacional não existe uma definição universalmente aceita de migrante. O termo migrante compreende, geralmente, todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão, por razões de “conveniência pessoal” e sem a intervenção de factores externos que o forcem a tal. Em consequência, este termo aplica-se, às pessoas e membros da família que se deslocam para outro país ou região a fim de melhorar as suas condições materiais, sociais e possibilidades e as das suas famílias (OIM, 2009, p. 43, grifo do autor).

Mesmo não havendo uma única definição universalmente aceita, como diz o texto da OIM, o termo migração é geralmente relacionado ao deslocamento entre fronteiras de territórios nacionais, reforçando uma visão estadocêntrica e, além disso, há uma ideia de livre arbítrio, de escolha para melhorar a qualidade de vida, que entremeia o que as organizações internacionais e os Estados chamam de migração. Na concepção apresentada, por exemplo, um migrante está deslocado por livre decisão e conveniência pessoal. Esse é o oposto da ideia de refúgio, que traz a proteção internacional na sua essência, devido à natureza do deslocamento forçado. Mas será que todos os migrantes estão nessa situação por conveniência pessoal? E todos aqueles que estão em situação de refúgio possuem a mesma proteção internacional dos que são reconhecidos como refugiados pelos Estados? A resposta para as duas perguntas é não e é nessas questões que se baseiam o desenrolar desta seção a partir daqui. É no limiar entre a livre escolha e a sujeição que se estabelece a principal distinção entre o que se tem chamado de migração e refúgio. Contudo, apesar de discussões e avanços teóricos, ainda há uma limitação imposta pelo reconhecimento de cada Estado sobre situações que garantem o direito a esta proteção. Dessa forma, é importante o entendimento de que também não me limito aqui à definição de refugiado presente no Art. 1º da Lei nº 9.474/1997 (BRASIL, 1997) e que restringe o reconhecimento do refúgio apenas àqueles que deixam os seus lares:

- I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997).

Estas definições, na visão do jurista e filósofo do direito Alysson Mascaro (2016, p. 329), que são muitas vezes fruto “da técnica insípida e neutra,

pretensamente universal”, costumam levar em consideração as maiorias, as regras no lugar das exceções. Os estudos da Filosofia do Direito vêm buscando cada vez mais a “compreensão das concretas situações existenciais” (MASCARO, 2016, p. 329) especialmente em temas relacionados aos direitos humanos. A evolução das legislações de migração e refúgio são exemplos disso, embora ainda estejam muito longe de contemplar na sua totalidade os temas necessários em especial relacionados à transnacionalidade dos direitos humanos.

Um exemplo disso é o tratamento do migrante pelas legislações como imigrante (aquele que só passa a existir para o Estado após a entrada no território nacional como ocorre, inclusive, na nova legislação brasileira) que ganha força a partir das próprias convenções internacionais que privilegiam o modelo tradicional do Estado-nação e sua soberania na decisão de quem é ou não apto a ter suas garantias e direitos fundamentais respeitados, a quem será concedido o direito de viver naquele território nacional ao qual não pertence e que muito menos lhe pertence.

A evolução da legislação relacionada à situação de refúgio tem um traço fundamental que é o estar em constante discussão e evolução com base nas experiências daqueles que migram, embora não na velocidade necessária, porque essas experiências parecem só chamar a atenção a ponto de serem discutidas em escalas nacional e transnacional quando são coletivas e em massa, a ponto de alterarem as rotinas dos Estados que são destino para esses migrantes. Houve um período em que a análise da concessão do estatuto do refúgio se baseava nos grupos étnicos e nacionais. Ainda antes da Segunda Guerra Mundial, contudo, passou a ter um caráter subjetivo, com a análise dos casos com base nas histórias individuais que levaram a deixar o lar (BARRICHELLO; ARAUJO, 2014). Um exemplo de análise jurídica baseada na situação, na escuta das experiências, mas que, como lembra Waldely (2016, p. 59), necessita ser verificada pelo Estado para ser validada, como “uma forma de poder sobre a verdade” já que as histórias contadas precisam ser no mínimo verossímeis e compatíveis com pesquisas realizadas pelas instituições que concedem o refúgio. Isso leva pessoas a precisarem se preocupar com detalhes e evitar contradições em todas as etapas de

um processo que pode levar anos, e que se inicia em um momento de trauma, de mudanças, de desconhecimento das questões locais.

Outra questão que surge com a fala de Jean Katumba (quadro 3) e do diálogo com os autores até aqui mencionados, tentando manter um distanciamento das concepções oficiais e amplamente aceitas para migração e refúgio, é a seguinte: deveríamos colocar na mesma escala de análise de livre escolha e conveniência pessoal aqueles que tiveram acesso a boas escolas e universidades e que migram por conta de uma proposta de emprego no exterior, por exemplo, e aqueles que migram porque não conseguem ter acesso aos direitos fundamentais nos seus países? A definição de refúgio mais aceita internacionalmente e adotada pelo Brasil, exclui, por exemplo, pessoas que realizam o deslocamento pela situação de extrema pobreza no seu país ou pessoas que fogem das consequências dos desastres ambientais que aumentam a situação de vulnerabilidade de alguns grupos sociais. Deveriam esses migrantes, por exemplo, ter o mesmo tratamento de migrantes que vão viver em outro país como investidores ou com emprego já garantido? Na verdade, sabemos que o tratamento não é o mesmo e que a facilidade de obtenção do visto e da documentação necessária para residência e permanência é maior para este último grupo. O paradoxo aqui é que aqueles que possuem recursos financeiros são facilmente aceitos para viverem como migrantes e os que não possuem são rejeitados para que não se tornem migrantes. Nas avaliações de pedido de refúgio, o fator proteção do Estado de origem é levado em consideração. Claramente as situações de perseguição do próprio Estado se configuram nesse quesito de falta de proteção, mas as situações de extrema pobreza e violência não se configurariam em falta de proteção do Estado por omissão?

Deve-se ressaltar aqui que o refúgio não deixa de ser uma migração pelo componente do deslocamento, mas se distingue pelo elemento da opção entre enfrentar uma situação de violação dos direitos humanos que pode até mesmo levar à morte. O refúgio é uma alternativa às crises de violência generalizada, perseguições que matam e graves violações de direitos humanos que não são cessadas pela desculpa da inviolabilidade do princípio da soberania, uma inviolabilidade que é relativa, se considerarmos diversos conflitos nos quais Estados distintos tomam parte e que deixam a população em situação de mais

vulnerabilidade, já que essas intervenções geralmente não possuem o intuito de defender as pessoas das violações de direitos humanos. Com essa relativização da inviolabilidade da soberania, as pessoas que se sentem ameaçadas precisam agir sozinhas para conseguirem ultrapassar as fronteiras e buscar proteção internacional que, em teoria, não poderia ser negada. O princípio do *non-refoulement*⁹, válido para os solicitantes de refúgio, é considerado de natureza *jus cogens*¹⁰ pelas normas de direito internacional. O termo que, em francês, significa não rejeição, diz que nenhum país deve rejeitar a entrada de pessoas que se declarem em situação de refúgio, porém a permanência delas é uma decisão que se apoiará na legislação interna e na decisão de cada Estado com base em uma análise individual e investigação das motivações de partida.

Um aspecto importante, que destaco aqui, é que a diferença de tratamento pode estar na nacionalidade e/ou na classe social¹¹. O termo migrante fluido, mencionado anteriormente, é uma referência àquelas pessoas que migram em uma situação na qual o contexto é favorável tanto no destino como no país de origem. Isso significa recursos financeiros, facilidade de obtenção do visto, tempo para aprender o idioma, possibilidade de retornar ao país de origem para viver ou para visitar sempre que desejar, ou seja, facilidade de mobilidade por razões políticas ou financeiras. O migrante em situação de refúgio não necessariamente possui uma classe social específica no país de origem. A necessidade de fugir, numa guerra ou numa situação de violação de direitos humanos pode atingir a todos. Aqueles que possuem seu patrimônio imobilizado ou profissões que possuem melhores salários, como médicos e advogados, por exemplo, acabam deixando tudo para trás e recomeçando em países onde seus diplomas não são válidos e não podem atuar na profissão até obterem a revalidação. No Brasil esse é um processo lento. O recomeço, em muitos casos, é do zero, mas com a possibilidade da garantia de

⁹ Princípio descrito no artigo 33 da Convenção referente ao Estatuto do Refugiado de 1951. Protege aquele que se declara como refugiado de ser repatriado ou deportado de volta ao país de origem ou do qual sofre perseguição.

¹⁰ Descrito pelos artigos 53 e 64 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969. É uma norma imperativa de direito internacional. Significa que se aplica a todos e que o seu descumprimento é ilegal.

¹¹ É importante mencionar que, conforme a acepção de Bourdieu (2007), a classe social aqui é vista como um conjunto de relações que não são definidas por um único atributo ou pela soma deles. Para o autor, não há uma homogeneidade na construção das classes sociais e estas não se resumem as suas posições nas relações de produção, mas pelo que ele chama de *habitus* de classe.

direitos pela situação que levou à fuga, no caso dos que são juridicamente elegíveis ao refúgio. Há, porém, um grupo que não está contemplado em nenhuma das duas situações, aquele que chamo de migrantes em situação de limbo. Ser migrante em situação de limbo é ter negado um direito humano, o livre direito à circulação, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu Artigo 13º:

1. Toda pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado. 2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país (ONU, 1948, p. 8).

O documento, apesar de ter o Brasil como um dos seus signatários, juridicamente, não possui caráter vinculante, o que significa que mesmo como signatário não há uma obrigação em cumpri-lo. De acordo com Brian Keeley (2009), o direito a circulação foi incorporado e é previsto por muitas constituições, porém a liberdade de sair de um país não é acompanhada pela mesma liberdade de entrar em outro país. Segundo ele, a urgência com que muitas campanhas eleitorais tratam o controle migratório de entrada é um exemplo disso. Os migrantes em situação de limbo são os mais afetados pela negação do direito à livre circulação. Eles não são migrantes comuns, são resultado de expulsões que Sassen (2016) afirma englobar situações como, por exemplo, a expulsão de pequenos agricultores pela venda de terrenos públicos ao capital privado, pessoas afetadas pelas práticas predatórias e degradantes da mineração ou mesmo pelo aumento das desigualdades. Não à toa, Vainer (2010) questiona no título do seu artigo: os refugiados do desenvolvimento também têm direitos humanos?

Na legislação de refúgio não são incluídas pessoas que, por exemplo, não têm acesso à saúde, à educação, ao alimento e às políticas alimentares, pessoas que vivem abaixo do que os indicadores desenvolvidos por instituições globais denominam de linha da pobreza ou que vivem em países considerados livres de conflito, embora estejam expostos a uma situação de extrema violência. Será que uma brasileira à margem da sociedade, que vive em uma comunidade de Salvador, por exemplo, em situação de extrema pobreza, onde há constantes disputas pelo poder do narcotráfico, sob ameaça dos tiroteios constantes e coação para que não denuncie os responsáveis por essa violência, seria aceita como refugiada nos Estados Unidos? Um ativista ambiental ameaçado de morte no Pará teria seu pedido de refúgio aceito na França? Ou em qualquer outro país? Isso é algo que depende

da análise realizada e das políticas migratórias de cada Estado. Porém não seria uma tarefa fácil provar a situação, considerando que ainda é necessário reconhecer que o Estado brasileiro não tem condições de protegê-los enquanto cidadãos.

Se não tiverem o reconhecimento, não terão acesso aos mesmos direitos dos que são reconhecidos juridicamente como refugiados nem as mesmas facilidades do migrante fluido. Há um perfil engessado de refúgio que tem avançado muito pouco diante da velocidade das mudanças do mundo. Uns possuem facilidade para obter o visto e viajam de avião enquanto outros acabam recorrendo a esquemas de contrabandistas de pessoas (popularmente conhecidos como coiotes). Alguns destes conseguem atravessar e obter o refúgio pelos meios jurídicos, outros permanecem em situação de limbo. Os migrantes em situação de limbo são aqueles que geralmente permanecem indocumentados ou aqueles que, ao buscarem a documentação, correm o risco de deportação (em alguns países permanecem presos até o fim do processo) pela negativa da autorização de permanência. A situação de limbo também está nos campos de refugiados que, embora as pessoas que lá estejam sejam protegidas por legislações internacionais, são confinadas a espaços com moradias precárias e situação sanitária ruim, em situações muitas vezes graves de violação de direitos, em especial, quando o que deveria ser temporário, se torna permanente. Isso quando muros e cercas não são construídos nas fronteiras para impedir a entrada de quem, na teoria, possui direito ao refúgio e o limbo está em continuar vivendo no seu país e correndo riscos. É durante os períodos de maior fluxo que países da União Europeia falam em fechar as fronteiras que deveriam estar abertas à circulação após a entrada no bloco e, quando abrem, como na situação da guerra da Ucrânia, criam mecanismos de residência temporária, para evitar a concessão do refúgio. Foi a questão da migração um dos mais fortes argumentos para a saída do Reino Unido da União Europeia.

Para articularmos as aproximações que a situação de limbo possui da situação de refúgio, é importante ir além da definição oficial, considerando a complexidade que é o fenômeno de migrar. Esta é também uma discussão urgente, que constitui uma lacuna nas pesquisas sobre migrações. Esta reflexão é feita também pensando nas milhões de pessoas dos países da América Central e Caribe, América do Sul, África e Ásia que tentam cruzar as fronteiras para entrar na Europa ou que estão na

fronteira do México com os Estados Unidos, aglomerando-se em detenções, campos de refugiados ou que precisam viver escondidas. Algumas nem chegam a esse estágio porque perdem a vida nas travessias ou ainda na sua terra natal, sem a chance de reconstruí-las e tendo negado o direito à proteção. Mais do que o contexto em que se decidiu migrar, o ser migrante fluido e o ser migrante em situação de refúgio se diferenciam pela impossibilidade de retorno do segundo, que pode ser momentânea ou não. A formulação ser migrante em situação de refúgio é cunhada aqui no sentido de incluir aqueles que são e os que não são contemplados pelas legislações, ou seja, aqueles com possibilidade de reconhecimento jurídico como refugiados e os migrantes em situação de limbo, que continuam tendo direitos humanos violados, mas não são elegíveis aos direitos que o refúgio garante.

Um corpo em mobilidade provocada por uma situação de refúgio é marcado por traumas físicos e/ou psicológicos que a memória não consegue apagar e sobre os quais é difícil falar. O silêncio costuma ser a opção até que se tenha que enfrentar a realidade durante o processo de solicitação de reconhecimento daquilo que é chamado de condição de refugiado. Esse processo é composto por um formulário e uma entrevista em que é necessário descrever as situações que os levaram a buscar o reconhecimento. É importante mencionar que não podemos generalizar as situações, afirmando que não há traumas nos movimentos migratórios que não são reconhecidos juridicamente pelo estatuto do refúgio, já que, por exemplo, migrar em situação de limbo pode expor mais quem migra a uma situação de tráfico de pessoas ou exploração do trabalho, pela falta de mecanismos de proteção, durante e após a travessia. Um possível solicitante de refúgio não pode ser deportado de volta para o país de onde foge (o que não significa que não aconteça), mas os processos deverão ser analisados individualmente e as comissões de cada Estado decidirão sobre a permanência, enquanto alguns seguem em situação de limbo, precisando, em alguns países, se esconder e sem os direitos fundamentais garantidos.

O Direito e as legislações, nesse sentido, de acordo com Mascaro (2016), precisam superar o problema da técnica a partir de uma crítica que, pode encontrar na filosofia heideggeriana um esteio no sentido de transformar, cada vez mais, as leis em algo menos “individualista, universalista e homogêneo” (MASCARO, 2016, p.

347). O ser com direitos revela-se aí a partir da relação entre a existência e a questão formal, que necessita encontrar um ponto de convergência de maneira a flexibilizar os enquadramentos jurídicos, algo que pode parecer paradoxal, considerando a diversidade de situações e a velocidade que ocorrem as transformações globais e as motivações de partida.

2.3. CIDADÃOS PELO DIREITO DE MIGRAR

Migrar é um “ato existencial e político” (CESARE, 2020, p. 10) que, dentro de um nexos nascimento-nação, leva pessoas à experiência de viver uma vida nua, de ser um corpo biopolítico que retira ou restringe o direito à cidadania de quem não possui determinada nacionalidade, especialmente quando estes não representam mais casos isolados, mas um fenômeno de massa (AGAMBEN, 2007). É na soberania que o humanitário e o político se descolam e produzem corpos matáveis (AGAMBEN, 2007) ou desqualificáveis, como aparece na fala de Jean Katumba (quadro 1). Considerando que decisões que deveriam ser de caráter individual esbarram na escala da soberania nacional, pensar sobre as migrações e reconhecer o direito à livre circulação é ter que repensar o Estado (CESARE, 2020) e a noção de cidadania que, como ocorre atualmente, significa ter um conjunto de direitos concedidos pelo Estado, prevalecendo a lógica da soberania e a lógica do direito como poder: quanto mais direitos, mais poder é concedido para aqueles que não fazem parte do grupo identitário que é a nação.

Alguns dos entrevistados desta pesquisa mencionaram a questão da cidadania durante as suas falas. Algo que foi possível observar, na maioria dos relatos, foi que ainda há uma visão tradicional de cidadania atrelada à nacionalidade e, conseqüentemente ao Estado, que é quem concede a nacionalidade, na qual ser cidadão de um país exclui a possibilidade de cidadania em outro país, a menos que seja realizado o processo de naturalização. Em uma das menções, por exemplo, um entrevistado disse que não gostaria de obter a cidadania brasileira porque, embora amasse o Brasil, preferia manter a sua nacionalidade primeva. Há países que permitem dupla nacionalidade, porém há outros em que, quando o indivíduo adquire

uma segunda nacionalidade, perde a primeira. Outra questão que surgiu foi a das barreiras que passam pelas relações cotidianas. Um dos entrevistados mencionou que, mesmo com seus direitos fundamentais garantidos por lei, o preconceito que sofre funciona como uma barreira que o leva a não se sentir como um cidadão no território brasileiro. Houve também uma menção às liberdades, seja para trabalho, de expressão, de manifestação. Uma das entrevistadas, por exemplo, se considerou uma cidadã no Brasil pelo fato de poder trabalhar e participar de diversas atividades na cidade onde vive, mesmo não possuindo a nacionalidade brasileira.

Embora com diferentes visões de cidadania, as falas dos entrevistados traziam um ponto de convergência: o sentimento de que a cidadania deve promover a igualdade, de que ser cidadão é pertencer, é participar. Para Costa e Ianni (2018, p. 49) “cidadania é uma noção construída socialmente e ganha sentido nas experiências sociais e individuais”. Há na noção tradicional de cidadania como um vínculo “a uma comunidade política, formada/ expressa por um Estado-Nação, com bases legais próprias que regulam a interação do cidadão perante seu Estado e com os demais membros da comunidade” (COSTA; IANNI, 2018, p. 49). Esta noção traz uma concepção de compartilhamento da história, de relações culturais que se revelam como identitárias e que são a “cola” que une o grupo.

Embora tenha havido algumas mudanças na concepção de cidadania e de quem pode ser cidadão, desde a cidade-estado até o Estado-nação, a cidadania é atrelada a uma concepção territorial que considera aquele que é de fora como ameaça. No século IV antes de Cristo, Aristóteles (2006) cita, nas suas palavras, os estrangeiros e os escravos como não cidadãos e menciona que a residência não é o que confere a uma pessoa a cidadania. Outra questão que o filósofo aborda na sua obra é o direito ao voto, a participação no poder público como uma qualidade que constitui o cidadão, que não é um direito/ dever de todos os membros de uma comunidade. Para ele, é sobretudo na democracia que o cidadão existe como membro de uma comunidade na qual todos trabalham pela sua conservação.

Cesare (2020) lembra que a cidadania foi criada por homens que pensavam em si mesmos como cidadãos, buscando privilégios em relação ao outro. A ideia culturalmente difundida de cidadania diz respeito a um tipo particular de comunidade formada por pessoas que, pelo fato de terem nascido em um mesmo território

nacional, sentem-se detentoras da liberdade de gozar dos direitos de tomar as decisões coletivas (BELLAMY, 2008) bem como excluir quem não consideram parte dessa comunidade. O elo com o Estado é o que garante o direito a ter direitos e a concepção da cidadania funciona como uma forma de exercer a soberania do Estado sobre o indivíduo. Identidade coletiva, história comum e memórias compartilhadas, privilégios de filiação política e titularidade dos direitos, além de privilégios sociais são algumas das características que, de acordo com Benhabib (2005) o conceito de cidadania nos moldes tradicionais carrega. Apesar disso, em alguns países é possível, ainda de acordo com a autora, testemunhar uma separação desses componentes quando, por exemplo, há o direito de filiação política sem a necessidade de compartilhamento da identidade com uma maioria ou quando há o direito à seguridade social para pessoas que não possuem a nacionalidade do país onde vivem. O Brasil é um dos países que permite o direito à seguridade social para documentados, porém o direito político de votar e ser votado só vem com a naturalização, com a aquisição da nacionalidade brasileira.

É preciso cada vez mais questionar a cidadania diretamente atrelada à nacionalidade, algo que foi extremamente naturalizado pelas ciências sociais, humanas e políticas ao longo de séculos. Cesare (2020), por exemplo, faz uma crítica à filosofia que legitimou o pensamento da cidadania como algo atrelado ao Estado-nação, o que fortaleceu as barreiras, os limites, as cercas, acabou com a hospitalidade, reforçou o eurocentrismo. Ela menciona Hannah Arendt como aquela que, estando em situação de refúgio, vai dar voz aos seus iguais. Apesar dessa importante voz, Cesare menciona que o tema continuou sendo ignorado por esse campo do conhecimento na segunda metade do século XX, que discorre sobre direitos humanos, mas ignora o direito dos migrantes.

Entre as questões levantadas por Hannah Arendt está o tratamento das pessoas que estão fora do seu país de origem por diversas razões. Para ela, os direitos humanos deveriam estar acima da soberania dos Estados: “Parece que o homem, que nada mais é que um homem, perde todas as qualidades que possibilitam aos outros tratá-lo como semelhante” (ARENDR, 1989, p. 334). Mariângela Nascimento (2019) traz uma reflexão sobre a universalidade dos direitos humanos, em especial o direito à circulação entre Estados e o direito à cidadania,

que estão atrelados à nacionalidade. Não basta estar no país, é preciso ser um nacional para ter os direitos garantidos efetivamente e, mesmo para quem é naturalizado, o fato de possuir um sotaque diferente ou um documento diferente o coloca no grupo dos que são o outro. Aqueles que estão em situação de vulnerabilidade só conseguem a autorização de residência no país pelo pedido de refúgio, pelo visto de trabalho, de estudo ou humanitário (sendo que os três últimos são temporários).

Conforme aponta Cresswell (2006, p. 167, tradução nossa), recentemente, os teóricos que estudam a questão da cidadania cada vez mais têm conduzido seus trabalhos para “uma variedade de ambientes fora do espaço estatal formal do cidadão político tradicional”, levando assim, para a sua análise, a questão da mobilidade em diferentes contextos. Entre outras coisas, o cidadão é um portador de direitos, porém, dentro da atual concepção de cidadania, a transformação do estrangeiro em cidadão produz, ao mesmo tempo, o estrangeiro como uma ameaça, visto que a afirmação da cidadania se dá pela existência da não cidadania (CRESSWELL, 2006). A existência da cidadania não deixa de ser uma forma de demarcar as diferenças e impor barreiras à mobilidade transnacional que vão além dos controles fronteiriços, mantendo assim, a pretensa identidade nacional.

A cidadania nos moldes atuais implica em um reconhecimento do indivíduo pelo Estado, não é algo que está dado, pelo menos em um mundo de mobilidades em que ainda se utiliza o termo estrangeiro para denominar aquele que não pertence ao grupo. A filósofa italiana Donatella di Cesare (2020), baseada na ideia judia de *gher*, que significa “aquele que habita” (CESARE, 2020, p. 12), denomina de estrangeiro residente o reconhecimento dos direitos de pessoas não-nacionais que vivem em um território nacional. Habitar, dessa forma, seria um direito não apenas garantido dentro do nexos nascimento-nação. Considerando o que foi apontado nos depoimentos (quadros 1,2 e 3) e a ideia de Sayad (1998) que considera a migração como um fenômeno social completo em suas dimensões diacrônica e sincrônica, o direito à livre circulação deveria incluir não apenas o direito aos não-nacionais de residirem, mas também de pertencerem, de fazerem parte daquela comunidade independentemente das diferenças ou do local de nascimento. Algo semelhante ao

que o filósofo canadense Will Kymlicka (1995) chama de cidadania multicultural, a coexistência com os diferentes grupos sociais que têm o direito de pertencer.

Gloria Naranjo Giraldo (2016) recorre à ideia de cidadanias transfronteiriças para questionar essa naturalização do modelo nacionalista e soberano, no qual apenas aqueles que se enquadram no projeto de Estado-nação, são considerados cidadãos. Ressalto novamente que a cidadania e a nacionalidade são concedidas pelo Estado após um longo processo no qual o “candidato” deve mostrar que sabe falar a língua oficial e que tem laços ou viveu no país tempo suficiente para se familiarizar e compreender a cultura local. O modelo assimilacionista, apesar de não ser mais aceito por acadêmicos e instituições da sociedade civil, ainda é fortemente reproduzido no cotidiano e está presente na ideia de que a nação deve ser uma comunidade cultural baseada em descendência, idioma e experiência histórica conforme apontam Castles e Davidson (2010). Isso se traduz na quase obrigatoriedade que o migrante tem de se comportar igual aos nacionais se quiser pertencer à comunidade, como também se manifesta nas diferentes formas de exclusão social, como quando o migrante acaba se relacionando apenas com outros migrantes.

A contradição entre a democracia, em que todos possuem os mesmos direitos, e a soberania, que restringe a circulação de pessoas não lhes garantindo os direitos fundamentais (CESARE, 2020), e a relação direta entre as duas (CAMPILLO, 2008), nos remete a uma reflexão sobre se realmente a democracia existe quando não há, na prática, a garantia dos direitos de todos, mesmo com a prerrogativa da legislação vigente. Democracia não significa apenas tolerância, significa o reconhecimento do outro como aquele que também participa da construção de um futuro em comum, algo que faria com que o outro deixasse de ser uma ameaça (VILLA, 2006). Para Campillo (2008, p. 73), a carta fundacional da ONU é contraditória, ao passo que fala em direitos humanos mantendo o que ele chama de “velho mito da soberania nacional e da autodeterminação dos povos”. O cidadão não tem sido constituído a partir de um pacto para garantir o acesso aos direitos fundamentais (NARANJO GIRALDO; AGUDELO; GALEANO, 2002), o que ainda representa uma fronteira que afeta o ser migrante em situação de refúgio, em especial os que não são elegíveis

ao status jurídico de refugiado. Na cidadania deve estar imbricada a noção de respeito ao indivíduo que, como afirma Santos (2007), é a sua consagração.

O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna (SANTOS, 2007, p. 19).

O mesmo autor compreende a cidadania com base na democracia e na desalienação, na qual os direitos não sejam simplesmente concedidos pelo Estado, mas conquistados pelos indivíduos. Mais que uma conquista individual, Santos (2007) vê na cidadania, não necessariamente uma relação identitária, mas uma forma de multiplicar forças a partir da ação em grupo, alargando um campo de luta pela união e que possa romper qualquer amarra que a alienação tenha construído, para que as individualidades também possam ser consumadas. A desalienação começa pela compreensão de quais são essas amarras. Para o autor, a migração em determinados contextos é uma forma de agressão que rouba parte do ser, que aliena, que desterritorializa. O deslocamento forçado, em especial em um contexto transnacional, é uma dessas situações nas quais as diferenças culturais, linguísticas, de legislação são alienantes. É por isso que Milton Santos (2007) vê na reunião entre quem chama de pessoas inconformadas, uma forma de desalienação, que é, para o autor, fundamental na conquista da cidadania. Uma luta que exige esforços, porque a principal dificuldade está no fato de que o cidadão “é uma categoria política que só tem eficácia enquanto categoria jurídica” (SANTOS, 2007, p. 104). Outro aspecto fundamental trazido pelo autor é que a luta pela cidadania é processual, e não deve ser interrompida com a criação de uma lei. Isso exige uma constante atualização seu conceito.

Chegamos a um ponto no qual já não é mais possível atrelar a cidadania à nacionalidade (CAMPILLO, 2008). A mobilidade é uma prática social e a cidadania um direito que deveria ser universal sem diferentes respostas para pessoas que vivem em um mesmo país, pelas diferentes nacionalidades. O *Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular*, por exemplo, é um documento no qual os países signatários se comprometem a gerenciar as migrações internacionais de forma a fortalecer os direitos dos migrantes (UN, 2018). É uma tentativa de

estabelecer um diálogo entre os Estados no intuito de minimizar as situações de vulnerabilidade pelas quais passam nas diversas fases da migração. Nesse diálogo, a professora Rosana Baeninger (2018) ressalta que algumas questões devem estar presentes, como por exemplo: o entendimento sobre a heterogeneidade do fenômeno, bem como a sua complexidade e mutabilidade; a busca pela transformação dos espaços de fronteiras, de forma a garantir direitos de todos que os atravessam; a garantia da reunião familiar, levando em consideração não apenas os laços sanguíneos, mas também os afetivos; e a defesa do direito à educação.

O documento referente ao Pacto Global das Migrações foi assinado pelo governo brasileiro e outros 163 países, em dezembro de 2018, ainda na gestão do presidente Michel Temer, porém, em 1º de janeiro de 2019, como primeiro ato relacionado à política migratória do governo Jair Bolsonaro, o país deixou o pacto (MENDES, 2019) com a seguinte declaração:

O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes. Quem porventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras, e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros (CONNECTAS, 2019).

Vale ressaltar aqui que o Brasil, com a Lei 13.445/2017 (BRASIL, 2017a), conforme já mencionado, obteve inúmeros avanços que já garantem os direitos dos migrantes que estão no país. Na avaliação do professor Luís Renato Vedovato (2021), a saída do pacto prejudica mais os brasileiros no exterior do que os migrantes que estão no Brasil, devido a esta lei. Isso dificulta ainda mais o reconhecimento dos direitos de brasileiros em outros países. A saída do Brasil do pacto pode, por exemplo, inviabilizar acordos de reciprocidade que garantam os direitos fundamentais aos brasileiros no exterior.

A face antimigratória do governo se mostrou também durante a pandemia de covid-19, em especial contra os venezuelanos. Uma grande vitória na luta pelo reconhecimento dos direitos dos migrantes foi a admissão de uma grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela, que levou o Brasil a reconhecer, até abril de 2022, 49.045 venezuelanos como refugiados (CONARE, 2022), algo sem precedentes, visto que, em 2017, por exemplo, o país havia reconhecido 10.145 no total acumulado (CONARE, 2017), considerando todas as motivações e nacionalidades. Durante a pandemia, entretanto, as medidas

restritivas, em especial contra os venezuelanos, levaram a um retrocesso diante dos inúmeros avanços ocorridos anteriormente. O fechamento das fronteiras terrestres mostra que o acolhimento e a garantia dos direitos humanos não são a prioridade, de forma que “a política permanece imune a isso e se torna campo de ação para quem tem tendências normativas” (CESARE, 2020, p. 282).

Ao longo da pandemia, o fluxo de venezuelanos, principal e mais numeroso que seguia para o Brasil, foi interrompido drasticamente. Tratados internacionais foram desrespeitados, com a desculpa da saúde pública, mesmo quando o presidente do país considerava a doença “uma gripezinha” e com o próprio Brasil como principal ameaça à saúde pública dos países fronteiriços. Em todo o mundo o fechamento total das fronteiras foi utilizado como “estratégia” para conter a pandemia. Uma das principais características da política de fronteiras no Brasil foi a discriminação aos venezuelanos. Apesar do reconhecimento da grave violação dos direitos humanos, a contradição dessa situação é que, em 17 de março de 2020, a primeira portaria sobre fechamento das fronteiras do país¹² foi apenas para o fechamento das fronteiras com a Venezuela. Após forte pressão da sociedade civil, a solução encontrada foi fechar todas as outras fronteiras terrestres e restringir a entrada de estrangeiros, como ocorreu nas portarias seguintes¹³. É importante ressaltar que as portarias abriam exceções para migrantes com autorização de residência seja temporária ou permanente, pessoas a serviço de organismos internacionais e pessoas com filhos, cônjuge ou curadores brasileiros, com RNM – Registro Nacional Migratório, porém nenhuma delas se aplicava aos venezuelanos. Portarias posteriores promoveram a flexibilização para grupos específicos, principalmente com a autorização da abertura das fronteiras aéreas para pessoas com visto de turista, de trabalho, de estudante ou de investidor¹⁴. É importante mencionar que todas as portarias colocam a ajuda humanitária como uma exceção desde que autorizado pelo Brasil por meios diplomáticos. Porém, no fim de 2019, o Brasil anunciou o fechamento das suas representações diplomáticas na Venezuela e

¹² Portaria nº 120, de 17 de março de 2020.

¹³ Portaria nº 125, de 19 de março de 2020, que fechou as fronteiras terrestres e a Portaria nº 152, de 27 de março de 2020, que restringiu a entrada de estrangeiros no país.

¹⁴ A primeira delas foi a Portaria nº 340, de 30 de junho de 2020.

tentou, inclusive, expulsar os diplomatas venezuelanos do Brasil, o que impossibilitou qualquer pedido venezuelano por esses meios diplomáticos.

A principal novidade trazida por essas portarias de fechamento de fronteiras estava na instituição da deportação imediata e da inabilitação para o pedido de refúgio, as quais ferem tanto a Constituição, como a lei de refúgio, a lei de migrações, tratados internacionais e o princípio de não rejeição. Na lei brasileira não é permitida a deportação imediata, já que é previsto o direito de defesa. Apesar disso, nas redes de solidariedade migrantes sempre circulavam notícias sobre tentativas de deportação. A maior delas, que chegou a ser veiculada pela imprensa, foi a invasão de policiais federais, militares e civis a um abrigo na cidade de Pacaraima em março de 2021, em que detiveram e levaram para depoimento a irmã Ana Maria da Silva, diretora do abrigo, e a tentativa de deportação de cerca de 55 mulheres e crianças venezuelanas que lá estavam abrigadas (MELO, 2021). Após notas de repúdio de diversas instituições e ações do Ministério Público e Defensoria Pública da União, a deportação foi suspensa, além de determinado o direito à regularização migratória (VERONEZI, 2021). Aos poucos, as portarias foram abrindo as fronteiras em distintas partes do país, especialmente para as chamadas cidades gêmeas, o que ainda não se aplicava a Venezuela. Apenas em 23 de junho de 2021, a portaria nº 655 (BRASIL, 2021), entre outras ações, retomou o trânsito entre Brasil e Venezuela pelas cidades gêmeas, além de permitir a retomada da Operação Acolhida, que havia sido interrompida com o fechamento das fronteiras. O documento também voltou a autorizar a regularização migratória dos migrantes.

Diante das questões migratórias é importante que se leve em consideração novas formas políticas de globalização, com um reposicionamento dos direitos da cidadania para um contexto transnacional que mantenha os vínculos democráticos sem a relação com as estruturas já existentes do Estado-nação, desagregando-a, assim, da soberania e respeitando as suas compreensões jurídicas, culturais, ultrapassando os limites da cidadania tradicional (BENHABIB, 2005). Cesare complementa, afirmando que:

Ir além do velho conceito de cidadania significa fazer emergirem todos os limites do cosmopolitismo. No final das contas, não se trata de ser proclamado 'cidadão', ou 'cidadãos do mundo', nem se trata da ampliação da 'cidadania mundial', mas sim de dar passos além, naquele espaço onde se deve co-habitar. (CESARE, 2020, p. 290)

Esta não seria uma cidadania fundamentada apenas em um modelo cívico com base na cultura e no território (SANTOS, 2007), mas na mudança do paradigma da nacionalização dos direitos, para que estes sejam realmente para todos independentemente da localização. Benhabib (2005) aponta para a necessidade da reconfiguração da cidadania, rompendo as amarras das fronteiras nacionais. Talvez isso seja algo que também dependa do consentimento do Estado-nação, o que torna a união no intuito de desalienar, mencionada por Milton Santos (2007), ainda mais necessária. Transformar em transnacional a luta pelos direitos dos migrantes é cada vez mais fundamental, visto que, enquanto as lutas estiverem restritas aos grupos dentro dos territórios nacionais onde vivem, suas relações continuarão restritas àquele Estado.

Will Kymlicka (1995), que tem no multiculturalismo um dos focos das suas pesquisas, faz uma crítica às doutrinas tradicionais dos direitos humanos que falam em direito à mobilidade, sem explicar o que seria uma política adequada, o que fica sob responsabilidade dos Estados. Além disso, o autor ressalta que deve haver uma complementariedade entre os direitos humanos e os direitos das minorias. Dessa forma, fica claro que enquanto as únicas instituições em escala mundial que apoiam os direitos dos migrantes e migrantes em situação de refúgio forem atreladas à ONU, uma organização de nações, a lógica estadocêntrica irá permear a questão da cidadania migrante e a soberania sempre irá prevalecer em detrimento da cidadania. É necessário um grande passo na construção de redes transnacionais que já existem, mas precisam estar tão consolidadas quanto as grandes instituições supranacionais de migração e refúgio, a OIM e o Acnur.

3. DA COMPREENSÃO DO PERIGO À PARTIDA

“Eles me perguntam: como você chegou aqui? Você não pode ver no meu corpo? O deserto da Líbia vermelho com corpos de imigrantes, o Golfo de Aden inchado, a cidade de Roma sem casaco. Espero que a jornada tenha significado mais do que quilômetros, porque todos os meus filhos estão na água. Pensei que o mar fosse mais seguro do que a terra.” (SHIRE, 2014, p. 19, tradução nossa).

As imagens representadas pelas cenas descritas na epígrafe são metáforas que simbolizam o corpo enquanto protagonista da sua própria mobilidade, mas também enquanto parte de um contexto no qual pessoas que nunca haviam pensado nisso antes precisam deslocar-se, passando por caminhos que deixam marcas no corpo e na mente. Elas refletem a cotidianidade do ser-no-mundo que é lançado em contextos que, muitas vezes, os levam à fuga. Warsan Shire é uma escritora queniana de origem somali que cresceu em Londres e escreve os seus textos com base nas suas experiências pessoais e de pessoas próximas. Estudar as migrações forçadas a partir do olhar migrante nos leva a refletir sobre os diferentes modos de ser no mundo, um mundo além das fronteiras e entre fronteiras. Um mundo em que trajetórias são permeadas por contingências e decisões nelas baseadas, que transformam em único cada um destes caminhos. Ser migrante em situação de refúgio é, em primeiro lugar, ser. Ser também é estar. Nós somos em um contexto temporal e espacial que, no caso das migrações, tem as suas especificidades no estar deslocado. Nós somos com os outros. Ser migrante em situação de refúgio não é apenas ser em um contexto. É sair de um contexto para outros. É deixar de ser com a família e ser em um novo espaço com novas pessoas, é experienciar novas realidades não como um viajante que volta para casa quando se cansa da comida local, mas como alguém que, pelo menos temporariamente, não pode voltar ao lugar de origem.

Partir, atravessar, chegar. Três verbos presentes em trajetórias de deslocamento sejam elas quais forem. Partir significa deixar algo ou alguém para

trás, mas também pode significar voltar para esse algo ou alguém. Atravessar é percorrer um caminho que, conhecido ou não, pode ser diferente a cada travessia. Chegar representa um mundo novo e repleto de incertezas, ou estar de volta ao seio familiar. Uma sequência de ações que obedece invariavelmente a uma ordem, apesar de não ser estática e de estar impregnada de significados. Essa sequência pode recomeçar todos os dias, se estivermos falando de trabalho, por temporadas, no caso de férias, por ciclos, se o tema for migração. Este último, como já explicitado, é o foco das nossas discussões que ocorrem a partir de contextos nos quais as contingências do ser-em e do ser-com, não o desejo ou o planejamento prévio, levam o ser-no-mundo à situação de tornar-se migrante. No trecho do poema a seguir, a metáfora da flecha representa uma situação em que se é puxado para trás, em contextos inesperados e, ao mesmo tempo, impulsionado em uma direção:

Quadro 4 - Trecho do poema *Sou imigrante*, de Moisés António

<p>Eu era igual uma flecha / Querendo ir pra frente/ Eu era cada vez mais puxada pra trás /Com mais força! / E de tanto me puxarem/ Fui lançada veementemente/ Para atingir o alvo/ E vim aqui parar!</p>

Fonte: António (2017).

A metáfora do trecho do poema *Sou Imigrante* do angolano Moisés António representa as tentativas de seguir em frente, de tentar realizar as próprias escolhas em um contexto sem liberdade. Esse enfrentamento vai tornando a vida mais difícil, com cada vez menos possibilidades e, de tanto ser tolhido da sua liberdade, das suas escolhas, puxado para trás, acaba sendo impulsionado para fora, como uma flecha. Distintos fatores contribuem na sua trajetória e no seu paradeiro final. Os estopins que levam à partida, em geral, não acontecem de forma repentina; são resultado de uma série de fatores que vão evoluindo ao longo de anos, décadas e resultam no que a socióloga Saskia Sassen (2016) chama de tendências subterrâneas, nas quais esses processos, em andamento, não estão visíveis e, em um determinado momento, vão manifestar-se já trazendo consequências arrasadoras. Os seus recentes estudos sobre as migrações atuais mostram que não apenas os mais pobres têm passado pelo processo de ser migrante em situação de refúgio. A autora ainda aponta essas novas dinâmicas não como falta de ordem,

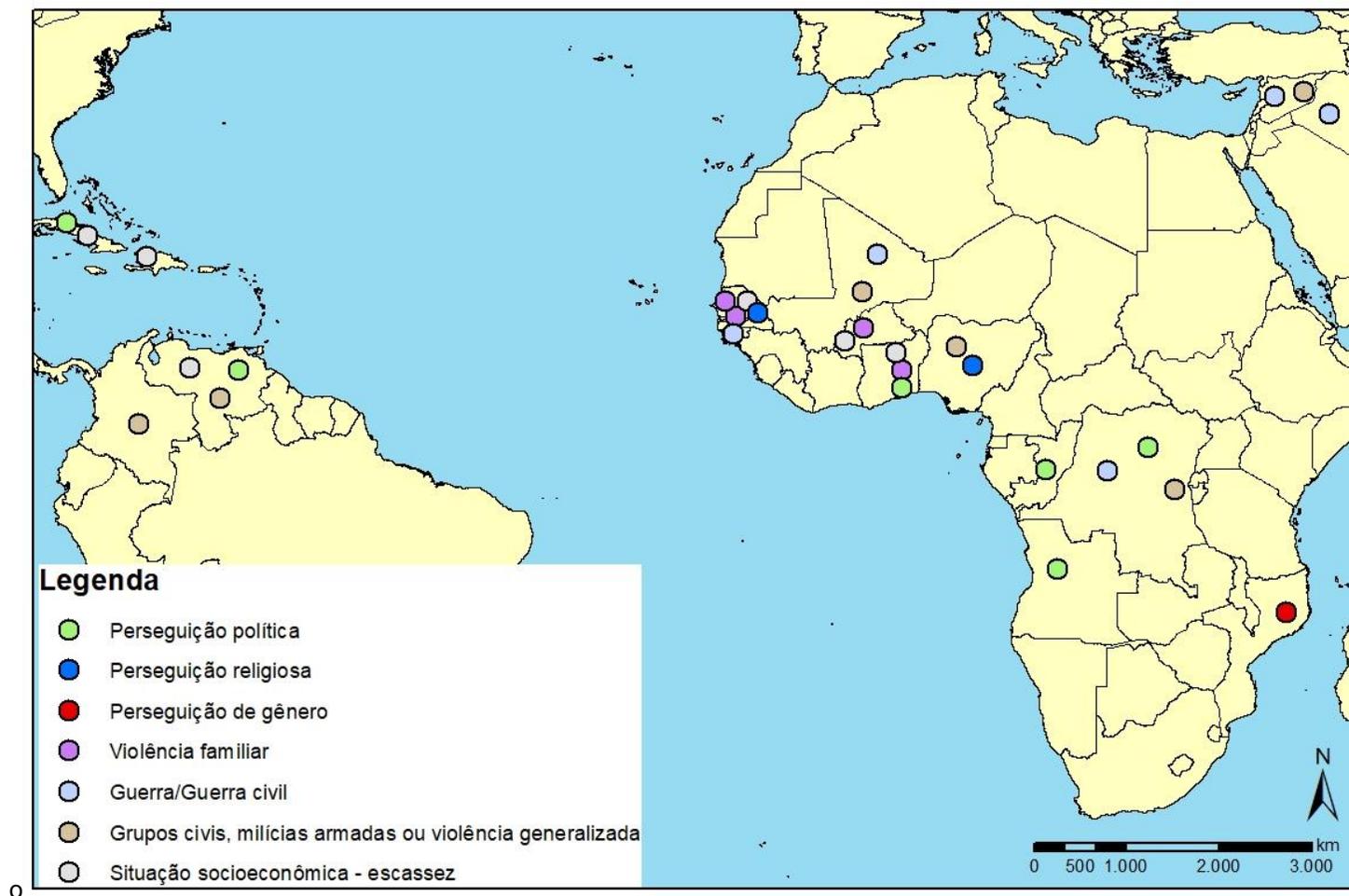
mas como a nova ordem. É importante ressaltar que não há condicionantes para a saída das pessoas do seu lugar, pois, mesmo com os riscos de que trataremos aqui, há os que optam por ficar. O foco deste trabalho, contudo, é naqueles que decidem partir, fazendo a ressalva que a opção por partir, no caso dos que migram em situação de refúgio, não é algo espontâneo. Como espontaneidade, nesse contexto, entendo a decisão baseada apenas na vontade, que caracteriza o migrante fluido, apresentado no capítulo anterior, e não na necessidade, como é o caso do migrante em situação de refúgio. A ausência do espontâneo é a necessidade de fazer uma opção pela sobrevivência e/ou como uma decisão que “recupera a presença [*Dasein*] para o seu poder-ser si-mesma mais próprio” (HEIDEGGER, 2015, p. 389-390). Esse poder-ser remete a uma vida autêntica que, muitas vezes, só se realiza fora daquele contexto espacial que condiciona decisões e ações. Muitas vezes, aquele mundo que é familiar, na verdade, encobre um “forte sentimento de desenraizamento” (SARAMAGO, 2008, p. 60).

Em termos heideggerianos, a decisão de partir envolve, ao mesmo tempo, o poder-ser si-mesmo e o estranhamento do novo. Partir, ficar, desviar e parar representam o estar a caminho, os limites e direções do ser-no-mundo enquanto ser espacial (HEIDEGGER, 2015). Dessa forma, o intuito aqui é revelar as situações que levam à tomada de certas decisões que são movidas por sentimentos extremos e que não seriam tomadas em situações consideradas como normais. Heidegger (2015, p. 378) chama de decisão a “abertura privilegiada e própria, testemunhada pela consciência na própria presença [*Dasein*]”. Decidir é tomar consciência do que aquela situação que se apresenta na facticidade pode representar, é compreender, interpretar e projetar-se de forma a situar-se nos possíveis cenários a que aquela decisão pode levar. Decisões são tomadas em todos os momentos, porém as decisões analisadas aqui estão relacionadas a situações que levam o ser a ações que transformam completamente a cotidianidade. Como e em quais circunstâncias a decisão de migrar em situação de refúgio ocorre? Como o medo impacta nessa decisão? Como a decisão de para onde ir é tomada? Essas e outras discussões permeiam o escopo teórico do capítulo.

3.1. TERRA EM TRANSE

Tudo começa em casa. O lar já não é mais o mesmo. O processo talvez já tivesse começado há muito tempo, sem que a percepção coletiva tivesse identificado a mudança ou, mesmo que tivesse, a ligação com a terra que é familiar ainda é maior do que o medo e a necessidade de partir. Terra de nascimento, onde toda a vida foi construída, onde estão os amigos, a família, onde estão os odores, os sabores, os sentidos que instantaneamente despertam memórias. Um dia aquela sensação de segurança se esvai e vem o sentimento de que está tudo desmoronando. A conexão com a terra adia a partida até o último instante, ao mesmo tempo em que o perigo iminente mostra que partir ou ficar pode ser uma opção entre a vida e a morte. Alguns processos acelerados pela ação humana fazem com que a dúvida se transforme em certeza: é preciso sair para não ser engolido pela terra, pela própria terra. A insegurança, o medo e a impotência sobre uma situação se somam ao mesmo sentimento de outros indivíduos que já partiram. Se ficar, são grandes as chances de a terra desmoronar, podendo, inclusive, levar toda a família, mas é preciso defender o seu patrimônio, é preciso lutar pela família. Se partir, não dá para saber o que vai acontecer, mas as chances de sobreviver talvez sejam maiores. Muitos foram e conseguiram, mas muitos não. A decisão então é tomada. Ficar parado esperando a terra ruir não dá. Não é possível saber se haverá outra chance. A representação mostrada na figura 1 ajuda a compreender perguntas como: por que você deixou o seu país? Do que você tinha medo? Ela representa as percepções de risco e do que tinham medo as pessoas quando deixaram seus respectivos países em distintos contextos, em diversas partes do mundo.

Figura 1 - Relatos de medo



Fonte: elaborado pela autora

Apesar de não representar uma totalidade, quantitativamente falando, a figura foi construída com base nas histórias que conheci, nas conversas informais, nas entrevistas, na leitura de entrevistas realizadas pela equipe do Museu da Imigração, do Projeto Cartas de Chamada de Atenção e nos vídeos dos projetos Vidas Refugiadas e Projeto Via, nos quais migrantes em situação de refúgio contam as suas histórias de vida. A experiência de migrar em situação de refúgio apresenta elementos que formam pares dialéticos e se opõem ao mesmo tempo em que se complementam, estando presentes e ausentes durante a trajetória, simultaneamente ou não. Medo e coragem, segurança e risco, união e separação, vida e morte. A figura 1 representa como o risco é percebido em contextos multiescalares. O medo surge a partir de uma situação identificada como de perigo, de risco. Estão presentes na representação conflitos geopolíticos, políticos, religiosos, étnicos, familiares de ordem cultural, que se materializam enquanto medo da morte, da violência, da tortura, do aprisionamento. Este último refere-se não apenas à prisão enquanto pena em um espaço fechado, mas à privação da liberdade do exercício da fé e das práticas religiosas, de não poder escolher com quem se casar, de ter que esconder a orientação sexual, não apenas pelo preconceito, mas por ser considerado crime em alguns países, com sanções que incluem de prisão à pena de morte.

Na representação aparece a perseguição política, relatada por pessoas oriundas de países como a República Democrática do Congo, a República do Congo, Angola, Togo, Venezuela e Cuba, e que se manifesta de diversas formas. Os relatos falam em ameaças, mas também há casos em que houve restrição de direitos como a demissão do trabalho como jornalista por pressão do governo, telefones grampeados, familiar jubilado de universidade pública. As práticas relatadas também mencionavam tortura, sequestro com utilização de violência física, além de violência sexual, violência contra crianças, violência psicológica em seguida da física - como ameaças por telefone, repressão violenta de protestos.

A perseguição religiosa foi mencionada como razão da partida por pessoas da Nigéria e do Senegal. Os relatos sobre essa motivação falam em violência física, atentados e mortes, os dois últimos praticados geralmente por grupos extremistas. A perseguição de gênero foi relatada por uma moçambicana. Questões de gênero

ainda são tabus no seu país de origem e, em 70 países a homossexualidade chega a ser crime (ILGA, 2019). Apesar de, em Moçambique, não haver mais criminalização desde 2014, os resquícios do preconceito ainda estão extremamente enraizados.

As guerras, sejam elas civis ou não, foram mencionadas por pessoas de Guiné Bissau, Síria, Iraque, Mali e República Democrática do Congo. Os relatos traziam falas que mencionam desde as restrições à circulação até a perda de amigos, familiares, mortos durante as guerras e o medo pela própria vida. No campo dos grupos civis, grupos armados e violência generalizada estão presentes relatos de saques a residências, sequestros-relâmpago, violência sexual, assassinatos e restrição da liberdade de circulação. As pessoas que fizeram estes relatos vieram de países como a República Democrática do Congo, a Nigéria, o Mali, a Colômbia e a Venezuela.

A situação socioeconômica e a escassez foram mencionadas por pessoas do Togo, Burkina Faso, Senegal, Haiti, Venezuela e Cuba. Entre os relatos estão a falta de condições para formar uma família, a escassez de alimentos e medicamentos de maneira generalizada e as injustiças sociais. Por fim, na violência familiar, que é mencionada por pessoas do Senegal, Gâmbia, Burkina Faso, Angola e Togo, são relatadas situações de ameaças entre irmãos por diversas razões, entre elas pelo fato de o irmão possuir uma nacionalidade distinta dos outros. O casamento infantil forçado também surge entre as razões da partida, bem como outras violências contra a mulher. Outra situação de violência familiar citada foi um casamento interreligioso no qual a família da noiva enterrou o noivo vivo e a espancou. O casal sobreviveu e, atualmente, vive junto no Brasil.

Vale ressaltar que uma característica que particulariza a situação de refúgio é um estopim, uma razão principal que motiva a partida, o que não significa que seja a única. Alguns depoimentos mencionavam, por exemplo, que já existia uma situação econômica e social no país de origem ou situações de perseguição que faziam com que pensassem em partir, mas que fatores como a família e o desejo de fazer algo pelo seu lugar os faziam permanecer. Algumas dessas pessoas, entretanto, mencionam estopins como, por exemplo: bilhetes de ameaça direta; o presenciar o assassinato de uma pessoa conhecida; a invasão da própria casa por militares;

tortura e ameaça. Nessa última situação, por exemplo, conheci uma pessoa que já havia sido presa diversas vezes por perseguição política, mas a tortura em conjunto com a ameaça à família foi a razão que fez com que tomasse a decisão de deixar o país de origem. As marcas da violência sofrida eram perceptíveis e remetiam “ao relato singular de uma vida”, a um “corpo memória”, a “uma cartografia existencial gravada na própria pele” (BONA, 2020, p. 29).

O medo, para Bauman (2008), também pode ser denominado de incerteza, que é representada pela falta de conhecimento sobre como agir para conter aquilo que o provoca. O autor destaca que o medo reflete a reação às ameaças sobre “o corpo e as propriedades”, sobre “a durabilidade da ordem social e a confiabilidade nela” e sobre “o lugar da pessoa no mundo – a posição na hierarquia social, a identidade (de classe, de gênero, étnica, religiosa)” (BAUMAN, 2008, p. 10). Para o sociólogo polonês, as experiências do medo e do mal estão intrinsecamente relacionadas: “um apontando para o ‘lá fora’, para o mundo, o outro para o ‘aqui dentro’, para você mesmo. O que tememos é o mal; o que é o mal, nós tememos.” (BAUMAN, 2008, p. 74).

Quando a geógrafa francesa especialista em meio ambiente Yvette Veyret (2007) menciona o termo risco, ela o considera como um “objeto social” que só existe em relação a um indivíduo ou grupo que o percebem enquanto ameaça. A autora enfatiza que o risco advém da percepção de algo que tenha o potencial de acontecer, não configurando o acontecimento em si. Pensar no risco é presumir a possibilidade de uma “catástrofe futura na presença. Como resultado, o risco leva a uma existência dúbia, insidiosa, pretensa, fictícia e alusiva: é existente e inexistente, presente e ausente, duvidosa e real” (BECK, 2009, p. 3). O risco é percebido e é calculado a partir de fatores temporais e espaciais que o fazem ser sentido como mais próximo ou mais distante, elevando a sua importância à medida que está mais próximo (BAUMAN, 2008) e pressionando para uma tomada de decisão.

A ação de partir, dessa forma, é fruto de experiências que levam o indivíduo a uma tomada de decisão, diretamente relacionada com o afastamento de onde está o risco e, ao mesmo tempo, de onde estão as suas raízes e a sua família. Não são necessariamente experiências condicionantes, como já mencionado, já que há também os que decidem ficar mesmo tendo claros os riscos que essa decisão

representa. Decidir partir e buscar refúgio em terras desconhecidas ocorre quando o transe da terra é tão forte que mexe com os sentimentos individuais de medo e angústia. Aqueles que partem levam consigo as suas memórias e ampliam a sua experiência de ser-no-mundo para novos contextos. Alguns planos são guardados para depois e novos planos são adicionados à expectativa que se tem de futuro. Buscar refúgio não é um sonho, mas uma necessidade. Também não está diretamente relacionado a uma melhora na situação econômica, embora haja casos em que isso faça parte dos anseios.

O transe vem quando a terra sob o lar treme transformando as relações de confiança e despertando medos e angústias. É preciso então tomar uma decisão. A terra pode ruir e o pior acontecer, mas também pode não acontecer. Deixar a casa, mesmo sob ameaça extrema, também traz seus dilemas. Para onde ir? O que fazer com tudo o que foi conquistado ao longo da vida? Vou perder a minha casa? E se ficar e acontecer outro tremor? A dinâmica dos acontecimentos surpreende e a incerteza passa a prevalecer sobre a segurança do lar. Longas ou não tão longas trajetórias se iniciam na busca pela segurança. Onde é seguro? Não tem como saber, só a experiência dirá.

O impasse relatado representa o dilema de pessoas que vivem situações de medo, de angústia e terror, algumas delas representadas na figura 1. Algumas deixam seus lares, suas terras natais, em busca de sobrevivência. As diferentes experiências que surgirão ao longo desta pesquisa mostram que deixar a própria terra pode ter salvado a vida de muitos que hoje estão não só no Brasil, mas por todo o mundo. Mas este não é um processo simples, já que milhares também morrem ao longo desse trajeto. Inúmeras são as “facetas” que superam as “condicionantes”, sendo “essencial questionar quais são as consequências espaciais e existenciais do ato de migrar.” (MARANDOLA JÚNIOR; DAL GALLO, 2010, p. 418).

O que faz com que pessoas que tinham planos que envolvem geralmente uma profissão, um lar, uma família, em um lugar, com planos de deslocamentos apenas para lazer ou trabalho, ou nem isso, deixem esses lares, muitas vezes fragmentando a família e abandonando tudo o que já foi construído ao longo da vida? As situações são diversas, como mostrou a figura 1, mas o sentimento que as une é o medo. O

medo, ainda que coletivo, é sentido na escala do corpo e leva o ser a distintas reações. Suas motivações podem ser multiescalares (da própria família ao Estado), mas é o corpo que sente, o corpo que reage ou paralisa, é o corpo que se desloca para fugir do que origina o medo. O historiador francês Jean Delumeau, que tenta explicar o medo e sua história em algumas das suas obras, descreve esse sentimento a partir de uma perspectiva fisiológica:

O medo é uma emoção-choque, frequentemente precedida de surpresa e causada pela tomada de consciência de um perigo iminente ou presente. Advertido, o organismo reage com comportamentos somáticos e modificações endócrinas que podem variar muito conforme as pessoas e as circunstâncias: aceleração ou redução dos batimentos cardíacos; respiração acelerada ou lenta; contração ou dilatação dos vasos sanguíneos; hiper ou hiposecreção das glândulas; imobilização ou exteriorização violenta; e, no limite, inibição ou, ao contrário, movimentos violentos e incontroláveis (DELUMEAU, 2002, p. 9, tradução nossa).

Em um dos seus textos, Freud¹⁵ (2016) refere-se ao eu como a sede do medo, e o medo representa uma resposta a um sinal de desprazer proporcionado por um fator externo, como um perigo, por exemplo. Algo que está diretamente relacionado a uma memória que, mesmo de forma inconsciente, é reproduzida a partir de uma imagem mnêmica¹⁶ real (FREUD, 2016). Ele ocorre por uma expectativa de algo ruim que poderá ou não acontecer. Essa expectativa, ainda de acordo com Freud, levará o eu a uma situação de autopreservação, o que corresponde à ação de não esperar uma situação de perigo se transformar em uma situação traumática. O medo está relacionado a uma projeção individual do presente no futuro, uma antecipação da dor baseada em experiências que são sentidas de maneira diferentes pelos

¹⁵ Freud considerava a psicanálise uma ciência da natureza, algo que foi inclusive criticado por Heidegger. Alguns psicanalistas, entretanto, incluindo o suíço Ludwig Binswanger, amigo pessoal de Freud e um dos pioneiros da aproximação da psicanálise freudiana com a fenomenologia heideggeriana - a chamada Daseinálise psiquiátrica, realizaram uma análise das teorias de Freud à luz da fenomenologia, colocando em questão que a teoria proposta por Freud não dá conta das questões relacionadas à historicidade da experiência humana, visto que considera o ser humano como um objeto (BARBOSA; CAMPOS; NEME, 2020). Dessa forma, ainda de acordo com os autores citados, o diálogo entre a psicanálise e a fenomenologia se dá no sentido de superar os pressupostos naturalistas freudianos, de forma a encontrar confluências sem deixar de respeitar as divergências entre os dois autores. A abordagem de Binswanger foi considerada falha nessa aproximação por alguns autores, porém abriu caminho para outros pesquisadores como, por exemplo, o brasileiro Luís Claudio Figueiredo que realiza esse diálogo entre Freud e Heidegger para, entre inúmeros outros temas, aprofundar questões relacionadas à temática da angústia e do medo. Outro autor que realiza essa aproximação das duas abordagens é o psicanalista e filósofo Robert Stolorow em sua análise denominada de psicanálise pós-cartesiana, na qual, entre outras questões, aborda as relações entre o trauma e a existência humana.

¹⁶ Relativa à memória, sensações.

distintos corpos, a partir de uma organização na qual entra em jogo a relação com o espaço e a mobilidade (AHMED, 2004).

A sua origem pode estar em qualquer parte: nas ruas, em casa, na família, no Estado. Historicamente, o medo assume um papel importante enquanto forma de controle dentro das relações sociais, como uma forma de coagir, de calar. A coação é uma forma de manter o *status quo* e isolar aqueles que se opõem ao sistema vigente. Muitas vezes, essa coação não se dá a partir do ato de violência em si, mas a partir do que o filósofo Vladimir Safatle (2015) denomina de circuitos de afetos. Amor, ódio, esperança e medo estão entre os diversos tipos de afeto que podem ser sentidos, e até mesmo produzidos e colocados em circulação. O autor afirma que as sociedades são, em seu sentido mais básico, circuitos que produzem afetos que nos levam a adotar algumas práticas específicas em detrimento de outras. Algo que está relacionado diretamente à vida psíquica e que se produz não apenas a partir da relação entre os corpos, mas também em relação a uma vida social, política e nas práticas espaciais. O medo e algumas das suas ramificações (angústia, terror) são afetos que transformam os sentidos em relação ao espaço, ao lugar, ao território e à paisagem, modificando assim, as práticas espaciais e os sentimentos em relação aos espaços de vivência. Os espaços que faziam parte dos circuitos de afeto enquanto parte das suas práticas espaciais cotidianas passam a ter um novo sentido a partir do medo.

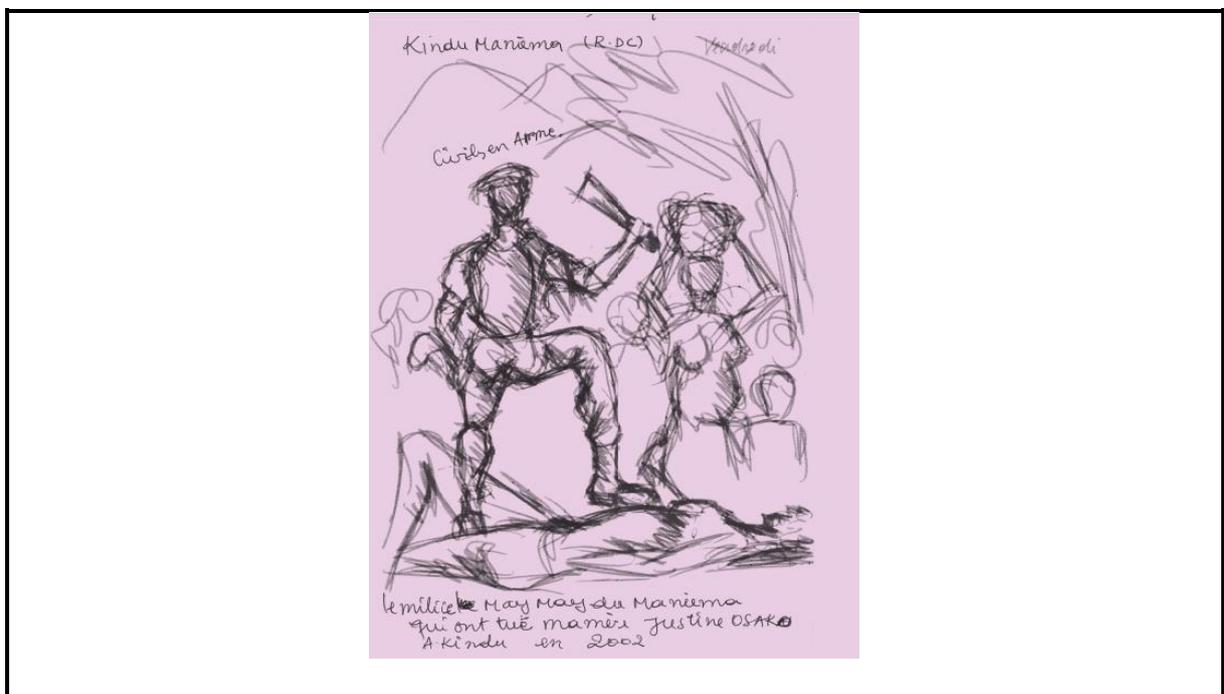
Essa “produção do medo” está em todas as esferas da sociedade, desde a relação entre cidadão e Estado até as relações de ordem cultural e que afetam diretamente as estruturas familiares tradicionalistas. O medo pode estar presente nas relações entre pais e filhos, citando aqui um exemplo em escala familiar. Apesar disso, o medo do desconhecido é muito mais difundido do que aquele que associa o familiar, o conhecido (MARTÍNEZ; MEDÍNA; ARBELÁEZ, 2003), porém ambos têm a mesma importância neste estudo.

É importante mencionar que o medo não deve apenas ser tratado como algo que paralisa, que retrai. As mudanças e a instabilidade fazem parte da cotidianidade do *Dasein*. O medo também pode ser compreendido sob uma perspectiva que enfoque “o crescimento, a coragem e a aventura” (TUAN, 2005, p. 17-18). É “uma forma de resistência universal” (BONA, 2017, p. 3). Ser migrante em situação de

refúgio não é simplesmente fugir e esconder-se. O aumento da distância espacial entre o ser e o que o ameaça é uma forma de autopreservação, um processo defensivo que torna a ameaça real em algo inofensivo, neutralizando assim o medo (FREUD, 2016). A fuga pode ser um enfrentamento que não representa um confronto direto com o de que se tem medo, mas é encarar um novo mundo de estranhezas, é carregar histórias na bagagem e até mesmo levar para o mundo as situações que os fizeram partir, como um enfrentamento indireto.

O desenho e a carta a seguir (quadro 4), foram feitos por um aluno do curso de português do Arsenal Esperança, abrigo anexo ao Museu da Imigração, em São Paulo. Em conjunto, as duas instituições criaram o projeto Cartas de Chamada de Atenção, no qual os alunos escreveram sobre suas vidas e os motivos que os trouxeram para o Brasil. As cartas foram traduzidas e expostas no museu e algumas delas continham desenhos. No desenho apresentado aqui, quem parte está representado no plano de fundo e, em primeiro plano, o ato de violência, a razão pela qual a família parte neste contexto específico. É a representação das três perspectivas heideggerianas do medo: de que se tem medo; o ter medo; e o pelo que se tem medo (HEIDEGGER, 2015).

Quadro 5 - Desenho e trechos da carta de Robert Diondji Djunga



Nasci em Goma no dia 4/06/1972 na província do Nordkiyu. Sou casado com Maguy Djeho Akongo e pai de sete filhos; dois meninos e cinco meninas. Meu pai Alfonse Djunga Lomame é da província de Maniema e minha mãe, Justine Osako é do Norte, de Kivu Goma, da tribo Tutsi, do vilarejo de Rushuru. Essa região era muito rica e lá se criava gado. O conflito no Congo é por causa desta tribo, os Tutsi, mas são principalmente os de Ruanda que provocaram a guerra civil. [...] Fui distinguido com o cargo de professor assistente na UNIKIN por ocasião da guerra a Leste do país, quando a minha mãe foi morta. Em 2012 eu resolvi recuperar a herança que ela deixou em Kindu. Em Rushuru fui surpreendido pela guerra e o Serviço de Segurança me interrogou e me prendeu, alegando que eu colaborava com a rebelião. Eu disse que eu era professor, mas mesmo assim fui preso outras vezes. Ali também perdi minha filha de 17 anos, que foi estuprada e assassinada. Escapei fugindo para o Quênia e ali falei com um amigo no *Facebook* e ele me contou do Brasil. Ele já estava aqui.

Fonte: Djunga (2015).

O desenho feito por Robert Diondji Djunga, oriundo da República Democrática do Congo, traz o seguinte texto “A milícia Mai-Mai de Maniema que matou minha mãe Justine Osako, na cidade de Kindu, em 2002”. O de que se tem medo, na imagem, é representado pela violência e pela morte. Representa a perspectiva daquilo que ameaça, que “possui o modo conjuntural de ser prejudicial” e que “se mostra dentro de um contexto conjuntural” (HEIDEGGER, 2015, p. 200). O ter medo é analisado por Heidegger como a consciência sobre a ameaça. Na imagem, a tomada da consciência ocorre com a presença do ato que provoca o medo, quando os que partem tomam essa decisão. “É tendo medo que o medo pode ter claro para si o de que se tem medo, ‘esclarecendo-o” (HEIDEGGER, 2015, p. 200). Tendo claro que há o medo, também é esclarecido o pelo que se tem medo. A imagem mostra uma mulher e uma criança partindo. Tem-se medo pelo próprio ser, mas ele também pode estender-se aos outros, como filhos e outros membros da família. “O próprio ente que tem medo, a presença [Dasein], é aquilo *pelo que* o medo tem medo. Apenas o ente em que, sendo, está em jogo seu próprio ser, pode ter medo” (HEIDEGGER, 2015, p. 201). O depoimento do quadro 6 revela algumas das distintas escalas do medo e alguns desses fatores de pressão que levam à partida:

Quadro 6 - Depoimento de Nkechinyere Jonathan

De alguma forma, nós temos uma crise política que também é religiosa. A crise religiosa está

relacionada ao Boko Haram. O significado de Boko Haram é: “A educação ocidental está proibida”. Mas quanto mais educação uma criança recebe, porque crianças são a base da sociedade, quanto mais as educamos, mais teremos uma família melhor e um país melhor. Então, eu acredito que se oferecemos educação ocidental elas serão capazes de aprender seus direitos. Elas serão capazes de definir seus futuros. [...]. Eu vi muitas pessoas sendo mortas. Algumas vezes, na escola, estávamos ensinando e precisávamos ser pacientes. Era difícil se concentrar. Bombas foram colocadas dentro de ônibus que carregavam passageiros. [...]. Uma manhã, um ônibus explodiu. Uma grande quantidade de sangue foi derramada. Sangue... que estava correndo como... água. [...]. Mas então, por que eu deixei a minha família? É porque eu sei que sou uma mulher, uma mulher-útero. Dessa forma eu chamo isso de “útero”: se eu salvar a minha família, definitivamente, eu vou em busca da minha família. Mas eu não posso sentir pena de mim mesma e ficar chorando como uma sobrevivente. Nós queremos sobreviver. Se eu lidar com você na base da pena, não há salvação! Mas, por outro lado, se eu puder me salvar, vou poder chamar atenção das pessoas. [...]. Havia uma mensagem de texto do meu filho que dizia: “mamãe, eu sei que Deus vai usar você para nos salvar”. E eu digo: “Deus, por favor, me use e me ajude a salvar minha família”. Ser uma refugiada é sabedoria. Vida, em primeiro lugar, é sabedoria. Porque se você foge, você foge para lutar por um amanhã.

Fonte: Jonathan (2016a).

A geograficidade que permeia a vida de Nkechinyere Jonathan inclui a experiência de viver em uma zona de conflito religioso, na qual as pessoas que não se submetem à religião imposta têm as suas vidas ameaçadas por grupos armados. O tema tem desde desdobramentos na escala nacional, com a luta pela criação de um novo Estado, até a escala do corpo com as mortes, separações familiares, tentativas de estudar e de oferecer uma educação não fundamentalista. Em um trecho do depoimento, ela diz que ir em busca da família significa salvá-la. O salvar exige, muitas vezes, não estar perto fisicamente para proteger, mas a separação, o cuidar de longe. Estar próximo pode significar perigo para a própria família. O sentimento de ver a morte de perto, sentir que pode ser a próxima a sofrer um ataque e que isso pode atingir diretamente a sua própria família foi o fator que a levou à partida. Freud (2016) diferencia uma situação de perigo de uma situação traumática, chamando esta última de situação vivenciada de desamparo, quando a situação de perigo se transforma em realidade. O medo seria então, para o autor, uma repetição atenuada desse trauma que se manifesta como um mecanismo de defesa. Muitas das partidas têm em comum o fator violência, seja ela enquanto medo ou enquanto desamparo.

A violência tem diversas facetas, que incluem a relação entre o eu e o outro (HAN, 2016), englobando desde contextos estruturais até as relações interpessoais (CARAM, 1978), sendo exercida por agentes não necessariamente identificáveis e sendo percebida como violência objetiva – “inerente ao estado ‘normal’ das coisas” e violência subjetiva – “perturbação do estado ‘normal’” (ŽIŽEK, 2014, p. 17) e praticadas dentro de um universo que abrange desde o caráter instrumental (ARENDRT, 1994) até atitudes de indiferença e/ou desprezo (COSTA, 1986). Minayo e Souza (1997), reconhecendo a natureza complexa, polissêmica, controversa e plural das violências que fazem do medo apenas uma das formas da sua manifestação na experiência humana, afirmam que:

[...] a violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual. Na verdade, só se pode falar de violências, pois se trata de uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser conhecidas (MINAYO; SOUZA, 1997, p. 514).

Essas violências se manifestam a partir da corporeidade de quem as pratica e, principalmente, de quem as sofre, como algo externo que agride o eu e retira a liberdade, invadindo o interior de alguém sem que essa invasão seja consentida (HAN, 2016) e “só existe quando a atitude do mais forte é interpretada no sentido sugerido pela representação” (COSTA, 1986, p. 94). Ora é ostentada e ora é escondida, se deslocando entre o físico e o psíquico, entre o frontal e o viral (HAN, 2016). O reducionismo que, em alguns casos, relaciona a violência ao crime deixa de enxergar a violência estrutural, a do Estado e a cultural que são naturalizadas (MINAYO; SOUZA, 1997). Para as autoras “o contrário da violência não é a não-violência, é a cidadania e a valorização da vida humana em geral e de cada indivíduo no contexto de seu grupo” (MINAYO; SOUZA, 1997, p. 528).

A violência é uma situação traumática que, na visão de Han (2016), limita a liberdade e os espaços de atuação como uma estratégia para calar a alteridade que ameaça o ego. Heidegger (2015) reconhece distintas variações do medo, que vão desde a timidez até o terror e que caracterizam a presença como medrosa. Uma “medrosidade” que, como apontou o próprio Freud (2016), decorre das memórias de outras situações de medo e que “não deve ser compreendida onticamente no

sentido de uma predisposição fatural e ‘singular’, mas como possibilidade existencial da disposição essencial de toda presença [*Dasein*]” (HEIDEGGER, 2015, p. 202).

Em uma análise realizada a partir da perspectiva de quem sofre a violência e não de quem a pratica é importante relacionar a contextos em que a disputa por poder afeta a ideia da cotidianidade enquanto realização de atividades aparentemente comuns como ir à escola, trabalhar, praticar esportes e outras atividades de lazer no tempo livre. O relato de Nkechinyere Jonathan (quadro 6) representa essa outra cotidianidade em que a violência extrema é ouvida pelas crianças nas escolas com a explosão de bombas, em que estar em um transporte público representa um risco real de morte (não apenas em caso de acidentes), em que ser uma professora que não ensina os dogmas religiosos dos grupos extremistas representa um risco à própria vida e à vida da família. As sensações de medo e de terror, neste caso, são despertadas como um mecanismo de poder (VILLA, 2006), provocando reações que passam pela melancolia e pela subjugação (SAFATLE, 2015), pelo enfrentamento ou pela fuga. A verdadeira violência é aquela que provoca “uma regulação social que leva o Eu a acusar a si mesmo em sua própria vulnerabilidade e a paralisar sua capacidade de ação” (SAFATLE, 2015, p. 83).

As experiências humanas estão diretamente conectadas ao contexto de onde se vive. A decisão de ir para outro país para pedir refúgio é algo que envolve um complexo emaranhado de situações de caráter multiescalar que levam à decisão, muitas vezes repentina, de deixar também as várias escalas que compõem a cotidianidade: o lar, a família, a rua, o bairro, a cidade, o país. Às vezes uma mesma motivação envolve diversas escalas. O trecho do poema a seguir, de Beatrice Jemeli Chelimo (quadro 7), declamado em um festival de cultura migrante, é uma representação de algumas dessas escalas:

Quadro 7 - Poema *Minha Cultura, Meus Sonhos e Meu Destino*

Você sabe que ela é uma menina! / Mas por que ela sonha? / As meninas devem se casar e ter filhos. / É aí que elas pertencem. / Ah, mas na nossa cultura existe uma lei, / [...] / Elas devem ser ensinadas como obedecer, / [...] / Eu não mereço ficar de pé e pensar sozinha? / Há algo de errado quando eu digo não ao sexo, casamento e circuncisão? / Ou você se sente ameaçado pelos meus sonhos? / Limitações e limites invisíveis estão tentando me pressionar, / Atrás de mim estão forças

e vozes tentando me puxar de volta, / Mas à frente há um destino chorando pela manifestação, / A força e esperança para brilhar e ser diferente.

Fonte: Chelimo (2019).

O poema traz uma série de questionamentos que poderiam ser feitos por meninas que vivem em diversas regiões do continente africano e de muitas outras partes do mundo. Questionamentos que refletem experiências de vida de meninas que, desde pequenas, aprendem que as mulheres têm um lugar na sociedade e espaços definidos dentro da própria casa. Elas são tolhidas de pensar por si próprias, de fazer suas escolhas, de exercer a sua sexualidade. O que muitos chamam de tradição, para algumas meninas é motivação para sair de casa, deixar as famílias pelo direito de escolha. Partir não necessariamente significa fugir, mas sim enfrentar o perigo em segurança. A judia Hannah Arendt, que passou pela situação de refúgio, afirma que as pessoas nessa situação “fogem de país para país representando a vanguardas dos seus povos – se mantiverem a sua identidade” (ARENDR, 2013, p. 20). Ser migrante em situação de refúgio é representar as minorias, a diversidade e a luta pelos direitos iguais em meio a sociedades tradicionalistas padronizadas ou em situação de guerra e/ou terror, levantando as suas vozes a partir da tentativa de chamar atenção para o que acontece nas escalas locais, regionais ou mesmo nacionais. A afirmação de Arendt nos faz refletir sobre a importância e a necessidade de não generalizar a ideia de que ser migrante em situação de refúgio é ser apenas vítima de um sistema injusto, mas é também ser um agente que busca a mudança desse sistema e, principalmente, ser o principal agente da sua própria vida.

A multiescalaridade desse contexto está representada por uma situação estrutural de uma sociedade patriarcal que se reflete na comunidade, na família e no corpo. O modo de ser da presença, entre outras coisas, é constituído pela influência do coletivo em um contexto espacial no qual se está lançado. O estar-lançado está relacionado à impossibilidade de escolha sobre o onde e com quem se relacionar, principalmente no início da vida. Somos o resultado das influências familiares que, por sua vez, estão em sociedades regidas por normas, por restrições a comportamentos e a determinadas práticas. As situações representadas no poema (quadro 7) mostram como a experiência de ser-no-mundo pode ser marcada pela

inautenticidade da submissão ao que é julgado como moralmente aceito pela sociedade como certo e errado.

O mapa apresentado no início desta seção (figura 1) trouxe outras motivações, relacionadas ainda às questões de gênero, como casamentos forçados e perseguições a pessoas LGBTQIA+. Essas práticas de perseguição refletem tradições inventadas, que remetem a um “conjunto de práticas” que “visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, em uma continuidade com relação ao passado” (HOBBSAWN, 2008, p. 9). Casamento infantil (geralmente imposto às mulheres), infibulação, criminalização de pessoas não cisgênero, relação de “propriedade” entre homem e mulher e, para além das questões de gênero, privação do direito à liberdade de religião e de expressão são práticas enraizadas e que transformam em alvo de violência física e/ ou psicológica aqueles que não se submetem às práticas vigentes e hegemônicas daquelas sociedades conservadoras.

Conservador assumido, o filósofo Michael Oakeshott, define o ser conservador como uma “predisposição típica de quem acredita ter algo a perder” (OAKESHOTT, 2016, n.p.). Ser conservador ou não, não é o que se discute aqui, mas a imposição dessas práticas às pessoas que não desejam submeter-se a elas e a falta de liberdade para ser quem é. Se ser nestes espaços e ser com as pessoas que vivem nestes espaços, significa não ser si mesma ou não ser si mesmo, não ser respeitado e/ou ser criminalizado, a descoberta de novos espaços onde haja respeito às escolhas individuais motiva o deslocamento.

3.1.1. O medo e o espaço geográfico

Estudar o espaço geográfico sob a ótica de quem tem medo é buscar compreender como a experiência humana altera os sentidos e o comportamento em relação às práticas espaciais que se modificam em distintos contextos. Marcelo Lopes de Souza inicia o seu livro *Fobópole* falando da experiência do medo na cidade: “evitar tais e quais linhas de ônibus; evitar tais e quais lugares, em tais e quais horários. Evitar sair de casa. Bala perdida” (SOUZA, 2008, p. 19). O medo produz o que Corrêa (2005) denomina de seletividade espacial. O autor trabalha o

termo a partir da questão da seletividade das empresas em relação ao local de implantação de atividades econômicas. Transplantando a ideia para o nosso contexto, falamos de uma seletividade que se dá a partir de uma experiência subjetiva, individual e/ou coletiva, e de um conjunto de referências e sinais que levam a uma limitação intencional da própria mobilidade como fator de autopreservação. Evitamos, por exemplo, passar por ruas consideradas perigosas, mesmo sem ter tido experiências que comprovem a periculosidade daquela rua. A sensação de perigo nos leva à tentativa de afastamento físico daquilo que pode nos causar dor. Muitas das entrevistas que fiz, das conversas que tive, dos depoimentos que li e assisti mencionavam algo parecido com a expressão: “minha vida era normal até...”. Essa normalidade estava relacionada a uma rotina, a um cotidiano no qual era possível ter uma sensação de segurança em casa, ao deslocar-se, no trabalho, na escola, nas atividades de lazer. A anormalidade se expressa a partir do medo de ir a esses lugares do cotidiano e, em alguns casos, o medo de estar em casa.

Mover-se é experienciar o espaço e suas direcionalidades e a experiência do espaço nos confere um sentido de direção que atua a partir do nosso subconsciente (TUAN, 1983). De acordo com Freud (2016), o medo surge do recalçamento, a partir da manutenção no inconsciente de situações perigosas e que levam a essa sensação ao serem reconhecidas. Passar por uma rua onde ocorreu uma experiência de medo como um assalto traz à tona esta imagem, o que pode interferir na trajetória. A experiência constrói e/ou reproduz afetos que se refletem diretamente no modo de ser do *Dasein* e na relação com o espaço geográfico. Deixar de mover-se por medo afeta a relação do ser-no-mundo com o espaço e com o lugar. Moldamos nossos trajetos a partir da centralidade da nossa casa, buscando passar por onde consideramos mais seguro e evitando passar por onde temos medo. O medo deriva da fragilidade dos nossos corpos, transformando os laços naturais (BAUMAN, 2009), as relações sociais e a organização espacial (SOUZA, 2008), limitando a espacialidade dos corpos, transformando as relações de confiança e, muitas vezes, levando à decisão da migração.

Em seu livro *Mãe Pátria*, a jornalista Paula Ramón (2020) relata a sua própria história e a da sua família dentro de um processo de mudanças ocorridas na Venezuela, durante as últimas décadas. Ela menciona como a casa da sua mãe, ao

longo dos anos, foi transformada em uma fortificação, com cada vez mais grades que, segundo ela, nunca eram suficientes, algo que estava diretamente relacionado ao aumento da percepção de violência na cidade de Maracaibo. Com o aumento das dificuldades de locomoção da sua mãe, por conta da idade e após a sua partida, Paula passa a ter dificuldade de encontrar pessoas em quem confiasse para cuidar da sua mãe, visto que, com a evolução da situação de escassez associada à redução do poder de compra com a desvalorização da moeda, os saques e os roubos passaram a ser cada vez mais constantes, conforme relatado por ela. A desconfiança produz novos estranhos e amplia a complexidade social, o que gera uma redução das práticas sociais e das formas de experienciar o mundo. (MARTÍNEZ; MEDÍNA; ARBELÁEZ, 2003). O isolamento parece ser a principal forma de enfrentamento a tal situação e a moradia torna-se uma forma de defesa, “uma lembrança constante da vulnerabilidade humana” (TUAN, 2005, p. 12).

O espaço geográfico enquanto “produto de inter-relações”, “esfera da possibilidade da existência da multiplicidade” e que está “sempre em construção” (MASSEY, 2008, p. 29) é multidimensional e rico em simbolismos, além de ser campo de lutas (CORRÊA, 2005) e *locus* da experiência humana. O modo de ser do *Dasein* é constituído pela espacialidade, que Heidegger (2015) chama de ser-em. Mais do que estar em um local específico, o ser-em é representado pela familiaridade, pelo habitar, como o próprio autor explica. Além de ser espacial, o *Dasein* é também social. “Ser-no-mundo é ser-com-outros” (GORNER, 2017), é compartilhar o mundo com outros. Dessa forma, a essência da constituição do ser-no-mundo está conectada a um contexto espacial onde relações são criadas.

É importante que esteja mais clara a noção de espacialidade heideggeriana. O filósofo francês Hervé Pasqua (1997, p. 59), na obra que escreveu sobre *Ser e Tempo*, explica que, na visão do autor alemão, “todo o ente intramundano encontra-se circunscrito pelos limites extensos dum outro ente extenso. O ente interior e o ente que o envolve estão ambos no espaço”. A citação nos faz pensar que cada ente é parte de um contexto espacial e temporal que Heidegger (2015) chama de conjuntura, algo que contém a presença e tudo o que a circunda e que é percebido pelo que ele chama de circunvisão. Essa conjuntura é o que, através da familiaridade, compõe o modo de ser do *Dasein* e o como damos sentido ao mundo

que nos circunda a partir da instrumentalidade, do como e “para quê” cada ente que circunda o ser é empregado no cotidiano. Isso é o que, como afirma Pasqua (1997, p. 60) dá o caráter qualitativo e não quantitativo ao espaço que é “feito de direcções não de dimensões, de lugares não de pontos, de percursos não de linhas, de regiões e não de planos”. Eric Dardel¹⁷ diferencia o espaço geográfico do espaço geométrico da seguinte maneira:

O espaço geométrico é homogêneo, uniforme, neutro. Planície ou montanha, oceano ou selva equatorial, o espaço geográfico é feito de espaços diferenciados. O relevo, o céu, a flora, a mão do homem dá a cada lugar uma singularidade em seu aspecto. O espaço geográfico é único; ele tem nome próprio: Paris, Champagne, Saara, Mediterrâneo. A geometria opera sobre um espaço abstrato, vazio de todo conteúdo, disponível para todas as combinações. O espaço geográfico tem um horizonte, uma modelagem, cor, densidade. Ele é sólido, líquido aéreo, largo ou estreito: ele limita e resiste (DARDEL, 2015, p. 2).

Ao dizer que a largura de um rio em certo ponto é de 80 quilômetros ou que choveu 40 milímetros em um dia eu estou geometrizando a natureza. Quando eu digo que não consigo ver o que tem do outro lado do rio e que não é possível chegar à outra margem nadando, ou que a chuva foi tanta que alagou a minha casa, eu estou geografizando estes elementos a partir da minha experiência. Para mim, que nunca experienciei uma guerra, por exemplo, a Síria é, atualmente, um espaço de conflitos onde morrem dezenas de milhares de pessoas e milhões de pessoas fogem em busca de segurança. A professora de francês Mayada, que experienciou a guerra da Síria, deu o seguinte depoimento para o projeto Vidas Refugiadas:

Quadro 8 - Depoimento de Mayada

A primeira coisa que nos fez refletir foi o dia que mataram o professor de educação física, na porta da nossa escola. Eu estava na sala dos professores e vi com os meus próprios olhos. [...]. Saímos de casa às 06h da manhã para chegarmos às 08h10. O vestibular começava às 08h15. Havia muitas barreiras, mortos caídos no chão e sangue por toda parte e militares armados ao longo de toda a estrada. Nós falávamos todo o tempo: “pelo amor dos céus, tentem rezar! Tentem rezar, não olhem para os lados. Não olhem para os lados. A mamãe também não vai olhar para os lados”. E eu... nesse dia, eu... realmente, eu disse a mim mesma: “Acabou! A gente não pode, eu não quero

¹⁷ Faço aqui a ressalva que o sentido de espacialidade em Heidegger, está associado à técnica e aos instrumentos que estão à mão na lida cotidiana, em caráter de proximidade (GORNER, 2007). Dardel, vai muito além disso. Seu sentido de espacialidade tem um foco principalmente na experiência geográfica, nas descobertas, nos sentidos, nas relações que se desenvolvem com o lugar, na afetividade (BESSE,2015).

que minhas filhas tenham uma cultura de guerra”. [...] Porque a gente podia morrer a qualquer momento e em qualquer lugar. [...] Eu amo a minha Síria, mas aquela que conheci, não uma Síria assim. Essa não me interessa.

Fonte: Mayada (2016).

O depoimento apresenta o espaço de vivência de Mayada e, em especial, a trajetória de deslocamento para um evento cotidiano (levar a filha para uma prova de vestibular), como um conjunto de paisagens do medo que Tuan (2005, p. 12) define como “manifestações das forças do caos” que estão diretamente relacionadas a um marco histórico e não estão descoladas da realidade dos indivíduos ou dos grupos. Ulrich Oslender (2018) desenvolveu estudos baseados no que ele denomina de “geografias do terror”, com um enfoque voltado para as relações espaciais e impactos do terror em distintas populações. Sua ideia é redirecionar o foco da abordagem geopolítica que relaciona o terrorismo às ações contra o Estado, encobrindo assim as ações terroristas praticadas também pelo próprio Estado.

O terror representa a extrema generalização da violência a partir da sua banalização, concretizando o ato de violência de maneira espetacularizada com o intuito de provocar o pânico generalizado (OSLENDER, 2018). Os depoimentos lidos para elaborar a representação do início do capítulo (figura 1) e as entrevistas realizadas falavam em bombas e bombardeios, invasão de militares à residência, tortura, perseguição, forte repressão a manifestações tanto de grupos armados como do próprio Estado, ações que produziam a sensação de terror na população. O terror envia mensagens de ameaça para aqueles que sobrevivem, criando assim espaços de medo com a profunda transformação das relações sociais a partir da propagação rápida do pânico (OSLENDER, 2018) e da destruição das relações de confiança, tornando qualquer um suspeito. De acordo com Oslender, a paisagem funciona como lembrete de que há uma ameaça constante, por exemplo, onde há casas destruídas, buracos de bala, plantações em cinzas, vilas ou aldeias abandonadas, podendo representar uma transformação drástica do sentido de lugar, quando as lembranças e as falas estão impregnadas de experiências traumáticas e se sobrepõem a outras memórias. Essa experiência pode ser vista como “um conjunto complicado de espaços, emoções, práticas, movimentos e materialidades que funcionam em uma variedade de escalas, desde o corpo até as microgeografias

da (perdida) casa, rio, floresta e região” (OSLENDER, 2018, p. 122). Na escala do corpo, as emoções relacionadas ao trauma, ao luto, à dor são provocadas pela experiência de presenciar um evento de terror. Ontologicamente, o terror é descrito por Heidegger dentro de uma escala que se inicia com o medo, passa pelo pavor, pelo horror e chega ao terror:

[...] uma ameaça, em seu ‘na verdade ainda não, mas a qualquer momento sim’ subitamente se abate sobre o ser-no-mundo da ocupação, o medo se transforma em pavor. Desse modo deve-se distinguir na ameaça: a aproximação mais próxima do que ameaça e o modo de encontro com a própria aproximação, o súbito. O referente do pavor é, de início, algo conhecido e familiar. Se, ao contrário, o que ameaça possuir o caráter de algo totalmente não familiar, o medo transforma-se em horror. E somente quando o que ameaça vem ao encontro com o caráter de horror, possuindo ao mesmo tempo o caráter de pavor, a saber, o súbito, o medo torna-se, então, terror (HEIDEGGER, 2015, p. 202).

A tentativa de realizar as tarefas do cotidiano, com a mobilidade que, de maneira geral, é algo característico do *Dasein*, choca-se com paisagens de medo que se refletem nos sentidos de espaço e de lugar. Sair de casa, para Mayada, significava não poder olhar para o lado para não ver cidades que não eram mais como antes, que haviam sido tomadas por corpos, por sangue e por paisagens que não refletiam mais o familiar. O espaço apresentado por Mayada é um conjunto de entes estranhos que tornam distante o que é próximo espacialmente e próximo o que é distante temporalmente. A guerra afetou o sentido de direcionamento, provocando uma desorientação naquele mundo não mais familiar e, cada vez mais, reduzindo os espaços que podem ser ocupados livremente. Para Mayada e sua família, a guerra é um componente que a circunvisão agora alcança despertando o medo e desenvolvendo uma tendência ao isolamento. A proximidade da guerra é o afastamento daquilo que outrora estava à mão. A tendência, potencializada pelo medo, é não mais realizar as atividades cotidianas, como ir à escola, passear no parque, caminhar livremente pelas ruas da cidade, visitar os amigos e parentes. Ainda sobre a experiência na Síria e a decisão de partida, Oula (quadro 9) faz o seguinte depoimento:

Quadro 9 - Depoimento de Oula

Eu estava na Síria e o meu marido no Egito porque eu esperei para ter meu filho, Eu estava grávida e o meu marido tinha que sair da Síria urgente por causa da situação da guerra lá. O movimento dele na rua ficou muito perigoso, porque a qualquer momento pode alguém, naqueles

pontos da rua, militares levá-lo assim, sem nenhum motivo. Então ele conseguiu um contrato de trabalho lá no Egito e eu falei para ele: sim, pode ir, eu vou esperar até ter meu filho aqui com a minha mãe porque não dá para viajar agora. Tenho que terminar meu trabalho e receber o meu, aquele salário que finaliza o serviço, assim, tudo para ficar tudo direitinho e eu ir atrás dele. Quando ele foi, o presidente do Egito fechou todas as portas na nossa cara, seja aos sírios, seja aos palestinos, então fiquei na Síria com meu filho e o meu marido no Egito. Depois de um ano e meio consegui ir, mas eu fui assim, sem o visto, sem documentação certa, porque eu cheguei ao ponto, que é muito grave, que eu fiquei presa em casa 24 horas. Não dava para sair, a situação da guerra ficou muito grave cada dia fica mais grave, mais perigosa.

Fonte: (Informação verbal)¹⁸.

A partir desse relato, retomamos aqui a ideia de geograficidade proposta por Dardel (2015), considerando que o espaço é experienciado. Para Oula, naquele momento, a cidade era completamente insegura, o que reduziu o seu espaço de convivência à própria casa, visto que o mundo que a circundava já não era mais familiar. A limitação a um espaço de confinamento reconfigura as noções de distanciamento (HEIDDEGER, 2015), afastando do habitual e aproximando do inesperado - do lidar com o mesmo espaço para distintas atividades ao buscar novas alternativas em outros espaços distantes do conflito.

O habitar, numa cidade em guerra, se restringe ao lar, e os horizontes de alcance (BUTTIMER, 2015) são limitados ao onde se chega por necessidade e ao onde não se vai por medo. A sensação é de estranhamento. A proximidade e a distância do que está à mão não estão relacionadas apenas a uma questão de métrica. As visões e as sensações de ter visto corpos na estrada, como ocorreu com Mayada (quadro 8) podem aproximar mais da guerra do que de coisas que podem estar mais próximas fisicamente, como de um restaurante na rua onde vive. Reviver aquela cena na memória traz à tona o medo de circular até mesmo pela vizinhança. O acontecer tem o poder de transformar significações a partir de eventos que fazem com que novos atributos sejam incorporados ao espaço (SANTOS, 2006) encontrando na passagem do efêmero para o durável uma lógica que parece se consolidar (BACHELARD, 1994), fazendo com que aquele espaço deixe de existir como lugar. Quando Mayada diz: “Eu amo a minha Síria, mas aquela que conheci,

¹⁸ Entrevista realizada com Oula Alsagheer, cantora e atriz, em 30 de outubro de 2020.

não uma Síria assim”, ela está dizendo que a familiaridade aqui se encontra no tempo e não mais no espaço. Ou, na verdade, podemos afirmar que ela se refere a uma temporalidade-espacialidade que não está mais lá fisicamente, mas nas suas memórias, na familiaridade do mundo circundante que se esvaiu com a guerra.

Para Heidegger (2015, p. 307) “o fundamento ontológico originário da existencialidade da presença [*Dasein*] é a temporalidade” e esta, ainda na concepção do autor, revela-se a partir da espacialidade específica do *Dasein* que se mostra a partir das interações com o espaço, que constitui o mundo em seus horizontes do dis-tanciamento (escrito com hífen na tradução em português para destacar o sentido que Heidegger quis dar ao termo em alemão de que a espacialidade do *Dasein* não é algo estático) e da direcionalidade. Mais do que o medo, a sensação de angústia passa a permear o presente e a imagem do passado é aquela que representa o como o cotidiano deveria ser. Sobre isso Heidegger escreve:

Como a temporalidade da angústia se comporta frente à temporalidade do medo? Chamamos esse fenômeno de disposição fundamental. Ele coloca a presença [*Dasein*] diante de seu estar-lançado mais próprio, desvelando a estranheza do ser-no-mundo cotidiano e familiar. [...] A ameaça não provém do que está à mão e do que é simplesmente dado, mas sobretudo e justamente, de que tudo que está à mão e é simplesmente dado já não ‘diz’ absolutamente nada. Não estabelece mais nenhuma conjuntura com o ente do mundo circundante. O mundo, no contexto do qual eu existo, afundou na insignificância, e o mundo que, dessa forma, se abre só é capaz de liberar entes sem conjuntura. (HEIDEGGER, 2015, p. 429)

A cidade atual, como ela se apresenta no contexto da guerra, já não diz mais nada para Mayada sobre o que é ser síria, sobre o habitar naquele lugar que ela conheceu e que não existe mais. O amor à Síria representa uma espacialidade que se mostra enquanto temporalidade, visto que a cotidianidade, “o modo de ser em que a presença [*Dasein*], numa primeira aproximação e na maior parte das vezes se mantém” (HEIDEGGER, 2015, p. 460), foi completamente transformada.

O evento relatado, que traz a experiência de ver a guerra, de estar próximo a ela, transforma e, ao mesmo tempo, resignifica aquele espaço que não é visto mais como uma possibilidade para viver o presente e nem o futuro próximo. O habitar enquanto essência da relação que se processa entre o homem e o meio (MARANDOLA JÚNIOR, 2012) tem o seu centramento no lar e nos horizontes de alcance que o extrapolam (BUTTNER, 2015), sendo o *Dasein* “o ponto de origem

do espaço relacional” (BRASIL, 2005, p. 68). O termo centramento é utilizado por Buttimer relacionando-o ao ir e vir cotidiano e seus significados, distinguindo-o da noção de centralização que traz uma associação com a racionalidade e o planejamento. Oula sinalizou que, a partir de um determinado momento, o medo de deixar a segurança do lar era maior do que a necessidade de trabalho, de subsistência, o que fez seu esposo mudar-se para o Egito. Posteriormente, Oula precisou viajar da Síria para o Egito sem a documentação exigida, já que transitar pela sua cidade para realizar qualquer atividade cotidiana era extremamente arriscado. Tanto o centramento, como os horizontes de alcance se restringiam à casa. Mudar isso exigia sair daquele contexto, ir para outro país. Há casos em que nem os limites da casa representam mais o resguardo, como é possível compreender a partir do depoimento do quadro 10, a seguir:

Quadro 10 - Depoimento Silvie

A minha história agora que eu tô contando ela. Quando eu cheguei, eu não conseguia contar, eu chorava e chorava. Mas agora eu tenho essa facilidade de contar. [...]. E se eu saí do meu país não foi muito por minha causa, foi mais pelo meu esposo que foi filiado do partido político da oposição e no meu país fala todos os dias que é República Democrática, né? Mas a democracia não se vive. Você não tem direito de falar alto, não tem direito de protestar na rua, não tem direito. Tudo, tudo que você falar pode prejudicar de qualquer maneira. Aí, foi assim que ele foi filiado no partido político da oposição, eles faziam manifestação toda hora que eles queriam, mas dessa vez, ele foi preso. Quando ele foi preso, tentei procurar mais de três semanas e não achei. Não sabia onde ele estava. Até que uma noite que ele ligou para mim, falou para eu sair de casa. Tentei puxar a conversa para saber onde ele estava, porque que ele estava me falando para eu sair de casa, mas ele desligou. Aí eu fiquei pensando: estou na minha casa, não tem nada a ver [...] fiquei esperando ele voltar nessa noite. No lugar dele voltar foram os militares que foram atrás dele. Na verdade, ele tinha fugido da cadeia e os militares foram atrás dele em casa e, como eu falo hoje, foi essa noite que mudou minha vida. A minha vida era estável, mas o que eu passei nessa noite que me puxou para fora... porque eles chegaram com tanta violência, que essa violência também sobrou para os meus filhos. Aí eu falei: “vou pegar o que eu tenho na mão e pelo menos salvar essas crianças”. Aí que eu peguei meus filhos e saí da minha casa. Saindo da minha casa, falei para minha mãe: “mãe, não quero te colocar nessa, não quero ficar na sua casa não”. Ninguém sabe se vão vir atrás de mim, chegar até a sua casa, você também pode viver a mesma coisa que eu vivi hoje. Vou sair mesmo! [...]. Quando cheguei [no Brasil] meus filhos, aqui eles não falavam. As pessoas pensavam que meus filhos eram educados, mas meus filhos eram traumatizados. Eles não falavam quase nada porque eu falei para eles que a gente ia viajar escondidinho. Para falar uma coisa tem que falar no meu ouvido. De tudo que eles passaram também na minha casa de violência, eles

pensavam que os militares iam voltar se eles fizessem um barulho.

Fonte: Silvie (2019).

Com a inesperada invasão da sua casa, o lar deixou de ser segurança e o único local onde Silvie e seus filhos poderiam permanecer, havendo então a necessidade de partir para qualquer outra localidade e que, preferencialmente, não estivesse naquele contexto em que pudesse ser reconhecida. Era o Estado que estava atrás da sua família e nenhum local dentro dos seus limites era seguro. A partir da experiência relatada, é possível refletir sobre a importância que o medo e o trauma (ou situação de desamparo como chamaria Freud) possuem na experiência daqueles que buscam refúgio. A decisão de partir foi como uma forma de se autopreservar e aos seus filhos. O deslocamento desta e de outras famílias traz perdas de ordem material, social, com rupturas familiares, simbólicas e culturais (RIÑANO-ALCALÁ, 2008). Além disso, como exposto no depoimento de Silvie, a repetição atenuada daquela situação traumática, por meio da memória, mudou a forma dela e dos seus filhos se relacionarem com as pessoas, com os lugares, com o mundo. O medo provoca uma desorientação espacial, a partir de um estado de incerteza e da perda dos modos de vida familiares, habituais (BAUMAN, 2009).

A produção do medo é algo que alimenta o circuito de afetos e “que sustenta mais eficazmente o respeito às leis” (SAFATLE, 2015, p. 18). Mas não apenas o respeito às leis. O medo leva à imobilização da sociedade em situações de violação dos seus direitos. Quando não imobiliza, pode conduzir a um enfrentamento que leva a situações de perigo e de desamparo. Quanto maior a noção de perigo, maior é a influência do medo nas decisões e, neste caso específico, na decisão de partir. Perceber que as coisas não estão normais, que há um abalo, é o primeiro passo para a tomada da decisão. O medo desconcerta, em algumas situações gera uma desconfiança coletiva, afasta a segurança do lar, desterritorializando e deslugarizando¹⁹ pessoas que tinham na centralidade da própria casa, a segurança, o aconchego, o espaço onde as emoções fluíam, onde estava o sentimento de propriedade e de controle. Para Safatle (2015, p. 24) “a esperança seria o afeto capaz de se contrapor a esse corpo paranoico”. A esperança, nos casos aqui

¹⁹ A casa aqui é vista como território e como lugar, como será abordado na próxima seção.

apresentados, materializou-se a partir da migração, da busca por um habitar que levasse ao afastamento das situações que colocavam as famílias aqui retratadas em perigo. A decisão de migrar parte da urgência pelo afastamento da situação de perigo que está diretamente ligada a um contexto espacial. Aquele trecho que corresponde ao espaço do habitar já não é mais percebido como seguro e a proximidade do perigo os leva a partir.

O medo, enquanto reflexo vital que garante a sobrevivência, se manifesta, fundamentalmente, enquanto medo da morte (DELUMEAU, 2009; 2002). É fruto da percepção de uma ameaça, seja ela real ou imaginária (MARTÍNEZ; MEDÍNA; ARBELÁEZ, 2003). O medo é sempre “medo de algo ou por algo” (RIEZLER, 1959, p. 102), ou seja, há uma consciência sobre um perigo, mas nem sempre sobre onde ele pode estar. A situação de refúgio se origina quando a esperança está na partida, na fuga daquela situação de medo e desamparo. A fuga é “o retirar-se, baseado no medo daquilo que desencadeia o medo, isto é, do ameaçador” (HEIDEGGER, 2015, p. 252). As ideias de fuga e ameaça em Heidegger estão diretamente relacionadas à percepção de distanciamento. Fugir de um lugar significa que há uma ideia de aproximação daquilo que ameaça e representa a ação de manter a distância dessa ameaça. Diante de situações como as mencionadas, a “estranheza” e o “modo existencial de não sentir-se em casa” revelam-se mesmo diante da familiaridade cotidiana que é rompida pela angústia (HEIDEGGER, 2015, p. 255). Em uma perspectiva freudiana, a angústia, dentre outras abordagens da sua obra, surge como uma “reação natural, adaptativa e funcional às *situações traumáticas* em que se dá o rompimento de alguma unidade ou continuidade vital” (FIGUEIREDO, 1999, p. 52-53, grifo do autor) e também como um sinal para situações de perigo “como um dispositivo do eu para o enfrentamento antecipado das emergências pulsionais” (FIGUEIREDO, 1999, p. 53). Figueiredo ainda menciona que em algumas traduções inglesas a angústia é traduzida como *ansiedade*. Isso acontece tanto em obras de Freud como de Heidegger, conforme foi possível observar em algumas leituras em inglês. A abordagem heideggeriana vai trazer a experiência, algo que a freudiana não traz por se basear no fato de que as emoções são reações biológicas, embora, como afirma Figueiredo (1999), quando Freud fala em vivência individual de angústia pelo feto que se separa do corpo da mãe, o campo dos sentidos, que permeia a experiência, não deixa de estar presente.

Com base em Heidegger, Figueiredo (1999, p. 58) utiliza a expressão “ser-no-mundo como estrangeiro” para falar em familiaridade, que ele explica como o “lidar-com-os entes”, apoiar-se nas preocupações do cotidiano para nelas se alienar, e para mencionar a angústia dessa “suspensão ou interrupção do lidar cotidiano (este lidar funcional, rotineiro, tagarela e coletivo)”. Ser migrante em situação de refúgio é lidar com uma angústia que representa uma abertura do ser-em um lugar onde se sente estranho e no qual não pode assumir as singularidades do *Dasein*. “O angustiar-se, abre, de maneira originária e direta, o mundo como mundo” (HEIDEGGER, 2015, p. 254). Para o autor esse não se sentir em casa representa o fenômeno originário, no sentido em que a impessoalidade do ser-em e do ser-com leva o ser a viver inautenticamente. A familiaridade do habitar relaciona-se aqui, diretamente com o estranhamento de si mesmo, com o sentir-se desenraizado, estranho, mesmo estando em um lar (SARAMAGO, 2008). É esse estranhamento que distancia o ser migrante em situação de refúgio da própria terra, levando à decisão de partir.

3.1.2. Espaço e tempo, território e lugar

Território e lugar, enquanto importantes conceitos da Geografia, foram e continuam sendo exaustivamente estudados e ressignificados. Porém, há uma espécie de código que parece perpetuar o território, conforme indica Serpa (2017; 2019), como algo relacionado ao poder e o lugar ao espaço vivido. O autor questiona se o território não pode ser vivido ou se o lugar também não pode refletir as relações de poder. Podemos pensar sobre essa questão com base em histórias já mencionadas ao longo deste trabalho, ressaltando que a ideia não é responder ao questionamento, mas realizar um exercício de reflexão que busque novas perspectivas que nos ajudem a pensar o território e o lugar a partir de diferentes óticas.

O caso de Mayada (quadro 8) mostra como o poder, que é disputado em uma relação direta com as estratégias políticas e geopolíticas, é vivido e se revela a partir da experiência de ver um colega de trabalho ser morto em frente à escola onde

trabalhava e da experiência de deslocamento entre a casa e o local para onde estava levando sua filha para prestar o vestibular. Fazer o vestibular indica uma perspectiva de futuro, de ter uma formação, uma profissão, algo que possa ser exercido cotidianamente, de maneira geral, como forma de subsistência. Uma esperança que parecia brotar em meio a um cenário de violência e de morte. Território e lugar estavam ali sobrepostos de uma maneira na qual a disputa pelo poder encontrava-se alheia à necessidade da liberdade dos espaços vividos, mas o vivido não está alheio aos rastros deixados na disputa pelo poder. O relato de Oula (quadro 9), especialmente no trecho em que dizia ficar 24 horas dentro de casa, mostra que a forma como a disputa pelo poder ocorre na Síria afeta espacialidades e lugaridades, restringindo os horizontes de alcance a partir da perda da familiaridade, por não se saber mais por onde é seguro passar, e pela propagação generalizada do medo, relacionada àquilo que Relph (2014) chama de interioridade. Enquanto aquela familiaridade peculiar do habitar que nos faz conhecer o lugar de dentro para fora, a interioridade, inerente ao bairro ou à cidade, está restrita ao espaço da casa, que ainda tem um lar apenas entre as suas paredes, visto que todos os outros espaços de vivência individual, familiar e coletiva não podem mais ser frequentados. A situação de Silvie (quadro 10) apresenta o agravante de que a disputa pelo poder invadiu esse último espaço de familiaridade que era a sua casa e o transformou em um espaço de medo, algo que é incompatível com o sentido de lar e de habitar.

Habitar é o “traço essencial do ser” (HEIDEGGER, 2008, p. 140) e o sentido de habitar vai muito além do ficar, do apropriar-se, do possuir (CESARE, 2020). As questões relacionadas ao habitar, no campo da filosofia, são levantadas quando a terra começa a ruir e deixa de ser acolhedora, quando perde a obviedade (CESARE, 2020). Habitar é mais do que simplesmente estar; é um ato de incorporação (LANG, 1985), algo que engloba o centramento e os horizontes de alcance (BUTTIMER, 2015), já mencionados anteriormente. Quando Tuan (1983) fala em espaço, ele relaciona com a liberdade. A falta de liberdade e de mobilidade transformam o lar. Ao sentido de habitar, Heidegger (2008, p. 129) inclui o resguardo como característica fundamental, incorporando também a ideia de um “permanecer pacificado na liberdade de um pertencimento”. Essa característica parece se perder

em ambientes de guerra, de perseguição e de outras violações dos direitos humanos.

O habitar é um ato de transformação do espaço em lugar com a casa sendo uma representação do nosso segundo corpo (LANG, 1985) e, ao mesmo tempo, nosso primeiro universo e “um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem” (BACHELARD, 2008, p. 201). Traz consigo a ideia de “cultivar, cuidar de algo em íntima familiaridade, estar envolvido” (SARAMAGO, 2008, p. 109). Está ligado ao demorar-se, que é um dos sentidos que simboliza o lar, representa a permanência por um tempo suficiente para a criação de laços (MARANDOLA JÚNIOR, 2012) e que tem nos horizontes de alcance e na liberdade do espaço a sua contraparte, a relação entre a segurança e a liberdade, o poder de ir e vir, que são complementares. O lar sem a perspectiva dos horizontes de alcance não retira necessariamente o sentido de segurança do lar, mas reduz o espaço de demora ao lar, privando da sensação de liberdade e baseando as relações dos horizontes de alcance no medo e na desconfiança.

Retomo aqui a experiência de Paula Ramón (2020) com a sua mãe, mencionada na seção anterior. A casa onde viveu a sua infância foi, ao longo dos anos, tendo a sua segurança reforçada a partir de intervenções e de grades como uma forma de proteção da sua integridade física e da propriedade e dos bens que estavam dentro dela. Aquela construção que é a casa torna-se, ao mesmo tempo, o lugar e o território, que se misturam diante da experiência que engloba um conjunto de significados (RELPH, 2014) e a manutenção do poder sobre a própria vida e propriedade. Ser lugar e ser território (SERPA, 2017; 2019) faz parte aqui de uma mesma experiência que aproxima, que divide, que direciona a tomada de decisões a partir de um sentimento em comum: o medo. A casa é o território e o lugar do ser, que desperta, ao mesmo tempo, os sentimentos de posse e de pertencimento: ela me pertence e eu pertenço a ela. A casa é espacialidade e temporalidade, representando também momentos e histórias de vida que se acumulam e fazem do tempo algo sincrônico, não apenas uma sequência de agoras (HEIDEGGER, 2015). Se a essência do ser está na espacialidade, o sentido está na temporalidade. O tempo em Heidegger é não linear ou não vulgar, como ele mesmo denomina. Isso significa que o modo de ser do *Dasein* tem consciência do tempo e se comporta com

base em memórias e em possibilidades, representando o passado e o futuro que se manifestam no presente (GORNER, 2017). Para Marandola Júnior:

O tempo é vivido como memória, e por isso memória e identidade adensam o lugar. A memória é a experiência vivida que o significa, definindo-o enquanto tal. Não é à toa que pensar em lugar é mais fácil recuando no tempo: lugar de nascimento, lugar de lembranças, lugar de saudade, lugar de memória, lugar de identidade. Ele parece mais conectado a uma tradição, a uma experiência profunda de entrelaçamento com a terra (MARANDOLA JÚNIOR, 2014, p. 229).

É, muitas vezes, o sentido de temporalidade que prorroga a decisão de deixar a casa, visto que ela não representa apenas uma construção com a função de abrigar, mas traz significados que representam o lar, o habitar, as memórias, o centramento, a propriedade, o controle, a essência das vivências e das experiências, o lugar e o território, simultaneamente. Deixar o lar, principalmente quando não é algo planejado, preparado, não é uma decisão fácil. O medo pode levar a um sentimento de proteção da casa que, nos casos aqui mencionados, é sobreposto pelo sentimento de proteção da própria vida ou da vida da família, algo que poderia ser chamado de pressão a partir de fatores esmagadores (ROBINSON; SEGROTT, 2002) que funcionam como motor de propulsão para que partam deixando o lar, a terra e o ambiente familiar. A escritora Warsan Shire escreveu o seguinte texto para retratar uma situação de partida:

Bem, acho que o lar me cuspiu, os apagões e toques de recolher como língua contra dente solto. Deus, você sabe como é difícil falar sobre o dia em que sua própria cidade te arrastou pelos cabelos, passando pela velha prisão, pelos portões da escola, pelos torsos em chamas erguidos em mastros como bandeiras? Quando encontro outras pessoas como eu, reconheço a ausência, a saudade, a lembrança de cinzas em seus rostos. Ninguém deixa o lar a menos que o lar seja a boca de um tubarão (SHIRE, 2014, p. 19, tradução nossa).

Shire utiliza os termos boca de um tubarão e, no mesmo texto, ela fala em cano de uma arma como metáforas para demonstrar o que o lar passa a representar para as pessoas que os deixam, em situação de refúgio. É quando o sentido de território muda a sua escala e, da casa, o território passa a ser o próprio corpo, que precisa ser resguardado enquanto ente e enquanto ser. Resguardar o corpo-lugar-território é garantir que o ser permaneça seguindo a jornada de existir. Por outro lado, podemos afirmar que o sentido de lugar não se perde, porque ele está na temporalidade, na memória. O sentido de lugar está no espaço, mas o espaço é transformado; é ressignificado dentro de um contexto espaço-tempo que pode fazer daquele espaço

não mais um lugar no presente, mas sempre um lugar na memória. O sentido de lugar aqui é visto a partir de uma espécie de mosaico imaginário, composto de fragmentos do espaço e do tempo e se materializa também no corpo, a partir das memórias. Um dia, numa dessas *lives* do período de isolamento com pessoas que vivem em situação de refúgio, durante a pandemia da covid-19, fiz a seguinte pergunta a Abdulbaset Jarour, que na ocasião, contava sua experiência de migrar da Síria para o Brasil: “Abdul, quando você fecha os olhos e lembra da Síria, o que vem à sua cabeça?”. Ele respondeu o seguinte:

Quadro 11 - Depoimento Abdulbaset Jarour

Olha, quando fecho os meus olhos infelizmente só vejo tristeza. [...] Agora a questão quando fecho, assim, eu lembro que o meu povo tá morrendo, eu lembro que a Síria tá destruída, eu lembro que perdi minha mãe, eu lembro da minha irmã que perdeu uma perna (a voz começa a embargar). Então eu lembro dos meus amigos, desculpa (com os olhos lacrimejando), eu lembro dos momentos assim também tipo, fico com saudade dos momentos com os amigos, saudade de falar árabe, saudade de som das mesquitas, assim, quando as mesquitas fazem uma chamada todos juntos para oração, sabe. O cheiro da maçã, o cheiro do jasmim, cheiro de (uma risada tímida com olhos ainda lacrimejando) narguilé. Eu lembro de todo mundo lá, jovem. Então assim, eu lembro de tristeza e lembro de momentos que passaram, realmente momentos felizes, assim que tava lá com meus amigos, muito felizes, de passeio, sabe? Agora minha família [está] espalhada pelo mundo: Alemanha, Canadá, Iraque, Líbano, Turquia. Assim, sabe, é muito dolorido ser refugiado. É muito difícil, Daniela, de verdade, é muito difícil. Infelizmente é assim. O povo sírio foi vítima de poder, vítima pela política, né? Tirando essa esquerda, direita, tirando Rússia, Estados Unidos... no meio tem o povo, que aparece, muitas revelações, mas não estamos conseguindo alcançar a democracia, a liberdade. Não estamos conseguindo. Até agora vejo a Síria numa situação, tá pior, muito pior do que era antes. O povo tá morrendo. Morreram mais de um milhão de pessoas. Espalharam mais de 10 milhões de pessoas. Imagina, a guerra da Síria ficou famosa, mas tem outras guerras que estão acontecendo na África, outras perseguições, outras violências, que estão acontecendo pelo mundo. Então assim, sabe, muito dolorido isso.

Fonte: Jarour (2020).

O contexto de violência e de terror pode ter uma influência na alteração do senso de lugar, já que as pessoas passam a ver, sentir, experienciar o lugar de uma maneira diferente (OSLENDER, 2007, p. 121). No exemplo de Oslender (2007), que analisa os espaços de terror na Colômbia, ele aborda como rios colombianos, antes fontes de alimentação, de mobilidade e de memória coletiva que eram

experienciados como fonte de lazer, de contemplação, de sobrevivência, passam a ser “mensageiros da morte e do terror usado pelos grupos armados para sua mobilidade”. A transformação das paisagens que representavam o lar, o lugar e a familiaridade faz com que haja um rompimento dramático das relações sociais tanto em escala local como regional (OSLENDER, 2007). Na Síria, se retomarmos os relatos de Mayada (quadro 8) e Oula (quadro 9), as ruas da cidade onde vivem passam a ser essas mensageiras da morte e do terror. No documentário *Para Sama* (2019), os diretores Waad al-Kateab e Edward Watts nos mostram cenas filmadas pela própria jornalista Waad al-Kateab que decidiu, inicialmente, ficar em Aleppo com seu esposo, um médico que atendia vítimas da guerra em hospitais improvisados em meio aos bombardeios que ocorriam constantemente. O nascimento e os primeiros anos da sua filha, Sama, são registrados em meio a esse cenário.

Seja de maneira gradual ou repentina, o estranhamento do próprio lugar pode levar a outros desdobramentos. Oslender (2018) fala em desterritorialização mental produzida pelo medo, quando a perda do território é percebida e um processo de reterritorialização se inicia com a transformação das relações socioespaciais pelo medo do perigo que pode estar em qualquer parte. Traduzindo a ideia para falarmos em deslugarização mental, poderíamos pensar em uma perda dos lugares, também pelo medo, e a transformação da relação com o habitar. É como se houvesse uma perda espacial que se relugariza também mentalmente, a partir das memórias do lugar. O lugar, assim como já mencionado na seção anterior, parece estar no tempo, mas não deixa de ter na espacialidade e na lugaridade a sua essência. Abdulbaset ainda tem vivos na sua memória sons, odores, paisagens que fazem com que a cidade que descreve seja um lugar.

Na sua fala, experiências de topofilia e de topofobia se confundem e trazem à tona sentimentos opostos em relação ao lugar de origem. “Quando são positivas e agradáveis, elas são experiências de topofilia, mas quando são repulsivas, desagradáveis e negativas elas são experiências topofóbicas.” (RELPH, 1979, p. 19). A distância parece misturar ainda mais esses sentimentos que são opostos, mas, ao mesmo tempo, se complementam, surgindo de maneira caótica nas lembranças de quem passa pela situação de refúgio. Remetem ao lar e, ao mesmo

tempo, à situação que levou a deixar o lar, ao aconchego e à expulsão, à segurança e ao medo.

Em situações assim, há relatos de pessoas que deixam seus lares com algum documento, com o diploma, com fotos, ou apenas com a roupa que estão vestindo. Em alguns casos, pela urgência da fuga, em outros, pela ideia de que logo voltarão. Vidas nuas são produzidas em contextos de guerra e de perseguição. Ser migrante em situação de refúgio é transitar em direção a essa vida nua (SASSEN, 2016), na qual leva consigo apenas o próprio corpo, uma vida despida de bens materiais, da convivência familiar, em alguns casos, sem saber quando ou mesmo se retornará.

Ainda sobre a relação entre lugar e memória, apresentamos um trecho de uma carta escrita/ lida pela palestina Rawa Alsagheer, em um projeto denominado *Vídeo-cartas: conexões migrantes*, no qual diversos migrantes escrevem e leem cartas endereçadas, em sua maioria, para alguém da família. Rawa escreve para o seu pai, que faleceu na Síria após sua partida:

Quadro 12 - Transcrição de vídeo-carta de Rawa Alsagheer

Eu nasci, não conheço a Palestina e agora estou fora da Síria. A última vez quando eu te vi, eu tava viajando para Turquia. Não sei pra onde, de onde. Sempre você fala que somos da Palestina. [...]. Não estou conseguindo chegar até ela. A única coisa que estou fazendo agora é falar coisas sobre você. Sobre sua história. Falando suas palavras sobre a Palestina, que eu conheço pelo coração. Sempre penso um futuro, mas parei, porque quando comecei a pensar no meu futuro, eu deixei minha vida inteira. Aconteceu uma guerra, destruiu minha vida quando eu estava começando, num país que não tinha nada dentro dele. Não tenho nenhum documento dele e agora estou em outro país. Não estou conseguindo pensar no futuro. Eu penso só no seu sonho, que é retornar pra Palestina.

Fonte: Alsagheer (2019a).

Ser migrante em situação de refúgio faz parte da experiência de toda a vida da palestina Rawa Alsagheer, visto que seus pais já viviam na Síria quando ela nasceu. O fato de nunca ter estado na Palestina não diminui o sentimento de pertencer a esse lugar, aliás, *Pertencer* é o título da carta. Fica claro que as suas memórias em relação à Palestina foram criadas a partir das memórias do seu pai, que alimentam o seu sonho de chegar lá. Com a morte dele, Rawa parece ter perdido a referência de lugar que tinha e o sonho de chegar à Palestina torna-se um objetivo de vida, como

uma forma de chegar àquele que considera o seu lugar de pertencimento. Aquela Palestina descrita pelo seu pai talvez não exista mais, mas ela está nos seus sonhos e nos seus planos de futuro. O sentido de lugar, porém, aquele transmitido através das gerações, alimenta o sentimento dos palestinos que anseiam por um território onde possam reconstruir o seu Estado.

Pode-se questionar: como a Palestina pode ser um lugar para ela, sem que tenha sequer estado lá? Talvez não haja uma explicação. Talvez a explicação esteja na memória e na identidade. Talvez na imaginação, na idealização sobre como ela imagina que seria (VAZ, 2021) ou a partir das memórias dos pais que a levam a imaginar como gostaria que fosse a palestina. A convivência com outros palestinos na Síria e as histórias contadas pelos seus pais, podem nos ajudar a compreender como a presença palestina pode ser tão forte na sua experiência de vida. “O lugar pode existir imaterialmente” (FREITAS; ALMEIDA, 2016, p. 235) e, de acordo com as autoras, está intimamente relacionado ao sentido de identidade, que é uma construção coletiva e que “[...] dá sentido e significado ‘pessoalizes’ e ‘personificantes’ ao lugar. O que o sujeito lembra faz parte de si mesmo, do que ele é e de seu vir a ser. Dá sentido ao que atribui a ele mesmo e a seu lugar.” (FREITAS; ALMEIDA, 2016, p. 236).

Para compreendermos melhor a questão do lugar, é importante ressaltar que, na nossa perspectiva, a partir das ideias de Heidegger (2015) e Holzer (2014; 1999), lugar e mundo estão intimamente vinculados. De acordo com Holzer (2014) a perspectiva ontológica da Geografia não deveria tratar o lugar como o oposto do espaço. O conjunto de referências, de relações, de experiências individuais ou coletivas compõe o que Heidegger chama de mundanidade do mundo. O mundo, nessa concepção, está relacionado diretamente ao ser e a um conjunto de referências e sinais que lhe são peculiares e estão presentes nas diversas escalas das relações do ser. Referências que compõem a sua manualidade, as tradições familiares, as relações sociais, a relação com o Estado.

Então ‘mundo’, para uma ciência fenomenológica, está na essência do significado de todas as coisas, ele se remete diretamente ao ser que se dirige às coisas e se interroga sobre seu sentido. ‘Mundo’ para a ciência geográfica também deve ter esse sentido essencial (HOLZER, 2014, p. 290).

Esse sentido não é criado de maneira independente, o ser está inserido em um contexto (MARTÍNEZ VÁZQUEZ, 2013). Para a autora, aí está a relevância do sentido de mundo no estudo das migrações. “Não atribuímos significado às coisas individualmente, mas elas adquirem significado em um mundo formado por relações que tornam significativa qualquer coisa em particular” (MARTÍNEZ VÁZQUEZ, 2013, p. 64, tradução nossa) e são essas relações, vividas no lugar, que dão sentido ao mundo. Dentro dessa ideia, o lugar está em movimento, mas não apenas como algo fixo que se transforma. Novos significados, novas referências e novos sinais são incorporados ao mundo a partir da mobilidade.

Ser lugar é ser descontínuo no espaço e no tempo. Dessa forma, as migrações “deslocam os lugares”, pois o migrante leva as suas “relações passadas” que, muitas vezes, “tendem a esvair-se engolidas pelo presente [...] e, para quem já é do lugar, o presente se choca com outro presente (o migrante se faz presente)” (GOETTERT, 2010, p. 19). O passado e o futuro se manifestam no presente a partir de distintas experiências individuais que se chocam com experiências de nacionais e de outros estrangeiros, em um novo território nacional. Na construção do mundo, o corpo é o principal referencial (HOLZER, 1999, p. 68). O conjunto de experiências vividas, a partir do habitar, é a base para compreender o lugar (FREITAS; ALMEIDA, 2016). Para Relph (2014), a experiência do tempo é efêmera e não importa a perspectiva com a qual se conceba esse tempo, os momentos sempre se vão. É através da memória que se resgatam as experiências, no caso em questão, de deslocamento e migração.

Com a nova situação de refúgio que vive no Brasil, Rawa lembra que teve um futuro interrompido. Seus planos tiveram que ser remodelados. Na verdade, o seu maior sonho, que é o de chegar à Palestina continua vivo. Seu passaporte, emitido pela Autoridade Palestina, não permite a entrada naquele que ela considera o território palestino, mas a vinda ao Brasil trouxe uma nova esperança: ter um passaporte brasileiro, que ela conseguirá com a naturalização, e isso lhe permitirá realizar o seu maior sonho. Tornar-se brasileira é, literalmente, o passaporte para chegar à Palestina (informação verbal)²⁰. Tudo isso está diretamente relacionado

²⁰ Informado em *live* realizada pelo Instagram do veículo de comunicação Mídia Ninja em 20 de junho de 2020.

com questões que envolvem impedimentos geopolíticos e de fronteiras e que se relacionam diretamente com a geograficidade do ser migrante em situação de refúgio.

Ser migrante em situação de refúgio é mover-se inesperadamente em direção a um mundo desconhecido, desviando drasticamente a trajetória espacial e revelando a plasticidade da experiência temporal. Essa plasticidade é explicada por Safatle (2016, n.p.) como o impacto do tempo nas coisas, o que resulta na ocorrência de eventos que não eram esperados e produz contingências, “aquilo que poderia ser outro, aquilo que no interior de uma situação dada é impossível de ser previsto e pensado, mas quando ocorre, modifica a situação de uma forma tal que nos obriga a passar por outra situação”, algo que origina novas necessidades que fogem do horizonte de expectativas.

O desamparo relacionado às situações de perigo reais vividas por eles mesmos ou por alguma pessoa próxima são traumas que podem ou não se curar. Ele provoca um medo atenuado que volta ao consciente em alternância com momentos de recalque. O medo não se esgota com a partida e o desamparo se mistura com as incertezas. E agora, o que faço? Para onde vou? Onde conseguir a documentação? Será que conseguirei passar pela fronteira na forma tradicional? E se não conseguir? Como atravessar a fronteira sem visto? Mesmo com visto, como será viver lá? Conseguirei falar a língua? E os meus filhos? Como será na escola? Como sobreviverei? Será que conseguirei a documentação para viver lá? O medo sempre está acompanhado por outros sentimentos como, por exemplo, a esperança: “o homem, jogador por natureza, espera na desesperança” (RIEZLER, 1959, p. 102).

3.2. MOVIMENTOS DE MASSA

Fatores esmagadores provocam movimentos de massa que deslocam a terra das pessoas e as pessoas da terra. Desse movimento surge um abismo que se abre sob os pés, gerando uma enorme tensão sobre o que vai acontecer. Ao mesmo tempo, o abismo revela um novo mundo, terras desconhecidas. A migração em

situação de refúgio pode ser um movimento realizado em massa por situações que afetam grupos de pessoas, mas cada situação é única e a decisão de partir é individual. Em situações extremas, as migrações forçadas tornam-se movimentos de massa com milhares e até milhões de pessoas fugindo.

Cenários de guerra e/ou de terror, por exemplo, produzem situações de medo coletivo e podem provocar deslocamentos em massa. De acordo com Delumeau (2009, p. 34), o medo pode ser uma forma de incitar “a mobilização do ser”. Mobilizar-se é agir, é ter que tomar alguma decisão diante do medo que é sentido. Nos casos aqui estudados, a mobilização se reflete como deslocamento. É, por exemplo, o caso de milhões de pessoas que viviam na Síria, que ao final de 2020 já contava com 13,4 milhões de deslocamentos forçados, sendo que aproximadamente 6,7 milhões buscaram refúgio em outro país e a outra metade foi de pessoas que se deslocaram dentro do país (ACNUR, 2021). Isso é mais da metade da população, sem contar com aqueles que morreram devido ao conflito. Em 2011, o país possuía aproximadamente 21 milhões de habitantes (UN, 2020). Na Venezuela, mais de 4 milhões de pessoas já haviam deixado o país até o fim de 2020 (ACNUR, 2021). Os riscos de ficar são assumidos por alguns, mas há aqueles que tentam minimizá-los com a partida. Vale ressaltar que a partida também traz riscos e, nem sempre, as pessoas ficam por optar assumir o risco, mas simplesmente pela falta de condições financeiras ou mesmo físicas para deixar o país. Famílias se dividem, assumindo os riscos e as responsabilidades de partir e de ficar.

Movimentos de massa não são iguais. Possuem comportamentos distintos e alguns tipos podem ser acelerados de diferentes formas, porém, quando se fala de refúgio, esses movimentos ocorrem principalmente pelo risco que a permanência representa à vida. A busca por refúgio não se apresenta pela simples vontade de explorar o novo, mas pela necessidade de ir ao encontro do novo. Mudanças tão profundas ocorrem que partir passa a ser inevitável para muitos, ao levar em consideração as consequências de permanecer e a perda da familiaridade com o lugar.

Ser migrante em situação de refúgio é tomar decisões que buscam o que Saramago (2008), baseando-se nas teorias heideggerianas, chama de tomar posse de si, apesar das incertezas e dos riscos (MARANDOLA JÚNIOR; DAL GALLO,

2010). A decisão de partir é tomada. Quais os fatores que os trazem ao Brasil? Como ocorre esse processo de decisão? Como o deslocamento para o Brasil surge como possibilidade, inclusive para aqueles que nem consideravam o país como opção? O relato do quadro 13 nos traz uma perspectiva sobre essa decisão:

Quadro 13 - Relato de Abdulbaset Jarour

[...] naquele momento eu era um soldado [da] guarda [da] República, né, da grande montanha na Síria, chamada Qasioun, na capital da Síria. E, naquele momento, aconteceu aquele ataque né, morreram vários dos meus amigos. Eu me machuquei, acordei no hospital, sabe, aquele grito falando quero morrer [...], mexeu muito com a minha cabeça sabe. Graças a Deus, em 2014, consegui sair da Síria para o Líbano, um país do lado, e fui pra o Beirute. Consegui, através de um amigo meu, que ele me colocou para trabalhar lá com ele, só pra me recuperar psicologicamente. Sabe, para me envolver com pessoas normais, sabe, que era quatro anos minha tarefa no governo lá, motorista de um general que, menos mal né, não era um daqueles que luta na frente, né. Mas aquele momento eu tava lembrando tudo porque consegui sair da Síria vivo, assim, com os órgãos comigo, né, braços, pernas. É uma grande milagre. Vitória. E procurei os consulados do Canadá e Austrália. Tava querendo muito ir nesses países. Tinha medo de passar com os sírios que vão através do barco, né. E saem do Líbano pra Turquia, da Turquia pra Grécia e vai pegar aqueles países do continente europeu até chegar na França, Alemanha. E tinha medo porque tavam morrendo muitos sírios. [...] Daí, esse momento que encontrei alguém [que] falou para mim que o Brasil tá dando um visto pra os sírios, um visto humanitário. [...]. Aí deu um mês mais ou menos, aí eu lembro que eu recebi o visto, aí olhei a foto, o Ronaldo, Ronaldinho, lembrou assim, o time que eu tenho muita paixão. Me lembro que tinha 11 anos, aí tirei meu cabelo e deixei só aqui na frente como o Ronaldo. Aí meu tio me bateu: “esse modelo de um ser humano aí” (risos). [...] Então isso, aí, eu comprei passagem de ida e volta, porque falei: “e se não der certo aí?” Aí, saí de lá, liguei para minha mãe, falei: “mãe, consegui, vou sair do Líbano” porque entraram mais de um milhão de sírios lá, o Líbano desse tamanho (fazendo sinal de pequeno com as mãos). [...] Aí, enfim, nesse momento eu liguei pra minha mãe: “mãe eu vou sair”. Ela falou: “pra onde? Alemanha?”. Porque todos os sírios já foram pra Alemanha. Mais de 1 milhão de Sírios já estão na Alemanha, tudo fugindo assim. Falei: “não, no Brasil”. Ela falou: “pra onde!?”. Brasil. Aí ela falou: “tá louco! O que é que você vai fazer lá?”. Falei: “eu vou viajar lá”. [...] Eu falei pra ela: “ou eu volto pra Síria ou vou no Brasil. No Líbano não quero ficar.” Porque os libaneses já tavam muito com raiva dos sírios, porque já tinha uma quantidade enorme e tal. Bom, mas ela falou vai com Deus e tal. [...]

Fonte: Jarour (2019).

O medo de passar novamente por uma situação extrema, como passou Abdulbaset, que quase perdeu a vida em um ataque ao posto onde trabalhava, fez

com que ele tomasse a decisão de sair da Síria e fosse para o Líbano. O medo da xenofobia e dos conflitos sociais que estavam emergindo, com o aumento da migração dos sírios em direção ao Líbano, fez com que ele tomasse a decisão de partir novamente. O destino seguinte foi o Brasil. Como mostra o relato, Líbano e Brasil não eram os destinos desejados por ele, a princípio. O que fez, então, com que ele “escolhesse” esses dois últimos países para viver?

É importante lembrar que a migração forçada é uma resposta a uma pressão, a algo que ameaça ou ataca a vida e/ou os direitos humanos fundamentais, além disso, os migrantes fazem opções baseadas nas restrições que encontram (RIÑÓN-ALCALÁ, 2008). Dessa forma, as experiências no processo de migração forçada são marcadas pela ausência de escolha, o que não significa passividade (CRAWLEY, 2010). A primeira decisão é a de partir. Em seguida, como e para onde (não necessariamente nessa ordem). Essas decisões são limitadas por uma série de fatores como recursos financeiros, documentação, força física, antecedentes familiares, restrições estruturais do país que se vai deixar e do país de destino, agentes facilitadores, como redes sociais e ligações familiares com o país (CRAWLEY, 2010). Além disso, as relações bilaterais e multilaterais entre o país de nacionalidade e o país de destino possuem uma influência que acaba se refletindo nessa escolha. Outros fatores como, por exemplo, o aumento da quantidade de pessoas em situação de deslocamento forçado e as campanhas antimigratórias estão deixando muitos países mais rigorosos para decidir quem é ou não elegível ao *status* jurídico de refugiado.

No caso de Abdulbaset, o Líbano era o país mais próximo para quem precisa sair rapidamente da Síria. Os países limítrofes costumam ser a primeira opção, como uma forma apenas de escapar da ameaça imediata. As condições de vida nesses países é que vão influenciar na tomada de decisão de partir mais uma vez. Abdulbaset sentia uma tensão por causa da grande quantidade de sírios no Líbano, o que havia aumentado as manifestações contra a presença destes migrantes. Inicialmente, não pensava no Brasil. A dura e perigosa travessia de barco pelo Mediterrâneo o fez desistir da Europa. Tentou Canadá e Austrália e teve o visto negado. Buscando informações sobre países que aceitavam sírios, ele encontrou o Brasil, que até então nem era uma opção.

Um dos poucos países que oferecem vistos humanitários para os sírios é o Brasil. Conforme resolução normativa Conare (Comitê Nacional para os Refugiados) nº 17, de 20 de setembro de 2013 (revogada pela resolução normativa nº 31, de 13 de novembro de 2019), “considerando os laços históricos que unem a República Árabe Síria à República Federativa do Brasil, onde reside grande população de ascendência síria” (BRASIL, 2013), foi autorizada a emissão de visto humanitário. Ele então resolveu ir à embaixada não porque o Brasil fosse o destino desejado, mas foi o país que estava oferecendo condições de viver com a documentação legalizada e com menor risco na travessia. Entretanto, nem todos têm essa possibilidade de atravessar as fronteiras em segurança e já com a documentação necessária, já que o visto tem um custo, a passagem aérea também, e nem sempre os destinos oferecem condições básicas para o recomeço, como abrigo e alimentação, por exemplo.

O fato de se tratar de uma decisão individual implica que os processos de tomada de decisão estão sujeitos a uma variação significativa com base nas experiências, nas informações que são possíveis obter, nas emoções, entre muitos outros fatores (TOWNSEND; OOMEN, 2015, p. 6). A decisão também envolve um processo logístico sobre o como será realizado o deslocamento. No caso de Abdulbaset, foi possível deslocar-se até uma embaixada e solicitar o visto. O visto significa menor dificuldade com o sistema de controle migratório. Entretanto, em países com situação de guerra ou de perseguição, onde o direito à livre circulação é cerceado, há uma maior dificuldade de deslocamento até as representações diplomáticas no sentido de obter um visto, isso quando elas não são fechadas devido à própria guerra, assim como também há uma maior dificuldade em caso de ameaça real imediata. Muitos acabam recorrendo às redes de contrabando de pessoas e realizando travessias arriscadas.

Se levarmos em consideração apenas alguns dos migrantes em situação de refúgio que já tiveram seus depoimentos mencionados até aqui, veremos que uma minoria tem o Brasil como primeira opção. Robert veio para o Brasil após falar com um amigo que já vivia aqui, via rede social, quando já estava no Quênia; Silvie e seus filhos conseguiram viajar clandestinamente, com a ajuda de um tripulante, em um navio que tinha a Europa como destino final, mas depois de 45 dias pediu para

ficar na parada seguinte que o navio fizesse (era o Brasil); Nkechinyere Jonathan passou dias correndo por dentro da floresta para fugir do *Boko Haram* e chegar até o Benin, onde ainda não se sentia segura. Ela pediu visto para o Brasil ao ser aconselhada por um tio que já vivia no país; Abdulbaset tentou outros países antes, sem sucesso, e conseguiu visto para o Brasil; Oula teve dificuldades para entrar no Egito, onde estava o esposo, pela falta de documentação e, em seguida, precisaram sair pela falta de emprego, optando pelo visto humanitário brasileiro. A experiência de outras pessoas, mesmo que desconhecidas, foi importante no sentido de não escolher a travessia pelo Mediterrâneo, como ela mesma conta a seguir (quadro 14):

Quadro 14 - Relato de Oula

[...] as pessoas que foram para a Europa no mar, o barco de borracha que é muito caro US\$ 7.000,00 cada um, por isso que a gente nunca pensou na Europa, não tem jeito de pegar esse caminho perigoso, principalmente quem tem um filho pequeno, com menos de dois anos. E não temos aqueles US\$ 15.000,00 para fazer essa jornada e não tinha aquela coragem para... é muito perigoso, tem um monte de pessoas que já morreram no mar assim, que não chegaram, perderam filhos, mães, pais, assim que ficou muito difícil para gente pensar nesse jeito. [...] O meu irmão me lembrou do Brasil que dá para pensar mais que é mais seguro, mas, e claro, que é mais barato também.

Fonte: (informação verbal)²¹.

Os exemplos citados mostram que o Brasil é considerado quando há uma forte restrição ou insegurança em outros países próximos ao país de origem do migrante, como forma de reunião familiar, quando há a possibilidade do visto humanitário, quando já há alguém da família, e também como casualidade. A questão do refúgio pode atingir a todos, mas o poder de escolha é mais restrito ou não em virtude da situação financeira e das relações sociais.

[...] para aqueles que tentam escapar de conflitos ou perseguições, os mais dotados podem comprar uma melhor qualidade de asilo. Outros precisam se contentar com formas de migração e destinos menos atraentes e menos seguros, principalmente deslocamentos internos. Essa inflação no custo do asilo é em grande parte resultado de um conjunto de medidas restritivas que controlam o movimento, que foram implementadas pelos países mais ricos do mundo nos últimos anos (VAN HEAR, 2006, p. 147, tradução nossa).

²¹ Entrevista realizada com Oula Alsagheer, cantora e atriz, em 30 de outubro de 2020.

Robinson e Segrott (2002) identificam, em sua análise, alguns fatores que limitam a escolha do destino: a) a percepção de tempo que se tem para fugir, já que, quanto mais o risco está próximo, mais rápida precisa ser a partida, o que não permite planejar e nem ir em busca de um visto; b) a facilidade de acesso a documentos de viagem e ao dinheiro; c) restrições impostas pelos países de destino no quesito controle migratório e vistos, bem como as redes de transporte que podem ou não facilitar o acesso; d) acesso aos agentes facilitadores de travessia. Neste caso, a decisão vai estar relacionada às possibilidades e malhas das redes. Vale ressaltar que, neste último caso, podem estar enquadrados desde os programas de reassentamento do Acnur, passando pelas redes de apoio, até organizações de contrabando de migrantes.

Migrar não é um processo linear composto por um ponto de saída e um de chegada. Os movimentos de massa, especialmente os oriundos de um mesmo país, podem até parecer homogêneos, mas não são. Esse processo de migrar pode ser constituído por etapas que fazem parte de um projeto de mudança no qual migrante é o protagonista que está inserido em um contexto em que nem sempre é possível ir para onde deseja, como já mencionado. Diante da situação, o ser migrante em situação de refúgio toma as suas decisões. Retomando o seu sentido em Heidegger (2015), é na decisão que surge o que o autor chama de verdade originária da existência. O poder-ser fático, que é o decidir com base nas circunstâncias e possibilidades que vão se revelando ao longo da trajetória. Sendo a decisão do para onde ir tomada por agentes ativos, a escolha representa objetivos, estratégias, acessos e recursos que transformam a migração em situação de refúgio em um evento relacionado diretamente à experiência e à biografia do indivíduo, apesar de haver elementos em comum com a biografia de outros migrantes que não individualizam por completo o processo de tomada de decisão (ROBINSON; SEGROTT, 2002). Os mesmos autores ainda afirmam que estas decisões são fundamentais na orientação dos fluxos, na composição demográfica de migrantes que solicitam refúgio em cada país e na criação de políticas de integração. É nesse ponto que as necessidades do indivíduo se encontram com os interesses do Estado e a complexidade dessas relações vai se revelando já desde a travessia dos limites das fronteiras nacionais, que é o tema do próximo capítulo.

4. A EXPERIÊNCIA DE TRAVESSIA E A GEOGRAFICIDADE DAS FRONTEIRAS

*“Fronteiras
são criação do homem
só nos separam fisicamente
não deixem que elas nos
coloquem uns contra os outros -
não somos inimigos”
(KAUR, 2018).*

Ser migrante em situação de refúgio é experienciar a fronteira em suas distintas facetas. A ideia de limite entre dois países é a parte mais óbvia dessa experiência, mas não é a única forma de entendermos a questão das fronteiras quando o tema é o refúgio. A figura 2, a seguir, é um mosaico de fotografias que foram tiradas durante o processo de pesquisa, algumas antes, e também de desenhos da exposição virtual realizada pela DPU - Defensoria Pública da União, denominada *Fronteiras da Infância*²² que foram feitos por crianças venezuelanas atendidas pela instituição em Roraima. A imagem revela um pouco da complexidade do que é migrar, das simbologias referências que a travessia traz.

As fronteiras estão presentes na memória e no imaginário daqueles que migram e a forte presença de símbolos nacionais na paisagem surge fortemente nos desenhos, em especial as bandeiras da Venezuela e do Brasil e suas cores. Esses símbolos aparecem em diversos desenhos misturados às paisagens de estradas, de casas, de corações. Em alguns dos desenhos as duas bandeiras aparecem separadas, apartadas por montanhas, estradas, linhas, representando uma divisão que já é percebida desde a infância. Mesmo as crianças já possuem essa percepção de divisão que há o eu e o outro, de que estão pisando em um território distinto daquele onde nasceram.

²² Exposição disponível por meio do site: <https://www.dpu.def.br/images/stories/memoria/fronteiras-da-infancia/principal.html>. Exposição virtual, 2020.

Figura 2 – Fronteiras em perspectiva



Fonte: elaborado pela autora a partir de fotografias do próprio arquivo e desenhos da exposição Fronteiras da Infância, realizado pela DPU.

A imagem nos remete a discussões importantes relacionadas à experiência do ser migrante em situação de refúgio na ótica da travessia física da fronteira nacional, seus distintos cenários, seus significados e seus desdobramentos. Espaço de fluxos, mas também de permanências, a fronteira nacional, seja ela em seu aspecto telúrico, aquático, aéreo ou construído, é a representação do obstáculo maior à mobilidade humana. Seja na forma de muro, de aeroporto, de mar, de montanha, de deserto, de ponte, de fortificação, de rio, de floresta, alguns deles representados na imagem, a fronteira é geograficidade pulsante que desperta expectativa, dor, cansaço, medo, cuidado, atenção, tensão, instinto, vida e morte. É a aspiração da busca por um caminho apenas para chegar ao outro lado, um caminho para o estranho, para ser o estranho.

É na geograficidade que a relação entre a existência e o Estado se revela no momento da travessia. Os desenhos também transmitem emoções que reportam à

essa mudança de realidade e o viver o entrelugar, o estar presente e ausente, a relação com o país de origem e a expectativa em relação ao novo país, a relação com a família e com o lar. A relação com o novo país traz muito das experiências passadas, das origens que são representadas pelas crianças indígenas, por exemplo, pelas cores e pelas formas, pela casa, pelo rio com a canoa. Os desenhos de estradas e paisagens montanhosas representam o trajeto da fronteira entre a Venezuela e o Brasil. As fotografias trazem paisagens fronteiriças, seja nos limites terrestres, aquáticos, aéreos e também imagens que representam o cotidiano em um dos abrigos de Boa Vista, na cidade de São Paulo, representando as fronteiras que surgem no cotidiano, mesmo após a travessia e o distanciamento dos limites do território nacional.

O status jurídico do refúgio que transforma o migrante que se encaixa dentro de critérios específicos em ser de direitos, em um território nacional estrangeiro, está diretamente relacionado à existência das fronteiras e dos limites que separam países. Atravessar a fronteira entre territórios nacionais é a condição básica para solicitar refúgio. A existência do migrante em situação de refúgio está diretamente associada à existência da fronteira, já que a construção da definição de refúgio tem como parâmetro “o sistema internacional de Estados nacionais, cujo território tem limites formais, entre os quais se assentam populações que gozam de sua nacionalidade e sua proteção” (KAUFFER M., 1997, p. 735, tradução nossa). O refúgio representa o desligamento físico do Estado de nacionalidade (mesmo que temporário), especialmente quando há uma situação de violação de direitos humanos e o Estado receptor tem a função de salvaguardar os direitos que os órgãos internacionais não têm condições de assegurar no país de origem, devido ao princípio da soberania. Não é o fim da relação com o Estado onde se tem nacionalidade, mas é o começo da relação com um novo Estado, o que implica em uma série de impactos. Se a fronteira entre Estados e o refúgio estão inter-relacionados, não podemos dissociar o refúgio da geopolítica que, de acordo com Heinsfeld (2016), tem nas fronteiras dos territórios nacionais os fundamentos para a elaboração das suas teorias.

Se pensarmos nas crianças que fizeram os desenhos durante atendimento na Defensoria Pública da União, onde seus pais, acompanhantes ou os próprios

menores desacompanhados buscavam apoio jurídico no sentido de regularizar a situação jurídica no país, concordaremos com a afirmação de Kauffer M. (1997, p. 737) que sugere que a fronteira significa proteção e assistência, especialmente se pensarmos no objetivo da concessão de refúgio ou mesmo do direito à residência. Esta é apenas uma das facetas da fronteira que se materializou com a presença do Estado no sentido não apenas de regularizar, de oferecer assistência, mas também de controlar a entrada de migrantes. Na fronteira também está o limite entre ser cidadão e ser migrante, entre o eu e o outro; por isso atravessá-la não significa superar as barreiras da alteridade e da diferença. Para onde se vai, a fronteira segue junto. Diante desse cenário, ela acaba se tornando um divisor em todas as suas escalas. Como afirma Haesbaert (2013, p. 67), na fronteira “os territórios não deveriam se separar, mas se mesclar, sobrepor-se ou, no mínimo, confrontar-se”. Independentemente do tipo que estejamos falando, para Almeida (2005), a fronteira não é distinta de outros limites sociais, no sentido de que distingue realidades, e que, na verdade, ela está nos seres humanos.

Dentro da construção de Estado-nação, a fronteira torna-se um elemento decantador, “purificador” de identidades. Uma espécie de peneira que seleciona quem está apto ou não a viver no país sem desconstruir as noções engessadas de pátria e de identidade nacional. É o que o antropólogo Michel Agier (2013) denomina de fronteira social, que possui um caráter simbólico e é caracterizada por um duplo reconhecimento, do eu e do outro. Diante dos discursos xenofóbicos e antimigratórios, as atenções se voltam para as fronteiras e para quem as atravessa. O migrante indocumentado, aquele ainda em busca do reconhecimento ou o expulso da terra de origem que não possui chance legal de reconhecimento no país de destino, passa a ser o inimigo e principal alvo do “instinto” de defesa que é produzido e posto em circulação como parte dos circuitos de afeto (SAFATLE, 2015) que são difundidos na sociedade, levando indivíduos a considerar pessoas como invasoras, inimigas, apenas por terem uma nacionalidade diferente.

A migração é considerada como uma anormalidade que está sujeita às políticas e à intervenção do Estado (NARANJO GIRALDO, 2015) e o refúgio é a única alternativa de regularização definitiva da situação migratória em muitos casos, especialmente quando pessoas partem sem documentos ou não possuem visto. Só

se pode, entretanto, solicitar o status jurídico de refugiado depois de ter atravessado o limite da fronteira. De acordo com a legislação brasileira Lei 9.474/1997, em seu artigo 7º, o pedido de refúgio é realizado pelo “estrangeiro que chegar ao território nacional” (BRASIL, 1997). Há países, como Estados Unidos e Austrália, por exemplo, que mantêm pessoas que pedem asilo nas fronteiras em uma detenção até a decisão, quando eles receberão a autorização para viver no país ou serão deportados de volta ao país de origem. No Brasil, esse processo é realizado em liberdade, mas sem o suporte do Estado, tendo as redes de solidariedade um papel fundamental, como será abordado no próximo capítulo.

4.1. CONSTRUINDO E DESCONSTRUINDO A NOÇÃO DE FRONTEIRA

É inegável que a origem da palavra fronteira remete ao sentido bélico. A raiz etimológica do termo “indica que por trás das fronteiras sempre está a política, seja por meios diplomáticos, seja por meio da guerra” (PORTO GONÇALVES, 2003, p. 5), mas devemos lembrar que por trás da política, da diplomacia e da guerra estão as disputas, os desentendimentos, as negociações, o confronto, elementos que sempre estiveram presentes na história da humanidade. A geógrafa Lia Osório Machado (2007), que se dedica, entre outros temas, ao estudo das fronteiras, menciona que há uma diferença entre a fronteira e o limite, estando a fronteira mais próxima do que a Geografia denomina de região, porém com a complexidade de uma realidade em que a circulação é marcada pelo limite, que representa a linha entre Estados territoriais que separa os espaços mutuamente excludentes, “uma realidade geográfica que gera outras realidades” (MACHADO, 2007, p. 59). O poeta Javier Zamora atravessou a fronteira entre o México e os Estados Unidos sem seus parentes, aos oito anos de idade. Anos depois ele escreveu o poema que denominou *Citizenship (Cidadania)*, a partir do olhar daquele menino que, ainda no México, observava o movimento de pessoas nas cabines de controle fronteiriço, descrevendo a paisagem e, ao mesmo tempo, levantando alguns questionamentos sobre o fato de as pessoas que vinham transitarem mais facilmente pelos postos de controle fronteiriço do que as que iam.

[...] até aquela linha invisível tinta branca espessa visível/ visíveis cabines visíveis com a cerca a partir das cabines / cabine estrada cabine estrada cabine estrada prédio de escritórios e, em seguida, a cerca / cerca cerca cerca / [...] / aqueles homens aquelas mulheres podiam andar entre cabines/ dizer oi para oficiais brancos ou pardos sem problema / [...] / nossa pele queimada de sol todos nós falamos espanhol / nós não sabíamos como eles tinham acabado daquela forma / daquele lado / nós não sabemos como acabamos aqui nós não sabemos, mas entendemos porque eles andam / na direção oposta para comprar comida deste lado / este lado todos nós sabemos que é fome. (ZAMORA, 2017, n. p., tradução nossa)

A fronteira está relacionada a uma série de fatores que sucedem o estabelecimento daquela linha divisória que é o limite. O limite, invisibilizado pela marcação de coordenadas geográficas, é visibilizado pela tinta, pelas cercas e pelas cabines dos postos de controle fronteiro mencionados no poema. O limite é a formalização da fronteira que, de acordo com o geógrafo britânico David Hooson (1994), se deu só a partir do século XIX com as construções, demarcações, passaportes e vistos. A fronteira está nas relações de encontro e marcação de identidades, línguas e identificação do outro como aquele que não pertence ao meu mundo, com quem não compartilho experiências (HOOSON, 1994). O poema de Zamora também enfatiza que o limite representa a distinção do ser cidadão (aquele que pertence) e do ser migrante (aquele que não pertence, o estrangeiro/estranho) e a fronteira representa a complexidade das relações que se estabelecem ao transpor o limite que nem sempre se dá de maneira igual. Um dos versos também fala das diferenças na relação entre quem vem dos Estados Unidos e os oficiais de fronteira que têm uma amistosidade, não importa quem é ou a raça do oficial de fronteira que permite a passagem. Não há uma tensão na travessia, ao contrário do que acontece quando quem tenta atravessar é aquele de pele queimada do sol e que fala espanhol (e, atualmente, falantes de muitas outras línguas). O limite distingue realidades e se apresenta de maneira distinta para diferentes pessoas, tendo os quesitos nacionalidade, raça e classe social como fatores de distinção entre quem tem um tratamento amigável e pode passar e entre quem não pode.

A origem do termo fronteira está relacionada ao latim *frōns*, *frondis* que, entre outras coisas, significa: “1- fronte, cara, rosto; 2 – fronte como o espelho dos sentimentos humanos, fisionomia, traços, mímica; 3 – parte anterior, fachada, frontispício, frente (dum acampamento, dum exército, etc.)” (MONIZ, 2001, p. 297). Esses significados remetem ao estar cara a cara com o outro ou consigo mesmo, ser

espelho ou janela, ou revelar-se pela aparência externa, algo que já diz muito sobre o tema deste capítulo. Em francês, o substantivo masculino *front*, entre outros sentidos similares ao latim, era utilizado com o significado de fortificação, como a parte da frente de um forte, entre dois bastiões (espécies de torres de observação). Também era (e ainda é) utilizado para denominar a primeira fileira de um batalhão no campo de batalha (DICTIONNAIRE, 1874, p. 1789-1790). Figurativamente, o sentido de *front* ou de linha de frente, como chamamos em português, é utilizado como referência àqueles que se dispõem a correr os riscos de estar à frente de um objetivo comum, como por exemplo, foram denominados os grupos que trabalharam diretamente nos serviços essenciais durante a pandemia da covid-19, em especial os profissionais da área de saúde. O adjetivo feminino derivado de *front*, *frontière*, designava a *place frontière*, locais ou cidades que estavam em frente “ao inimigo, ao estranho, ao outro” (FOUCHER, 2015). Esta primeira noção de fronteira, remete à ideia de defesa e de ação contra o outro, aquele que é de fora, o estranho. Além disso, a ideia de soberania também marca fortemente as discussões sobre fronteiras, especialmente na primeira metade do século XX trazendo concepções que refletem a igualdade de poder entre Estados sobre o seu próprio território sendo seus limites metaforizados por Jacques Ancel como isóbaras de poder (DORFMAN, 2013).

Fazer fronteira, ainda em complemento ao sentido anterior, que trouxe a denominação de fronteira nacional como limite entre países, “significa travar batalhas, defender-se; e como se faz fronteira particularmente nos limites dos países, a palavra adquiriu o sentido de limites de Estado para Estado.” (GODEFROY, 1982, p. 163). A sua utilização mais comum nesse sentido, ocorre com a consolidação dos Estados-nação, a partir do século XVI (VARGAS, 2017), mas a noção de estrangeiro vem de um período bem anterior. Em Esparta, por exemplo, eram realizados rituais de travessia, denominados de diabatéria, que exigiam sacrifícios para que os estrangeiros (como eram chamados aqueles que não pertenciam à comunidade) que chegavam à região da Lacedemônia pudessem ser aceitos pela sociedade (ASSUMPÇÃO, 2017). Ser estrangeiro nas relações regionais da época era vir do lugar do outro e renunciar à própria pátria, cujo termo em grego estava diretamente relacionado ao lugar de ancestralidade e não aos limites entre Estados (ASSUMPÇÃO, 2017). Rituais de renúncia ainda são

realizados até os dias de hoje. Para obter a nacionalidade dos Estados Unidos, por exemplo, é realizada uma cerimônia na qual é necessário cantar o hino nacional e ler um juramento renunciando à nacionalidade originária e qualquer fidelidade e lealdade a que essa “antiga” nacionalidade esteja vinculada, se comprometendo, inclusive, a servir as forças armadas dos Estados Unidos, se convocado, o que é considerado o símbolo maior do patriotismo. A fidelidade e lealdade por parte dos Estados Unidos, no entanto, não é recíproca. A minissérie documental *Immigration Nation* (IMMIGRATION, 2020), por exemplo, mostra o caso real de um veterano das forças armadas do país que, ao cometer uma contravenção, ficou preso e, quando saiu do país para um trabalho, não pôde retornar. Ele conseguiu voltar aos Estados Unidos como migrante indocumentado e, na série, estava lutando por uma mudança na legislação.

Sob um ponto de vista mais contemporâneo, autores como Thomas Nail que, entre outras questões, estuda as fronteiras sob uma perspectiva da filosofia do movimento, criticam a simplificação que alguns estudiosos de fronteiras fazem quando levantam a sua história, que é muito mais complexa do que a simples divisão estatal. Essa história começa antes mesmo do século XIX, como Nail aponta, já que as fronteiras surgem onde há divisão social, ressaltando aqui que as fronteiras não representam apenas divisões, mas também contatos. Ao longo da primeira metade do século XX, a maioria dos estudos sobre fronteiras carregava as ideias de separação de territórios e destes como realidades estáticas (BENEDETTI, 2018). As fronteiras não estão restritas aos limites, como já mencionado, elas são dinâmicas e constituídas a partir de diferentes processos. Há um debate sobre a relação entre a globalização e a abertura das fronteiras que Agier (2013) e Nail (2016) desconstruem, afirmando que elas foram transformadas e deslocadas, mas não removidas, reconfigurando, assim, um mundo de fronteiras onde são criadas cada vez mais fronteiras. Esse é o processo natural da perversidade da globalização que se mostra enquanto fábula (SANTOS, 2008) e que coloca os limites das fronteiras em um beco sem saída teórico que os apagam e os reduzem aos muros ou aos vazios “dos fluxos que voam sobre as fronteiras e das paredes que os fecham” (AGIER, 2013, p. 22, tradução nossa).

Ainda no início do século XX, o geógrafo britânico Charles Bungay Fawcett (1918) corroborava com a ideia de separação também trazida por outros autores da época, mas também trouxe a questão da fronteira enquanto zona de contato, onde, por exemplo, línguas distintas se influenciavam simultaneamente. Separação e contato são noções presentes em um processo de renovação da existência social, representada pela “translocalidade generalizada” que multiplica muros (AGIER, 2013, p. 51) e pelo compartilhamento de culturas no espaço geográfico que se mostram a partir da dinamicidade e da diversidade, mas que costumam ser ofuscados pelos discursos nacionalistas (DORFMAN, 2013).

Entre fortes esquemas de controles fronteiriços, que fazem parte de uma política secular em que a nação e o senso de nacionalismo buscam “defender o território nacional” com o intuito de manter uma presumida unidade identitária, a percepção de que atravessar o limite da fronteira é uma ação necessária, leva à tentativa de travessia que não necessariamente se restringe à utilização dos meios oficiais e/ou seguros. Algo que também se reflete no aumento da burocracia para a obtenção de documentos e na maior dificuldade de circulação entre os países de destino e origem, como acontece com os migrantes em situação de refúgio. Vale ressaltar que, nas últimas décadas, o aumento da circulação de fluxos de pessoas, de mercadorias, de dinheiro e de informações, com a globalização, intensificou as políticas de controle, especialmente de pessoas, no que diz respeito a quem tem ou não acesso, reforçando contradições. Como exemplifica Augé (2007, p. 87): “os Estados Unidos são a favor da criação de um mercado comum americano e, no entanto, abrem um muro na fronteira com o México”.

As fronteiras se multiplicam e vão se revelando como continuidade ou descontinuidade (NAIL, 2016) a partir da experiência. Para turistas, atravessar a fronteira é uma mera formalidade. A cada carimbo no passaporte, fica mais fácil conseguir novos vistos em países que os exigem. Scego (2019) reflete sobre o que chama de desigualdade da viagem e o *apartheid* que seleciona quem nasceu no país certo e quem não nasceu, sendo a cor do passaporte o que distingue os elegíveis e os desprezáveis. Na percepção da autora: “você é um incômodo, um perigo, uma praga, alguém cujo caminho deve ser barrado. Circular de um Estado para outro, mesmo que só de férias, se torna uma missão impossível” (SCEGO,

2019, n.p.). Há uma multiplicação das fronteiras (NAIL, 2016) que, em muitos casos, já vem desde o local de origem e tende a se revelar de maneira mais vigorosa e perceptível, para ambos os lados, ao longo da travessia, a partir dos controles fronteiriços dos Estados, em que a fronteira representa uma lógica que fortalece o sentido de defesa do território e da homogeneidade do povo. Esse sentido se manifesta nas relações sociais após a travessia, que serão discutidas mais adiante. O discurso da homogeneidade vem sendo substituído, em escala global, pelo discurso da defesa contra o terrorismo e/ou pela defesa dos empregos dos cidadãos, mas as questões de raça e de classe social ainda permeiam, mesmo que indiretamente, os discursos antimigratórios. Assim, as fronteiras permanecem dividindo e se multiplicando, ampliando as possibilidades de discussão sobre o tema. É importante mencionar que nas regiões de fronteira são comuns outros tipos de circulação, por exemplo, de bens, de pessoas para trabalhar (migração pendular), para compras ou para buscar por diversos tipos de serviços. Isso nos leva a refletir sobre a importância das fronteiras não apenas na divisão, mas na interação, nas trocas entre os lados que as compõem. Bona (2020, p. 70) lembra que as fronteiras, antes de serem linhas “são espaços de vida onde os humanos sempre se reinventaram alimentando-se da estranheza de seus próximos”.

A nacionalidade ou a falta dela são quesitos que dificultam ou facilitam a travessia e diferenciam os expatriados do norte e do sul global, visto que, atualmente uma das funções da fronteira é selecionar “aqueles com perfil e os que não têm perfil para entrar no país. Essa escolha está diretamente relacionada à classe social, nacionalidade, religião, cor da pele, situação econômica do seu país de origem” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 57). Isso tem ocorrido, atualmente, a partir da ressignificação das práticas biopolíticas (FOUCAULT, 2008), como as práticas invasivas de retirada do útero em mulheres, que ocorreram em uma detenção para migrantes nos Estados Unidos, e também pelas práticas necropolíticas (MBEMBE, 2016), com o progressivo aumento da dificuldade para a entrada documentada e hipervigilância das fronteiras, levando pessoas a atitudes extremas em travessias cada vez mais perigosas, arriscadas e que podem levá-las à morte. Não podemos deixar de mencionar aqui o fechamento quase generalizado das fronteiras durante o período da pandemia da covid-19, incluindo as fronteiras terrestres do Brasil, que

deixaram em maior situação de vulnerabilidade os migrantes que passaram a fazer essa travessia fora dos postos de controle.

Esses corpos biopolíticos, que partem em direção a uma vida nua, são parte de um fenômeno que se estabelece a partir de um nexo nascimento-nação que descola o humanitário do político (AGAMBEN, 2007) fazendo com que tenhamos que trazer à tona discussões que já deveriam estar ultrapassadas como, por exemplo, a soberania e a nação como uma comunidade que privilegia os nacionais de um Estado e fomenta a proliferação de fronteiras em distintas escalas. Quando falamos de fronteiras nacionais, a noção de soberania ainda prevalece. No campo das Relações Internacionais, soberania trata de assegurar a autoridade do Estado sobre o seu território e, ao mesmo tempo, em relação a outros Estados visando a igualdade nas relações (VARGAS, 2017). Essa igualdade, contudo, não garante a isonomia das populações no direito à circulação. A noção de soberania é pautada na ideia de poder do Estado sobre o seu território e sobre os corpos que nele circulam.

As primeiras definições sobre soberania vieram das discussões relacionadas à república. Para Jean Bodin (1993), teórico político e jurista francês do século XVI, a soberania implicava um critério para a existência da república. Com ela vinha a ideia da submissão das famílias a um poder republicano perpétuo, sendo o governante um depositário temporário desse poder. O fato de que o poder deveria ser validado pelas próprias famílias a um representante trazia em seu significado um poder não vitalício, não hereditário, não tomado, mas consentido, autorizado. Ele faz questão de ressaltar que soberania e ditadura são coisas distintas. A república descrita no texto de Bodin também traz a ideia do compartilhamento de costumes, de espaços na cidade, de leis. Esse compartilhamento era algo restrito àqueles considerados cidadãos, ou seja, aqueles que não fossem nem escravos e nem estrangeiros (termo utilizado pelo autor). A esses era negado o direito à cidade e à cidadania.

Rousseau (2007) trata a soberania como algo indivisível e inalienável em que a vontade geral prevalece sobre a individual, restringindo-a à nação e aos corpos que a compõem. Para ele, “habitar o território é submeter-se à soberania” (ROUSSEAU, 2007, p. 95). Os direitos da soberania se confundem aqui com a obrigação da obediência e se transformam em uma relação de dominação que passou a atuar inclusive sobre os corpos e o que fazem, sendo que esta última relação não está

presente nas teorias sobre a soberania (FOUCAULT, 2005), mas é uma prática que antecede essas teorias que foi incorporada às práticas de Estado. A teoria da soberania “estabelece a relação política do sujeito com o sujeito” (FOUCAULT, 2005, p. 49) e as práticas históricas vão demonstrar, ainda de acordo com o autor, que a soberania tem como função subjugar, não unir. A gênese da formação do Estado está nas ideias de soberania, de território enquanto demarcação dos limites do poder, da soberania e da nação enquanto população que compartilha costumes.

O regime de fixidez humana foi extremamente importante na construção do Estado e da soberania nacional. De acordo com Ratzel (2011, p. 93) “o Estado não é concebível sem território e sem fronteiras” e a fixação ao solo se dá de forma passageira, quando ele é utilizado de forma passageira, ferindo, assim, os interesses do Estado que busca a formação de uma “comunidade de interesse” a partir da construção da ideia de que o solo é sagrado e precisa ser defendido “contra os ataques externos que tendem a diminuí-lo” (RATZEL, 2011, p. 96). Com a formação dos Estados as fronteiras passaram a ser:

o fio da navalha que sustenta as questões modernas de guerra ou paz, de vida ou morte para as nações. [...] Assim como a proteção do lar é o cuidado mais vital do cidadão privado, a integridade de suas fronteiras é a condição da existência do Estado (CURZON, 1908, p. 7).

De acordo com Bourdieu (2014, p. 83), o Estado possui dois sentidos que são justapostos: “Estado 1 no sentido de aparelho burocrático de gestão dos interesses coletivos, e Estado 2 no sentido de âmbito em que a autoridade desse aparelho se exerce”. De acordo com o autor, o Estado administra os interesses da população e faz a gestão dos recursos que estão em um determinado território. Ele é soberano dentro dos limites desse território, as fronteiras nacionais. Vale lembrar que os geógrafos contribuíram fortemente com a concepção de fronteira de um Estado como “o de área dominada pelo controle territorial, o de limites face às fronteiras e àquela da dominação vinculada ao poder do governante” (ALMEIDA, 2005, p. 104). Dessa forma, a noção de fronteira, desde o momento da criação dos Estados, esteve ligada à noção de soberania sobre um território e sobre o povo que vive naquele território. Também é importante lembrar que o conceito de território vai muito além daquele que está relacionado ao poder despótico, ao poder da autoridade ou ao poder político (CASTRO, 2014).

Essa noção específica de fronteiras, cuja teoria é baseada na defesa e na soberania do Estado, traz consigo a ideia de nação enquanto grupo cultural homogêneo, base para o Estado-nação. Bourdieu faz uma análise dos modelos de Estado-nação baseada no Estado alemão, que ele chama de romântico, e no Estado francês, que para ele é “muito século XVIII” (BOURDIEU, 2014, p. 620). Para o autor, no modelo alemão “há, primeiro, a língua, a nação, Herder²³, e em seguida há o Estado, e o Estado exprime a nação” (BOURDIEU, 2014, p. 620). Já os franceses “fazem o Estado universal, e esse Estado fará a nação pela escola, pelo exército etc.” (BOURDIEU, 2014, p. 620-621). A noção francesa de nação foi cunhada durante a revolução do século XVIII, a partir da ideia de nacionalidade, que está diretamente vinculada ao território nacional e à noção de república. Especificamente na França, essa noção de república evidencia-se atualmente diante do tratamento que é dado, por exemplo, aos antilhanos que vivem na França, quando são tratados como migrantes ou são “convidados” todo o tempo a esquecerem das suas origens e assimilarem²⁴ a cultura francesa continental (MOTA, 2014).

A língua oficial representa o poder simbólico de um Estado e universaliza práticas linguísticas nos espaços de convivência “oficiais” como a escola e as instituições públicas ou políticas (BOURDIEU, 2008). Isso e mais a referência a Herder nos remete à importância que a língua e a literatura tiveram na construção de nações baseadas em uma linearidade temporal, em heróis, em mitos fundacionais e na noção de uma comunidade com traços culturais semelhantes. Essa ideia de nação é questionada por Anderson (2008), já que foi utilizada como base da criação dos Estados, tendo sido concebida dentro de um modelo cronológico e linear de tempo, colocando as nações como sociedades homogêneas em espacialidades e temporalidades. O autor defende que a ideia de nação, entre outras questões, foi construída por diversos agentes, em especial escritores e linguistas, que corroboravam o interesse dos Estados na criação de um capital cultural diretamente

²³ Johann Gottfried von Herder foi um filósofo e escritor alemão, do final do século XVIII e início do XIX, que teve um importante papel no chamado nacionalismo romântico, tendo influenciado autores como Goethe.

²⁴ Originária da Escola de Chicago e desenvolvida por William Thomas e Florian Znanieck, a noção de assimilação está relacionada a uma ideia de que os migrantes, ao longo do tempo e das gerações, devem passar por um processo, que Thomas trata como inevitável, de absorção dos costumes locais. A fase de transição que se completa quando o migrante ou seus descendentes passam a pensar e a viver como um estadunidense. A ideia embutida aqui é a de que o migrante só é bem visto quando abandona os seus costumes e passa a viver de acordo com os costumes locais.

relacionado à língua. A literatura e a língua são elementos fundamentais na identificação das nações e na criação de um sentimento de pertencer não só ao lugar, mas ao território nacional. Cidadãos forjados pelos mitos fundacionais que criam heróis nacionais, enfatizam triunfos e adversidades elaborando narrativas lineares da construção da nação que é disseminada pela literatura, pela mídia, pelas escolas e que abrangem cada aspecto da vida humana, passando pela linguagem, pela literatura, pelos esportes e pela política (LOWENTHAL, 1994).

A nação, que é anterior ao Estado, diz respeito a questões identitárias. Para Castles e Davidson (2010, p. 81, tradução nossa) “a invenção da nação – que é essencialmente uma comunidade cultural – é a precondição vital para a emergência da república democrática moderna como uma comunidade política”. Eles ainda complementam que o sentimento de pertencer a uma nação foi importante para garantir a continuidade de grupos identificados etnicamente mesmo com as guerras e as crises. Para Bobbio (1998, p. 796) “normalmente a Nação é concebida como um grupo de pessoas unidas por laços naturais e, portanto, eternos [...] e que, por causa destes laços, se torna a base necessária para a organização do poder sob a forma do Estado nacional”. O autor ainda argumenta que essa ideia de “laços naturais” não é mais compatível com as nações modernas, visto que pressupõe uma ideia de raças que não estão necessariamente limitadas a uma mesma fronteira nacional. A ideia de nação tem a função “de criar e manter um comportamento de fidelidade dos cidadãos em relação ao Estado” (BOBBIO, 1998, p. 797) e a soberania passa a ser “o imperativo da proteção da raça” (FOUCAULT, 2005, p. 96).

É importante reconhecer que as nações não são constituídas por um povo homogêneo, mas de corpos com necessidades e demandas diversas. A soberania aqui possui uma face interna que pode abalar a governabilidade em razão do não atendimento dessas demandas, gerando assim conflitos (BECKER, 2005). Uma inquietação colocada por Achille Mbembe (2016) está diretamente relacionada a um projeto de soberania que não representa o esforço pela autonomia, mas diretamente relacionado ao extermínio de corpos e de populações ao alcance da soberania como, por exemplo, o direito de matar e/ou deixar morrer, algo que pode ser constatado a partir das próprias experiências de destruição humana, durante o período colonial, pelas guerras, pelo Holocausto, por exemplo. Para o autor, “a

soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2016, p. 135). Em se tratando de mobilidade humana:

[...] a nação apresenta um problema cinepolítico²⁵ único: que pessoas, idiomas e culturas são móveis e tendem a migrar. A mobilidade nas fronteiras nacionais transforma, assim, continuamente, qualquer fronteira fixa que o Estado-território pretenda conter (NAIL, 2016, p. 144, tradução nossa).

A fronteira é uma zona de fluxos, território de fluxos e até lugar de fluxos. Zona enquanto extensão a ser percorrida por quem vive fora dos contextos fronteiriços e utiliza a fronteira apenas como um meio de passagem para alcançar outros destinos. Territórios de fluxos porque são constituídas por uma “geopolítica fragmentada”, em oposição à geopolítica do Estado nacional, na qual as chamadas regiões transnacionais possuem uma dinâmica própria que vai muito além dos interesses econômicos, transformando-se em espaços de contestação política entre diversos grupos (MACHADO; RIBEIRO; MONTEIRO, 2014). Diversos agentes coexistem e se superpõem na produção dessa geopolítica que é impulsionada por interesses distintos e que fogem ao controle do Estado pelo seu caráter imprevisível. E a fronteira também se revela como lugar de fluxos, especialmente para aqueles que vivem em municípios fronteiriços e presenciam o cotidiano das travessias, sendo também quem atravessa para fazer compras, passear, trabalhar, visitar familiares.

Cruzar os limites das fronteiras com a intenção de migrar é desafiar a supremacia de um Estado e transgredir os princípios fundamentais da nação, do território e da soberania (CESARE, 2020). A autora ainda afirma que a imposição do poder na fronteira que é, por natureza, um espaço de confronto, é o retrato da contradição dos regimes democráticos. “Cada movimento através das fronteiras nacionais se converte em uma exceção a regra de sedentarismo nos limites do Estado-nação” (NARANJO GIRALDO, 2015, p. 275, tradução nossa). No lugar de neutras, estáticas ou espaço através do qual os fluxos se movimentam, as fronteiras entre territórios nacionais apresentam uma carga política, histórica e são repletas de

²⁵ Por não ter encontrado um correspondente nos dicionários de inglês-português, o termo *kinopolitics* foi traduzido como cinepolítica em razão de ser derivado do grego *kinesis* que, em português, forma palavras como cinema e cinética. Ambos se referem a movimento, assim como a cinepolítica é o estudo da política relacionada à mobilidade humana.

fenômenos dinâmicos relacionados diretamente a práticas cotidianas (NAIL, 2016; VAUGHAN-WILLIAMS, 2009).

Atravessar a fronteira, especialmente pelos meios não convencionais, é desafiar, mesmo que inconscientemente, o sentido dito como natural do Estado-nação. O Estado pressupõe uma fixidez do lugar que, no argumento de Cresswell (2006, p. 26-27, tradução nossa), advém do reflexo na “linguagem e prática social” de um pensamento “enraizado e delimitado”. Algo que tomou uma maior proporção e se tornou ainda mais claro com a colonização do continente africano. O imobilizar, de maneira arbitrária, a fronteira como uma linha fixa, geralmente sem respeitar os espaços étnicos e linguísticos (DÖPCKE, 1999) criou as condições para o aumento do controle necessário à expansão capitalista. Dentro da concepção de lugar como algo fixo, enraizado, a mobilidade seria uma ameaça pela ausência de “comprometimento, de apego e de envolvimento” (CRESSWELL, 2006, p. 31, tradução nossa), no qual o migrante é a representação das novas configurações do mundo com “a desterritorialização, a fluidez da passagem, a travessia autônoma, a hibridação da identidade” (CESARE, 2020, p. 20).

A face interna da soberania é representada por distintos grupos já territorializados e por outros em processo de territorialização, sendo que ambos partem de um processo dinâmico. Diante dessa necessidade de observar as diferenças internas, Achille Mbembe (2016, p. 124) define soberania como “um duplo processo de “autoinstituição” e “autolimitação” (fixando em si os próprios limites para si mesmo)”. A discussão sobre a soberania dos corpos se encontra fortemente presente nessa ideia. A fronteira aqui seria algo relacionado ao que é estabelecido pelo eu e não o que é imposto pelo outro, mesmo que esse outro seja o Estado. Ao mesmo tempo, une e separa, mas quando se trata de alteridade e da relação com o outro, ela ainda mais separa do que une. A livre circulação é um privilégio restrito à nação como recompensa para um grupo privilegiado de pessoas: o cidadão nacional (NAIL, 2016). Dessa ideia de nação e de cidadão nacional surgem a nacionalidade e o sentimento de nacionalismo, fundamentais para o estudo sobre os dois tipos de fronteiras que são abordadas neste trabalho: as fronteiras entre territórios nacionais e as fronteiras entre os corpos, que segue com o migrante, mesmo após o cruzamento da fronteira nacional.

A nacionalidade é uma condição conferida pelo Estado a partir de critérios específicos. É um conceito jurídico que assegura um conjunto de garantias e direitos vinculados à soberania de um território nacional. O solo (*jus solis*), quando a nacionalidade está vinculada ao nascimento em um território nacional, e o sangue (*jus sanguinis*), quando a aquisição da nacionalidade está vinculada ao fato de possuir descendência direta de nacionais de determinados países, são os principais critérios de nacionalidade utilizados atualmente. Nail (2016) reforça que o Estado é reconhecido, a nação não. Dessa forma, há nações, como é caso da nação curda, que não é reconhecida como Estado, portanto, não há uma nacionalidade curda. Nacionalidade é algo que é concedido pelo outro e não definido pelo eu. Há aqueles que sequer possuem uma nacionalidade. É o caso dos apátridas, caracterizados pela Lei das Migrações (BRASIL, 2017a) como aqueles que não são reconhecidos como nacionais de nenhum Estado, mesmo tendo nascido no território de um Estado ou sendo filhos de alguém que também nasceu em um Estado. A nacionalidade brasileira, por exemplo, é garantida pela Constituição Federal (BRASIL, 2016), em seu capítulo III, que utiliza basicamente o critério de solo, mas abre exceções para filhos de brasileiros e para a naturalização:

Art. 12. São brasileiros:

I - natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil; c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

II - naturalizados: a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral; b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira (BRASIL, 2016, p. 20-21).

Vale ressaltar que a Constituição brasileira restringe aos naturalizados alguns direitos, como o de possuir cargo nas forças armadas, na carreira diplomática, na presidência e vice-presidência da República, no Supremo Tribunal Federal e na presidência do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Algo que reforça que o país ainda considera as migrações como uma questão de segurança nacional, apesar dos avanços obtidos pela Lei nº 13.445/2017, a nova lei das migrações.

O nacionalismo está relacionado a um sentimento difundido a partir dessa ideia de nação enquanto comunidade baseada em uma homogeneidade cultural e de defesa dos interesses dos cidadãos, aqueles que têm direitos garantidos pelo regime de fixidez ou quando a circulação é restrita ao território nacional. De acordo com Said (2003, p. 49), o “nacionalismo é uma declaração de pertencer a um lugar, a um povo, a uma herança cultural. Ele afirma uma pátria criada por uma comunidade de língua, cultura e costumes e, ao fazê-lo, rechaça o exílio [...]”. Em complemento, trago a afirmação dos geógrafos Alexander Diener e Joshua Hagen (2012, p. 42) que colocam o nacionalismo como “uma ideologia política que assume que a nação comanda a lealdade primária de seus membros”, uma construção baseada na ideia de etnocentrismo, que Tuan (2012) apresenta como “egocentrismo coletivo”, sendo o egocentrismo praticado por aqueles que tendem a perceber o seu próprio mundo como o centro.

Quando esse egocentrismo coletivo passa a fazer parte de projetos ideológicos de Estados, o psicólogo britânico Michael Billig (1995) o chama de nacionalismo banal, algo que o autor relaciona a uma condição endêmica, não benigna, arraigada pelas práticas dos Estados. O nacionalismo banal é, então, algo que se adquire a partir do projeto ideológico que é a nação e que arrasta para um processo de assimilação aqueles que possuem características distintas da do projeto. Ele exclui da ideia de banal os nacionalismos reivindicados por grupos étnicos, como os curdos, por exemplo, ou como os grupos que reivindicam a criação do Estado de Biafra, hoje, parte do território nigeriano.

Não podemos deixar de levantar que as fronteiras nacionais são instituições que refletem práticas históricas do exercício do poder do Estado sobre o território, o que significa que não há fronteiras naturais, como nos lembra o filósofo Étienne Balibar (2005), que reflete em algumas das suas obras sobre a questão das fronteiras, do Estado-nação e da cidadania. O mesmo autor ainda pontua que estas instituições representam um caso extremo, visto que precisam se manter estáveis enquanto todas as outras instituições não limítrofes se transformam, sendo assim o ponto onde os Estados, incluindo os mais democráticos, relacionam o *status* de cidadão à condição de sujeito de direitos, algo que o autor aponta como absolutamente não democrático.

É na esfera social que a geografia das fronteiras se configura e se mostra a partir das marcas deixadas pela história (DORFMAN, 2013). As distintas formas e facetas nas quais as fronteiras se apresentam revelam que há um reducionismo quando se apresenta as fronteiras simplesmente como algo relacionado aos limites do Estado-nação. É importante também mencionar que as fronteiras não se constituem apenas como zonas de controle. Nas últimas décadas do século XX, a fronteira passa a ser entendida como um “espaço socialmente construído” (RODRÍGUEZ, 2012, p. 73). Como já mencionado, o Estado não é o único agente que produz o espaço das fronteiras. Dessa forma, elas podem ser vistas não apenas isoladamente, mas como uma combinação de limites (CASEY, 2017) que são construídos pelos grupos sociais que estão presentes nos espaços fronteiriços.

As fronteiras são múltiplas, diversas e entidades mutantes que se confundem e se misturam com a paisagem que delimitam (CASEY, 2017). Mais além, as fronteiras são móveis e são transitórias. A visão de fronteira enquanto zona de transição entre regiões (FAWCETT, 1918) veio sendo ressignificada ao longo do século XX e, atualmente, já não pode mais ser empobrecida pela exclusividade dos Estados e dos muros (NAIL, 2016). A noção de transição, hoje, pode ser reformulada a partir da transitoriedade enquanto algo que se movimenta no tempo e no espaço. Transitoriedade que está diretamente relacionada à experiência e como as fronteiras se revelam não apenas como começos e fins, mas também como meios.

4.2. AS FRONTEIRAS NA EXPERIÊNCIA DA TRAVESSIA

Travessia remete ao mover-se de um ponto a outro, transpor. Uma fronteira representa uma barreira que, para alguns, é preciso atravessar, superar. Seja por terra, pelo mar ou pelo ar, esse atravessar representa um movimento que pode ou não ter volta, que nem sempre é um movimento pensado, calculado e que depende, muitas vezes, das contingências do caminho, da confiança em um estranho para quem se paga (o contrabandista de pessoas), ou mesmo da resistência física e/ou psicológica para seguir o percurso. A experiência de atravessar a fronteira é única e

distinta. As travessias aéreas são menos desgastantes fisicamente, mas nem tanto psicologicamente. Exigências de documentos, medo, traumas com autoridade do próprio país permeiam a convivência entre autoridades migratórias e migrantes onde a segurança nacional é utilizada como argumento para barrar pessoas em situação de vulnerabilidade.

É inegável que as experiências de fronteira entre Estados podem ser bem distintas se falarmos sobre quem vive nas suas proximidades, sob a perspectiva de quem está trabalhando para o Estado ou sob o ponto de vista de quem apenas as cruza ou tenta cruzá-las sob distintas formas: a trabalho, a turismo, para contrabando ou tráfico, para transporte de mercadorias legalizadas, para compras, em migração. A fronteira pode ser um espaço de segurança ou de insegurança, a depender do ponto de vista, pode ser um espaço de divisões e conexões sociais, um espaço de fluxos, mas também de muitos fixos.

Enquanto os fluxos de mercadorias legalizadas, de turistas, de dados transitam quase livremente, os fluxos de migrantes esbarram nos fortes esquemas de segurança que foram criados com a desculpa de coibir o narcotráfico e o terrorismo. Quando mais as cidades do mundo clamam pelo *status* de cosmopolita, mais se fecham para os cidadãos do sul do mundo. A escritora italiana, Igiaba Scego, relembrou a migração que seus pais precisaram fazer, saindo da Somália:

Nos anos 70 do século passado, para quem chegava do sul do mundo como os meus pais, existia a possibilidade de viajar como qualquer outro ser humano. Nada de “carroças” do mar, atravessadores de migrantes, naufragos, nada de tubarões ansiosos para lhe fazer em pedaços. Os meus pais perderam todos os bens em um dia e meio, inclusive a identidade. Em 1969, o regime de Siad Barre tomara o controle da Somália e, sem pensar duas vezes, o meu pai e a minha mãe resolveram buscar refúgio na Itália para salvar a própria pele e começar lá uma vida nova (SCEGO, 2019, n.p.).

Naquela época, a travessia foi feita de avião, porém, ela sabe que se essa migração tivesse acontecido nos dias de hoje, não teria sido assim. “Hoje, o meu pai, que nos deixou há pouco tempo, deveria pegar um barco da Líbia, pois não existe outra maneira para chegar à Europa, vindo da África, a não ser que se faça parte da elite” (SCEGO, 2019, n.p.). Outra questão colocada pela autora é que, atualmente, quem sai em busca de refúgio, dificilmente consegue voltar. Nos dias atuais, ser migrante em situação de refúgio é estar em uma imensa escada rolante

lotada, na qual o caminho a ser percorrido é o mesmo de todo um fluxo e praticamente sem chance de tentar voltar.

Vale ressaltar que esse retorno, mesmo que temporário, ao país de origem é mais difícil, mas não impossível. Durante a pandemia da covid-19, por exemplo, houve um retorno de venezuelanos que estavam no Brasil e se viram aqui em situação pior do que estavam na Venezuela. Uma das pessoas com quem tive contato mencionou que sua família retornou no início da pandemia por uma questão de saúde que não conseguiu resolver no Brasil pensando em retornar depois, mas não conseguiu porque as fronteiras foram fechadas e só era possível realizar a travessia de avião pela Colômbia. Os membros da família que ainda estavam no Brasil acabaram retornando também. Por terra a travessia não poderia ser realizada pelos meios oficiais. Durante esse período, houve, inclusive, diversos relatos de pessoas desaparecidas no percurso. Em outras situações fora do contexto pandêmico, há casos em que, se devidamente justificadas e com a autorização do Estado que concedeu o refúgio, é possível viajar para o país de origem e retornar sem a perda da proteção. Sem autorização, a perda do *status* jurídico de refúgio no Brasil é automática. Também é importante mencionar que os mecanismos de vigilância estão cada vez mais avançados, então o risco de visitar o país de origem enquanto a ameaça não cessa pode ser o mesmo ou maior do que antes da partida.

Diante das diversas variáveis que compõem a decisão de migrar e a travessia em si, como é, para o ser migrante em situação de refúgio, cruzar fronteiras? Como é driblar os rígidos controles fronteiriços que lhes são impostos? Há uma guerra que é a guerra contra as migrações e que se reflete na passagem entre fronteiras como algo que é extremamente temido (NARANJO GIRALDO, 2015, p. 270). O que transforma a fronteira em um espaço de medo? Por que a necessidade de defesa do território afeta diretamente a travessia do migrante em situação de refúgio? Histórias reais que parecem roteiro de filme acontecem a todo o momento, no mundo inteiro. Algumas travessias de migrantes podem ser comparadas a uma experiência de guerra, não no sentido de confronto direto, mas de estratégias para burlar o “exército inimigo” e transpor as barreiras impostas. A experiência de cruzar a fronteira é contraditória. Traz emoções que estão relacionadas à fuga, ao perigo e ao medo,

mas também à esperança e ao protagonismo na reconfiguração das próprias subjetividades políticas (NARANJO GIRALDO, 2016).

Para Bona (2017), a fuga costuma ser interpretada de três maneiras distintas: como covardia, como uma reação provocada por um instinto “animal” e como passividade. Porém, mais do que isso, “a fuga é fuga criativa” (BONA, 2017, p. 3-4) e gera, dentro de um “movimento criador, espacialidades inauditas” (BONA, 2017, p. 5). A fuga não é vista pelo autor como um fenômeno passivo, mas como uma forma de luta, de resistência, que produz e codifica o refúgio e que produz novas questões relacionadas às fronteiras, algo que transforma o ser migrante em situação de refúgio em protagonista da sua própria existência.

Fronteiras revelam distintos fragmentos que são experienciados de maneiras diferentes por cada migrante em razão da sua história de vida, das “escolhas” relacionadas a esse trajeto, da facticidade apresentada por aquele contexto espacial no momento da travessia. Isso pode significar desde o conseguir chegar ao destino sem maiores dificuldades, mas também pode significar a prisão, a deportação, obstáculos naturais do caminho ou até mesmo a própria morte. Ontologicamente, a facticidade é explicada a partir do ser-aí ocasional (HEIDEGGER, 2013), da sua espacialidade e temporalidade enquanto contingência que abrange inúmeras possibilidades de modos de ser do *Dasein*. O termo facticidade está relacionado às contingencialidades decorrentes do *Dasein* e da condição de ser lançado em um contexto do qual não se tem controle sobre os acontecimentos, o que afeta “vivamente a compreensão da relação interior-exterior, atenuando a nitidez de seus contornos e pondo em questão a realidade de suas fronteiras” (SARAMAGO, 2008, p. 29-30).

Dessa forma, compreender como é ser migrante em situação de refúgio se dá com base em um modo de existir que possui sentido a partir do mundo fático. A facticidade da travessia de uma fronteira está a cada passo dado, a cada metro percorrido. Ela está nas condições ambientais – tempo, marés, intempéries, relevo, vegetação -, nas práticas de vigilância de Estado que, por vezes, se estendem à população local, nas construções e práticas herdadas de outros processos anteriores, migratórios ou não e em todos os fragmentos que compõem a totalidade fronteira.

O ser migrante em situação de refúgio realiza a travessia de acordo com as condições que são mais “favoráveis” para a sua situação. Ao longo da pesquisa, foram encontradas diversas formas de travessia: de avião com visto, de avião sem visto, em navios de carga (de maneira clandestina e sem documentos), correndo pela floresta entre a Nigéria e o Benin, a pé entre a Síria e a Turquia, em ônibus pela Guiana, de carona ou a pé entre a Venezuela e o Brasil, pagando a contrabandistas, a partir da ação e aliciamento de traficantes de pessoas, em um barco que ficou à deriva e foi encontrado por um navio da Petrobrás, reassentados pela ONU, de ônibus por fronteiras terrestres.

Foi possível então, a partir das pesquisas realizadas e das conversas com migrantes em situação de refúgio que estão no Brasil, identificar alguns fragmentos dessa experiência de atravessar as fronteiras enquanto espaço de fluxos migratórios os quais não tenho a pretensão de esgotar aqui, visto que cada experiência traz novas relações. Algumas das facetas da travessia de fronteiras nacionais observadas aqui foram: a fronteira como espaço de medo e esperança, de vida e morte; a fronteira como cruel geografia das velas desfraldadas; e a fronteira como espelho e como janela.

4.2.1. A fronteira como espaço de medo e esperança, de vida e morte

No capítulo três, trouxemos a questão do medo como a principal motivação para a partida do migrante em situação de refúgio e lembramos que o medo não se esgota com a partida. Situações de perigo em que é necessária a busca pela autopreservação estão presentes também ao longo da travessia, visto que, não necessariamente, os perigos que surgem são menos relevantes que os que motivaram a partida. As relações sociais e práticas espaciais das fronteiras revelam-se a partir da experiência de lá viver ou de atravessá-las. Nas fronteiras se materializam tanto a geografia do saber estratégico de Lacoste (1988), como a geografia das experiências de Dardel (2015) e Tuan (2012; 2005; 1983). Os limites traçados pelas linhas dos cartógrafos mais clássicos, nos mapas que petrificam e

reduzem a fronteira ao poder soberano do Estado sobre pessoas e recursos, não levam em consideração que a fronteira representa movimento, fluxo.

Este fluxo, entretanto, não segue o seu curso totalmente livre. Fronteiras funcionam como filtros que devem reter as “impurezas”, permitindo que elites e capital se movam livremente e tentando, a todo custo, capturar as partículas indesejáveis (NAIL, 2016). A experiência, dentro desse contexto, envolve, ainda conforme o autor, a passagem pelo circuito de fronteiras que criminaliza a migração indesejável e devolve aqueles que são capturados no processo de filtragem. Ser migrante em situação de refúgio é fazer uma travessia em que se está sujeito(a) a condições humilhantes, é enfrentar cara a cara os mecanismos de (in)segurança nacional, embora esse enfrentamento não esteja em condições iguais. O migrante (escala do corpo) e o exército e/ou polícias migratórias, a depender do país (escala do território nacional), ficam frente a frente na fronteira. Essa cartografia desigual da fronteira revela o desafio do migrante ao longo da sua travessia. As tensões causadas por prisões, deportações e mesmo pela possibilidade delas levam a situações de sofrimento que podem inclusive se equiparar ou mesmo superar os traumas que levam à partida. Embora dentro de blocos supranacionais como a União Europeia ou o Mercosul – Mercado Comum do Sul, que representam uma escala transnacional, haja a ideia da livre circulação de pessoas, em ambos os casos essa permissão tem a duração de três meses, o mesmo que um visto de turista. Para residência é necessária uma autorização.

Soledad Velasco (2013) questiona sobre o porquê de a experiência contemporânea dos migrantes, em especial daqueles indocumentados, estar se tornando cada vez mais violenta e conclui sobre a intencionalidade dos agentes hegemônicos manterem massas de vulneráveis à disposição. Em suas reflexões sobre as migrações, Bauman (2017) menciona não uma crise humanitária, como é comum escutarmos, mas uma crise da humanidade, que está pautada na indiferença, na recusa ao diálogo. Para o autor, a saída para essa situação está na solidariedade.

Antes de um aprofundamento nas questões teóricas, é importante conhecer algumas experiências de travessia. A primeira delas é a de Destinée (nome fictício), uma congoleza de Kinshasa que precisou sair do país às pressas e atravessou a

fronteira para Angola com sua filha pequena, passando por diversas situações de perigo:

Quadro 15 - Depoimento de Destinée (nome fictício)

Eu fiz uma travessia muito perigosa, poderia até morrer. [...]. Tinha mais gente no barco. A [minha filha²⁶] tava gritando, eu me lembro que ela tava gritando. [...]. A primeira coisa boa que eu quis trazer, foi minha filha. Que ela que eu não deixei, falei: “vamos caminhar junto”. Quando saí com ela, fomos numa província de Angola chamada Soio. Daí eu fiquei uma semana numa casinha esperando guia, guia pra poder me ajudar a entrar em Luanda. Eles têm coiotes. Tem que pagar. Coiotes. Na primeira fronteira, nós fomos presos. Eu não sabia me defender porque eu não sabia falar a língua portuguesa. Ele me perguntou: “você é da onde?” Eu, tipo... o documento tava escrito sou carioca. Eu não falava coisa com coisa. Falava sou paulista, não, sou da Bahia, sou ca... sabe... porque me deram toque: esse documento se te perguntarem você fala que é carioca, na fronteira. [...]. Ficamos presos. Minha filha ficou e foi presa, era um bebezinho, mas eu acho que o coiote pagou. [...]. E à noite, a minha filha ficou dentro da Kombi, chegou aqui (movimentando as mãos como se estivesse apontando para um mapa). O coiote que tava com a gente, o motorista era dele o cara era dele. E deu um tempo, tipo, quando você passar, fica no lugar x pra você já pegar a gente. [...] militar já sabe que muitos congolezes entram na fronteira. Muito congolês, senegalês, muitos pegam a fronteira no mato. Nós pensamos que ele foi preso, porque dentro da Kombi tinha bastante mala e pouco viajante. E minha filha dormindo. E ela dormiu mesmo. E ela não acordou. Acordou no dia seguinte quando eu arrivei [cheguei]. Dormiu nos braços de uma mulher que eu não me lembro mais quem é. Porque alguns falaram pra eles: “ó, vamos ajudar o povo, nós vamos entrar, a criança não sabe se defender não vamos poder ajudar”. Tem povo quando você entra que fala: “tem gente no mato!”. Mas pra sorte da gente, ninguém fez isso. [...] Foi Deus! Porque lá, eu lembro que, Angola, se você conhece a história, ficou muitos anos de guerra, aí existe minas. Então o coiote que andava com a gente, ele já sabe o caminho e ele ganhava a vida dele assim. [...] eu só me lembro que o moço tava com calça toda preta, só com tênis branco. Eu só olhava pra o traje dele, só pra ele. Daí que a gente sabia o que a gente tava fazendo, porque nós fizemos fila indiana e eram 12 pessoas. Até hoje não me lembro mais das outras pessoas. [...]. Naquele momento eu só imaginava minas. E imaginava só sair dali. Porque muitas foram pegadas, viraram mulher dos militares, foram estupradas, depois de ser estupradas foi... de volta [repatriadas], outras morreram. [...] Quando nós conseguimos sair, eu me lembro que, sabe como é mato. Tipo militar, quando vai na guerra. A gente fazia assim (movimentando as mãos como se estivesse tirando o mato da sua frente). Porque tinha muitas coisas [mato] né. Tem que picar. Ele tava muito grande, nós entramos e no dia seguinte (riso aliviado). Quando pra passar

²⁶ O nome da filha de Destinée foi ocultado.

fronteira, tem um rio. Embaixo, ele fala com a gente: “ó, vamos correr rápido, porque quando acender a projeção, lá na fronteira, grande, que faz assim”. Sabe aquele projetor [...] e eles fazem assim: se eles perceberem que tem gente correndo, eles atacam (estalando os dedos). Aí a gente calculava o tempo, dependendo dele, porque ele já sabia. E correr, correr em fila indiana e se jogar quando passar o ponto. Lá tem crocodilo, e tem que correr, se jogar... horrível! Até hoje, quando eu falo isso, eu sinto... [...]. Aí, a gente correndo, correndo e naquele momento, você não sabe mais se sua filha... tem que pensar em você, e correr! [...] E lá também tinha as casinhas de cidadezinha. Casa. Esse povo, também são fofoqueiros. Eles falam: “tem congelês aqui”. Eles alertam os militares, mas todo mundo (baixando o tom de voz) tem que falar baixo. Até andar [...] muito calculado, com medo, shhh. Não tinha nem a vontade de beber nada, nem fome, acaba. Todo mundo tá na cabeça: vamos sair daqui. [...] O dia amanheceu, ficamos na... não é montanha, mas não chama montanha. Não é montanha, mas sabe quando você tá alto e ouvindo o som do carro passar. [...] Quem sabe é só o moço, né. Ele que era nosso coiote, guiava a gente. E daí que eu soube, ele falou pra gente primeiro: “deixa eu ir ver o carro”. Eu falei: “você vai aonde? Já pensou você ir e não voltar?” Deixando a gente lá. Eu falei: “você não vai não!”. Ah! Que segurança que ele tava dando pra gente? Falei você fica aqui [...]. Vamos ficar aqui até o carro seu chegar sim. Porque se você vai, ninguém confia que você vai voltar aqui. Chegou o momento que ele ouviu o som do motor, que ele falou que é o motor do carro dele, que ele desceu e fez assim (sinal de aceno).

Fonte: (informação verbal)²⁷.

A experiência contada no quadro 15 nos faz refletir sobre algumas questões relevantes no estudo do refúgio: em primeiro lugar, a influência das questões políticas e geopolíticas na decisão de migrar e ao longo da travessia, bem como na decisão sobre o modo de travessia das fronteiras (não necessariamente sobre o percurso e os modais); segundo, a experiência de travessia é extremamente afetada pela soberania enquanto prática de Estado e pelo micropoder dos agentes de fronteira, que elegem quem pode e quem não pode entrar no seu território e mesmo nas práticas necropolíticas que levam a caminhos perigosos e arriscados; terceiro, a invisibilização e a vulnerabilização das pessoas que estão no percurso entre fronteiras, que podem, inclusive, ser vítimas dos próprios agentes.

Quando o perseguidor é o próprio governo, a fuga é mais difícil. Eles tentam ser onipresentes. Emitir e checar documentos são, para o governo e para o Estado, algumas das formas de materialização dessa onipresença e de exercer poder e o

²⁷ Entrevista realizada com Destinée (nome fictício), em 26 de julho de 2019.

controle sobre as pessoas. Sendo assim, estar em posse da documentação original é arriscado devido ao regime de vigilância nos aeroportos, nas estradas e nas fronteiras. Por isso, como relatou Destinée, ela fez a travessia com um passaporte que não era original. O objetivo era ser invisível. Sem documentos originais, a travessia tem que ser realizada de maneira clandestina com o intuito de fugir, neste primeiro momento, dos militares congolezes que a estavam perseguindo.

A invisibilização ocorre de duas formas: a necessidade da situação de refúgio de se tornar invisível para conseguir fazer a travessia sem ser presa no próprio país, ou repatriada durante ou após o cruzamento da fronteira; e a invisibilização generalizada de quem prefere ignorar ou opta por desprezar o fenômeno e as questões que o envolvem, algo que não está relacionado apenas à fronteira, mas à sociedade. Essa dupla invisibilização leva a experiências arriscadas em que medo e esperança se confundem. O relato sobre a passagem pelos campos minados angolanos, resquícios da guerra civil no país, faz o medo vir à tona. Em outro trecho do relato, Destinée conta como foi a parte noturna da travessia, quando todos tinham que correr após a passagem do clarão e se jogar em um determinado ponto para não serem vistos. Uma cena que nós, que não passamos por essa situação, só conhecemos através de filmes e séries, como os que falam de guerra ou naqueles filmes de fuga de penitenciárias de segurança máxima. Ser migrante em situação de refúgio é ser tratado não apenas como inimigo(a), mas como criminoso(a) condenado(a).

A esperança (expectativa de um bem) é a contraposição ao medo (expectativa de um mal) enquanto afeto fundamental de enfrentamento do próprio medo, tendo os dois afetos, uma relação oposta e, ao mesmo tempo, complementar, sendo que um não existe sem o outro, já que tememos que o bem não aconteça e temos a esperança de que o mal não ocorra (SAFATLE, 2016). Dessa forma, ainda na fala de Safatle (2016) as experiências de medo e esperança são projetadas a partir de um horizonte de expectativas. Medo e esperança coexistem em um misto de sentimentos que vão se revelando na facticidade da própria travessia, no medo de ser vista e na esperança de não ser vista, no medo de ser presa e na esperança de não ser presa, no medo de morrer e na esperança de chegar viva ao fim do trajeto,

no medo de não ver mais a filha, mas na esperança de encontrar a filha, do outro lado da fronteira e de vê-la crescer.

Ser migrante em situação de refúgio em travessia pela fronteira da República Democrática do Congo com Angola é experienciar as tensões de uma geopolítica fragmentada em que cada fronteira é representada pela sua dinâmica própria e particularidades naturais que não são explicadas apenas a partir de uma geopolítica que as considera como uma totalidade nacional ou binacional (MACHADO; RIBEIRO; MONTEIRO, 2014). As minas, a possibilidade de passar por vilas onde poderiam ser vistos e denunciados, a prisão, a possibilidade de repatriação e de sofrer diversas formas de violência, o contrabando de pessoas, tudo isso reflete os fragmentos dessa geografia que é marcada por tensões territoriais, políticas e geopolíticas e é construída a partir de experiências. Esses fragmentos em suas distintas facetas, diversas e controversas, todavia, são experienciados por pessoas que cruzam as inúmeras fronteiras nacionais existentes, não apenas a citada.

Ao longo do trajeto, surgem os fragmentos geopolíticos que, em alguns casos, se materializam na experiência vivida pelos que tentam cruzá-la. Marlene Wildner, então diretora do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios de Brasília e ex-diretora nacional em Angola do Serviço dos Jesuítas aos Refugiados, escreveu sobre a ação sócio pastoral da congregação na fronteira entre os dois países e relatou um pouco do que presenciou, ainda falando aqui da fronteira entre a República Democrática do Congo e Angola:

Os 2.511 km de fronteira com Angola constituem uma área de conflitos, pobreza e sobretudo de violações de direitos humanos praticadas pelas Polícias de Fronteira e milícias, principalmente junto aos migrantes congolezes e angolanos que tentam atravessar a divisa de forma administrativamente irregular.

A violação de mulheres, muitas vezes na presença de seus filhos, a privação de alimentos e água, os espancamentos e os assassinatos durante o recrutamento dos migrantes, durante as deportações ou nas prisões, fazem parte das muitas violações de direitos humanos praticadas por ambas as Polícias de fronteira e pelas milícias que atuam no âmbito da migração irregular. A título de exemplo, no dia 26 de agosto de 2011 foram assassinados dezenas de migrantes congolezes em uma tentativa de travessia irregular da fronteira para Angola (WILDNER, 2015, p. 259-260).

Essas eram situações que despertavam o medo da travessia, situações também mencionadas no relato da entrevistada. Vale ressaltar, como observa Inglês (2017), que as migrações entre os dois países não eram apenas oriundas de

conflitos, mas também de estudo e trabalho ou de retorno, quando ocorria um cessar das motivações de partida. Para o pesquisador angolano, uma forma de ver as migrações é “também como um recurso de que as populações dispunham para lidarem com condições adversas, sejam elas sociais, políticas, econômicas ou culturais” (INGLÊS, 2017, p. 26). Nas últimas décadas, com os conflitos na República Democrática do Congo, aumentaram os fluxos em direção a Angola, embora também tenham aumentado as deportações em massa. Em 2005 e em 2009, Angola promoveu uma deportação em massa de cidadãos congolezes que foi então retaliada pelo governo da República Democrática do Congo, em 2009 (HRW, 2012). O relatório do *Human Rights Watch* (Observatório de Direitos Humanos), com o título, em tradução livre, *Se você voltar nós vamos te matar*, de 2012, reporta o aumento da tensão, incluindo a violência de civis contra migrantes (HRW, 2012). Mesmo após acordos entre os dois países ainda foram reportados casos de agressão e violência sexual contra congolezas do lado angolano da fronteira. Além disso, ainda de acordo com o mesmo relatório, elas eram expostas a revistas corporais humilhantes, tortura, espancamentos, prisão em condições degradantes e privação alimentar. Destinée viveu na pele as sensações provocadas por essas tensões geopolíticas.

Os medos, na travessia, são diferentes. As situações de medo parecem dar coragem para enfrentar os perigos e superá-los o quanto antes. Nessa trajetória, os medos são paradoxais: o medo que levou à fuga reforça a coragem de confiar em alguém que nunca viu antes. Alguém que irá conduzir um grupo por um caminho desconhecido. Um caminho que, além dos animais selvagens, tinha minas que poderiam explodir com apenas um passo no ponto errado. O medo de não saber onde está a filha e nem saber se irá reencontrá-la ou de encontrar algum morador local que os denunciasse.

Há os que conseguem cruzar a fronteira, mas, seja pelo desejo de voltar logo e querer ficar perto da terra natal, seja por falta de condições financeiras, não seguem o trajeto. Permanecem vivendo em assentamentos ou vilas fronteiriças. No caso da fronteira entre a República Democrática do Congo e Angola, a disputa por território marítimo para a exploração de petróleo, questões relacionadas ao tráfico de diamantes, questões internas, de ordem econômica, política, étnica, social,

tratamento sub-humano aos que são pegos tentando atravessar a fronteira, além da apreensão provocada pelas migrações e deportações em massa entre os dois países, aumentam a ansiedade e o estresse de quem faz o percurso. Para aqueles que deixam o país por razão de perseguição, quanto mais distante da região de fronteira, mais seguro.

Situações de perigo não se restringem a uma fronteira. Por todo o mundo pessoas correm riscos e enfrentam a morte na esperança de viver uma vida diferente. A fronteira (personificada pelos agentes de imigração) é mais cruel com quem tem mais dificuldades para cruzá-la, do que com quem pode simplesmente comprar uma passagem e ir para onde quiser. O relato a seguir apresenta mais um exemplo de travessia arriscada em outra parte do planeta:

Quadro 16 - Relato de Abdulbaset Jarour sobre a travessia da sua mãe

Então eles estavam deslocando de cá pra lá, de lá pra cá. E isso tudo, esse sofrimento, não tem onde eles fiquem. Até passaram fome, necessidade. Minha mãe, ela, durante a guerra da Síria, desde que começou, começou realmente com doenças crônicas como diabetes, pressão alta e tal. Quem morava lá da minha família era minha irmã caçula e um irmão mais velho. Então eles tentaram fugir pela fronteira da Turquia. Só pra você ter ideia, pra fugir, precisa que um país do lado que abra as portas, porém é tão complicada a situação lá, as pessoas coitotes. Quando eles estavam fazendo uma tentativa de entrar, era pra você andar uns 50 quilômetros. Então era pra você andar nas serras, nas montanhas, as travessias, um perigo. Chegou um momento que minha mãe não conseguiu por causa dos problemas de coluna e perna dela e a polícia turca pegou ela, minha irmã e meu irmão. [...] depois ficaram presos os três, 24 horas, pela tentativa de entrar ilegal, e devolveram eles de novo pra Síria. Era muito difícil de comunicar com eles. Então era tudo meu pensamento, meu coração, preocupação com elas. Eu vendo como as bombas quando caem não avisam matando a gente. Cai bomba aqui, bomba ali e a situação muito difícil pra quem também é mulher, lá naquela guerra maliciosa. Cada uma irmã fugiu. Uma pro Canadá, uma pra Alemanha, meu irmão pra Turquia, outra pro Iraque, outra pro Líbano, eu no Brasil. Então era muito difícil. [...]. Porque o passaporte Sírio após aquela guerra que aconteceu, o passaporte Sírio não te leva para nenhum lugar. Quando você é uma pessoa da Síria significa você tem que entrar nos países de maneira irregular maneira realmente como as pessoas falam, irregular, ilegal. Então você tem que ir entrar dessa maneira para o país porque ninguém vai te receber.

Fonte: O Assunto #200 (2020).

A fronteira terrestre entre a Síria e a Turquia separa não apenas duas nações, mas o continente europeu do Oriente Médio. Desde 2011, a Síria enfrenta uma guerra civil desencadeada por uma onda de protestos em vários países árabes,

conhecido como Primavera Árabe. Ao mesmo tempo, a Turquia sofre pressão da União Europeia por causa dos migrantes que chegam ao país e de lá seguem para os distintos países do bloco. Os dois depoimentos desta seção (quadro 15 e 16) mencionavam a presença do contrabandista de pessoas, popularmente conhecido como coioite. O coioite é um especialista em burlar as barreiras que as preocupações geopolíticas das mentes que cuidam da defesa e da segurança nacional meticulosamente elaboram. Os expulsos do lugar e rejeitados nas fronteiras são constantemente expostos a riscos que tentam minimizar contratando serviços clandestinos (ressalto que não necessariamente os riscos são minimizados). É aí que surge a figura do contrabandista de pessoas, um profundo conhecedor das nuances da geografia local. Ele sabe se localizar em áreas extremamente fáceis de se perder, sabe como funciona o sistema de monitoramento e, em um dos casos relatados, onde estão as minas com explosivos. As experiências vividas, sua relação com a Terra e o estabelecimento de marcadores mentais de orientação (DARDEL, 2015) habilitam aquele que é popularmente conhecido como coioite a percorrer distâncias e rotas que são menos monitoradas, menos propícias à onipresença do Estado, justamente por serem mais complicadas devido às dificuldades que a natureza impõe. O próprio Dardel (2015) ressalta que, na Geografia, nem sempre o caminho mais curto é o mais simples e mais rápido. Nessa travessia, o caminho é aquele que foi possível realizar, conforme a circunstancialidade que envolve o ser migrante em situação de refúgio naquele momento da travessia. É importante lembrar aqui que não se deve romantizar ou tratar os coioites como filantropos interessados em apoiar a causa dos migrantes e/ou ajudar pessoas. O contrabando de migrantes é crime tipificado pela Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional que foi promulgada no Brasil pelo Decreto n.º 5.016, de 12 de março de 2004 (BRASIL, 2004). Nele, contrabando de migrantes é definido como o ato de promover a entrada de pessoas no país, por vias não oficiais, em troca de benefício financeiro e/ou material. Difere do tráfico de pessoas no sentido de que o tráfico tem uma finalidade econômica por trás, baseada na exploração de pessoas, seja para trabalho em regime análogo ao de escravidão, seja para exploração sexual, entre outras formas de exploração humana. Além disso, no contrabando de migrantes a pessoa realiza a travessia de forma voluntária e

consciente, diferentemente do tráfico de pessoas, em que geralmente as pessoas são enganadas com falsas promessas de empregos e dinheiro.

O limite físico, da dor, foi a fronteira que impediu a família de Abdulbaset (quadro 16) de continuar o trajeto, sendo então presos e repatriados. Vale lembrar que este tipo de situação de fronteiras, que inclui fortalecimento dos esquemas de segurança e deportações e/ou repatriações não ocorre apenas na região citada, sendo comum a diversas fronteiras pelo mundo. A questão da resistência física e a situação de terem sido encontrados pela vigilância de fronteiras foi o que levou à prisão e à deportação, mas, ao mesmo tempo pode ter sido o que os salvou da morte naquele momento. Ser migrante em situação de refúgio é ser protagonista da própria vida, mas, ao mesmo tempo, é estar sujeito às situações que não são frutos apenas da própria escolha, mas também do contexto em que se está lançado, porém o estar lançado em um contexto não significa que a facticidade vem do mero acaso.

Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 foram considerados um marco em relação ao como são tratados os movimentos migratórios e, em especial, em relação a como o mundo trata as pessoas de ascendência árabe. O medo do outro é a justificativa para restringir movimentos, construir muros, dificultar passagens (HYNDMAN; MOUNTZ, 2007) e transformar fronteiras em paisagens do medo e cenários da atuação da necropolítica (MBEMBE, 2016), aquela que mata e responsabiliza quem morreu. Tudo isso em nome de uma pretensa “segurança nacional”. A migração vem sendo difundida como “uma crise que precisa ser gerenciada” (DE GENOVA; MEZZADRA; PICKLES, 2015). O fechamento de fronteiras para pessoas em situação de risco as expõe ao seu violador e o princípio da soberania nacional faz com que as outras nações fechem os olhos e virem às costas para o que acontece. Enxergar a situação seria ter que fazer alguma coisa, mas não é de interesse. Há os casos de países “que fazem algo” a partir da estruturação de uma geografia que concede acesso parcial, com os campos de refugiados, por exemplo, em localizações remotas e praticamente sem estrutura sanitária (HYNDMAN; MOUNTZ, 2007) e, em alguns casos, sem permissão de sair daquela área, ou com permissão restrita apenas para estudo e/ou trabalho.

4.2.2. A fronteira como cruel geografia das velas desfraldadas

Your footprints became the road ou, em português, suas pegadas transformam-se no caminho. Essa frase, escrita em uma obra da artista Betsabé Romero e exposta na fronteira entre Ciudad Juárez (México) e El Paso (Estados Unidos) (CENICEROS ORTIZ, 2019), diz muito sobre o conteúdo desta seção. Como já mencionado, nem sempre o cruzar a fronteira pode ser realizado pelos meios considerados oficiais, porque as fronteiras oficiais têm sido cada vez mais fechadas e patrulhadas. Para além da primeira impressão de algo romantizado que represente o tão falado “sonho americano”, a frase, cujo monumento onde está escrita possui o formato de um pé, representa os caminhos solitários que cada um faz, mesmo estando em grupo. Ao trazer a expressão velas desfraldadas de Lucien Febvre, Dardel (2015) refere-se a uma Geografia realizada fora dos gabinetes, na prática do trabalho de campo, assumindo os riscos do desconhecido. Acrescentei o termo cruel pelo fato de que a vivência e a experiência geográficas durante a travessia de fronteiras, fora dos postos oficiais de controle, são realizadas cada vez mais em áreas de extremo risco, visto que os acessos considerados mais fáceis concentram o patrulhamento. Ela não vem da inquietude, mas da expulsão do local de origem e da indução a realizar o percurso dessa forma. A Geografia das velas desfraldadas também advém da “determinação das individualidades fortes, algumas vezes com fim trágico” (DARDEL, 2015, p. 78). Ser migrante em situação de refúgio é desafiar os controles do Estado e a natureza, aventurando-se em uma trilha desconhecida em que as contingencialidades podem ser determinantes na chegada (ou não) ao fim dessa trilha.

O mar, o rio, a montanha, o deserto, a floresta. Eles fazem parte da trajetória daqueles que não podem seguir diretamente pelos postos de controle fronteiriços, simplesmente porque lhes seria negada a entrada. Ao mesmo tempo em que todo o aparato de segurança nacional torna o migrante um provável suspeito, que por vezes é condenado antes mesmo que possa se defender, a natureza se transforma em uma opção não segura, embora pareça mais viável para a travessia. A natureza passa a ser um recurso de fuga, trazendo à modernidade alguns medos arcaicos (TUAN, 2005) que se transformam em coragem e esperança ao serem confrontados

com o risco real de morte. Bona (2020) lembra que a natureza pode se revelar a partir de espaços de desaparecimento. A travessia em que menos se corre o risco de ser pego é, ao mesmo tempo, a que mais apresenta o risco real de morte, devido aos perigos e às contingências da natureza. Ressalto que, apesar de o perigo ser inerente à natureza, é o contexto de ser levado a realizar travessias perigosas que pode levar à morte. Esse contexto é definido pelas políticas antimigratórias que fecham as portas oficiais, assim como os olhos para essa situação. Atravessar uma fronteira em busca de refúgio é ser parte de um fluxo caudaloso que tem um curso a seguir. Na tentativa de contê-lo, são criadas inúmeras estratégias, incluindo a construção de barreiras e muros onde, naturalmente, é local de passagem. Não se interrompe o curso de um rio, assim como não se interrompe o curso migratório. A tentativa de conter a água, bem como a contenção dos migrantes apenas faz com que fluam por outro lado (HAESBAERT, 2010).

Ser migrante em situação de refúgio nem sempre é ter o apoio e a orientação de pessoas conhecedoras das nuances da região, seja pela falta de tempo de encontrar alguém, devido à necessidade imediata de partida, seja pela falta de recursos financeiros para pagar pelo serviço. A professora Nkechinyere Jonathan passou dias cruzando a floresta entre a Nigéria e o Benin com outros professores, ameaçados pelo *Boko Haram*. Em uma entrevista, ela fez o seguinte comentário sobre a sua travessia:

Quadro 17 - Relato de Nkechinyere Jonathan

Eu não sei explicar, mas fui guiada pelas estrelas até Benin. Não tinha nenhum mapa, nada. Apenas continuei caminhando sem olhar para trás.

Fonte: Jonathan (2016b).

Seu caminho, feito pelas próprias pegadas, foi realizado com êxito, embora inúmeros percalços ao longo do trajeto tenham feito alguns dos outros professores que estavam no mesmo trajeto desistirem de prosseguir. Sem poder pedir ajuda aos moradores das vilas por onde passava, com medo de ser entregue ao *Boko Haram*, ela alimentava-se dos frutos das palmeiras que encontrava e, no trajeto, que durou oito dias, perdeu seu calçado tendo que seguir descalça por parte do caminho,

necessitando de tratamento médico e fisioterapia após a travessia (CARPANEZ, s.d.). Sobre esse tipo de travessia, em outro momento da história, Dardel comenta:

A rota às vezes impõe ao homem sua direção porque ele está propriamente 'sem direção'. As estradas da França, nos dias sombrios de junho de 1940, viram passar essa fila de fugitivos, a maioria indiferente sobre sua direção e demandando apenas uma coisa do caminho: fugir. Nesse momento, a 'geografia da circulação' foi, em seu ponto mais elevado, uma geografia afetiva, o homem só via na estrada a distância, desejada por sua desorientação, instrumento de sua salvação; assim o 'êxodo' exteriorizou a emoção interior, o movimento intenso do seu eu para 'outros lugares' (DARDEL, 2015, p. 13).

A desorientação como instrumento de salvação, que Dardel menciona, está relacionada a um não saber para onde ir; na mente só está a vontade de salvar a própria vida. No Brasil, com o fechamento das fronteiras terrestres durante o período da pandemia da covid-19, casos de travessias pela floresta amazônica ficaram comuns, visto que não era mais possível acessar o país pelos postos oficiais da Polícia Federal. Os varadouros, trilhas abertas com esse fim, e os rios da região passaram a fazer parte do cotidiano de travessias para aqueles que fugiam em direção ao país.

Combinação de espaços que envolvem terra, água, ar e construções humanas, o espaço geográfico abrange as relações que estabelecemos e como vivenciamos estes elementos diante das contingências cotidianas e a aproximação ou afastamento que cada situação proporciona (RELPH, 1985). O autor exemplifica a afirmação da seguinte forma: "projetamos nossas atitudes e crenças para que uma caverna possa ser um lugar de segurança ou de ameaça, dependendo de nossas intenções e necessidades particulares". (RELPH, 1985, p. 26, tradução nossa). O espaço telúrico, descrito por Dardel (2015) como aquele que possui profundidade, espessura, solidez e plasticidade e que chega primeiro como "sensações táteis ou como manifestações visuais de uma intimidade substancial" (DARDEL, 2015, p. 15), pode se manifestar como hostilidade e dureza, mas também como proteção. Apesar da dureza, o espaço telúrico apresenta movimentos e dinâmicas que fazem de cada travessia diferente. Erosões, movimentos de massa e dunas transformam paisagens e caminhos a serem percorridos, levando à confusão mesmo os mais experientes na geografia local. Dessa forma, montanhas, grutas, rochas, desertos e florestas podem representar a forma da estrada e o seu grau de dificuldade que irá interagir com as condições físicas e psicológicas do ser em travessia.

A natureza e os seus riscos são distintos a cada momento. Os limites da natureza se caracterizam pela diversidade, seja na beleza ou nas ameaças. O espaço aquático é fluido e “coloca o espaço em movimento” (DARDEL, 2015). Transforma e faz do limite algo flutuante a exemplo dos rios que, quando estão cheios, possuem um limite e, quando estão vazios, outro limite (CASEY, 2017). As correntes marítimas podem guiar ou confundir, as chuvas provêm água limpa ou inundações, mesmo simultaneamente, as ondas podem impulsionar ou afundar. As travessias marítimas também fazem parte desse processo de busca por refúgio. O Mar Mediterrâneo, o Oceano Atlântico, o Golfo do México representam aqui as inúmeras possibilidades de travessia que este trabalho não tem a intenção de dar conta. O escritor cubano Leonardo Padura (2019, n.p.) chama de “maldita circunstância da água por todo lado” o fato de viver em uma ilha na qual era proibido de sair e, além disso, os que saíam eram proibidos de retornar. Ele traz a imagem do *Malecón*, muro que acompanha o recorte da orla de Havana, como “uma fronteira entre a terra e o mar” e a insularidade não apenas como uma condição geográfica, mas como a essência do ser cubano. Em uma terminologia utilizada por Dardel (2015), o espaço construído é, aqui, mediador entre os espaços telúrico e aquático de uma forma que Padura chama de “orgânica e espiritual”, sendo a terra o estar dentro e o mar o estar fora. A fronteira representada pelo *Malecón* representa o fim ou também o início, a depender da perspectiva com que se olhe. Ao mesmo tempo, para ele, sentar-se no Malecón e contemplar a paisagem, pode ter significados distintos: o olhar para fora, para o mar, significa olhar para dentro de si e o olhar para dentro, significa estar em contato com o que está ao seu redor, com as outras pessoas ali presentes, com a terra. Decidir por seguir as correntes e os fluxos marítimos é deixar a solidez da terra e se aventurar pela fluidez do espaço aquático que desliza e serpenteia. Metaforicamente, nesse contexto, falar dessa solidez da terra é falar de lugar, de referências, de uma geograficidade já delineada pela memória afetiva. Já a fluidez do aquático, além da ideia de fluxos, traz consigo a incerteza sobre a própria direcionalidade.

O mar não separa; ao contrário, ‘conecta’. São as montanhas que dividem, que mantêm os povos distantes. O mar, que é ilimitado, não tolera limites, convida a uma forma de vida a céu aberto. Assim escreveu Hegel, sem esquecer, porém, de sublinhar seu caráter ambivalente, quase dialético. Porque de repente pode transformar-se em seu contrário. A superfície aquática, aparentemente suave, quase submissa, pode se agitar subitamente, fazendo com que das profundezas formem-se vagas, ergam-

se ondas ameaçadoras. Justamente porque não resiste à pressão, o mar não solta ninguém. Sua ternura pode se revelar armadilha. Desperta a curiosidade, aguça a coragem, convida a ultrapassar os limites, até a expor-se ao naufrágio. Espaço sem divisas, livre de restrições, o mar favorece o movimento, promove a troca, favorece o progresso. Quando lambe a terra, não deixa sua vida inalterada (CESARE, 2020, p. 138).

Um dos entrevistados, o cubano Alejandro (nome fictício) mencionou ter pensado em se atirar ao mar para realizar a travessia:

Quadro 18 - Relato de Alejandro

[...] essa política de pés secos e pés molhados [...] o que era aquilo? Os cubanos se atiravam em mar aberto [...] eu estive a ponto de fazê-lo [...]. Para chegar a Honduras e atravessar a fronteira com os Estados Unidos [...]. Então, o que acontece? Não há oportunidade como outros países da América Latina, essa liberdade. Eu ia solicitar um visto. O que acontece com a embaixada em Cuba? Tem funcionários cubanos. [...] é necessário vender alguma coisa em sua casa para poder ir à Colômbia e não te dão visto. [...] eu não como ideal, eu não como política, eu como alimento, frango, fruta, entende? É assim. Tenho necessidade de me vestir, satisfazer necessidades físicas e espirituais, de pôr cortinas novas. Por que não? [...] o homem, para filosofar, precisa de um teto, uma cama e um prato de comida [...].

Fonte: (informação verbal)²⁸.

Migrar pelas águas, considerando a história contada, parecia ser a alternativa mais viável diante da circunstância de água por todos os lados e da política dos pés secos e pés molhados. A política, encerrada no governo de Barack Obama, em 2017, havia sido criada pelo presidente Bill Clinton, em 1995, e tinha como premissa a admissão nos Estados Unidos àqueles que conseguissem chegar a terra firme (pés secos) e repatriar os que fossem interceptados ainda no mar (pés molhados). Uma política que levava pessoas a pagarem pequenas balsas que invariavelmente não conseguiam resistir às condições do mar e do tempo. A travessia do Mediterrâneo é algo que assusta a muitos, inclusive, dois dos entrevistados que saíram da Síria mencionaram o medo de fazer a travessia, fato que os fizeram pedir o visto brasileiro, já que a primeira opção não era possível para eles dessa forma. As mortes no Mediterrâneo são lembradas por Scego (2019) que se refere a elas não como tragédia, mas como homicídio culposo visto que a escolha é pelo controle das

²⁸ Entrevista com Alejandro (nome fictício), realizada em 08 de agosto de 2019. Entrevista realizada em espanhol (tradução nossa).

fronteiras e não pelas vidas. Tirar a vida não é apenas o assassinato direto, mas também o fato de expor à morte (FOUCAULT, 2005).

Desde 1988, se morre assim no Mediterrâneo. Desde 1988, homens e mulheres são engolidos pelas águas. Um ano depois, em Berlim, cairia o muro; estávamos felizes e quase não nos demos conta daquele outro muro que, aos poucos, se erguia nas águas do nosso mar (SCEGO, 2019, n.p.).

No livro *Valentes* (CARARO; SOUZA, 2020), que conta as histórias de pessoas em situação de refúgio no Brasil, Vu Tien Dung conta que deixou o Vietnã em um bote com 28 pessoas, em direção às Filipinas. A fluidez do espaço telúrico não os permitiu chegar da forma que planejaram ao destino, conforme relato do quadro 19, a seguir.

Quadro 19 - Relato de Vu Tien Dung

Em alto-mar, já muito longe, nosso barco tão pequenininho pegou um temporal muito forte, com muito vento, e as ondas ficaram bem altas. Como a onda era forte e o vento não estava a favor, a gente não ia chegar nunca. Quase acabou o combustível, comida também não tinha mais nada, quase morreremos.

Fonte: Cararo; Souza (2020).

Provavelmente, se achassem que tinham opção, não teriam escolhido o período das monções para esse trajeto. Ser migrante em situação de refúgio é ser movido por oportunidades que surgem e precisam ser agarradas. Mas Vu Tien Dung, que teve seus pais mortos e um cunhado preso, trabalhava obrigado em uma plantação de arroz e já havia tentado sair uma vez do país, também pelo mar, tendo sido capturado pelas autoridades locais e achava que aquela era a sua chance. Ele e outras pessoas foram resgatados por um navio da Petrobras, o que concedeu a possibilidade de acolhida no Brasil, caso desejasse (CARARO; SOUZA, 2020).

O que Dardel (2015) chama de espaço aéreo é o espaço difuso, que sempre está lá, embora seja invisível. É dele que vem a luz que melhora a visão do caminho percorrido, mas também facilita que aquele que percorre o caminho seja visto. É dele que vem o frio que paralisa e o calor que seca a boca e desidrata onde não há água. Muitos optam por travessias noturnas. Mas é no espaço aéreo que estão os helicópteros de patrulha que fazem a noite virar dia, com seus feixes de luz, e interrompem a trajetória de quem migra.

A cruel Geografia das velas desfraldadas está relacionada ao ter que buscar nessa fuga literal pela natureza uma possibilidade de recomeço, muitas vezes interrompida pelas intempéries e pela circunstancialidade. Uma fuga que só ocorre devido à falta de proteção e a negação do direito à circulação pelas vias seguras levando milhões de pessoas a se arriscarem pelos caminhos da natureza, fazendo com que milhares de mortes pareçam fatalidades, culpando aqueles que morreram pela própria tragédia. Não haveria esse tipo de “fatalidades” se as fronteiras nacionais não se constituíssem com base em projetos de segurança nacional que levam o outro a ser visto como inimigo.

É a partir desses projetos de segurança que surgem, em meio a espaços de fronteira, construções de muros, torres de observação, cabines e estradas que são consideradas como o caminho legal a ser percorrido por quem atravessa os limites das fronteiras, construções que estão presentes naquele que Dardel (2015) denomina de espaço construído. Geralmente, de acordo com o autor, esse espaço está relacionado diretamente ao habitat humano e ao habitar. O espaço construído das fronteiras, além dos elementos que compõem as cidades ou as vilas, é composto por marcos nacionais como bandeiras, obeliscos, muros, cercas, postos de observação e de controle se fundem às paisagens naturais na constituição de “práticas nacionalizantes” (DORFMAN, 2013, p. 9). Nele, não por acaso, as construções humanas se fundem à natureza em seu estado quase primitivo, mas como forma de impor controle. A aproximação destes espaços não representa necessariamente segurança, em especial para migrantes não documentados. As casas ao longo do caminho, mesmo na proximidade, podendo ser vistas, estão distantes, visto que a confiança é escassa e não há certeza de poder contar com quem vive naquelas casas. A possibilidade de pessoas hostis transforma as casas que estão ao alcance da visão em objetos remotos e inalcançáveis (RELPH, 1985).

A passagem pode até ser segura nos trechos construídos, porém não é permitida para todos. Onde não há controle de acesso, também não está garantida a segurança de quem atravessa. Mas também não significa segurança atravessar pelos postos de controle para aqueles que não possuem documentos como vistos ou passaportes. E não significa que os espaços não alcançados pelo Estado não possam ser construídos. Cercas e muros podem alcançar os pontos não vigiados ou

onde a natureza não é “perigosa” o suficiente para bloquear a passagem. Enquanto barreiras físicas, “é de notar que seus materiais de construção e aparência têm relevância não apenas quanto à sua funcionalidade, mas também para a constituição dos seus significados simbólicos” (PÓVOA NETO, 2010, p. 498). Os espaços construídos e naturais que bloqueiam, também orientam o para onde se deve ou não ir. As trilhas moldadas por pessoas que já atravessaram a fronteira ou abertas pelos contrabandistas representam um alento para quem consegue encontrá-las.

4.2.3. A fronteira como espelho e janela

Ser espelho é ter o olhar voltado para si e ser janela é ter o olhar voltado para o outro. Essa dupla mirada leva ao reconhecimento das familiaridades, mas também leva ao estranhamento. O impacto do estranho está presente desde os processos que levam à partida até o encontro, em um novo território nacional. O filósofo alemão Bernhard Waldenfels (1990), que tem como um dos focos dos seus estudos fenomenológicos a questão da alteridade, ressalta que aquele que denomina de estrangeiro (*alien*) está relacionado ao estranho que é, ao mesmo tempo, atraente e ameaçador representando experiências de um mundo no qual a alienação (presente no campo semântico da palavra *alien*, forma de denominar em inglês aquele que, em português, é denominado de estrangeiro) faz parte. Baeninger (2016, p. 17) identifica nas relações sociais entre grupos nacionais e transnacionais “as marcas do estranhamento, da alteridade, do enfrentamento entre o ‘nós’ e os ‘outros’”. Santos e Rossini (2018) destacam a existência de fronteiras simbólicas e das suas porosidades, com as distintas percepções dessa alteridade e as suas relações com a origem, classe social, gênero e raça. As autoras ainda ressaltam “a existência de hierarquias da alteridade e hierarquias geográficas em seus nexos recíprocos com as migrações” (SANTOS; ROSSINI, p. 292).

A filósofa búlgaro-francesa Julia Kristeva (1994, p. 9), em sua obra *Estrangeiros para nós mesmos*, afirma que “estranhamente, o estrangeiro habita em nós: ele é a face oculta da nossa identidade, o espaço que arruína nossa morada, o

tempo em que se afundam o entendimento e a simpatia”. Ser janela é também ser espelho, pois a descoberta do outro exige que haja também uma descoberta de si mesmo e “uma condição para chegar ao outro é aceitar a parte de incerteza e de estranheza de nós próprios e do nosso saber. O que não é fácil, uma vez que existe uma violência no encontro com a diferença e com os diferentes” (LECHNER, 2005, p.17).

A simbologia do atravessar a fronteira, leva consigo a ideia de um “mundo social” (MARTINS, 1993) que caminha junto e leva o corpo migrante a encontros e desencontros movidos especialmente pelo estranhamento do outro e pelo estranhamento do outro em relação ao migrante. A fronteira entre Estados, para o migrante em situação de refúgio, é onde referências se enxergam, se chocam e/ou se reconhecem. “Precisamos de fronteiras para saber quem somos, mas, ao mesmo tempo, precisamos do outro, essa entidade que nos devolve, em forma de espelho e janela” (TRIDAPALLI, 2019, n.p.). A igualdade e a diferença se manifestam de distintas formas nesse encontro. Em sua filosofia das migrações, Donatella di Cesare (2020) reflete sobre como certos pronomes passam a ter uma função de erguer barreiras, de entrincheirar, de blindar os próprios limites em relação ao outro:

«Nós» — «eles». Os pronomes não são indiferentes. Situam indivíduos e grupos na fala, delimitam seus papéis, endereçam seu discurso. São as primeiras fronteiras marcantes, as linguísticas. [...] Deveria, portanto, incluir. No uníssono do «nós» parecem fundir-se o «eu» e o «tu». Não se pode negá-lo. No entanto, o «nós» tem sempre um tom amargo. Porque inclui ao mesmo tempo que exclui. O «nós» remete implicitamente também ao «vós», que não é só o resultado de uma cisão, mas já tem quase um acento bélico. Para não falar do «eles», ou pior, do «aqueles». O que o «nós» diferencia de si torna-se o «vós», que ainda tem uma dignidade pessoal, mesmo que marcada pela hostilidade; aquilo que, ao contrário, o «nós» não pode alcançar, que não pode enxergar, uma vez que está fora de seu campo luminoso e sonoro, cai no obscuro e mudo «eles» (CESARE, 2020, p. 129).

Husserl (2013) explica essa relação a partir do ego, o mundo experienciado em si, que ele chama de mundo próprio em si mesmo, e do alter-ego, a experiência do alheio (intropatia), do não eu, relacionada, na verdade, ao outro eu, lembrando aqui que o outro só se materializa a partir do eu na esfera psíquica. O autor traz também a noção de emparelhamento, que diz respeito ao “surgir configurado como parêntese, subsequentemente, como grupo, como pluralidade” (HUSSERL, 2013, p. 150) e realiza-se com o surgimento do outro no campo perceptivo do eu, do entendimento de que se é membro de uma comunidade, um “ser-um-para-um-outro-mútuo”, que

não necessariamente deixam de se experienciar como outros. Ao entrar um corpo semelhante nessa esfera perceptiva é estabelecido um emparelhamento que o autor chama de fenomenal. Husserl também menciona “uma esfera intersubjetiva de propriedade” (HUSSERL, 2013, p. 145) se dá a partir do emparelhamento e da constituição de uma comunidade de mônadas, que “constitui (na sua intencionalidade comunalizada) o mesmo e único mundo” (HUSSERL, 2013, p. 145), também chamado de ego monádico. Relacionando com a citação anterior de Donatella Di Cesare, a comunidade de mônadas seria o nós, o corpo no modo aqui (HUSSERL, 2013) e o migrante em situação de refúgio, o tu ou o vós, o corpo no modo ali. Já no primeiro encontro, uma linha imaginária é traçada entre os dois modos, não havendo, assim, um emparelhamento, e conseqüentemente, quando o tu ou vós não se adapta para ser um nós, passa para a categoria do ele(a) ou eles(as).

Esse primeiro encontro/choque entre egos monádicos se dá na fronteira entre territórios nacionais, que seleciona quem pode e quem não pode entrar. A diferenciação entre aquele que é bem-vindo e o que é considerado intruso, está na construção de um “ideal autóctone” que “recalca e refuta a alteridade” (FERREIRA, 2005, p. 155). O depoimento a seguir (quadro 20) fala de travessia, mas também fala do encontro com o outro:

Quadro 20 - Depoimento de Maria Alejandra

[...] Eu vim de carona com a minha filha e os meus netos. Tivemos que pedir uma carona. E eu dormi na rua com os meus netos. Minha filha também passou a noite conosco na rua. Meus netos passaram frio na rua porque não tínhamos para onde ir, pagar um hotel, não tínhamos onde ficar, não tínhamos hospedagem durante a noite e por lá ficamos. Ao chegar à fronteira da Venezuela com o Brasil, em Pacaraima, nos encontramos com a dura realidade que não estávamos sozinhos. Chegando, havia mais de 300 pessoas que também estavam esperando por uma carona, esperando a autorização para poder entrar no Brasil. Passamos mais duas noites na fronteira brasileira esperando que carimbasse os nossos passaportes, até que nos deram permissão para entrar [...] E as pessoas que estavam lá sempre nos diziam que era muito difícil seguir adiante porque ninguém queria dar carona, nenhum brasileiro queria dar carona. Era muito difícil e ali na fronteira os brasileiros já estavam maltratando os venezuelanos que estavam entrando. Havia muitas pessoas dormindo na rua e havia também brasileiros que destruíam as barracas. Não se importavam se havia crianças e grávidas, não

se importavam. Era uma guerra que havia entre brasileiros e venezuelanos que era horrível. Em algum momento nós não queríamos seguir porque todos os brasileiros iam nos tratar de maneira igual. Mas decidimos seguir adiante só de carona, só de carona chegamos a Boa Vista.

Fonte: (ALEJANDRA, 2018, p. 16-17, tradução nossa).

Um ponto importante a observar aqui é que não importa a condição da travessia e o fato de estar com a documentação ou autorização de entrada no país, o outro é sempre o outro. No encontro entre o eu e o outro, por mais que haja pessoas que pratiquem a empatia, também há aquelas pessoas que julgam e condenam sem haver crimes, que consideram que migrantes de algumas origens não deveriam estar no Brasil. Apesar de, no fim, Maria Alejandra ter conseguido carona até Boa Vista, isso nem sempre ocorre, conforme o relato que ela mesma ouviu de outras pessoas.

O sociólogo José de Souza Martins (2019, p. 133) chama a fronteira de “lugar da alteridade”. Seus conflitos a tornam, simultaneamente, lugar de descoberta e de desencontro, seja um desencontro de concepções de vida e visões de mundo, seja um desencontro de temporalidades históricas (MARTINS, 2019). Dessa forma, como afirma Almeida (2005), no espaço de alteridade que é a fronteira, é que o eu e o outro se encontram e podem se analisar, o que pode gerar ou não uma identificação e ainda a necessidade de se igualar ou de afirmar a própria identidade.

É igualmente no momento em que se produz essa ruptura quase "herética" da ortodoxia social e política na qual é mantida a imigração, no momento em que se confundem os limites entre os grupos, o grupo dos nacionais e o grupo dos não-nacionais, pois se confunde o princípio de constituição desses grupos, que os *paradoxos* colocados pela imigração (e pela emigração), e que até então estavam latentes, mascarados como o quer a ortodoxia nacional, explodem em pleno dia. E, sem dúvida, os discursos atuais sobre a imigração, que são chamados de "apaixonados" (*i. e.*, irracionais) e que tratam, na verdade, não dos "outros", da *alteridade* (*i. e.*, do que não sou eu), mas de si, da *identidade* do eu - esta é uma das funções essenciais do discurso sobre a imigração: fala-se objetivamente de si quando se fala dos outros [...] (SAYAD, 1998, p. 20-21).

As noções de interioridade e exterioridade, base da construção da ideia de fronteira (BALIBAR, 2001), sofrem um abalo, pois o interior e o exterior não se referem mais a estar dentro ou fora de espaços, mas ao não reconhecimento mútuo em um mesmo espaço. As fronteiras, sob essa perspectiva, são representadas e construídas pelas corporeidades (MARANDOLA JÚNIOR; DAL GALLO, 2010) que

se encontram em distintos mundos referenciais e culturais (LECHNER, 2005). São também constituídas por anormalidades concebidas a partir da normalidade do que é próprio a mim, sendo a anormalidade, na perspectiva de Husserl (2013), vista como animalidade, considerando que os animais são anormalidades da minha humanidade. O autor menciona ainda uma “gradatividade entre animais superiores e inferiores” (HUSSERL, 2013, p. 164) que se revelam nas relações entre o eu e o outro.

O encontro com o diferente é marcado pela territorialidade que tenta impor limites para além das fronteiras do território nacional. Elieska, no quadro 21, por exemplo, revela ter passado menos tempo do que imaginada em Boa Vista por causa da xenofobia.

Quadro 21 - Depoimento de Elieska

Aí quando chegamos ao Brasil, [...] nossa ideia era trabalhar uns três meses mais ou menos, poupar um pouco e depois ir para outra cidade. Só que nesse momento em Roraima estava muito difícil a situação a respeito da xenofobia, a questão do trabalho também estava difícil. Primeiro, pelo idioma, estamos aprendendo o idioma e também na questão de xenofobia mesmo. Às vezes, íamos procurar emprego, por exemplo, saía na vitrine da loja: precisa-se vendedor, precisa-se caixa, operadora de caixa... nós entrávamos na loja para deixar o currículo e falavam não, não precisa não, já está preenchida a vaga... não, não, não estamos aceitando. No caso, quando conseguimos emprego depois de quatro meses, foi também mais ou menos assim: chegamos e uma das moças que estavam recebendo currículos falou: “não, já estão preenchidas as vagas”. Aí depois saiu a filha da dona do restaurante... espera aí, fica aguardando um pouco aqui. Deixa os currículos. E saiu o emprego, eu fiz uma entrevista e conseguimos emprego. Então como é que nos falam que estão todas as vagas preenchidas se depois temos emprego..., mas, tudo bem, não ligávamos muito para isso porque nós tínhamos um propósito. Aí trabalhamos e agradecemos a oportunidade de trabalhar... só que a dona não pagava certo, não pagava não na hora, por exemplo: eu como garçoneiro que estava exercendo né, eu não ganhava o salário mínimo, só ganhava o 10 por cento do que os consumidores gastavam. Mas tudo bem, dava mais do salário mínimo, por isso aí não fiquei muito chateada, mas ela não pagava no final de mês, não tinha uma data certa para pagar.

Fonte: (informação verbal)²⁹.

²⁹ Entrevista realizada com Elieska, agente de saúde, em 19 de agosto de 2019.

Bauman (2009) vê a xenofobia como uma substituição da solidariedade pela competição, algo que advém da dissolução dos laços comunitários. Com base nas ideias de Relph (2014, p. 26), a xenofobia pode ser explicada como o sentido contaminado de lugar, “um tipo de atitude exclusivista” na qual o sentimento de posse leva à manifestação de atitudes preconceituosas e na não aceitação daqueles que são considerados “estranhos, apenas porque são diferentes de alguma forma”. Esse sentido contaminado de lugar pode se manifestar desde a falta de empatia, com a negativa de emprego onde há vagas, mesmo antes da entrevista, como ocorreu com Elieska (quadro 21) até atitudes mais agressivas. Waldenfels (1990, p. 19, tradução nossa) reforça que “pode-se reagir ao estrangeiro de várias maneiras: pode-se fugir ou perseguir, afastá-lo ou mantê-lo por respeito. Um vasto espectro de possibilidades se desdobra entre a xenofobia e a xenofilia”.

João Manuel, migrante angolano, foi assassinado em São Paulo por um brasileiro que interrompeu uma conversa dele com amigos sobre o auxílio emergencial, pago pelo governo durante o período da pandemia. O brasileiro, que passava no momento, se manifestou contra o recebimento desse auxílio pelos migrantes e, durante a discussão, esfaqueou o angolano, que faleceu, além de ferir outros dois angolanos que tentaram defender seu amigo. O caso gerou grande comoção nas redes sociais de migrantes e organizações de apoio aos migrantes. A lei brasileira não permite a distinção entre nacionais e migrantes no recebimento de benefícios sociais e de acesso aos direitos fundamentais; migrantes com documentação, dessa forma, também tiveram direito a receber o auxílio.

O sociólogo britânico Ellis Cashmore (2000), em seu *Dicionário de Relações Étnicas e Raciais* afirma que, assim como o racismo, a xenofobia se baseia em danos a grupos considerados diferentes, neste caso, os migrantes. A proteção da identidade cultural é colocada como uma das causas que intensificam a xenofobia, assim como questões econômicas, quando as pessoas acreditam que os migrantes estão tomando seus empregos. Xenofobia que se manifesta em forma de racismo e preconceito social e étnico, já que os que sofrem com práticas racistas e xenofóbicas, no atual contexto brasileiro, são, geralmente, de origem africana, asiática ou latino-americana. Em agosto de 2018, um episódio ocorrido no município de Pacaraima, no estado de Roraima, mostrou a cara da xenofobia no Brasil:

brasileiros invadiram o abrigo de passagem, na entrada da cidade, próximo à fronteira, agrediram os venezuelanos que lá estavam e queimaram seus pertences, incluindo dinheiro e documentos. Após este fato, centenas de pessoas que viviam nas ruas da cidade ou estavam no abrigo, retornaram para a Venezuela, com medo de mais agressões como essa.

Numa perspectiva trazida pelos estudos decoloniais do sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005, p. 118), a xenofobia ocorre ainda por uma naturalização das relações de “superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados”, sendo que, na perspectiva nacionalista, o dominante é o nacional e o dominado é o migrante. Há, sobretudo, o que o sociólogo e professor da Universidade de Coimbra, Boaventura Souza Santos (2003), chama de tensionamento pós-colonial que se reflete a partir de valores individuais moldados, sistematizadas com base em uma moral que se revela ainda de maneira muito forte dentro de um paradigma que cria ausências e promove intolerâncias, como afirma o filósofo autodidata e líder indígena Ailton Krenak (2019). Vale lembrar, como aponta Souza Santos (2003, p. 66), que nas relações “pós-coloniais o colonizador surge sempre como um sujeito soberano, a encarnação metafórica do império”, o que explica a diferença na relação quando o migrante é do norte global ou quando é do sul global.

O estranhamento de ambos os lados não é algo que simplesmente desaparece com a obtenção de documentos ou até mesmo com a aquisição da nacionalidade. Não basta cruzar o limite entre os Estados e permanecer no país. A fronteira passa a ser compreendida então como uma “condição de estar no mundo e de reconhecimento recíproco de si e dos outros” (AGIER, 2013, p. 22, tradução nossa). Ser o outro passa a ser sinônimo de ser o inimigo, o que agrega novas formas de exclusão social e simbólica (MARTÍNEZ; MEDÍNA; ARBELÁEZ, 2003), incorporando novas faces a um movimento de exclusões múltiplas (CASTRO, 2005). Em questão aqui está o pluralismo existencial, a coexistência de modos de vida distintos cada qual com sua espacialidade e temporalidade, vivendo em distintos graus e intensidade de existências possíveis utilizando as suas próprias gramáticas existenciais (PELBART, 2014). Para Ferreira:

A experiência migrante nos mostra que a circulação no terreno estranho é perigosa. Principalmente quando os próprios contornos se encontram mais fragmentados pela perda dos suportes originais. Nesta posição, o eu se vê

ameaçado pelo arrebatamento do estranho de dentro e de fora, já que a aventura migrante inclui também o desejo de ser o outro (FERREIRA, 2005, p. 158).

Em uma abordagem que tenta compreender as migrações a partir do campo da Psicologia, Ademir Pacelli Ferreira (2005) aborda a questão do desejo de ser o outro na trajetória migrante, diante de um estranhamento e dos perigos de circular em um terreno estranho. O desejo de ser o outro não é uma vontade para o ser migrante em situação de refúgio, mas uma necessidade que se acredita existir para que ocorra a integração. Na verdade, “quem chega é condicionado às leis, normas, regras, códigos, etiquetas, sotaques, dialetos, visões, divisões e julgamentos” (GOETTERT, 2010, p. 24). Edward Said (2003), palestino que viveu a diáspora com a família e depois migrou para os Estados Unidos, fala em fronteiras e barreiras que nos mantêm seguros na familiaridade, mas que podem tornar-se prisões. Romper as barreiras da experiência também pode ser libertador para ele. As correntes da identidade, ainda na visão de Said, não permanecem sólidas; elas fluem e movimentam-se temporalmente e espacialmente e, apesar de às vezes estarem fora do lugar, representam essa liberdade de um não ser sólido, de não ter uma única identidade. Como afirma Kristeva (1994, p. 9), o reconhecimento da diferença é onde começa o estranhamento, que só termina quando há o reconhecimento de que todos nós somos “estrangeiros, rebeldes aos vínculos e as comunidades”. Husserl (2013) afirma que a única possibilidade de comunidade é a comunidade de mônadas coexistentes. Talvez isso não seja possível porque é justamente a constituição da mônada como algo impenetrável e indestrutível é que leva ao entendimento do outro como inferior e ergue barreiras mesmo na proximidade espacial. Repensar a própria constituição enquanto um eu em movimento, em constante mutação a partir das interações com os outros eus e reconhecer o outro como parte do eu está muito além do simples tolerar ou coexistir.

4.3. A TRANSITORIEDADE E A MOBILIDADE DAS FRONTEIRAS

Em um dos seus ensaios, Freud aborda os sentimentos de desalento e de rebelião de um poeta contra o fato consumado da transitoriedade da vida e da

natureza que é determinada pela significação que damos ao que não sobrevive a nós, sem que, necessariamente, deixemos de valorizar o que perdemos. Ao mesmo tempo em que ele comenta que “se existir uma flor que floresça apenas uma noite, ela não nos parecerá menos formosa por isso” (FREUD, 2010), ele também menciona que a perda e o luto provocados por essa transitoriedade se manifestam como o sentido de valor que é dado ao que se perde. A vida é transitória assim como os eventos que vivenciamos ao longo da vida, eventos que se entrelaçam e se desatam no espaço e no tempo, sendo que, alguns deles não provocam luto, mas alívio. Na sua fala, Freud afirma que mesmo o transitório subsiste de alguma forma criando um valor de raridade no tempo, que ocorre a partir da consciência dessa transitoriedade.

O valor que se dá à transitoriedade dos acontecimentos está diretamente relacionado à experiência individual e remete à fluidez e esta última aponta para o fato de que as próprias fronteiras são móveis e dinâmicas. Elas acompanham o ser migrante em situação de refúgio em toda a sua trajetória, tomando apenas formas diferentes. Mais do que dinâmica, a fronteira é circunstancial, transitória e se revela nas relações espaciais. Agier (2013) reflete sobre a fronteira enquanto momento e enquanto lugar, o que ele chama de situação de fronteira, algo que é compreendido a partir da experiência de mundo. Diante disso, a transitoriedade no espaço e no tempo marcam as experiências de fronteira do ser migrante em situação de refúgio. Balibar (2001), tratando sobre a polissemia do termo fronteira, complementa que elas estão em qualquer parte onde se possa restringir os movimentos de pessoas, de objetos e de informações.

A transitoriedade da fronteira é marcada, então, pela forma com que ela se apresenta a partir das espacialidades do ser migrante em situação de refúgio. Algo transitório é algo passageiro, com uma duração não necessariamente definida, mas temporário. O que não significa extinto. Algo que anda de mãos dadas com a mobilidade tendo na duração o ponto chave. O transitório é feito de momentos, de ciclos ou de aproximações e distanciamentos. Está relacionado às circunstâncias, às pessoas, a uma localização e as infinitas possibilidades de relações espaciais que aquela localização ocasiona.

Enquanto parte de um movimento contínuo de “expulsão” - “que cria fluxos desarticulados”, “expansão” – que “assegura sua disjunção” e de “compulsão” – que “liga alguns deles à sociedade, deixando outros de fora”, as fronteiras representam um processo interno e externo de cisão, visto que essa divisão ocorre não apenas fora de um território, mas também quando aquele que é de fora consegue entrar (NAIL, 2016, p. 40-41, tradução nossa). Dessa forma, mesmo as fronteiras nacionais não se revelam apenas ao longo de um perímetro, mas podem impregnar o corpo social, estando em diversas situações e locais, assumindo a forma, não de muro ou de cerca, mas de diferenças linguísticas, culturais ou étnicas (NAIL, 2016). Elas se materializam no habitar e a questão já não reside apenas no seu cruzamento, mas em como habitar um mundo de fronteiras (BONA, 2020). A imagem de um contêiner que deixa o outro de fora já não funciona mais em um contexto de reespacialização das fronteiras e profundas alterações em suas formas e conteúdos, que ainda precisam ser teorizadas (CASAS; COBARRUBIAS; PICKLES, 2011).

O movimento do corpo e as relações com a sua própria espacialidade marcam a transitoriedade da fronteira. É como se, a cada passo, ela tomasse uma nova forma. Na escola, nos meios de transporte, no trabalho, nos momentos de lazer elas se materializam e provocam distintas experiências de contato ou de falta de contato. Os limites possuem um papel central na experiência em todos os níveis “perceptivo, prático, cognitivo, estético, emocional, intersubjetivo”, não se resumindo, portanto, ao papel de delimitação espacial. (CASEY, 2017, p. XIII). Enquanto produto da criação humana, os limites não foram criados com a intenção de incluir, mas de separar, seja os arredores de uma sociedade, seja o seu interior, com constantes alterações nos seus processos de inclusão e exclusão (NAIL, 2016). Às vezes eles nem são percebidos, mas estão lá. Levitt e Schiller (2004) reforçam a ideia de que as fronteiras nacionais não coincidem com as dos campos sociais, que correspondem a modos de interação que se realizam de distintas formas e em distintas escalas, alcances e profundidades.

Cada experiência é única, mas os limites estão presentes em diversos momentos do ser em situação de refúgio, não apenas na travessia entre Estados. Os limites das fronteiras representam a presença ou a ausência do poder enquanto fenômeno vivido que se manifesta em distintas escalas no cotidiano (SERPA, 2019).

Em suas reflexões sobre os limites do mundo e do dia a dia, Casey (2017) lembra como, desde o nascimento, temos contato constante com diversos tipos de limites. De acordo com ele:

[...] alguns benignamente favoráveis, outros obstrutivos, mas outros distintamente traumáticos - e, à medida que crescemos, passamos a circunstâncias cada vez mais complexas e exigentes. Muito emana dos limites: energia, definição, perfil, alcance. Muito começa com limites, seja na pintura, na política ou na poesia, e tudo termina com limites: tudo e todo evento terminam em limites, incluindo o evento da morte como o último limite da nossa vida (CASEY, 2017, n.p., tradução nossa).

Se pensarmos numa metáfora em que os limites e as fronteiras “caminham” com o ser, o limite estaria no corpo e a fronteira no espaço-território-lugar que circunda esse corpo. Os limites que o demarcam funcionam como barreiras que guardam as microterritorialidades (HOLZER, 2013). Casey (2017) afirma que não existe um mundo que não seja limitado de formas múltiplas. Para ele seria tolice tentar alcançar este mundo, pois os limites estão em todos os cantos onde a nossa circunvisão pode alcançar, especialmente nas paisagens, tendo um papel fundamental na compreensão da própria experiência. Múltiplos ângulos e pontos de vista caracterizam a experiência de um mundo em que “cada corpo equivale a um feixe de afetos e capacidades” (PELBART, 2014, p. 262).

Mais do que instantes, a transitoriedade das fronteiras é marcada por agoras. Heidegger (2015, p. 423) chama de instante “a atualidade própria, isto é, a atualidade mantida na temporalidade própria”, aquela temporalidade que é marcada pelo piscar dos olhos, que representa o tempo cronológico dissociado, isolado no próprio tempo. Ele ressalta que o agora não esclarece o fenômeno do instante “o agora é um fenômeno temporal que pertence ao tempo da intratemporalidade: o agora ‘em que’ algo nasce, perece ou simplesmente se dá. ‘No instante’, nada pode ocorrer.” (HEIDEGGER, 2015, p. 425). O agora é representado pelo tempo sincrônico, que tem na intratemporalidade a sua principal característica. Isso significa que no agora o tempo é vivido enquanto memória (passado) e enquanto expectativa (futuro) que se manifestam no presente. Dessa forma, as fronteiras e a sua transitoriedade só podem ser identificadas a partir de outras experiências anteriores que levem à compreensão do tempo-espaço, do quando e onde ela começa e quando e onde ela acaba. A fronteira é marcada por uma “contraditória combinação de temporalidades” que “adquirem substância em sujeitos sociais,

protagonistas, classes, etnias instituições, mentalidades, costumes, variações linguísticas, igualmente desencontrados” (MARTINS, 1998, p. 681-682), se manifestam no agora e, quando percebidos, são revividos na memória.

A transitoriedade das fronteiras pertence então ao fenômeno do agora e do encontro de agoras, visto que, para ser fronteira, é necessário despertar essas intratemporalidade e sincronidade de distintos agoras associadas a distintas espacialidades. Dessa forma, é possível afirmar que as fronteiras não são experienciadas da mesma forma por pessoas diferentes. Cada uma possui suas características próprias baseadas na experiência do ser em cada um dos seus lados (sendo eu e sendo outro). A circunstância daquela fronteira passa, mas a memória traz de volta aquelas situações que podem se revelar em outros espaços com outras pessoas. A nossa existência, que é uma obra inacabada (PELBART, 2014, p. 264), passa diariamente por novas situações que criam e recriam os limites de fronteiras mudando ou não sua forma e conteúdo.

O território emerge e é identificado a partir das suas fronteiras (KRALICH; BENEDETTI; SALIZZI, 2012) que são experienciadas a partir do *Dasein*, do eu e do outro que se encontram. Se os territórios estão espacializados por toda parte, a partir das microterritorialidades, as fronteiras também estão, permeando os espaços de vivência e o cotidiano. Múltiplos processos de reterritorialização ocorrem em um espaço desconhecido e geralmente hostil, no qual o preconceito e as dificuldades na busca por trabalho acompanham a trajetória migrante (OSLENDER, 2018) bem como o seu processo de lugarização.

Ser migrante em situação de refúgio é perceber a transitoriedade da vida e se mover na tentativa de dar fim a um sofrimento, a um medo, de torná-lo transitório. É compreender que os espaços podem ser transitórios, não os lugares, e que o transitório pode ter distintas durações, às vezes com a duração de toda uma vida. Em seu depoimento, Destinée (nome fictício), no quadro 22, a seguir, nos faz refletir sobre os limites que a acompanham e sobre como é ser migrante em situação de refúgio nesse contexto de fronteiras móveis.

Quadro 22 - Depoimento de Destinée (nome fictício)

Cheguei no aeroporto, e não conhecia ninguém, grávida, com a [minha filha], a [minha filha]

pequeninha. Hoje já tem 11 anos [que ela havia chegado ao Rio de Janeiro]. E, chegamos no aeroporto, vi meus conterrâneos, com roupa africana e perguntei se alguém falava o meu idioma. [...] me levaram numa comunidade e a minha visão mudou, que não era aquilo que eu sonhava, não é aquilo que encontrei. Então no início foi um choque cultural (batendo as mãos uma na outra) para mim. Eu morei na favela. [...] chega na Avenida Brasil. No início era bonitinha e de repente começou a mudar. [...], Eu falei: “o que tá acontecendo aqui? Onde eu tô indo?”. Aí, pá, me levaram pra comunidade. Nada contra, mas quando eu falo nada contra, que eu falo que a visão que eu tinha, o que a emissora tava passando [em um trecho da entrevista ela fala das novelas da Rede Globo que assistia em Angola]. Aí quando eu fui fazer o Repercutindo Histórias, da Globo. Eu falei: “vocês me enganaram!” (risos). [...] Aí eu cheguei, a primeira coisa que eu vi foi um civil com arma, e pra gente arma é na mão de militares. [...] E a cultura, vendo pessoas se beijar na rua, junto com a minha filha. [...] Quando nós saímos do Rio, pra São Paulo, eu que escolhi ir pra São Paulo, porque eu vim aqui comprar cabelo pra revender na Europa. Então eu gostei clima, tudo, falei não, vamos! Quando chegamos aqui mais outro desafio, 2015 não tinha trabalho. Nós fomos morar na casa de uma amiga, depois saímos do José Bonifácio [...], começou a pagar aluguel R\$ 800,00, conta luz e água, ficamos sem [dinheiro] e pra não ficar na rua, fui morar na ocupação da República. Pra mim a ocupação na República foi horrível. [...]. Eu consegui ter primeiro emprego de carteira assinada [...] lá na Vila Matilde. O que me fez sair da Vila Matilde também, eh... eu passei muita humilhação. O dono me mandava dançar pra poder alegrar ambiente de trabalho. Ele colocava música [para] eu dançar. Música da minha terra. Tive que escolher, eu colocava, parava o trabalho, todo mundo batendo palmas e eu lá dançando. E eu tinha uma conterrânea, ela não falava bem português, ela pedia ajuda minha pra poder interpretar. Aí chegou no momento que tive que interpretar e, na hora do almoço, a gente falava muito nosso idioma. Aí ele falava pra mim, pra gente parar de falar nosso idioma porque a gente tava fofocando. Aí eu falei pra chefe, pra dona, né. Se alguém falar português e inglês, você vai impedir essa pessoa de falar? Mais outro. Quando saí, pedi as contas. Lá na ocupação, eu tive ataque de bichinho, que meu corpo é meio chato. Até hoje já tá sumindo. Era muito escuro assim. Mas antes de entrar na [empresa], fiz os exames gerais, não tinha nada. Negativo. Mas as colegas diziam: “ai meu Deus, tô com coceira”. Jogava piada em mim. Eu não aguentei, eu pedi as contas. Eu saí e falei pra [...] chefe, falei se eu ficar aqui eu vou perder o controle. Não quero mais! Isso é muita humilhação! Aí quando saí, eu fui trabalhar [...] no Trianon Masp, lá na Paulista. Foi uma boa experiência [...], recebi mais problema. Minha cultura, eu, sabe quando a gente abaixa assim (se abaixando), a gente não aceita aparecer isso (apontando para o cóccix). Aí eu colocava blusa embaixo do uniforme da [empresa³⁰]. Eu sempre colocava blusa assim (demonstrando) pra tampar, como eu passei na [confeitaria], eu sofri muita piada, aí na [empresa] eu tava com medo de passar aquilo. Aí sempre eu colocava blusa de baixo. Manga longa, e colocava o uniforme. Meu chefe falou pra tirar, porque [a empresa] dava blusa pra gente. E eu falei que quando eu me abaixo, essa parte aparece. Aí ele fala: “[A empresa]

³⁰ Os nomes das empresas citadas foram omitidos para preservar a entrevistada.

dá". Aí eu fiquei constrangida. Eu falei, se ele sabe que sou estrangeira, tem que respeitar minha cultura. Fiquei um ano e seis meses, não deu certo, eu pedi as contas pra gerente me mandar embora e ela não quis me mandar, porque eu tinha muito público, já até hoje tenho muito cliente que são meus amigos e eu consegui ganhar lá e, enfim, graças a Deus, são muitos até hoje no Facebook. Esse é um passo que eu falo que a gente passa com preconceito. Talvez pela fala eu conseguia me defender, porque eu assistia as reuniões das mulheres, eu tinha como me defender. Mas eu passei muita, muita humilhação, muita coisa. Eu não me vejo hoje trabalhando de carteira registrada. Não sei se eu vou, nunca se diz não, mas não sei, eu tenho muita experiência negativa. Trabalhando registrada. O outro, eu trabalhei na [empresa], assinada como auxiliar de cozinha, mas eu fui fazer serviços gerais. Nada a ver. São coisas que a gente passa. A gente é muito usado, os imigrantes e os refugiados.

Fonte: (Informação verbal)³¹.

A perigosa travessia realizada por Destinée (quadro 15) não foi a única fronteira enfrentada por ela. Após uma breve estada em Angola, de onde partiu para o Brasil, ela precisou enfrentar novas fronteiras ao longo do seu percurso. Na sua chegada, marcada pelo estranhamento, ela vê pessoas no aeroporto que considera semelhantes pela identificação das vestimentas características, e é a eles que recorre para pedir ajuda. Parece haver um laço de confiança que se criou pela percepção da conterraneidade e pelo fator deslocamento do seu local de origem. As fronteiras cruzadas representam perdas, mas também representam o desligamento físico que se tem com a terra e com as relações de proximidade familiares - seja da família ou do familiar. Há certo conforto no encontro com o familiar.

Destinée traz a questão da quebra de expectativas, quando a cidade não se parece mais com a que ela conhecia pelas novelas que assistia em Angola e a sua chegada sem qualquer tipo de acolhimento por parte das instituições do Estado a leva a viver em uma comunidade do Rio de Janeiro e em uma ocupação, em São Paulo. Na entrevista ela menciona que, ao passar pelo posto de controle migratório do aeroporto, explicou que ia pedir refúgio no Brasil. Se tivéssemos um sistema de acolhimento, já seriam acionadas instituições de apoio, como a Defensoria Pública e as organizações não governamentais, por exemplo. A moradia foi uma nova fronteira que ela precisou atravessar. É importante ressaltar que ela, no seu país de origem, foi criada com uma boa situação financeira e tinha um trabalho com um bom salário.

³¹ Entrevista realizada com Destinée (nome fictício), em 26 de julho de 2019.

Viver em um bairro popular ou em uma ocupação nunca havia feito parte da sua realidade até aquele momento. As diferenças culturais são logo percebidas na visualização de demonstrações de carinho, como um beijo de um casal na rua ou mesmo nas distintas formas de violência, quando ela menciona nunca ter visto armas com civis antes de chegar ao Rio de Janeiro. Na República Democrática do Congo, os grupos armados estão mais presentes em regiões distantes da capital Kinshasa, onde ela vivia.

Nas relações de trabalho, ela menciona humilhações relacionadas a uma visão estigmatizada e que a inferiorizava, além de não haver respeito pela sua língua materna e nem pela sua forma de vestir-se. Novas fronteiras iam se revelando a cada movimento, de diversas maneiras: na dificuldade de conseguir emprego, ou no preconceito sofrido quando conseguia; nas diversas formas de racismo; na ignorância do outro sobre a sua realidade, nas “brincadeiras” com base em estigmas. Ao mesmo tempo, ela menciona clientes que ficaram amigos e hoje, inclusive, fazem parte da sua rede de apoio.

A cada passo, a cada relação, novas fronteiras iam se materializando, como se atravessar a floresta angolana, à noite, em áreas de minas, tentando escapar da vigilância dos militares e dos civis e, posteriormente, o avião para o Brasil, não tivessem sido as únicas fronteiras atravessadas. Sayad (1999) apresenta o contraponto entre o indivíduo que deixa o seu país em busca de sobrevivência, mas se depara com um contexto que o lembra a cada momento que ele é um estranho e que deveria se manter alheio à vida política, econômica e social do país. Ele aponta para a invisibilidade do imigrante dentro do que chama de dupla ausência, na qual o emigrante se ausenta fisicamente do lugar onde mantém as suas relações e se transforma em um imigrante no Estado onde está presente. No entanto, a presença física, no segundo caso, traz uma série de implicações que o fazem ser ausente, mesmo na presença.

Se pensarmos nos territórios, principalmente os nacionais, como “portadores de ideologias, de representações simbólicas e do inconsciente, de relações diversas e de base material” (ALMEIDA, 2008, p. 316), é possível perceber que a cada fronteira cruzada, novas relações são construídas, recriando assim a trama das redes sociais e concebendo novas relações de poder que tentam apagar o diferente

da realidade cotidiana. É a partir das divisões que pontes são construídas. Nessas pontes pode estar a possibilidade de manter a própria identidade ou de ser engolido(a) pelos processos silenciosos de assimilação.

A base da fronteira está no conflito e ela só deixa de existir quando o conflito desaparece (MARTINS, 2019). Geralmente ele não desaparece, só some provisoriamente com o deslocamento. É nessa lógica que está a ideia da transitoriedade. Para Heidegger (2008, p. 134) o limite não representa algo que termina, mas onde “alguma coisa dá início a sua essência”. Se a fronteira e o limite são a essência do território (HOLZER, 2013), ser migrante em situação de refúgio é ser território e estar cercado por territórios que se transmutam a cada momento, a cada localização, a cada situação. As fronteiras e os limites estão na geografia, no sistema jurídico, nas relações culturais e simbólicas (PARISI, 2021). Elas estão nas atividades do cotidiano, na língua, na escola, no trabalho, nas ruas, se revelando de maneiras distintas, de maneira simultânea e/ou sucessiva, às vezes percebidas, às vezes não. A fronteira é vista como separação, em muitos dos casos em que ela é mencionada, mas não podemos esquecer que elas também se constituem em espaços de contato e o contato é a abertura para que pontes sejam construídas. No capítulo a seguir, falaremos de muros, mas também falaremos de pontes, de formas de acolhimento que não se configurem em assistencialismo (PARISI, 2021), falaremos também de protagonismo e de modos de vida que levem à independência, de direitos que ficam no papel e da tentativa de que as pontes se constituam em vias de mão dupla.

5. E AGORA? PRA ONDE?

“Perdemos a nossa casa o que significa a familiaridade da vida quotidiana. Perdemos a nossa ocupação o que significa a confiança de que tínhamos algum uso neste mundo. Perdemos a nossa língua o que significa a naturalidade das reacções, a simplicidade dos gestos, a expressão impassível dos sentimentos.” (ARENDETT, 2013, p. 8)

“Uma árvore quebrada que foi colocada em outro lugar, sem raiz” (KATUMBA, 2020). É assim que Jean Katumba define a sua situação e a de milhões de pessoas pelo mundo. Suas raízes ficaram na terra onde nasceu e cresceu, a República Democrática do Congo, em 2013, quando precisou deixá-la por motivo de perseguição política. “Ser humano é como planta, cresce graças à raiz. Raízes são nossas culturas” (KATUMBA, 2020). A metáfora ainda nos lembra de que uma árvore arrancada da sua terra só consegue ficar em pé sozinha se criar novas raízes, mas, para isso, são necessárias uma série de condições ambientais favoráveis. Para que uma árvore crie raízes em uma nova morada, ela precisa de proteção para resistir às intempéries, até que consiga se sustentar sozinha. Transferindo a metáfora para o contexto das migrações, criar novas raízes não significa ser assimilado e tornar-se, por exemplo, um brasileiro estereotipado. Criar raízes significa tecer redes e criar relações. Significa ter uma chance para seguir adiante, após uma interrupção dos planos, tendo também oportunidades para criar novos planos, possuir condições básicas de sobrevivência com dignidade. Isso significa ter seus direitos e suas diferenças respeitadas, porém não significa esquecer as raízes que permanecem no lugar de origem. O lugar permanece vivo na memória que, junto com a identidade, constitui “a dialética do lembrar e pertencer constituintes na amálgama da construção do sujeito no mundo e de seu lugar de pertença” (FREITAS; ALMEIDA, 2016, p. 237). As relações passadas acompanham o ser, a partir da memória, na construção das relações presentes e nas expectativas de futuro.

palavras família, mãe, pai, bebê, irmão, filhos. Algumas das questões que se revelam como dificuldades estão simbolizadas pelas palavras estrangeiro, preconceito, idioma, português, macaco (como um dos entrevistados revelou ter sido chamado no Brasil). As questões burocráticas de regularização se mostram através dos termos documento, protocolo, prefeitura, refúgio, entre outros. A possibilidade e a realidade de ser protagonista da própria vida e, em alguns dos casos, participar ativamente de uma luta que é coletiva estão expressas pelas palavras poder, coragem, conseguir, ideia, comunidade, sonho, ONG, ajudar. Elas apontam para as novas relações construídas, as redes tecidas, as pequenas conquistas do cotidiano, as conquistas individuais e também as coletivas, que envolvem as experiências de outras pessoas em situação semelhante. Essas e muitas outras palavras presentes na nuvem evidenciam algumas das marcas presentes no dia a dia de quem migra em situação de refúgio.

Ser migrante em situação de refúgio é encontrar-se num limiar entre o estranhamento e a familiaridade. O chegar ao destino, muitas vezes sem a intenção inicial de ficar, representa a segurança em relação ao que passou e a insegurança sobre o que virá e, ao mesmo tempo, um processo de desenraizamento brusco provocado pela migração forçada.

O processo de desenraizamento original iniciado pelo movimento migratório se dá, em termos existenciais, pela alteração da territorialidade consolidada, a modificação desta relação originária self-lugar, saindo do lugar-natal, o que implica deixar os lugares de infância, juventude ou idade adulta, responsáveis pela nossa formação enquanto pessoa e sobre os quais está edificada nossa identidade (MARANDOLA JÚNIOR; DAL GALLO, 2010, p. 410).

Quando se fala em raízes cortadas ou desenraizamento, é uma menção ao fato de o deslocamento em situação de refúgio afetar as referências construídas ao longo de uma vida: a família, os amigos, a casa, o trabalho, a profissão, as referências culturais, a capacidade de se localizar, de se comunicar em uma ou até mais línguas, que não são faladas no país para onde se vai. Lembramos que ser migrante em situação de refúgio implica na impossibilidade de um retorno imediato. A forma repentina como esse processo ocorre algumas vezes, impede até mesmo, em muitos casos, que o indivíduo possa escolher o local de destino, como já abordado. O chegar significa ter que reconstruir e/ou reunificar tudo isso novamente, que nem sempre é mais possível, seja pelo espalhamento das famílias por diversos

países, seja pelo falecimento dessas pessoas no local de origem. Dessa forma nos perguntamos: quais as implicações dessas mudanças? Como são tecidas as relações do ser em situação de refúgio no local de destino? Obviamente não é possível dar conta da totalidade das distintas realidades que compõem os fluxos mirantes. Cada realidade é única.

O filósofo Tzvetan Todorov (1999), por exemplo, ao relatar seu retorno à Bulgária após anos morando na França, viveu o que chamou de esquizofrenia social, referindo-se à coexistência de duas vozes dentro de si. Ele lamenta sua busca pela “assimilação máxima”, já que, após chegar à França, só se relacionava com franceses, além da progressiva “desculturação”, esquecimento da cultura de origem, e “aculturação”, aquisição de uma nova cultura, ao mesmo tempo em que comemora a falta de esforço em obter um sotaque francês (TODOROV, 1999, p. 24). De volta à sua terra natal, ele então se reencontra com o ser búlgaro e reconhece que, como migrante, nunca poderia ser o francês que um dia esperou ser. Ele havia passado por um processo que denominou de “transculturação”, tendo incorporado novos códigos ao seu cotidiano, sem perder os antigos. Porém só percebeu essa transculturalidade em contato com a sua língua e terra maternas, afirmando que, ao se deslocar do seu meio, transformou-se em um homem desenraizado por não estar mais vivendo entre os seus, por não compartilhar mais experiências, não ter mais tantas referências do seu país de origem durante o exílio. Ao mesmo tempo, ser desenraizado significa também incorporar novas referências ao cotidiano de forma que o lugar vá se construindo como um mapa que agrega, seja nas bordas, seja no centro ou na centralidade, seja nos pontos, nas cores, nos degradês, nas formas que revelam o lugar como algo dinâmico. A descontinuidade espacial é vivida como continuidade pelo corpo migrante. Dessa forma, um lugar não exclui o outro, é possível não haver uma descontinuidade do lugar visto que as referências dos espaços vividos estão presentes na memória. Na visão heideggeriana, as referências têm na sua base as relações construídas. Para o autor, ser-no-mundo é guiar-se “pela circunvisão, nas referências constitutivas da manualidade de um conjunto instrumental” (HEIDEGGER, 2015, p. 125). Essas referências apontam para entes que demonstram uma perspectiva relacional que se manifesta na espacialidade a partir de instrumentos ou utensílios que estão à mão. As referências compõem o fenômeno da familiaridade que “caracteriza a obviedade que marca a

realidade mundana. [...] não tem o caráter de apreensão, nem visa o aprendizado ou a inclusão daquilo que está para além do seu círculo fechado, mas apenas o caráter de encontro” (SARAMAGO, 2008, p. 50). Nesse sentido, mesmo em um mundo “dos outros” é possível encontrar elementos de familiaridade, embora surja o estranhamento, conforme aponta ainda Lígia Saramago (2008). Para a autora, aquilo que é estranho representa uma barreira ao sentido, visto que não é algo que se encontra na memória, não possuindo ainda um significado, o que não representa que, a partir de uma relação, não se possa desenvolver a familiaridade. Há o encontro com distintas situações de estranhamento ao longo da trajetória, a começar pela própria terra natal que se torna uma estranha, sendo esta muitas vezes, a razão da partida e, ao lidar com uma nova realidade, algumas referências vão se perdendo na memória. A chegada em uma terra não familiar representa o início de uma relação de construção do habitar e “o estranho é apenas uma sacudida que desperta a familiaridade em sua indistinção” (HEIDEGGER, 2013, p. 106).

Os limites das fronteiras se interiorizam e continuam acompanhando o corpo migrante revelando-se em suas diversas facetas. A nova realidade cultural e espacial que o local de destino representa (MARANDOLA JÚNIOR; DAL GALLO, 2010) traz a necessidade de explorar o novo, o desconhecido, ao mesmo tempo em que a falta do conhecimento do onde se está, é o ponto de partida para se situar, quando, apesar de se estar e se sentir deslocado, o ser encontra familiaridade em alguns “sinais das ocupações humanas” (SARAMAGO, 2008, p. 50). Tridapalli (2019) utiliza a expressão tornar-se o outro de si mesmo para referir-se à necessidade de adaptação a um novo contexto em que o luto vivido pelas perdas decorrentes da migração forçada entra em choque com a pressão pela adaptação em um momento em que as referências ainda são as de um lugar onde não se está mais (ROLLEMBERG, 2005). Em complemento o autor afirma que:

O afastamento causará a despersonalização e o anonimato, próprios do exílio, devido à ‘ruptura narcisística’, produzindo, por sua vez, a crise de identidade. A ruptura tem a dimensão de um traumatismo, porque o exílio rompe com o movimento que constrói o homem a partir dos seus projetos e ilusões, renovado, permanentemente, na convivência com os outros (ROLLEMBERG, 2005, p. 213).

Na mobilidade imposta pela conjuntura, o ser em situação de refúgio experiencia aquilo que Said (2003, p. 46) chama de “fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar”. A distância traz a

proximidade a partir das memórias, ao mesmo tempo em que “as realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre” (SAID, 2003, p. 46). Recomeçar é o objetivo. Como? Sem dinheiro, sem moradia, sem falar o idioma, sem renda, sem diploma, já que, mesmo que se tenha formação, o diploma obtido em universidades de outros países é ilegítimo até que seja validado por uma universidade pública brasileira, quando o é. A enorme burocracia, o tempo de espera com o aumento dos pedidos e os custos desse processo também representam barreiras, o que significa não poder exercer temporariamente ou definitivamente a profissão para a qual se formou. Mesmo quando o diploma é revalidado, fatores como idade, proficiência da língua portuguesa, entre outras dificuldades também enfrentadas pelos brasileiros para conseguir emprego, permeiam o cotidiano do ser migrante em situação de refúgio. Ademais, profundos traumas, físicos e psicológicos, requerem um tempo para a recuperação. Tempo que não se tem. Cada dia é um novo desafio, um novo aprendizado. Um dos desafios que surgem como já mencionado é o de ser o outro. Essa é uma mudança que se processa não apenas no mundo cultural, mas também no mundo psíquico, onde “o tempo da memória e das heranças passadas confronta e dialoga (quando dialoga) com o correr dos dias nos países de imigração” (LECHNER, 2005, p. 16).

Ser o outro é tentar assumir a própria vida dentro de um contexto no qual fronteiras se materializam constantemente, enquanto se está recorrendo a estratégias de contato como uma forma de inclusão na sociedade receptora. Essas estratégias interagem diretamente com o como aquela sociedade receptora encara o outro. Arendt (2013, p. 8) refletindo sobre a própria experiência relatou: “De um modo amigável foi-nos lembrado que o novo país tornar-se-ia uma nova casa; e depois de quatro semanas em França ou seis semanas na América, fingiríamos ser franceses ou americanos”. Articular diferenças culturais (BHABHA, 1998) diz respeito a práticas de espacialização que ainda reproduzem uma lógica colonial de classificação e hierarquização que operam na dimensão cotidiana (QUIJANO, 2014). O depoimento de Destinée, no final do capítulo anterior (quadro 22), mostra não apenas como as fronteiras distinguem, mas também hierarquizam. Isso se reflete desde o momento do desembarque, no encontro entre os diferentes, e parece se

perpetuar mesmo com a naturalização, como citado no depoimento de Oula (quadro 2).

Essa classificação social, que se dá na identificação das diferenças, ocorre a partir de disputas “pelo controle dos âmbitos básicos de existência social” (QUIJANO, 2014, p. 311-312) que se manifestam como conflitos de diversas ordens. Desde a visão como “coitados” que precisam eternamente de assistencialismo até a visão de que vieram para “roubar” empregos, os migrantes em situação de refúgio são classificados como diferentes e hierarquizados. É importante lembrar que ser migrante em situação de refúgio é ser protagonista da sua própria existência e, por diversas vezes, na busca pela integração, pode encontrar como também pode não encontrar possibilidades, oportunidades e/ou situações vulnerabilizantes.

Ao longo deste capítulo e com base nos depoimentos que ajudaram a construir o mapa de palavras (figura 3), discutiremos as principais questões que surgiram no decorrer da pesquisa, que envolvem o cotidiano e a cotidianidade de pessoas que chegaram ao Brasil a partir de distintas situações, de distintos lugares, de diferentes formas, mas com um objetivo comum: construir um lar fora do seu lugar, temporário ou definitivo. Recomeçar é o lema. Os relatos apresentados nos capítulos anteriores e os que ainda serão apresentados têm em comum o Brasil como destino. É onde tentam recomeçar as suas vidas. Onde tentam construir um novo lar, juntar a família que está separada, ter uma profissão, onde seus filhos terão que se adaptar aos novos colegas de escola, às novas relações sociais, à nova língua, às novas formas de se alimentar. A relação com a nova terra é algo complexo, que expõe distintas realidades, culturas, línguas, saberes, num mesmo espaço.

5.1. O PRIMEIRO CONTATO

Na chegada ao Brasil, Destinée (quadro 22) viu algumas pessoas com indumentária africana, ainda dentro do aeroporto, e pediu ajuda. Tudo era incerto. Ao sair do aeroporto, a paisagem começou a ficar estranha: “não era isso que eu via nas novelas que assistia lá em Angola. A Globo me enganou!” – pensou Destinée

que se apaixonou pelo Brasil assistindo as novelas da emissora brasileira. O desembarque em um novo país, para o migrante, representa a tomada de uma consciência de que aquela geografia que se pratica no dia a dia (SERPA, 2020) não ocorrerá mais da maneira que era antes. A capacidade de se localizar, o “criar e construir esses lugares primeiros, que marcarão nossa trajetória de vida no mundo, como plataformas – provisórias ou definitivas, efêmeras ou duráveis – que darão suporte para nossas ações” (SERPA, 2020, p. 438), é o primeiro sentido afetado numa trajetória de (re)conhecimento de si mesmo e do novo local de moradia. O título deste capítulo “E agora, pra onde?” foi retirado da fala de Oula Alsagheer (quadro 23) sobre a sua saída do aeroporto de Guarulhos, após o desembarque. A frase representa o desconhecido e, ao mesmo tempo, a necessidade da descoberta do onde o corpo está, do se situar. O se situar enquanto prática espacial “que se revela em situações específicas” (SERPA, 2020, p. 439) é expresso nos depoimentos a seguir que mostram algumas das facetas da chegada e do primeiro contato com o diferente:

Quadro 23 - Depoimentos de Oula, Silvie, Maria e Nadi

Oula: Chegamos ao aeroporto saímos da porta, e eu parada lá, eu falei pra o meu marido: e agora, pra onde? E é verdade porque agora realizou o momento real que já estávamos no Brasil, mas não tem ninguém que tá esperando a gente no aeroporto, não tem ninguém que a gente já conectou para saber onde tem que ir para morar, para dormir, para trabalhar. Tem que começar a nossa vida, a nossa jornada aqui no Brasil. O táxi mostrou no Google Tradutor para ele (o esposo de Oula): queremos um hotel. E ele levou a gente para um hotel na República, no centro até que o meu marido conseguiu também comunicar com a recepção pelo Google, também o tradutor, para reservar um quarto. E assim ficamos 10 dias no hotel, depois alugamos um apartamento, uma casa em Guarulhos, porque a única pessoa que a gente encontrou na Polícia Federal e era árabe, falou que [em] Guarulhos os valores de aluguel tavam baratos, mais barato do que de São Paulo. Eu não gostei porque o Guarulhos é tão longe de São Paulo e não, enfim, porque, não tem jeito, não tem opção e não tem tempo para ficar mais no hotel. Queremos coisa mais rápida, ele ajudou a gente a encontrar uma imobiliária, arrumou esse apartamento para a gente. Pedi o dinheiro de novo para minha mãe, ela que também vendeu algumas coisas e mandou pra a gente pagar os depósitos. Entramos no apartamento limpo, não tinha nenhuma coisa de móveis dentro desse apartamento. Na primeira noite dormimos no chão mesmo: eu, o marido e o filho. Depois compramos dois colchões de solteiro. O vendedor era libanês e ele deu para a gente como presente um colchão

pequeno para meu filho. E é assim: dois pratos, duas colheres, começamos [a] procurar para achar uma vida aqui no Brasil e depois chegou o meu irmão da Malásia aqui. (informação verbal)³².

Silvie: E nesse lugar, esse cara era italiano não sei como ele conversou, colocou a gente dentro do táxi e esse táxi nos levou até o centro da cidade. E nesse lugar, não sei onde estava. [...] Eu estava procurando um hotel, mas não sabia onde estava para mim a melhor opção. Era um hotel. Aí eu comecei a falar em francês. Aí ela falava em português, aí eu falava, eu falava que eu queria um lugar para dormir, eu queria... aí que eles chamaram um africano que estava hospedado no hotel, que desceu e começou a falar em francês comigo. Eu falei para ele que eu queria um lugar para dormir: “me deixa dormir na recepção do hotel, é bom, dá para eu ir para amanhã continuar meu caminho”. Não sei onde estou e já é de madrugada. Eles deixaram a gente dormir na recepção do hotel. De manhã o homem falou: “Eu preciso ir trabalhar. Vocês vão sair junto, vou deixar vocês num lugar que vai acolher vocês”. Aí a gente aceitou, porque era só ele que a gente entendia [...]. Esse lugar é na Praça da Sé. Porque eu vi, tá escrito Sé. [...]. Aí que nessa Praça da Sé, eu conheci a Caritas [...] meus filhos ficaram estranhando tudo, começaram a chorar. [...] E lá, a gente foi mandado para o abrigo na Penha. Quando cheguei na Penha que eu me senti em casa porque quando cheguei no abrigo, me deram um quarto e dentro desse quarto tinha uma cama beliche e tinha um berço para o meu filho. Fora disso tinha um banheiro. Gente, tomei banho, almocei! [...] A gente almoçou foi tomar banho e a gente dormiu até amanhã! Me senti em casa mesmo. (SILVIE, 2019).

Maria (nome fictício): Quando cheguei aqui em São Paulo fui na Caritas onde me deram albergue na Casa do Migrante, que pertence à Missão Paz. Na casa do migrante, onde estou até agora, já faz um mês, estou bem, porque, primeiramente, me deram um abrigo onde viver. Tenho a minha alimentação, tenho segurança porque não estou morando na rua e meu dia é bem agitado porque comecei a fazer um curso de português para aprender o idioma e conheci a África do Coração. Vim para cá [ONG PDMIG – África do Coração], comecei como ajudante, trabalhando em conjunto com os demais companheiros. Assim, passo o dia na ONG, fazendo diferentes atividades para levar adiante a organização. Também faço outras coisas, buscando estudar por fora no SESC [Serviço Social do Comércio], procurando informações sobre como é o processo de refúgio e todas essas coisas para ter uma ideia, uma visão ampla de tudo o que vai acontecer comigo aqui no Brasil. Por isso digo que o dia é agitado. Não estou parada esperando. A vida aqui é empreender, não é ficar parado, é superar-se para seguir adiante. Porque se não faz assim, como dizemos em Cuba: “o leão te come”. É uma frase muito popular no meu país, se fica parado, sentado, o leão te come. Assim é preciso seguir adiante. (informação verbal)³³.

³² Entrevista realizada com Oula Alsagheer, cantora e atriz, em 30 de outubro de 2020.

³³ Entrevista realizada com Maria (nome fictício), em 08 de agosto de 2019. Entrevista em espanhol (tradução nossa).

Nadi: Então nós trazíamos nosso dinheiro para poder chegar até a fronteira, mas chegar até Salvador não era possível porque é muito mais caro, né, uma passagem de avião. Então está desde 2018 ou 2019, um programa, que é o programa de interiorização [...]. Então nós apostamos nisso: chegar em Roraima e cadastrar-nos para ser enviados mediante o programa. Mas é um programa que demora muito. [...]. Nós nos cadastramos, fizemos tudo certinho, com a esperança de poder viajar, mas a sorte chegou e a gente, nessa semana de cadastro, encontrou um menino correndo na rua: “quem quer ir? Estão saindo uns ônibus na rodoviária”. Então a gente saiu e quando chegamos, muita fila [...] e aí a gente pegou o primeiro para sair de Roraima. E foi uma ONG, em companhia da igreja Mórmon, e eles se encarregaram de toda a logística. Pessoas muito bem-preparadas. Nós fomos no dia seguinte a um encontro, numa casa, aí eles tinham tudo preparado, tinha um ônibus que nos ia levar até Manaus. [...] Nos deixaram no aeroporto aí eles contactaram aerolíneas [companhia aérea] Azul para poder nos levar até o nosso destino, mediante um voo de *stand by*, conseguiram nossa viagem. Aí a aerolínea fechava a viagem quando ela tinha alguns assentos vazios, dava para a ONG, e a ONG [...] batia o número de assentos com o número [de pessoas] da família, e eles mandavam então. Em caso contrário, eles estavam muito bem-organizados, levavam as famílias que ficaram sem poder viajar, levaram para um apartamento, davam comida, tudo e no outro dia voltavam no aeroporto. Graças a Deus, o meu grupo familiar viajou esse mesmo dia. (informação verbal)³⁴

Fonte: Entrevistas e depoimentos referenciados no quadro.

Cada depoimento apresenta uma realidade diferente de entrada: no primeiro, o casal com um filho tinha um visto humanitário para entrar no Brasil, mas chegou sem conhecer ninguém, não tendo acesso, inicialmente, a uma instituição de acolhimento. O segundo depoimento é de Silvie, que fez a travessia escondida em um navio cargueiro, com dois dos seus filhos, e uma pessoa que conheceu no hotel onde foi deixada pelo taxista os levou para uma instituição de acolhimento. No terceiro depoimento, Maria, que entrou como turista, ficou seus primeiros meses na casa de amigos em Belo Horizonte e foi para São Paulo já sabendo que iria buscar o apoio da Caritas. No quarto, Nadi já conhecia a Operação Acolhida e seu programa de interiorização, do governo federal, pelos familiares que viviam em Roraima e se inscreveu ao chegar, já tendo, desde o início, Salvador como seu destino final e acabou chegando ao destino com o apoio de voluntários da igreja Mórmon, que também é um dos braços da operação.

³⁴ Entrevista realizada com Nadi, em 15 de dezembro de 2021.

A fala de Oula trouxe a dificuldade do idioma e, ao mesmo tempo, as facilidades trazidas pelas novas tecnologias de tradução de idiomas. A construção de redes interindividuais, em cada um dos casos, foi importante a cada passo dado após a chegada. O taxista os levou ao hotel, o árabe que conheceram na Polícia Federal os levou a alugar um apartamento em Guarulhos. O mesmo aconteceu com Silvie que, ao desembarcar sem sequer saber em qual país estava, foi levada por um taxista até um hotel onde dormiu na recepção e, no dia seguinte, levada por uma pessoa, de origem africana, que conheceu no hotel até a Caritas. Maria, além do apoio da Caritas, foi acolhida pela PDMIG - África do Coração, uma ONG que tem como membros da sua diretoria apenas migrantes. Em três das quatro falas, elas mencionam o apoio de outros migrantes após a chegada. Pessoas que eram desconhecidas, mas com as quais ocorreu uma identificação tanto pela questão do idioma ou pela origem, ou apenas pelo fato de todos serem migrantes.

Um dos relatos, o de Silvie, também mostra a situação de vulnerabilidade em que um migrante se encontra ao chegar a um país desconhecido, sem dinheiro, sem falar o idioma e dependendo da honestidade das pessoas que encontra no caminho. Essa situação de vulnerabilidade é a mais buscada por traficantes de pessoas. Felizmente não foi o caso e cada nó dessa rede foi levando Silvie e seus filhos até a etapa seguinte dessa trajetória que se tornou mais segura na sua chegada à Caritas Arquidiocesana de São Paulo, uma das instituições que compõem a rede de acolhimento no Brasil, e de lá para um abrigo com cama, banheiro e privacidade, algo que ela não tinha desde que havia saído da sua casa. A busca pela adaptação diante do desconhecido torna-se uma necessidade. Relações começam a ser construídas e redes vão sendo tecidas. As pessoas com quem se encontra nesse caminho e as escolhas feitas, muitas vezes em situação de extrema vulnerabilidade, representam a facticidade que caracteriza as condições posteriores dessa trajetória. Em um contexto de reconfiguração da cotidianidade habitual do *Dasein* o que explicaria, por exemplo, migrantes que não procuram o serviço de saúde no Brasil, com medo de serem deportados como indocumentados? Há outros, porém que sabem que a legislação não permite que sejam presos por estarem indocumentados

e nem deportados sem direito à defesa³⁵, mesmo que não tenham visto ou autorização de residência e mesmo que não possuam nenhum documento. Ainda sabem que podem procurar a Defensoria Pública em caso de atendimento negado ou de alguma situação que possa gerar deportação. A cotidianidade está relacionada às práticas, considerando que o ser não vive isolado. Falta de conhecimento sobre a legislação brasileira, convivência em ambiente de coação e ameaça (como vítimas de tráfico de pessoas), por exemplo, podem despertar o medo de buscar instituições públicas e/ou de acolhimento. Por outro lado, aqueles que têm um contato direto com instituições de acolhimento ou estão em ambientes que proporcionam o acesso à informação possuem um maior conhecimento sobre os seus direitos.

Nesse sentido, as redes de acolhimento possuem um papel fundamental que se contrapõe às redes de tráfico de pessoas, tornando ainda mais importante o papel das primeiras, que precisam estar aparelhadas e espalhadas por todo o país. Não apenas as instituições de segurança nacional. Em um curso sobre direitos humanos e migrações, realizado pelo NAMIR-UFBA, o chefe da Defensoria Pública da Bahia, Rafson Ximenes, respondendo ao questionamento de uma participante sobre a ausência de defensores públicos em Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, respondeu:

Há uma naturalização do desrespeito às pessoas mais pobres. [...]. Em Pacaraima, na fronteira, pode não ter defensor, porque tem muito menos defensores em todos os lugares no Brasil inteiro, mas eu garanto que tem policial, que tem promotor atuando lá. Isso é uma opção política que o Estado faz (XIMENES, 2021).

A discussão girava em torno do fato de os migrantes não procurarem a Defensoria Pública, principalmente pelo fato de desconhecerem a sua existência e da importância das redes que promovam parcerias entre as instituições de acolhimento e instituições como a própria Defensoria, no intuito de reduzir a vulnerabilidade de pessoas que chegam sem conhecer o funcionamento das instituições brasileiras e os seus próprios direitos. As redes, nesse contexto, constroem novas continuidades em vidas marcadas por descontinuidades, sendo que quanto maior a ausência do Estado na composição dessas redes, maiores as

³⁵ Durante a pandemia da covid-19 algumas portarias de fechamento de fronteiras mudaram essa situação, como foi abordado no capítulo 2.

possibilidades de atuação das redes ilegais de tráfico de pessoas, de exploração do trabalho. Em suas reflexões, Cesare (2020) questiona o fato de parecer haver uma aceitação maior quando o acolhimento é realizado por instituições religiosas e organizações não governamentais em geral, ao contrário do que ocorre com o apoio ao acolhimento por parte das instituições que compõem o Estado.

Anacrônico, deslocado, inoportuno, o gesto da hospitalidade parece absurdo para muitos, que chegam a estigmatizá-lo, escarnecê-lo, denunciá-lo. É o gesto das belas almas, dos humanistas, daqueles ingênuos que ostentam benevolência para com os migrantes e pretendem oferecer hospitalidade a estrangeiros que mais deveriam é ser tratados como inimigos (CESARE, 2020, p. 274).

A hospitalidade, no caso dos migrantes, entra em contradição com o papel do Estado de fiscalizar e controlar. Acolher parece ser um verbo distante dos vocabulários oficiais. Mesmo a denominada “Operação Acolhida”, mencionada por Nadi, iniciada em março de 2018, no Brasil, como “uma ação conjunta, interagências, e de natureza humanitária, envolvendo as Forças Armadas e vários órgãos da esfera federal, estadual e municipal, além de agências internacionais e organizações não governamentais” (KANAAN; TÁSSIO; SIDMAR, 2018, p. 68) delega para as instituições não governamentais a parte da hospitalidade e para as instituições governamentais o controle de documentação, a logística e a imunização. O tripé que pauta as ações da operação – “ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização dos imigrantes” (KANAAN; TÁSSIO; SIDMAR, 2018, p. 70) - é uma forma de identificar, controlar e dispersar os venezuelanos pelo Brasil como parte da estratégia de interiorização, minimizando assim a pressão sobre o sistema público de saúde em Roraima e garantindo que eles não circulariam indocumentados. É uma forma de não deixá-los invisíveis aos olhos do Estado, mas também de garantir o acesso aos direitos fundamentais.

Um aspecto que aparece nos depoimentos de Silvie e Maria (quadro 23) é a importância das instituições de acolhimento que oferecem abrigo, apoio linguístico e jurídico, entre outras atividades como inserção laboral e nas demandas que vão surgindo, considerando a individualidade e a história de vida de cada pessoa. Algumas delas estão presentes em diversos municípios do Brasil. As instituições de acolhimento têm um papel fundamental no sentido de humanização do migrante em situação de refúgio. Aquele local pode parecer um oásis e mais um passo para o novo começo. Com abrigo, alimentação, orientação sobre emissão de documentos,

apoio psicológico, eles se tornam menos vulneráveis às redes de tráfico de pessoas, às explorações do mundo do trabalho, como trabalho não declarado e mal pago, e aos maus tratos. Estão mais tranquilos para buscar um emprego e possuem o auxílio necessário para buscar os serviços de saúde e educação públicos. Principalmente, estão orientados para que possam buscar seus direitos e seus espaços.

Nos abrigos, as práticas sociais são limitadas por regras de convivência que muitas vezes não são de fácil compreensão para alguns grupos. É um pequeno mundo onde diversas culturas convivem e coexistem, sem os limites impostos pelas fronteiras nacionais. Às vezes há um estranhamento entre eles próprios, algumas fronteiras sociais são criadas, mas também muitos preconceitos são derrubados. Os abrigos são a primeira parada em que se pode refletir sobre o que se passou e finalmente começar a pensar em novos planos. O tempo que se ganha é um respiro fundamental, mas, ao mesmo tempo, sabe-se que ali é temporário e é necessário seguir adiante. Algumas fronteiras se fecham e outras se abrem.

No Brasil, a rede de acolhimento é mais fortalecida em São Paulo, mas se espalha por todo o país com intensidades distintas. Há municípios que possuem abrigos específicos para migrantes, como é o caso das cidades que costumam receber mais pessoas nessa situação, como São Paulo, Rio de Janeiro e, atualmente, Boa Vista e Pacaraima. Nos municípios que não possuem abrigos específicos, os abrigos das prefeituras, ginásios de esportes, escolas (especialmente no período da pandemia de covid-19), instituições religiosas ou mesmo abrigos improvisados são utilizados por aqueles que ainda não têm familiaridade com a cidade onde estão. No Brasil não há campos de refugiados como há na Jordânia, na Turquia e em tantos outros países. A falta desses campos significa que o Estado brasileiro fez uma opção pela integração à sociedade daqueles que buscam refúgio, mas sem oferecer oficialmente apoio. Este é oferecido pelas instituições das redes de acolhimento, às vezes com apoio das prefeituras, mas em geral, sem o apoio delas. O primeiro contato com os abrigos proporciona um alívio imediato, porém, ao saírem, eles passam a conviver com a realidade das fronteiras simbólicas que os separam dos cidadãos. Mesmo São Paulo sendo a cidade brasileira com melhor estrutura para migrantes e a primeira a possuir

uma coordenação de políticas específica para o grupo, Feldman-Bianco (2015) afirma que essa estrutura ainda é insuficiente. Uma das principais barreiras que envolvem a questão do acolhimento está no desafio de superar o assistencialismo (PARISI, 2021) e a promoção de formas de acolher que tragam a independência, que realmente façam com que o migrante em situação de refúgio trilhe seu próprio caminho e crie suas próprias raízes.

As redes de apoio ao migrante são de fundamental importância para os que entram no país independentemente da forma, do período e da situação migratória. São as redes sociais cuja constituição é analisada pela socióloga Ilse Scherer-Warren (2021) considerando a relação entre os sujeitos que as integram. A autora traz possibilidades de abordagem considerando as redes interindividuais e as formadoras de ações coletivas. Ela ainda distingue as noções de coletivo em rede e redes de movimentos sociais de forma que a primeira representa a ideia de uma interligação em primeira instância, seja de pessoas, seja de grupos representados por organizações não governamentais, por exemplo. As redes de movimentos sociais representam uma formação mais complexa que traz a ideia de conexão a partir de processos identitários ou de intercâmbio. Dessa forma, as redes de movimentos sociais podem agregar os coletivos em rede numa análise que ultrapasse os limites da rede como sistema, considerando a historicidade e as questões dialógicas.

Para algumas pessoas, a experiência de migrar é a primeira experiência que possuem de autonomia em relação à própria vida e em relação às obrigações financeiras. A independência está relacionada à criação de laços com pessoas que não são da família (ROBINSON, 2013). Tendo afetadas as redes sociais construídas ao longo da vida com o deslocamento forçado (MARANDOLA JÚNIOR; DAL GALLO, 2010) o ser migrante em situação de refúgio precisa reconstruir e/ou reconfigurar redes. A confiança em pessoas estranhas é algo paradoxal, considerando que um dos principais aspectos da partida para algumas dessas pessoas foi a quebra da confiança nas pessoas e/ou instituições do país de origem. No país de destino é um dos fatores que aumenta os riscos da chegada, mas, ao mesmo tempo, revela que as redes de solidariedade podem ser formadas não apenas por pessoas que trabalham diretamente com o acolhimento. A sociedade, de maneira geral, faz parte

destas redes de solidariedade. Um dos argumentos que sustento ao longo deste capítulo é o de que a falta de conhecimento sobre as demandas migrantes ocasiona a falta de empatia e o preconceito, reforçando estigmas, em especial relacionados aos latinos, asiáticos e africanos. Além disso, a falta de conhecimento dos migrantes sobre os seus próprios direitos restringe os seus espaços de vivência.

Apesar disso, é importante mencionar também, como mostraram muitos dos depoimentos ao longo deste trabalho, que alguns desses migrantes, após um longo período de permanência no país, já conseguiram trilhar um percurso que tem contribuído com muitas mudanças, transformando esse primeiro contato com o novo país em algo menos difícil. Como exemplo, um dos entrevistados, Adama Konate, foi contactado pelas redes sociais depois que o Museu da Imigração de São Paulo cedeu para este trabalho as transcrições e os vídeos de diversas entrevistas de um projeto que mantinha com membros ativos da comunidade migrante de São Paulo e também com migrantes acolhidos no abrigo Arsenal Esperança (que era o caso dele na época). Ao conhecê-lo pessoalmente, aquele migrante que, na entrevista ao Museu da Imigração, em setembro de 2013, dava respostas bem sucintas e ainda tentava articular frases misturando o português e o espanhol (língua que aprendeu antes de chegar ao Brasil) havia se tornado uma das figuras mais conhecidas pela comunidade migrante em São Paulo, tendo sido o mais votado, em 2016 para representá-la no Conselho Municipal, conforme depoimento do próprio Adama Konate. Na entrevista para esta pesquisa, ele mencionou o trabalho voluntário como intérprete que realizou na Polícia Federal e na Defensoria Pública da União. Além disso, o malinês fundou duas organizações não governamentais de apoio aos migrantes e ainda participa ativamente em algumas importantes conquistas da comunidade migrante. Com o exemplo de Adama Konate, assim como de outros entrevistados como Destinée, Jean Katumba, Oula Alsagheer, e muitos outros representantes, é importante ressaltar que o trânsito que pessoas como as citadas possuem na sociedade brasileira tem contribuído para diversas transformações para os migrantes recém-chegados. Essa “inserção nas redes sociais possibilita a identificação e o pertencimento, podendo gerar alívio/amortecimento ao impacto das mudanças espaciais vividas pelos migrantes” (MARANDOLA JÚNIOR; DAL GALLO, 2010, p. 413) não apenas para si próprios, mas também para o coletivo. O protagonismo que essas pessoas possuem nesse cenário transforma a situação do

ser migrante em situação de refúgio e o trabalho que todos eles fazem em São Paulo reverbera por todo o país, assim como trabalhos realizados por migrantes que vivem em outros estados brasileiros. Não obstante, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

5.2. QUANDO A LÍNGUA NÃO ENCONTRA A POESIA

“Não falar a sua língua materna. Habitar sonoridades e lógicas cortadas da memória noturna do corpo, do sono agridoce da infância. Trazer em si como um jazigo secreto [...] linguagem de outrora que murcha sem jamais abandoná-lo”. É assim que Julia Kristeva (1994, p. 22) descreve a relação que se desenvolve (ou que não se desenvolve mais) entre quem migra e a sua língua materna. A língua materna não é esquecida, mas vai perdendo a sua dinamicidade. A falta de interação faz com que a língua permaneça em estado de hibernação na memória. Ao mesmo tempo, o ser migrante em situação de refúgio parece perder, momentaneamente, uma capacidade que parecia ser inata, a da comunicação, que precisa ser reaprendida com a imersão em um contexto de novas línguas e novas linguagens.

A língua está relacionada ao que Bourdieu (2008, p. 74) chama de “técnica do corpo” que possui competências linguísticas, em especial a fonológica, e “constitui uma dimensão da hexis corporal onde se exprimem toda a relação do mundo social e toda a relação socialmente instruída com o mundo”. Falar uma língua é uma prática social e espacial, sendo um código de comunicação entre aqueles que compartilham um espaço. A língua e a linguagem fazem parte das relações entre o ser-com os outros e o ser-em algum lugar. Temos uma língua materna, a depender de onde tenhamos nascido, uma língua oficial, que pode ser igual ou não à materna, que é definida e até mesmo controlada pelo Estado e norteará toda a nossa vida escolar, uma língua de herança, quando o pai e/ou a mãe não vivem mais onde nasceram e ensinam a sua língua materna para os filhos. Além disso, é possível aprender/conhecer diversas línguas ao longo da vida, que poderão ou não fazer parte do cotidiano ou, até mesmo, precisar aprender uma nova língua, numa

situação de refúgio, em um cenário de acolhimento. Estes são alguns dos contextos que envolvem a experiência e que, atualmente, ajudam inclusive a nortear o trabalho de professores no ensino de línguas.

A tradição greco-romana trazia a ideia de língua como algo que vem à mente, uma espécie de tradução do que pensamos através da fala e, apenas no início do século XX, com as ideias de Saussure, a língua passa a ser compreendida como um sistema, o que trouxe *status* de ciência aos estudos linguísticos, na época com base no estruturalismo (MENDES, 2012). Historicamente, as principais concepções que marcaram o campo da linguística foram: a língua como sistema de códigos; a língua como instrumento de comunicação; a língua como instrumento de interação entre as pessoas (PESSOA, 2007). Chomsky, apesar de ter avançado em relação à teoria estruturalista de Saussure, não aborda, inicialmente, uma perspectiva que trate dos aspectos sociais e das variações linguísticas, algo que só foi iniciado entre as décadas de 1960 e 1970, na Escola de Praga e as teorias que veem a língua como instrumento social de comunicação (MENDES, 2012). A professora da UFBA, Edleise Mendes (2012), que pesquisa as questões relacionadas ao ensino de português como língua estrangeira, ainda lembra que, a partir da segunda metade do século XX, as novas teorias trazem para a linguística uma perspectiva de “língua como lugar de interação, como dimensão através da qual os indivíduos atuam no mundo e se constituem como sujeitos – a língua é, mais do que tudo, ação entre sujeitos situados social, histórica e culturalmente” (MENDES, 2012, p. 6) e, acrescento, geograficamente.

Enquanto Chomsky, Belletti e Rizzi (2002) veem a linguagem sob a perspectiva da cognição e de como essas informações são sistematizadas e emitidas, Heidegger (2003) a aborda sob a perspectiva da experiência e Bourdieu (2008) pelas relações simbólicas de poder que vão sendo tecidas nos contextos sociais, geográficos e históricos. A aquisição de uma ou mais linguagens pode ocorrer desde a infância, a partir da inserção de uma criança em distintos ambientes (CHOMSKY, 1993). A primeira socialização ocorre a partir da língua materna que não necessariamente é coincidente com a(s) língua(s) que serão faladas na escola, no trabalho ou nas relações cotidianas fora de casa. Em contextos de estranhamento, como no caso das migrações forçadas, há a necessidade do desenvolvimento da autonomia

linguística (GROSSO, 2010). A falta dessa autonomia representa uma das fronteiras com as quais o ser migrante em situação de refúgio se depara em diversos aspectos da sua cotidianidade.

A espacialidade é uma característica da língua e da linguagem. Podemos mudar a nossa linguagem e adaptá-la ao espaço onde estamos e aos interlocutores com quem interagimos. Falamos de uma forma em um bar com os amigos, de outra em casa com a mãe, de outra forma em uma palestra acadêmica na universidade. O mesmo ocorre com a língua: não iremos falar português no Egito, a menos que estejamos falando com outra pessoa que também compreenda a língua portuguesa. Língua é contexto, situação. A depender de onde estamos e de com quem estamos, falamos línguas e/ou utilizamos linguagens diferentes. Aprendemos a falar uma língua com o intuito de viajar, de receber viajantes. Há aqueles que mudam o sotaque a depender da região onde estejam. O que nós falamos também depende do ambiente. A capacidade de adaptar a língua e/ou a linguagem é parte do nosso ser com os outros. De construirmos um “banco de dados mental”, baseado nas nossas experiências, sobre o que devemos ou não falar em cada ambiente e com cada indivíduo ou grupo. Aqueles que não possuem o português como língua materna e vivem no Brasil sentem o preconceito linguístico e tentam “ajustar” e “homogeneizar” os seus sotaques para o mais brasileiro possível.

Edward Said (2004, p. 9) escreve que “cada pessoa vive sua vida em determinada língua; suas experiências, em função disso, são vividas, absorvidas e lembradas nessa língua”. O deslocar-se, especialmente para outro território nacional, é ter que lidar com novos códigos, mesmo que em uma língua igual. Em diferentes línguas, esse processo pode ser muito mais longo ou mesmo nunca se completar. O próprio Said, que saiu de um país de língua árabe para um país de língua inglesa, traz um relato sobre como esse processo bilíngue se deu na sua experiência, ressaltando aqui o fato de que ele, quando já estava em situação de refúgio, no Egito, foi educado em uma escola inglesa.

A cisão básica da minha vida era entre o árabe, minha língua nativa, e o inglês, a língua da minha educação e subsequente expressão como intelectual e professor, e, portanto, tentar produzir uma narrativa em uma língua ou outra — para não falar das numerosas maneiras como as línguas se misturavam diante de mim e invadiam o reino uma da outra — tem sido até hoje uma tarefa complicada (SAID, 2004, p. 9).

No caso de Said, ele já falava a língua do país para onde migrou, mas, mesmo assim, ele ainda menciona dificuldade em lidar com ela e com a mistura das duas línguas, a que tinha que falar e escrever (inglês) com a que vinha à cabeça antes de falar ou escrever (árabe). Um vídeo curta-metragem dirigido pela palestina Rawa Alsagheer representa um pouco do primeiro impacto de estar em um país desconhecido e no qual as pessoas falam uma língua diferente da sua. *Fingers* (2016), que significa dedos em inglês, é protagonizado por um menino em situação de refúgio, uma criança que passa por diversas situações cotidianas as quais só consegue entender e dar sentido através dos sinais dos dedos e das mãos. Diante de uma desorientação pelo deslocamento para uma localização com referências e sinais ainda desconhecidos, os dedos são uma metáfora que representa um conjunto de referências e sinais comuns entre mundanidades distintas. A “surdez” e a “mudez” são compensadas com a linguagem dos movimentos das mãos e dedos que calam e que falam, que dão ordens, que ensinam, que acariciam, que enxugam lágrimas.

Heidegger (2003, p. 127) chama a linguagem de “casa do ser” e afirma a sua conexão com o pensamento, visto que este é representado a partir de uma linguagem comum, seja ela falada ou não. Enquanto casa do ser, a linguagem é parte constitutiva da essência do modo de vida e das experiências. É a partir da linguagem que o ser se manifesta enquanto ser-no-mundo. A fala, uma das formas de linguagem, é a “expressão e comunicação sonora de movimentos da alma humana” (HEIDEGGER, 2003, p. 10). Ele ainda complementa que:

Toda linguagem é um envio histórico, mesmo quando o homem não conhece a história, no sentido moderno europeu. Também a linguagem como informação não é a linguagem em si, mas envio histórico do sentido e dos limites da época de hoje, uma época que não inaugura o novo, que somente leva ao extremo o velho, o já prelineado na Modernidade (HEIDEGGER, 2003, p. 213).

O deslocamento coloca o ser migrante em situação em refúgio em contato com novas experiências linguísticas “bagunçando” a casa do ser, que necessita de tempo para ser reorganizada. Normalmente mais tempo do que o que eles realmente têm. A língua, aqui, vincula-se ao contexto de acolhimento, como uma forma de integração e em que o seu aprendizado está diretamente relacionado às necessidades urgentes, incluindo a de sobrevivência (GROSSO, 2010).

Uma questão que interfere diretamente na experiência do migrante em situação de refúgio está no encontro, ao chegar ao Brasil, com uma cultura monolinguista que elegeu o português como língua oficial e rejeita as mais de 200 línguas faladas atualmente no país que, além das indígenas e das línguas utilizadas nos cultos afro-brasileiros, incluem as línguas faladas pelos migrantes do passado e os contemporâneos e que rejeita até mesmo a sua segunda língua oficial, a língua brasileira de sinais (Libras), não garantindo o ensino bilíngue nas escolas para as pessoas surdas. A construção dessa nação imaginária que tornou a língua portuguesa como uma das principais características homogeneizantes da identidade nacional reforça a cultura monolíngue e ainda supervaloriza a norma padrão culta (PESSOA, 2007), gerando diversas formas de preconceito linguístico (BAGNO, 2015) que são experienciados por aqueles que possuem sotaques e formas de falar distintos dessa norma culta, sejam migrantes internacionais ou não.

O ideal de monolinguismo até hoje faz parte de uma crença disseminada entre a própria população que acredita que a única língua de expressão oral falada no Brasil é o português. Além dos indígenas e das pessoas escravizadas, os migrantes foram vítimas históricas dessa política linguística (OLIVEIRA, 2008). De acordo com o autor “a política linguística do estado sempre foi a de reduzir o número de línguas, num processo de glotocídio (assassinato de línguas)” (OLIVEIRA, 2008, p. 3-4). Essa política era tão violenta que, ainda no século XX, de acordo com o autor, prendia, torturava e perseguia pessoas que falavam suas línguas maternas. Isso se reflete nas situações vividas pelos migrantes atualmente, como mencionou Destinée, no quadro 22, quando falava sobre o fato de o seu chefe não a deixar falar sua língua materna, o Lingala, com outra congoleza. Dentro desse processo político ocultado, todos eram levados a falar e a aceitar a língua oficial. As relações de poder não estão apenas entre o Estado e os não-falantes da língua oficial, mas também se reflete em poderes simbólicos entre os que falam e os que não falam a língua oficial (BOURDIEU, 2008). Esse poder simbólico se manifesta a partir do que Bourdieu chama de “‘escolhas’ do *habitus*” que já não são mais realizadas por meio da imposição, mas de maneira inconsciente e, geralmente, na frente daqueles que são reconhecidos como “locutores legítimos” (BOURDIEU, 2008, p. 38).

O *habitus* não surge por acaso. O “*habitus* linguístico” está relacionado a uma conjuntura em que a fala implica em um “interesse expressivo”, propensão a dizer “coisas determinadas” (BOURDIEU, 2008, p. 24). Na fase escolar, por exemplo, somos condicionados a seguir um determinado padrão normativo da língua e entender que as variações linguísticas regionais não são as formas corretas de expressão (BOURDIEU, 2008). Na aula de inglês, temos que pronunciar “corretamente” de acordo com os padrões da língua falada nos Estados Unidos ou no Reino Unido, sendo que há inúmeros outros países que têm o inglês como língua oficial que falam com distintos sotaques e que possuem inúmeras variações. O reflexo dessas e de outras práticas linguísticas está na dificuldade que o ser migrante em situação de refúgio encontra, especialmente relacionadas à aceitabilidade social. Chomsky (1965) faz uma crítica ao fato de a teoria linguística da época estar preocupada com o que ele chama de “locutor ideal” com uma fala homogênea. A teoria linguística evoluiu, porém o preconceito linguístico permanece nas vivências cotidianas, resquício das práticas que originaram essas teorias. O relato a seguir revela duas faces do encontro linguístico entre o nacional e o migrante:

Quadro 24 - Trecho do relato de Oula, em evento da Missão Paz

[...] eu parei de ir pro posto de saúde muito tempo atrás, por causa da fila e aquela burocracia do sistema do posto. Eu chorei muito na frente dos hospitais e postos de saúde antes, quando cheguei, por causa da língua por causa do atendimento. [...]. Não dava para entender sem falar a língua. Eu estava grávida e queria cadastrar no posto perto da minha casa e a moça pediu comprovante de residência. [...]. Nesse momento eu não entendi e ela não tentou mudar a palavra, porque se ela falasse para mim o comprovante de onde você mora, uma fatura de energia, uma fatura de telefone, eu ia entender. Mas ela não tentou mudar a palavra e eu saí do posto, chorei muito. Depois quando eu entendi isso falei: “nossa, é muito fácil mudar a palavra para conseguir entender”. [...]. Na escola [...] meu filho pequenininho que tem 3 anos e meio, ele não fala ainda por causa da mistura dessas línguas e as professoras dele me convidaram para fazer reunião sobre isso porque elas estavam preocupadas. Elas queriam achar um caminho para conseguir entender o que ele quer, o que ele fala. E ele fala na mesma frase misturando o inglês, árabe, português [...]. O papel da professora aqui é muito difícil eu agradeço isso porque ele elas tentaram muito achar um jeito para comunicação com o meu filho, até que eles me pediram [para] escrever na agenda todos os dias uma palavra em árabe, em letras latinas, para eles conseguirem [identificar] aquelas palavras que ele usa muito.

Fonte: Alsagheer (2019).

O depoimento traz um exemplo de quando a língua passa a ser uma barreira, quando um dos interlocutores não está apto a receber a mensagem e o outro desiste de passar a mensagem, como aconteceu no caso do posto de saúde. Ressaltamos que a comunicação independe da língua. Isso é mostrado no segundo exemplo mencionado, em que as professoras buscam junto com a mãe uma solução para melhorar a comunicação com o estudante que ainda confunde as línguas na escola. A experiência escolar atual é marcada, ao mesmo tempo, pela característica secular de fabricação de semelhanças (BOURDIEU, 2008), porém esse depoimento é o exemplo da tentativa de aceitação e inserção da diversidade que os alunos migrantes representam. Apesar disso, é importante ressaltar que esse tipo de ação ainda está longe de ser uma prática corriqueira nas escolas que possuem alunos migrantes.

Relações de poder simbólico são criadas a partir da língua (no caso da atendente do posto de saúde e da pessoa que não entendia o que ela dizia) refletindo-se na experiência e transformando-se em mais uma das fronteiras que acompanham o ser migrante. As demonstrações dessa relação vão desde “as maneiras de olhar, de se apurmar, de ficar em silêncio, ou mesmo de falar (‘olhares desaprovadores’, ‘tons’ ou ‘ares de censura’ etc.)” (BOURDIEU, 2008, p. 38), incluindo o *bullying* na escola, a dificuldade de conseguir emprego ou ainda a falta de empatia nos serviços públicos, como foi o caso mencionado.

Falar e dizer são coisas distintas em Heidegger (2003), já que podemos falar sem dizer e mesmo dizer sem falar. O dizer representa a linguagem e a saga do dizer e está diretamente relacionada ao mostrar, ao se mostrar enquanto ser-no-mundo deixando assim os que escutam alcançarem a linguagem. A saga do dizer é um caminho que só se completa com a escuta. A fala, que pode ser realizada a partir de sons e/ou gestos, apesar de não ser uma característica garantida, é a representação de uma linguagem que exterioriza a ideia de um interior que Heidegger (2003, p. 10) coloca como “expressão e comunicação sonora de movimentos da alma humana”; ela é uma atividade humana. A fala precisa de alguém que se expresse e de alguém que escute. Ela está repleta de sentidos e significados que podem não ser compreendidos mesmo por quem fala a mesma língua, já que ela representa construções simbólicas espaciais que ganham sentido

a partir da experiência. “Só podemos ser esses que escutam à medida que pertencemos ao dizer e sua saga. O deixar alcançar, isto é, o caminho para a fala, vem precisamente de um deixar pertencer à saga do dizer” (HEIDEGGER, 2003, p. 205). O autor ressalta que a fala pertence ao modo de ser da presença humana e a linguagem é onde repousa a essência do homem. Interromper essa saga do dizer seria então cercear o ser de revelar a sua própria essência. Heidegger (2003, p. 170) caracteriza a linguagem como “saga do dizer que encaminha mundo”, como “a relação de todas as relações”. A saga do dizer significa percorrer um caminho que Heidegger (2003) chama de caminho da linguagem, um caminho como algo que “se deixa alcançar” a partir da escuta (HEIDEGGER, 2003, p. 205). O autor menciona que o falar não ocorre ao mesmo tempo que o escutar, mas que antes da fala, vem a escuta. Retomando o exemplo do atendimento no posto de saúde (quadro 24), a saga do dizer não se completou visto que não houve escuta por parte da atendente. Escuta não está relacionada aqui apenas ao entendimento dos sons emitidos, mas à sensibilidade de parar para compreender aquela necessidade, mesmo através de outras formas de linguagem. Sem o interlocutor que escute, a fala se perde com o vento e a saga do dizer não se completa. É a partir da saga do dizer que ocorre a proximidade, que fundamenta a teoria heideggeriana; ela está diretamente vinculada ao espaço, ao tempo e à linguagem (SARAMAGO, 2008). O escritor vietnamita que cresceu nos Estados Unidos, Viet Than Nguyen (2018), reforça que a principal questão aqui não é a falta de voz dos migrantes, porque eles têm voz e falam alto. Para o autor, falta uma aproximação por parte de quem não pode ou não quer ouvir o que o migrante em situação de refúgio tem a dizer.

A maioria dos migrantes com quem conversei falava mais de uma língua já antes de chegar ao Brasil. Por mais que eles falem em suas próprias línguas, raramente há uma escuta para elas em um país que adota o monolinguismo. O bilinguismo ou mesmo o multilinguismo é uma característica marcante do ser migrante em situação de refúgio (AMADO, 2013) que esbarra no fato de o português não ser a língua materna de muitos deles e, mesmo quando é, as variações da língua portuguesa em diferentes países se tornam uma fronteira. Uma questão importante na aprendizagem da língua portuguesa é que há diversos fatores relacionados à experiência individual que geram distintos ritmos de aprendizagem

como, por exemplo, a tensão e os traumas gerados pela migração e a urgência dessa aprendizagem para conseguir um emprego (AMADO, 2013).

Uma das ramificações do ensino de línguas é o da língua de acolhimento que, em se tratando da língua portuguesa, é conhecido como PLA – Português como língua de acolhimento: uma forma de ensinar o português que abrange as principais necessidades do cotidiano daqueles que têm urgência no aprendizado da língua. A metodologia do PLA inclui textos, vídeos e conversas que podem ser aplicadas ao cotidiano, além de explicações em relação ao funcionamento das instituições do país de destino, em especial as que serão buscadas de maneira mais recorrente.

O direito ao ensino/aprendizagem da língua de acolhimento possibilitará o uso dos outros direitos, assim como o conhecimento do cumprimento dos deveres que assistem a qualquer cidadão. Desse modo, o ensino das línguas insere-se atualmente num modelo de educação que acompanha as mudanças sociais, as questões étnicas e culturais e que tem como finalidade a reconstrução de uma sociedade mais justa, humana e intercultural (GROSSO, 2010, p. 69).

O ensino do PLA supre a função de garantir ao migrante em situação de refúgio a possibilidade de desenvolver as tarefas do cotidiano, mas não podemos esquecer que não é só ensiná-los a falar português. A questão da escuta ainda é a principal fronteira no entendimento entre nacionais e migrantes. Enquanto for enxergado como o outro, não existirá uma completa integração linguística. Essa integração é aquela que facilita o acesso aos direitos fundamentais e o direito às práticas cotidianas como fazer parte de grupos formados não apenas por pessoas de mesma nacionalidade.

Nesse sentido, trabalhos como os que exploram a interculturalidade e uma educação plurilíngue nas escolas onde há a presença de migrantes vêm sendo fundamentais. Isso significa promover uma valorização das culturas, mostrando que não há hierarquias entre as culturas. Scego (2018) faz o seguinte relato sobre quando começou a aprender e a falar o somali na Itália:

Foi lindo, muito lindo, até que comecei na escola e tudo mudou. Lá me diziam: 'Vocês não falam, vocês emitem os sons dos macacos. Não dá pra entender nada. Vocês são estranhos. São como os gorilas.' [...]. Eu tinha quatro ou cinco anos. Eu ainda não era uma africana orgulhosa da sua pele negra. Eu ainda não havia lido Malcom X. Então, decidi não falar mais somali. Queria integrar-me a todo custo, uniformizar-me com a massa. E a minha massa, naquela época, era toda branca como a neve. Não falar minha língua-mãe tornou-se a minha forma bizarra de dizer: 'Me amem'. Porém, pelo contrário, ninguém me amava (SCEGO, 2018, p. 146).

A partir uma conversa entre sua mãe e uma professora, após ter agredido um colega, as coisas parecem terem mudado, transformando a menina introvertida e envergonhada da sua própria cultura em uma pessoa orgulhosa das suas origens:

Só sei que ela mudou radicalmente o trato comigo na escola. Lembro-me que um dia ela me chamou para perto de si e me contou que numa das gavetas havia muitas histórias mágicas escondidas. Só que, para pegá-las, eu teria que dar uma palavra a mais durante as aulas. [...]. Naquela época, eu só encontrava amigos nos livros. Prometi à professora todas as palavras do mundo. E aos poucos, com uma história atrás da outra, a minha língua foi se soltando [...]. Eu precisava explicar como as pessoas viviam lá, os nossos rituais, as nossas cores intensas. [...]. Aos poucos comecei a ter amigos e a ser glamourosa (SCEGO, 2018, p. 151-152).

A professora, nesse caso, teve um papel fundamental de mediadora cultural, o que nos faz refletir sobre o quão fundamental é a sensibilização das pessoas, não apenas aqueles que trabalham diretamente com o acolhimento do migrante, porque ser migrante em situação de refúgio é também ocupar distintos espaços. Dessa forma, a língua também surge como uma maneira de manter a memória ancestral, de ser a língua afetiva entre pais e filhos, de manter o contato com parentes e amigos que vivem em outros países, especialmente entre as crianças que nasceram ou chegaram muito pequenas ao país de destino. É comum nas famílias que a “língua oficial de dentro de casa” seja a língua materna. Nas conversas que tive ou que presenciei, percebi pais preocupados em manter a língua materna em casa. Vi uma congoleza contar que, em casa, utilizava bastante o Lingala com os filhos. Ela complementou dizendo que eles poderiam fazer um curso para aprender o francês, língua oficial do país de origem, mas o Lingala, língua materna, não. Vi um venezuelano aconselhar a mãe de uma menininha, que aparentava ter uns 10 anos de idade e falava o português já quase sem sotaque, a não deixar que ela esquecesse o espanhol. “Fale com ela em casa, não deixe que ela esqueça, é a nossa língua”, dizia o homem. Nas redes sociais de sírios com filhos, são comuns vídeos e *stories* em que conversam ou brincam com seus filhos em árabe.

A língua é espacialidade e é afetividade. Enquanto parte das relações humanas, é um instrumento do processo que leva o ser-no-mundo a tecer relações e dar sentido ao mundo. Na experiência do ser migrante em situação de refúgio a língua é vivida como instrumento de familiarização e integração, que está nas novas formas de se relacionar com o espaço, na construção de redes, na busca por

emprego, nas relações das crianças com e na escola, na possibilidade de garantir informações sobre os direitos no país, na participação direta na luta pelos direitos dos migrantes e, ao mesmo tempo, é fundamental na construção de laços, na relação com a cidade e as suas formas de mobilidade, na forma como a cidade é experienciada. A relação com a língua materna também é parte dessa relação entre a aproximação e o distanciamento, que mantém o vínculo com a terra natal e com as pessoas dessa terra, mesmo diante da distância física.

5.3. PENSO, MAS NÃO EXISTO SEM DOCUMENTO

Refletir sobre a questão do documento e suas diversas formas de utilização é entender como ele afeta diretamente e condiciona a mobilidade pelo espaço geográfico e as relações em diferentes escalas. A falta do documento é uma barreira à mobilidade e à entrada em diversos espaços. Não é possível viajar sem documento, o acesso a muitos espaços é barrado sem um. No nosso cotidiano, somos exigidos constantemente a atestar a nossa presença com um documento. Não importa o que se diga, vale o que está escrito. O documento representa quem o Estado diz que somos e o controle dele sobre os corpos e sobre a localização e a movimentação desses corpos no território nacional e mesmo se estamos ou não em “nosso” território nacional. Do nascimento até a morte, inúmeros são os documentos emitidos para mostrar que existimos, que temos idade para eleger um candidato, que sabemos dirigir, se temos ou não antecedentes criminais, se somos nacionais ou migrantes, quais são as nossas formações e desempenho ao longo da vida escolar e acadêmica, para comprovar que trabalhamos e onde trabalhamos, para pagar impostos, qual a nossa nacionalidade e se ela, por si só, dá acesso livre ou não a determinados territórios nacionais. O documento é uma forma de categorizar e mesmo de classificar por idade, nacionalidade, formação, profissão.

A mobilidade e o documento estão intrinsecamente relacionados nesse mundo de fronteiras móveis. Se mesmo com documentos, às vezes, há dificuldade de acesso, sem documentos o deslocamento e o acesso ficam ainda mais complicados. Ele próprio funciona como uma fronteira no acesso, não só aos serviços, mas aos

direitos fundamentais. E é aí que começam as contradições: se os direitos são fundamentais, como só tenho acesso com documentos? Os direitos fundamentais deveriam estar acima de qualquer outra burocracia. Não proponho aqui que ninguém tenha documentos, mas que a falta deles não deveria ser impeditiva para o acesso aos direitos. Por mais que a legislação (no caso a brasileira) garanta o acesso aos direitos fundamentais mesmo para indocumentados, a burocracia arraigada, somada à falta de conhecimento quase que generalizada sobre os direitos e sobre a igualdade de direitos entre brasileiros e migrantes, faz com que, muitas vezes lhes sejam negados acesso aos direitos que são garantidos pela Constituição Federal.

São inúmeros documentos que os brasileiros precisam obter e apresentar todos os dias. Muitos já fazem parte do nosso cotidiano, como, por exemplo, o RG – Registro Geral e o CPF – Cadastro da Pessoa Física. Mas e quando falamos em documentos como RNE – Registro Nacional de Estrangeiro (antigo documento para migrantes), RNM – Registro Nacional Migratório (atual documento) e DP-RNM – Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (emitido para os que aguardam reconhecimento do seu *status* de refúgio), mais conhecida pelos migrantes como Protocolo de Refúgio? Estes documentos são específicos para migrantes que vivem no Brasil. A falta da presença desses documentos no cotidiano dos brasileiros faz com que eles, muitas vezes, não sejam aceitos nos estabelecimentos como bancos, que seus formatos não estejam presentes nos sistemas de cadastro de empresas e escolas, ou mesmo que viagens interestaduais rodoviárias não sejam permitidas pela falta de conhecimento dos motoristas e cobradores sobre a existência e o formato de alguns documentos oficiais. Há situações, como abrir uma conta em um banco, em que já é permitido utilizar o passaporte do país de origem, porém ainda há relatos de pessoas que não conseguem pela falta de conhecimento dos próprios bancários. Em cidades onde há um fluxo maior, como em São Paulo, a atuação do Conselho Municipal de Imigrantes e da Defensoria Pública já vem gerando resultados positivos. Na medida em que os migrantes vão ocupando os espaços, vão tendo os seus acessos e direitos garantidos. Isso leva tempo, desgasta, desanima e desmotiva aqueles que buscam pela primeira vez os serviços na situação de migrante.

Uma cubana que foi entrevistada para esta pesquisa, por exemplo, em um momento de conversa informal, contou não ter conseguido contratar um plano telefônico de celular. A razão informada pelo atendente da companhia era que, para ter um plano que não fosse pré-pago, seriam necessários o RG (Registro Geral) e o CPF (Cadastro da Pessoa Física), os dois juntos, necessariamente. Lembramos que o migrante pode possuir CPF, mas o RG é um documento emitido apenas para brasileiros. O tratamento dos migrantes como ameaças à segurança nacional surge nessas marcas do dia a dia: não possuem RG (documento emitido pelas secretarias de segurança públicas estaduais) porque seus documentos precisam ser emitidos por um órgão nacional, o Ministério da Justiça. Muitos migrantes em situação de refúgio já se comunicam utilizando aplicativos que apenas necessitam uma rede sem fio para conexão. Porém, a especificidade aqui é que em Cuba, a internet começou a ser disponibilizada no final de 2018, com um custo alto, ainda praticamente inacessível para um assalariado. No seu depoimento, essa cubana relatou:

Quadro 25 - Relato de Maria

No mundo inteiro, a internet está aí, tanto que sobra. No ano passado, em dezembro, em 17 de dezembro foi que o povo pôde ter internet nos celulares, porque quando havia, era zonas de *wifi*, nos parques ao ar livre. E agora, em 2018, em dezembro, foi que, paulatinamente, as pessoas puderam ter internet no celular. Mas a que custo? O pacote mais simples, quanto custa? 7 CUC³⁶, que são 175 pesos cubanos. Então, se você compra um pacote de internet, não come. [...] Este ano, no mês de julho, fizeram uma reestruturação econômica no país e houve um aumento salarial, mas depois de muitos anos [...] passamos a ter um salário mínimo de 250 pesos cubanos.

Fonte: (informação verbal)³⁷.

É simples utilizar as redes sem fio para se comunicar quando as pessoas com quem se comunica também têm acesso. Para ela, entretanto, um plano pós-pago de telefone seria a melhor forma para se comunicar com a família, o que lhe foi negado, naquele momento, pela falta de um RG. Não que essa seja a política das companhias telefônicas, mas o conhecimento sobre a existência de outros tipos de documentos e a sua normalização precisam ocorrer em todos os ambientes. A falta

³⁶ Segunda moeda cubana, equiparada ao dólar e obrigatória nas casas de câmbio, onde geralmente os turistas trocam dinheiro.

³⁷ Entrevista realizada com Maria (nome fictício), em 08 de agosto de 2019.

de conhecimento de quem a atendeu sobre os documentos concedidos a migrantes pode ter sido o fator da negativa do plano telefônico, mas esse não é um caso isolado, já que, em outros depoimentos, a questão da falta de acesso, mesmo para quem possui os documentos concedidos a migrantes, também foi mencionada. O depoimento a seguir (quadro 26), traz outros exemplos relacionados ao tema:

Quadro 26 - Trecho da entrevista com Jean Katumba

Bom, a documentação Brasil evoluiu bastante. No período que eu cheguei, para conseguir CPF, para ir à Polícia Federal, você tinha que agendar. Essa agenda [levava] mais de seis meses. [...] Pra conseguir protocolo tinha que esperar. Você ia a Polícia Federal depois de três meses, que você conseguia protocolo. Pra carteira de trabalho, mais três meses, que significa um ano para você ficar à disposição de emprego. Hoje em dia, as coisas são mais fáceis. Por isso eu falo que a luta é boa quando tem avanço. Hoje em dia ter documento [...] não é tão um presente do céu [...]. Mas se falar no documento, será que é documento? Isso que é [o] problema. Não é [o] documento que a gente sonhava ter. Por vários motivos. Mesmo com o governo, não estou falando das empresas. Vez passada que fui a Brasília, eu tinha agenda com o chefe do gabinete do ministro do ministério exterior, pela ONG. E fomos ao Ministério Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores. Bem na porta pra entrar, tá pedindo RG. Eu mostro minha RNE. Não entra [o número] no sistema. Eu perguntei para eles: “esse não é documento?” Como no sistema de governo do Brasil, meu documento não entra? Será que todo mundo tem que ter RG? Então dá pra gente! [...]. Eu tenho que denunciar. Aqui, no Itamaraty, meu documento como estrangeiro não entra. Vai entrar onde? Vamos deixar empresa, vamos falar do poder público. Porque Itamaraty, ele é o vice-presidente do Conare. E Conare tem [como] presidente o Ministério da Justiça, vice-presidente Itamaraty. Eles que dão documento, tô falando do documento RNE. RNE não entra no sistema deles. Entendeu? [...] pega RNE e faz o cadastro online do bilhete único online. Não entra! Tá pedindo RG. Não tô falando de empresas. Tá entendendo? O que nós temos não é documento! Porque eles que deveriam fazer esse documento. Eles como poder público, o sistema deles tem que escrever RG e RNE. Ele sabe que a gente existe. Brasil não tem somente brasileiro. Mas quando você bota no sistema somente RG, o que você tá querendo? [...] Se você não quer colocar RG, adapta o número. Aqui tem nove números, coloca também esses nove. Vai se encaixar. Mas se esse é nove e esse é sete, não vai entrar. Sistema vai negar. [...] A minha língua tem um ditado que fala seguinte: (fala em Chiluba). Sabe o que significa? Um dançarino que dança feio a gente dá para ele feijão sem arroz, não tem como ele comer direito. Dá pra ele só metade. Não dá todo não. Porque eles não dançam direito. [...]. Isso é que nós estamos sofrendo aqui. Eles nos dão metade! Não me dão o documento inteiro, porque não entro nos lugares. Imagina no banco. Imagina outros lugares. Isso que estamos denunciando. [...] ser cidadão é gozar de todos os direitos. Será que imigrante goza de todos os direitos? Não. Ainda tem os editais que só tem que ter RG. Tem que ter

RG. [...] Isso que é o problemático.

Fonte: (informação verbal)³⁸.

O relato menciona um paradoxo que é comumente experienciado pelo ser migrante em situação de refúgio: o fato de possuir documento, mas do próprio documento ser a barreira que impede a livre movimentação. Atividades do cotidiano podem se tornar mais difíceis de serem realizadas como, por exemplo, contratar um serviço telefônico ou mesmo acesso aos prédios públicos, como nos exemplos mencionados anteriormente, ou abrir uma conta em um banco, participar de uma chamada de um edital, utilizar o transporte público com bilhete único. As dificuldades não ocorrem necessariamente pela falta de documento, mas pela falta de conhecimento dos brasileiros sobre os documentos emitidos para migrantes e pela falta de estrutura dos sistemas de diversas instituições públicas e privadas para cadastrar os números nos seus sistemas.

Os dois principais documentos emitidos no Brasil para migrantes são o RNM e o DP-RNM. O segundo documento, também conhecido como protocolo de refúgio, é para os migrantes que fizeram a solicitação de reconhecimento da denominada condição de refugiado, mas ainda estão aguardando a decisão do Conare. Este documento era impresso em papel comum e ainda o é em alguns estados, o que dificulta o reconhecimento pelos próprios brasileiros deste como um documento oficial. Além disso, seu número possui 17 dígitos, mais do que qualquer outro documento emitido no país, o que faz com que os sistemas, sejam escolares, de transporte público, de telefonia, entre outros, não possuam campos com tamanho suficiente para digitar o número completo, o que muitas vezes impede o acesso aos serviços. Nesse sentido, havia uma mobilização, especialmente em cidades com um maior fluxo, para que a rede pública de educação aceitasse a DP-RNM como documento de matrícula, mesmo que a quantidade de dígitos não caiba no sistema, inserindo apenas os números possíveis. Essa luta, juntamente com outras, se transformou na resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020 que “dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro” (BRASIL, 2020, n.p.).

³⁸ Entrevista realizada com Jean Katumba, diretor da ONG PDMIG – África do Coração, em 13 de agosto de 2019.

Entre outras coisas, a resolução menciona que a falta de documentação não deve ser uma barreira à aceitação da matrícula, com procedimentos de avaliação e classificação devendo ser realizados na língua materna do estudante. Flexibilização é a palavra para que os direitos não sejam concedidos pela metade, para que, com ou sem documentos emitidos pelo Estado brasileiro, os migrantes em situação de refúgio tenham os seus direitos respeitados. Há casos em que essa falta de conhecimento impede até a contratação de migrantes, como menciona Adama Konate (quadro 27), presidente da Associação do Mali em São Paulo:

Quadro 27 - Trecho da entrevista com Adama Konate

Então, tem ainda essa burocracia que acontece né? Bom, é uma coisa das empresas, mas, por exemplo, tem ainda muitas empresas que não contratam pessoas que têm o protocolo. Não é com o protocolo que faz tudo. [...] o protocolo é um documento temporário. Então muitas empresas, no começo, muitos brasileiros falavam que o protocolo não é documento. [...]. Quando eu abri a associação do Mali, em 2013, [...] eu criei um grupo de teatro. Esse grupo de teatro faz muito teatro sobre nossa vida o que é protocolo, como se chega com o protocolo e vai abrir conta [...] se você falar protocolo e não documento, a pessoa fica jogando, “isso é papel, isso não é documento!”, entendeu.

Fonte: (informação verbal)³⁹.

Os relatos dos quadros anteriores (26 e 27) reforçam que, no Brasil, apesar dos direitos garantidos, as circunstâncias que envolvem o ser migrante em situação de refúgio não permitem, em diferentes situações, o acesso aos direitos básicos, não porque não seja um direito, mas pelo preconceito e pela falta de conhecimento. Jean Katumba (quadro 1), ao relacionar o preconceito à ignorância, fala justamente sobre a falta de compreensão do que significa ser um migrante nessa situação, seja pela ignorância das pessoas sobre os próprios direitos, seja sobre os direitos do outro. O fato de não possuírem a cidadania brasileira não retira o direito ao tratamento igualitário que, ao mesmo tempo, respeite as diferenças e a diversidade dos migrantes. A entrevistada Nadi (quadro 28), traz a visão sobre o tema de quem chegou recentemente ao Brasil:

³⁹ Entrevista com Adama Konate, presidente da Associação do Mali, realizada em 14 de agosto de 2019.

Quadro 28 - Trecho da entrevista com Nadi

Para mim o Brasil também é um país muito acolhedor, mas [...] quando você já tem sua documentação não acontece nada depois, não tem um segmento para essa pessoa que chegou aqui no Brasil que você acolheu, que você deu documentos de graça. Porque aqui não tem burocracia nenhuma para você ter seu CPF, sua carteira de trabalho, para ter documentação do SUS, tudo é muito rápido, muito fácil, muito gratuito. Então você, como imigrante, imagina que depois disso você vai abrir uma porta sem fim de oportunidades, mas não acontece assim. Você tem toda a sua documentação, vai procurar emprego, você é rechaçado e você não atinge nenhum emprego. Você imagina que os erros são seus por não saber falar português, procura aprender português, procura melhorar sua língua, mas tampouco acontece nada. Então é um problema de muita política pública que não está encaminhada para atender esse imigrante depois que é recebido.

Fonte: (informação verbal)⁴⁰.

A questão colocada por Nadi, de que as principais dificuldades no Brasil não estão na emissão de documentos, corrobora as falas de Jean Katumba e Adama Konate no sentido em que reforça que, diferentemente de muitos países nos quais conseguir regularizar a documentação é um problema, o Brasil adota políticas que facilitam esse acesso, especialmente quando há grandes fluxos originários de um mesmo país. A experiência relatada, no entanto, revela que isso não é suficiente e que, mesmo tendo fácil acesso aos documentos, as fronteiras simbólicas ainda são divisoras nas relações entre o ser migrante em situação de refúgio e as relações cotidianas no Brasil. Isso leva a uma reflexão sobre como o “existir oficialmente” é importante, mas não é a única maneira de romper as barreiras simbólicas historicamente construídas. É preciso muito mais do que isso para que as políticas migratórias sejam inclusivas. Discutir novas formas de melhorar esses acessos é fundamental.

Durante a pandemia de covid-19, a questão da validade da documentação também acabou sendo um problema para os documentados já que os documentos emitidos para migrantes no Brasil possuem validade de um ano. Com o início do isolamento social, o serviço de atendimento à renovação de documentos da Polícia Federal foi fechado, não sendo possível a renovação e nem a solicitação de documentos para os que ainda não os possuíam. Mesmo havendo uma

⁴⁰ Entrevista realizada com Nadi, em 15 de dezembro de 2021.

portaria prorrogando as suas validades, havia uma questão já mencionada e que sempre afetou e continuou afetando os migrantes ainda mais durante a pandemia, que é a falta de conhecimento dos brasileiros sobre os documentos migratórios e sobre a prorrogação. Dessa forma estava sendo exigida a renovação do documento por empregadores, por exemplo, ou mesmo o saque do auxílio emergencial estava sendo negado em virtude da validade expirada. Uma sucessão de violações que foram deixando pessoas em situação de vulnerabilidade ainda mais vulneráveis. As dificuldades de todos os tipos, durante a pandemia, levaram um grupo de aproximadamente 400 migrantes, incluindo crianças, a tentar deixar o Brasil pelo Acre. O grupo foi rejeitado pelas autoridades peruanas, que utilizaram força policial para não permitir as suas entradas. Por alguns dias, ficaram na ponte que separa os dois países, pois também não conseguiram retornar ao Brasil. Só após um grupo que tomou conhecimento da situação entrar com uma ação no Ministério Público, as pessoas foram autorizadas a entrar no Brasil novamente. A pandemia se transformou em uma desculpa para descumprir acordos e violar direitos humanos.

A realidade mostra que não é o simples nascer que torna o indivíduo um ser de direitos e um cidadão. Em um livro autobiográfico, Maha Mamo (MAMO; OLIVEIRA, 2020) conta a sua história e a da sua irmã Souad, apátridas desde o nascimento e as duas primeiras nessa situação a obterem a nacionalidade brasileira, a partir das mudanças na Lei 13.445/2017 (BRASIL, 2017a). Ela e seus irmãos (há um irmão que faleceu no Brasil, antes de obter a nacionalidade) são filhos de um casamento inter-religioso, que é proibido na Síria, o que fez com que seus pais se mudassem para o Líbano para poderem ter um casamento sem perseguições. No Líbano só são reconhecidos como cidadãos os descendentes de libaneses, sendo assim, filhos de sírios não podem ter nacionalidade libanesa, mesmo tendo nascido lá. Ademais, como é narrado por Maha Mamo, os países árabes só reconhecem a nacionalidade pelo sangue paterno, mas não reconhecem o pai solo para fins de registro dos filhos, por isso o pai não pôde registrar sozinho os seus filhos na Síria. Além disso, filhos dos casamentos inter-religiosos, por não serem permitidos, não existem aos olhos do Estado sírio. Seu pai, católico, teria que converter-se ao islamismo para que pudesse se casar na Síria e seus filhos pudessem herdar a sua nacionalidade, o que não aconteceu. Sem ter sequer uma certidão de nascimento, Mamo narra sua vida sem documentos da seguinte forma:

Quadro 29 - Trecho do livro Maha Mamo

Deixar tudo aquilo para trás significava, acima de tudo, abdicar de um passado marcado por muitos favores, uma certa compaixão e alguma esperteza para poder exercer as funções básicas de uma cidadã: frequentar uma escola, ter um emprego com todos os direitos trabalhistas respeitados ou ser atendida num hospital, por exemplo. [...] Minha conta no banco não era minha, mas, sim, de uma amiga. A mesma amiga que emprestava seu documento — com um providencial maço de dólares enrolado — para que o plantonista do hospital me atendesse em minhas sérias crises de urticária.

[...] passei boa parte da juventude numa corrida frenética por papéis, carimbos e assinaturas que provassem o óbvio: que eu existo e estou aqui. Assim, minhas reminiscências giram em torno dessa saga, com conquistas e fracassos ao longo do percurso. Várias frases que parecem sem sentido para a maior parte das pessoas marcaram a minha vida, como: “Consegui o primeiro emprego na mesma época em que comecei a mandar e-mails para todas as embaixadas, sem sucesso”; ou “Conheci meu segundo namorado, com quem eu imaginava me casar, dias depois de bancar a filha abandonada e me apresentar a um orfanato, numa tentativa desesperada de ser adotada e registrada”; ou, ainda, “Meu sonho de cursar Medicina evaporou porque eu não tinha como apresentar uma certidão de nascimento na universidade”.

[...] 4 de outubro de 2018, o dia em que renascemos. Fomos as primeiras apátridas reconhecidas pelo Estado brasileiro e somos as primeiras também a ganhar a nacionalidade. Nossos registros mostram os números 001 e 002 na conquista da cidadania. Meu amigo Rodrigo Penteado, do Ministério das Relações Exteriores, incansável na campanha pela resolução de nosso problema — ele foi um dos maiores incentivadores da Lei 13.445 no governo —, sempre me dizia: “Ainda vamos ver você entrar na história do Brasil, Maha”. Acho que entrei.

Fonte: Mamo; Oliveira (2020, p. 11-12; p. 15; p. 246).

A validação da cidadania se dá pela possibilidade de poder reivindicá-la (SANTOS, 2007), algo que só aconteceu com Maha Mamo após 30 anos. O documento é parte importante do processo de cidadania, nas atividades do cotidiano, como ir à escola, trabalhar, ir ao médico, votar e ser votado. A cidadania precisa ser provada com documentos para que se possa ter acessos e direitos garantidos ou pelo menos para ter o direito a reivindicar direitos. No Brasil, as lutas migrantes se constituem em uma forma de garantir, na prática, direitos que já são garantidos em legislação. Milton Santos (2007) nos ensina que a cidadania se aprende. O aprendizado da cidadania se mostra como instrumento de luta e reivindicação, seja pelo diálogo, seja pelos mecanismos jurídicos.

5.4. FENDAS QUE SE ABREM, PONTES QUE SÃO CONSTRUÍDAS

Uma das principais características da migração forçada é a separação de famílias entre dois ou mais países, transformando completamente o cotidiano e as suas relações. A distância pode não cortar os laços afetivos, mas provoca mudanças nas experiências cotidianas e nos sentimentos dessas pessoas. Em junho de 2020, participei de uma roda de conversa virtual com mulheres da Venezuela e da Guiana que vivem em Roraima. Uma das perguntas que fiz foi sobre o que elas mais sentem falta dos seus países de origem. Imediatamente lágrimas vieram aos olhos de todas elas e a resposta foi a mesma: da família. Uma delas comentou o fato de não passar o Natal com a família havia dois anos. Outra falou da impossibilidade de reunir a todos os familiares para um almoço de aniversário porque estão todos distantes, espalhados por diversos países. Em duas das entrevistas realizadas para esta pesquisa, foram feitos os seguintes relatos:

Quadro 30 - Trechos das entrevistas de Alejandro e Maria Fernanda

Alejandro (nome fictício): Estão em Cuba. Vou me sacrificar por eles, mas... o meu casamento está em risco. Estou perdendo as coisas mais lindas do desenvolvimento do meu filho: papá (imitando uma criança falando e me mostrando a foto do bebê no seu celular), [...] ele tem 10 meses, sofre... por uma política estúpida! Entende? [...]

Maria Fernanda: Meu pai já tinha tempo em Manaus morando sozinho, viemos morar com ele também e ajudá-lo porque ele estava com 2 hérnias. Ele só vendia churros para economizar dinheiro e pagar aluguel e comida. Minha mãe, meu irmão mais novo e eu saíamos todas as manhãs para vender churros. [...] Minha mãe voltou para a Venezuela porque meu irmão mais novo ainda estava estudando. Aí meu pai e meu irmão foram embora porque meu pai teve que se submeter a uma cirurgia [...] A operação do meu pai [foi a razão do retorno de Maria Fernanda para a Venezuela em 2021] e também porque já tinha 2 anos fora do país sem ver a minha família.

Fonte: (informação verbal)⁴¹.

⁴¹ Entrevista com Alejandro (nome fictício), realizada em 08 de agosto de 2019. Entrevista em espanhol (tradução nossa). Entrevista com Maria Fernanda, realizada em 13 de dezembro de 2021, de maneira virtual, após o seu retorno para a Venezuela.

Alejandro fala de separação familiar e sua tentativa de conseguir melhorar a renda e a situação da família, em especial, após o nascimento do seu filho. Seu caso não é isolado como foi possível observar inclusive nas diversas histórias relatadas neste trabalho. As famílias transnacionais representam a separação e a dor de não ver um filho crescer na sua presença, de não poder acompanhar um pai ou mãe em momentos de dificuldade, de não fazer mais as refeições em uma mesma mesa, por exemplo, mas, por outro lado, pode representar o sustento dessa família e a possibilidade de poderem fazer uma refeição. Os seus mundos serão experienciados de novas maneiras. Novas paisagens, novos sabores, novos costumes, novas línguas ou sotaques e diferentes maneiras de ser. As relações familiares são ressignificadas. A vida e a família estão no centro das decisões que compõem o migrar. No caso da Maria Fernanda, por exemplo, a família veio para o Brasil para ajudar o seu pai que já estava aqui trabalhando e enviando dinheiro para a família. Um problema de saúde, entretanto, o levou a ter dificuldades com a produção e vendas dos churros que fazia. Posteriormente, a dificuldade de atendimento médico no Brasil o fez retornar à Venezuela um pouco antes do fechamento das fronteiras por conta da pandemia. Parte da família retornou para tentar fazer a cirurgia que seu pai necessitava. Quando tentaram voltar ao Brasil, contudo, a fronteira estava fechada por conta dos sucessivos decretos interministeriais que mantiveram, durante a pandemia da covid-19, as fronteiras terrestres fechadas. A fronteira terrestre com a Venezuela foi a primeira a fechar e a última a reabrir. Maria Fernanda, que tem 20 anos, deixou o sonho de ser jogadora de futebol no Brasil e retornou também para ficar próxima da família, mesmo diante das dificuldades que a população do país ainda passa. O bem-estar e a união familiar foram fundamentais nas decisões de cada membro dessa família, tanto na vinda para o Brasil como no retorno para a Venezuela.

Assim como a decisão de para onde ir é algo que envolve distintos fatores, levar a família ou não também é algo que varia em cada contexto. Há aqueles que vão primeiro - para conhecer, pela imediatez da fuga ou pela falta de condições financeiras para seguir com todos. Há famílias que seguem juntas, menores que seguem desacompanhados, irmãos e pais que conseguem acolhimento em distintos países e há casos em que famílias conseguem se reunir, totalmente ou parcialmente. Às vezes, a intenção é o afastamento da família para mantê-la em

segurança como mencionado em um dos depoimentos (quadro 6). A dialética da união e da separação é algo que permeia a presença e a ausência do ser migrante em situação de refúgio.

Um dos primeiros textos escritos por Jacques Lacan⁴², *A família*, apresenta uma preocupação da sua teoria psicanalítica com “as questões da civilização, do ser social dos humanos, da sua dupla situação [...] de indivíduo e de cidadão. E a família é-nos mostrada na sua função de geradora física e psíquica de seres necessariamente sociais” (BELO, 1981, p. 7). Mais do que uma relação biológica, a família, na visão de Lacan (1981), cria as condições que ajudam a dar o significado da sua relação com o meio, a relação com os outros e com a Terra. Fazendo uma aproximação com o que Heidegger (2015) denomina de mundo compartilhado, é geralmente na e a partir da família que desenvolvemos a nossa concepção de mundo a partir do convívio e do compartilhamento desse mundo, em especial, nos primeiros anos das nossas vidas. A separação familiar associada aos traumas vividos pode provocar quadros patológicos de ansiedade, de depressão (DETTLAFF; JOHNSON-MOTOYAMA; MARISCAL, 2016) que se associam à pressão por uma rápida integração, aprendizado do idioma, busca por um emprego. Um estudo de Ballinger (2018) sobre a separação e a reunificação familiar no pós-guerra em 1945 revela que experienciar uma separação familiar é alternar momentos de humanitarismo e de indiferença por parte dos Estados, algo que se reproduz também atualmente. Pamela Ballinger ressalta que os mesmos Estados que tiveram famílias separadas pela guerra são alguns dos que atualmente dificultam os processos de reunião de famílias que hoje buscam refúgio em seus territórios nacionais.

As relações familiares se revelam de distintas formas nas diferentes culturas. Dessa forma, o respeito às distintas noções de família que, culturalmente, compõem o mosaico da vida em sociedade é algo que gera discrepâncias no acolhimento dos familiares. Em seus estudos sobre os latinos nos Estados Unidos, Alan Dettlaff,

⁴² Uma das principais características da psicanálise lacaniana, bem como a freudiana, é a possibilidade de ampliação das suas análises para além do campo da clínica, transitando pela filosofia, pela teoria literária, pela teoria social, entre outras áreas do conhecimento (SAFATLE, 2007). Safatle explica essa ampla recepção pela preocupação de Lacan, já desde a sua tese de doutorado em articular, organicamente, “clínica, reflexão social e tematização da produção estética” (SAFATLE, 2007, p. 15).

Michelle Johnson-Motoyama e Susana Mariscal (2016) mencionam o familismo como valor importante entre os latinos:

[...] esse valor envolve uma forte identificação e ligação com famílias nucleares e extensas, juntamente com um profundo senso de compromisso familiar, envolvimento e responsabilidade. A família oferece segurança emocional e um sentimento de pertencimento a seus membros, e é a unidade a que os indivíduos recorrem em busca de ajuda em situações estressantes ou difíceis. Quando os membros da família precisam de ajuda, outros ajudam, principalmente aqueles em situação estável. Da mesma forma, quando os pais estão passando por desafios que afetam sua capacidade de cuidar dos filhos de maneira adequada, espera-se que a família estendida forneça ajuda. Para as famílias de imigrantes, um forte senso de responsabilidade familiar e os desejos dos pais por uma vida melhor para seus filhos muitas vezes fundamentam as razões de muitas famílias para a imigração. Os desafios associados à imigração podem, às vezes, causar tensão nas famílias, mas a família pode extrair considerável força e orgulho de suas realizações, especialmente entre pais que são capazes de atender às necessidades de seus filhos em meio a desafios contínuos (DETTLAFF; JOHNSON-MOTOYAMA; MARISCAL, 2016, p. 113, tradução nossa).

Não importa se a família está junta ou separada fisicamente, o familismo está relacionado tanto ao suporte emocional, como ao financeiro intrafamiliar. Os autores também mencionam o tratamento homogêneo que é dado a essas famílias, que não levam em consideração as diferenças culturais, étnicas e nem de nacionalidade. Esse tratamento acaba se refletindo nos direitos que são concedidos aos familiares pelos Estados que consideram apenas a família nuclear, aquela constituída de pais e filhos e que não consideram outras formas de constituir uma família, seja pela noção de família extensa ou também fora das relações de consanguinidade. Lacan (1981) observa que a família é uma instituição com uma estrutura complexa e reconhece que a sua análise psicológica deve considerar essa complexidade. Diante dessa afirmação, é importante lembrar como a família é representada no nosso cotidiano ainda como uma reprodução de um ideal de nação que, embora haja um movimento de mudança, ainda representa valores sexistas e racistas (MISKOLCI, 2012), além de xenofóbicos, baseados em consanguinidade.

Em um curso realizado pelo Memorial da América Latina com o tema *Tradução Humanitária*, Aryadne Bittencourt (2021), mencionou, por exemplo, a dificuldade de traduzir o termo filiação para algumas pessoas que preenchem os formulários migratórios, especialmente grupos que não consideram apenas a relação consanguínea na constituição da família ou que vivem no seu cotidiano a noção de família extensa. Os critérios para identificar mãe, pai, irmão podem ser outros,

distintos dos que estamos acostumados. Ela relatou, por exemplo, uma situação em que a pessoa listou três mães. A noção de pai e mãe pode ter uma conexão diferente da biológica, com laços que transformam relações não necessariamente consanguíneas. Essas noções individuais se chocam com a ideia pré-concebida do Estado sobre o que é uma família. Em reportagem para o jornal O Globo, a jornalista Elisa Martins (2020) relata casos de dificuldade na reunião familiar de migrantes considerando que as embaixadas brasileiras, especialmente em países do continente africano, ainda tratam a questão migratória não do ponto de vista humanitário, mas do controle, com exigências de exames que confirmem as relações de parentesco, documentos que comprovem relação de dependência e outros documentos que só poderiam ser obtidos com o governo, algo que fica impossibilitado diante de uma situação de perseguição do próprio governo, por exemplo. A jornalista também menciona casos de pedidos de revogação da condição de refúgio no Brasil de alguns migrantes, após entrevistas com as famílias nas embaixadas que apresentaram algumas contradições.

Contradições, mesmo que sejam por confusões provocadas pelos diferentes intérpretes/tradutores e familiares nas distintas fases do pedido de refúgio, podem ser decisivas na aceitação ou não do pedido, ou mesmo na revogação. Bittencourt (2021) menciona outros casos: o endereço, por exemplo, para alguns grupos, está mais relacionado à descrição de pontos de referência do que a uma rua ou número de residência. A indicação de diferentes pontos, nas diferentes fases, pode se configurar em contradição. Outro caso está relacionado à identificação de gênero, por exemplo, que pode definir as condições de proteção daquela pessoa, considerando que essa pode ser a própria causa da violência vivida. Algumas pessoas que fogem por questões de gênero, na chegada, muitas vezes têm receio em declarar que saíram do país pela perseguição por ser homossexual, por exemplo. Entretanto, essa omissão pode ser um fator crucial na aceitação ou não da solicitação de refúgio.

As famílias transnacionais são invisibilizadas pelas políticas que atuam nas escalas nacionais e não alcançam as proporções tomadas pela situação do refúgio. Elas ainda não possuem o reconhecimento de que são “motores da organização social do cuidado” e estão fora não apenas das políticas, mas também das

perspectivas de criação de políticas que as incluam, bem como suas práticas transnacionais (HERRERA, 2011, p. 200). Para a autora, além do reconhecimento aos distintos sentidos de família, é necessário garantir os direitos para os parentes dos migrantes, independentemente de onde estejam. O familismo não é reconhecido por políticas que aceitam apenas a noção de família nuclear e as famílias migrantes estão em um patamar em que o Estado não alcança a sua totalidade. É preciso então pensar em como assistir famílias que estão separadas pela distância, embora não desagregadas, bem como famílias que estão juntas e não compõem o que é reconhecido pelo Estado como núcleo familiar.

Além da aceitação legal da família, a humanização e o respeito passam pela aceitação das práticas culturais como, por exemplo, os modos particulares que cada cultura realiza seus rituais desde os partos até os funerais. Em São Paulo, a Equipe de Base Warmis, coletivo de mulheres migrantes e brasileiras, nasce com a bandeira da luta contra a violência obstétrica, em especial contra a xenofobia e pelo respeito às práticas culturais de parto no sistema de saúde pública, que globaliza protocolos (MOYA, 2021). A equipe propõe também um resgate das práticas culturais perdidas em decorrência da discriminação que tira o poder da mulher sobre o próprio corpo ao elitizar o acesso ao parto domiciliar e, ao mesmo tempo, a não aceitação das práticas culturais nas instituições de saúde pública. O relato afirma que é uma prática comum nas instituições de saúde a inibição do trabalho das parteiras com o argumento de que o parto tradicional provoca mortes, invisibilizando assim as mortes hospitalares, uma forma de colonizar os saberes ancestrais (MOYA, 2021). Essa inibição não ocorre apenas com mulheres migrantes, mas também com brasileiras, em nome da modernidade e da “segurança”, mas que omite o controle sobre os corpos.

Outro ponto é que o estranhamento dos migrantes passa também pelas diferenças culturais e pelo que o contexto impõe. Silvie, por exemplo, menciona no seu depoimento (quadro 31) o fato de estranhar a necessidade de seu filho ter que ficar com algum adulto responsável o tempo inteiro. Para ela, conforme o contexto em que viveu, todos os adultos são responsáveis pelas crianças.

Quadro 31 - Trecho do depoimento de Silvie para a Missão Paz

Isso também que me chocou muito! Você não pode deixar criança com outra pessoa. Seus filhos têm que tá com você toda hora. [...] tem um ditado no Congo que fala assim: “seu filho é seu dentro da sua barriga. Colocado pra fora, é da sociedade”. No Congo, gente, todo mundo cuida da criança. Eu me lembro com minha experiência, eu tinha 7 anos, 8 anos andava aí na escola sozinha. E minha escola era do outro lado da avenida. Aí eu saía, eu chegava na avenida. Qualquer pessoa que me encontrava: “tia, tia, por favor, você quer me ajudar a atravessar?”. [...] foi assim que a minha mãe trabalhava, aí minhas tias também estudavam, aí não tinha ninguém para me levar na escola. Aí eu ia, pedia ajuda na rua e não tinha nenhum problema até hoje. Só conheci problema quando fiquei adolescente, que eu fiquei conhecendo uns casos de uma pessoa que queria abusar. Mas é em todo lugar isso também.

Fonte: Silvie (2019).

A fala de Silvie é corroborada em falas de outras pessoas do continente africano que partem para o continente europeu ou americano; aparece nas pesquisas de Lombe, Mufunde e Mabikke (2016) a partir das noções de senso de comunidade e de redes familiares:

Na verdade, o espírito de convivência e/ou *Ubuntu* forma a essência de ser africano. É um exemplo de muito mais do que coexistência. Isso sugere que minha humanidade está presa e inextricavelmente ligada à sua - só podemos ser humanos juntos. [...]. Para muitos imigrantes, a família e a comunidade são o sistema de apoio central, fornecendo assistência quando necessário (LOMBE; MUFUNDE; MABIKKE, 2016, p. 216, tradução nossa).

O comunalismo é algo que Lombe, Mufunde e Mabikke (2016) citam como uma das características da comunidade africana. O cuidado com as crianças vai além do familismo; envolve o cuidado com os irmãos, que não necessariamente estão relacionados à consanguinidade. No Brasil, essa é uma prática comum entre as pessoas que professam religiões de matrizes africanas. Apesar disso, o preconceito que ainda existe faz com que essas práticas se estabeleçam dentro das comunidades e terreiros e permaneçam desconhecidas pela população de maneira geral. Ao longo do texto, as autoras ainda mencionam diferenças culturais que geram algumas questões nas políticas de acolhimento de centros especializados no atendimento aos migrantes. Mesmo diante da experiência, elas mostram que há inúmeras especificidades culturais que não conseguem ser compreendidas, seja pela falta de conhecimento, seja pelas dificuldades com a língua. O estereótipo de que todo africano, todo latino ou todos aqueles oriundos do Oriente Médio são iguais resulta no tratamento como grupos homogêneos. Nas comunidades de migrantes no

Brasil, foram identificadas diversas redes de apoio construídas pelos próprios migrantes. Adama Konate, no trecho da entrevista transcrito no quadro 32, menciona esse sentido de comunidade entre aqueles que chama de “irmãos africanos”.

Quadro 32 - Trecho da entrevista de Adama Konate

[...] eu já tive um restaurante que acaba de fechar e uma *Lan House*, então eu abro para outras pessoas administrarem, mas a *Lan House* também que a gente usa muito a cabine para ligar [para] a família, entendeu. Então tempo passado era a única estratégia para a pessoa conseguir conversar com a família. [...]. A minha mãe, lá no meu país, no Mali, a minha mãe é uma mãe que ajuda muitas pessoas. Ajuda bastante. É difícil ela deixar o filho de outra pessoa com fome. [...]. Fala: “meu filho, vocês estão em casa, espera vou fazer comida para você. Deixa quem está passando, deixa ele comer, ele vai. Mas você está comigo”, entendeu? [...]. Essa palavra irmão é um sentimento do amor entre nós. Manter uma solidariedade.

Fonte: (informação verbal)⁴³.

O sentimento de comunidade foi algo que percebi ao longo da pesquisa. Antes de fundar a Associação do Mali, Adama Konate ajudou a fundar, com Jean Katumba e outras pessoas de origem africana, a África do Coração, atual PDMIG, que tinha o intuito, inicialmente, de apoiar os irmãos africanos, mas que estendeu o trabalho a toda a comunidade migrante. Adama mantinha um restaurante e internet café em São Paulo que servia como ponto de apoio não apenas para malineses, mas para toda a comunidade africana, constituindo-se em um dos nós que compunha a rede de apoio aos migrantes na cidade. O restaurante precisou ser fechado por conta de uma obra que bloqueou em definitivo a principal rua de acesso, que era o caminho mais próximo, inclusive para os migrantes que ficavam em um abrigo no entorno, principal público do restaurante. Adama segue tentando apoiar os irmãos de outras formas. Ele menciona o grupo de teatro *Benkadi*, formado pelos malineses, pelo qual contam as histórias dos que vivem a discriminação e as dificuldades do cotidiano. A Associação do Mali também organiza uma festa cívica para a comunidade em comemoração à data que marcou a descolonização do país, realizada todos os meses de setembro. Todas as atividades são formas de integrar o grupo em uma mesma luta e de todos poderem se conhecer no intuito de se ajudarem, seja na

⁴³ Entrevista com Adama Konate, presidente da Associação do Mali, realizada em 14 de agosto de 2019.

indicação de postos de trabalho, seja na regularização de documentos, na interpretação/tradução comunitária, no apoio mútuo diante das dificuldades que incluem também a distância das famílias.

Ser migrante em situação de refúgio é perceber que uma fenda se abre entre si e a Terra, aquela que alguns povos ancestrais denominam de mãe, que acolhe, dá amor, mas às vezes não compreende as necessidades dos filhos, tornando a situação de refúgio um exílio da sua própria mãe (KRISTEVA, 1994). Não é por acaso, menciona Kristeva (1994, p. 13), que *O Estrangeiro*, de Albert Camus, “revela-se na morte da sua mãe”. Essas fendas, em muitos casos, que inclusive foram mostrados ao longo deste trabalho, se configuram como fronteiras, como barreiras que evidenciam diferenças e revelam contrastes. Entretanto, como também mencionado, as fronteiras não apenas dividem, elas também aproximam e estão relacionadas à construção de pontes. Elas podem ser individuais, com as novas relações interpessoais que vão sendo construídas, coletivas, pela participação em movimentos, em coletivos, em redes interculturais, pelo compartilhamento da cultura como forma de sobrevivência/ entretenimento e institucionais, a partir da relação com as distintas instituições públicas, privadas, não governamentais e supragovernamentais.

O convívio com outras pessoas de origem migrante pode ajudar a fortalecer as suas lutas comuns, mas, ao mesmo tempo, dificultar as relações de interação com a própria cidade, de acordo com Marandola Júnior e Dal Gallo (2010). Segundo os autores, a compreensão do sentido de ser migrante requer um entendimento dos novos processos de territorialização que vão sendo delineados ao longo da trajetória de construção de novos significados. Dessa forma, as territorialidades vão sendo construídas também com base na própria identidade, o que parece um paradoxo, visto que falamos em alteridade e choque de diferentes temporalidades, em fronteiras. Ocorre que é nas diferenças culturais e a partir das histórias de vida que o ser migrante em situação de refúgio se familiariza e se faz familiar aos olhos dos que o consideram o outro. A diferença cria fronteiras, mas, a partir delas também são construídas pontes.

É a partir da simultaneidade do vínculo que Levitt e Schiller (2004) buscam explicar as relações transnacionais, nas quais a incorporação das rotinas diárias das

instituições do destino se desenvolvem, simultaneamente, com a construção de novas formas de viver com as famílias que, muitas vezes, estão dispersas pelo mundo e com pessoas presentes no mesmo local, que compartilham uma identidade religiosa ou étnica. As relações dentro e fora do território nacional onde se encontram revelam o que é ser transmigrante.

Os imigrantes são considerados transmigrantes quando desenvolvem e mantêm relações múltiplas – familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas – que ultrapassam as fronteiras. Chegamos a compreender que a multiplicidade de envolvimento dos migrantes nas sociedades de origem e de acolhimento é um elemento central do transnacionalismo. Os transmigrantes agem, tomam decisões e sentem preocupações dentro de um campo de relações sociais que conecta seu país de origem e seu país ou países de assentamento (SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1992, p. IX, tradução nossa).

Esses vínculos se constroem, de maneira simultânea, localmente e em distintas escalas, independentemente da distância física das pessoas e/ou instituições. Eles se manifestam como “campos sociais transnacionais” que conciliam “modos de ser com modos de pertencimento” (LEVITT; SCHILLER, 2004, p. 68). Para as autoras, os campos sociais transnacionais nos ajudam a compreender que as relações em um novo Estado se dão a partir de uma concepção não binária, que desconstrói limites e nacionalismos banais. É necessário compreender que é possível construir e desconstruir todo um imaginário que vitimiza os migrantes em situação de refúgio e os coloca como pessoas sem perspectiva. Cada experiência mencionada ao longo deste texto, apesar de única, representa milhares de pessoas que buscam um lugar no mundo no qual possam levar consigo as suas memórias, experiências de vida e suas expectativas. A dicotomia do migrante em situação de refúgio como inimigo da nação ou como “pobre coitado” também é algo que precisa ser refletido para que não se caia na armadilha de ignorar elementos importantes relacionados ao protagonismo e autonomia das suas próprias vidas.

Nesse intuito, o ser migrante constrói suas próprias estratégias de familiarização, baseando-se nas suas próprias experiências e expectativas. As estratégias são distintas: há os que vivem uma vida “brasileira” fora de casa e, dentro, falam suas línguas maternas, tentam reproduzir os pratos que comiam. Nas redes sociais digitais observa-se uma movimentação para comercializar produtos como, por exemplo, a *Harina Pan*, farinha de milho utilizada para fazer *Arepas*, um

prato típico da Venezuela. Apesar de ainda haver um forte movimento que tenta levar o migrante ao processo de assimilação (LEVITT; SCHILLER, 2004), é possível observar resistências. O depoimento a seguir (quadro 33) mostra que as diferenças podem se constituir em estratégias de familiarização migrante e de construção dessas pontes.

Quadro 33 - Trecho do vídeo do projeto Travessia de Mulheres

E hoje, me encontro aqui. Aí eu peguei essa história comecei a praticar, dando palestra, explicando às pessoas. Empoderar. Mostrar que nunca pode desistir. Ainda viva você pode sonhar e acreditar que tudo vai mudar. Aí eu pensei outra forma como é que eu vou fazer além da palestra? Falei, vou levar a cultura do meu país, ensinar ao povo brasileiro como é que é a África. Não só a tristeza, a guerra, a fome, que a mídia tanto difama a África. Aí eu mostrei alegria. Eu sei que [há] muito [a] mostrar, eu falei... isso vai ser a forma de sobreviver. Comecei a ensinar como amarrar turbante, a dança congoleza [...]. Há mais de 20 anos, na guerra que o meu país passa, no leste do Congo, [...] a mulher está sendo usada como arma de guerra. Além disso, o povo congolês é um povo alegre. Eu sou convidada para lá para cá, ensinando como é que se cozinha comida congoleza. Aí ficou a forma como sustentar essa família grande que eu tenho, que eu carrego com orgulho.

Fonte: Kalambay (2019).

É nesse choque de culturas, na diferença que, no lugar de se sentirem intimidados, migrantes se transformam em embaixadores culturais dos seus países, aproveitando para obter renda e, ao mesmo tempo, tentar desfazer estigmas. Rollemberg (2005) chama o exílio de lugar da resistência. É resistindo que cada indivíduo se familiariza da forma que as circunstâncias permitem, seja na construção de redes com o intuito de ter o apoio necessário, mas também de construir laços afetivos na nova cidade, seja na transformação das suas próprias e de outras existências a partir de ações que dão visibilidade às questões migrantes. Esse é o caso de alguns dos entrevistados, por exemplo, que são parte de organizações de apoio, que levam as suas histórias em forma de palestras e/ou de manifestações artísticas, da gastronomia e que incentivam e apoiam iniciativas nesse sentido. Não é incomum ver migrantes buscando a subsistência com o que têm à mão. A instrumentalidade e a noção de proximidade parecem ganhar força aqui. A língua materna e os alimentos consumidos no dia a dia do lugar de origem passam a ser os instrumentos de trabalho. A formação original em medicina, direito, engenharia se distanciam pela burocracia e pelos custos do processo de revalidação do diploma.

Surgem assim professores de idioma, chefs de cozinha, músicos, artesãos, palestrantes, que têm nas diferenças culturais a possibilidade de sustento. Parece ser uma forma de buscar o controle sobre a própria vida, dirimindo aquela sensação de incerteza, de dependência (VILLA, 2006). Na sua autobiografia, Edward Said (2004) menciona ter se territorializado intelectualmente, inclusive considerando o fato de nunca ter conseguido se sentir em casa nos Estados Unidos, de não ter conseguido se socializar.

É importante ressaltar que não se deve romantizar a situação, visto que nem sempre aquela é uma opção. Trata-se do que se tem à mão para sobrevivência, já que há o impedimento do trabalho nas profissões em que são formados. A memória resgata do passado habilidades que podem ser utilizadas no presente para trilhar um futuro dentro de uma nova realidade. É assim que Heidegger enxerga a manualidade, o ter à mão como uma possibilidade de viabilizar modos de vida. Edward Relph explica da seguinte maneira o pensamento do autor:

Para Heidegger, a forma primordial de prontidão está no uso. Madeira para carpinteiro, pedra para escultor, motor para mecânico - cada uma é uma relação que não é meramente espacial, mas que irradia significados que derivam do agrupamento, ajuste e utilização das coisas. Coisas que são encontradas prontas para uso, Heidegger chama de "equipamento". Este termo ilustra o valor prático das coisas e implica que seu uso sempre ocorre em um contexto (RELPH, 1985, p. 18, tradução nossa).

Os instrumentos em prontidão para o uso nem sempre são tangíveis, mas estão na memória, na imaginação e nas manifestações do ser venezuelano, do ser sírio, do ser congolês. Ao longo desse processo de conhecimento do outro e (re)conhecimento de si também são feitas descobertas: mulheres percebem que podem reivindicar seus direitos, homens percebem que também podem ajudar na casa e que a esposa também pode sair para trabalhar. Alguns descobrem o preconceito: “Eu aprendi a ser negra aqui”, afirma uma mulher oriunda de um país da África Subsaariana, que nunca havia precisado se afirmar como negra. Pessoas oriundas de contextos ditatoriais aprendem que podem ter voz, mulheres, que podem dizer não e podem dizer sim também. Uma delas, por exemplo, me relatou o seu primeiro beijo em um local público e a sensação, ao mesmo tempo, de liberdade e de estranheza, além do medo de que alguém da sua comunidade pudesse passar e ver a cena. Diante da recusa de atendimento em um posto de saúde pela falta de documentos, vi histórias de pessoas que foram embora, por desconhecerem os

direitos, mas também pessoas que os reivindicaram. O simples fato de poder dizer “eu tenho direito”, foi mencionado como uma fala libertadora. Marifer Vargas (informação verbal)⁴⁴ identificou quatro grandes desafios que enfrenta como migrante: prover o sustento dos filhos; não esquecer a si mesma; não esquecer a sua cultura - que é parte dela - e transmiti-la para a sua família; e não se deixar humilhar pela xenofobia.

Ao reforçar que não somos iguais, Krenak (2019, p. 16) reflete sobre a beleza e a importância de que as diferenças guiem o “nosso roteiro de vida” e sobre as tentativas de homogeneização como formas de tirar a alegria de viver e de compartilhar espaços. Dessa forma, retirar as vendas do nacionalismo metodológico é crucial dentro de um processo que não apenas decolonize, mas desestatize o pensamento. Esse é o primeiro passo para desconstruir fronteiras e estabelecer pontes. Nacionalidades não representam capacidades e novos modos de vida podem e devem ser vividos de maneira que sejam respeitadas as demonstrações das diferenças em relação ao contexto em que se está inserido naquele momento. Desestatizar o pensamento, envolve, assim, a compreensão de que os nacionalismos banais que vêm sendo perpetuados multiplicam as fronteiras entre os corpos. Desestatizar é repensar o cotidiano que já desde a infância nos leva a reconhecer um padrão de cidadania que solidifica um ideal que já não cabe mais diante da velocidade e da diversidade dos deslocamentos e diante da heterogeneidade existente que, definitivamente, não agrupa mais pessoas iguais em um mesmo território nacional. Na verdade, nunca agrupou, mas o pensamento difundido sobre o Estado, a nação e a pátria, concebeu individualidades que se constituíram por meio de padrões e não de subjetividades. Decolonizar como uma forma de visibilizar as histórias apagadas por uma ideia de classificação racial (QUIJANO, 2005) e desestatizar como uma forma de construir pontes nas fronteiras que são criadas entre os corpos, a partir de pensamentos e práticas que desconstruam padrões, especialmente o padrão de que apenas uma história em comum, forjada pelos mitos dos heróis nacionais, cria laços de comunidade.

⁴⁴ Depoimento realizado no Seminário Internacional “O Rosto da Mulher Migrante”, parte da programação do Fórum Social Mundial, ocorrido em Salvador, 14 de março de 2018.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Sou uma encruzilhada, eu acho. Uma ponte, uma equilibrista, alguém que sempre está no limiar e nunca está. No fim, sou somente a minha história. Sou eu e os meus pés.” (SCEGO, 2018, p. 28-29)

O caminho metodológico trilhado ao longo da pesquisa permitiu que fosse possível evidenciar alguns aspectos que levaram a uma discussão sobre como a existência e o Estado se relacionam em situações de deslocamento forçado. Essa é uma relação assimétrica e incerta para o ser migrante em situação de refúgio, na qual a força e os interesses do Estado ainda predominam em relação à existência e as subjetividades do ser. Nesse caminho, a fenomenologia heideggeriana foi fundamental no sentido de buscar, a partir da questão do ser, aprofundar algumas reflexões sobre como é ser migrante em situação de refúgio. As questões teóricas abordadas foram sendo construídas na medida em que as situações emergiam durante o trabalho de campo, o que levou a um diálogo com distintas áreas do conhecimento e a diluição dos resultados ao longo de todo o trabalho.

O trecho da epígrafe escolhida para este capítulo resume um pouco do que é ser migrante em situação de refúgio. É ser uma encruzilhada na qual se pode percorrer distintos caminhos e na qual a decisão sobre por onde seguir define como será a trajetória. É estar onde caminhos se cruzam ou se sobrepõem, é percorrer estradas, é tomar decisões que levam a novas decisões. É ser uma ponte que une culturas e existências. É estar nesse lugar de equilibrar-se entre o ser migrante (aquele que não pertence) e o ser cidadão (aquele que pertence). É estar fisicamente na luta diária para conquistar um espaço em uma sociedade diferente, mas ser sempre tratado como o outro, o estrangeiro, o refugiado, mesmo após anos vivendo no país, mesmo após naturalizar-se e obter a nacionalidade brasileira. É existir em um limiar no qual ser quem é significa decidir pelo poder-ser em sentido próprio e, ao mesmo tempo, esbarrar nas questões que se configuram nos paradigmas do Estado-nação, em especial, a imposição de uma comunidade imaginada na qual pertencer ainda exige assimilação, mesmo que se fale tanto

sobre diversidade, cosmopolitismo. É buscar apoio nas redes, mas também é estar só, com seus pés, trilhando o seu próprio caminho, tomando decisões diante das contingências, da facticidade, da situação.

É pela e na situação que o *Dasein* dirige a sua própria trajetória dentro das possibilidades que as circunstâncias permitem. A situação não deixa de ser espacial e a espacialidade funda-se no distanciamento e no direcionamento que se constituem a partir da experiência, ampliando as subjetividades deste estudo, visto que a experiência representa particularidades, mas também representa aproximações que nos levam à compreensão do como é ser migrante em situação de refúgio. A partir do fenômeno da decisão, o ser se torna o protagonista da própria existência, busca caminhos que levam a novos lugares, novas sensações e constitui afetos diante do processo de familiarização.

Nesse trabalho, tento deixar uma trilha teórica que consiste na reflexão sobre o controle do Estado sobre os corpos em deslocamento e sobre as fronteiras simbólicas que o ideal de nação - forjado a partir de mitos, heróis e uma pressuposição de identidade cultural - impõem sobre aqueles que buscam um novo começo, um novo lar em uma terra distinta da que nasceram e construíram laços afetivos. Ser migrante em situação de refúgio é se deparar com as inúmeras fronteiras que a sociedade global, paradoxalmente, impõe. Vivemos em uma sociedade permeada por limites que criam identidades para forjar diferenças, sociedades que compreendem o outro como um inimigo e não como parte da diversidade de eus na qual o estranhamento parece ser produzido, em diversas circunstâncias, para mostrar que o migrante é o outro. A migração em situação de refúgio revela-se como uma trajetória na qual o estranhamento e a familiaridade estão constantemente presentes no cotidiano, por meio da língua, do comportamento, das relações sociais, da nova cidade. Relações estas que se atravessam em oposição e em complementariedade e que são dinâmicas.

O ser migrante em situação de refúgio se mostra a partir das diversas facetas que passam pelo deslocamento entre diferentes países por motivações que vão muito além da simples conveniência pessoal e que, ao mesmo tempo, não se resumem à questão da perseguição. A complexidade do fenômeno está justamente nas distintas situações que levam a decisões individuais que, em algum momento da

trajetória, vão se chocar com os interesses de um Estado ou até mesmo vão questionar o Estado e a sua soberania e, além disso, vão se desenvolver nas relações com o ser nacional, no caso desta pesquisa o ser brasileiro, que concebe, na sua experiência, o Estado-nação como algo dado, como imutável. Chegamos a um ponto no qual precisamos refletir sobre a desnacionalização de algumas concepções enraizadas que se reproduzem nas práticas cotidianas e que começam na família e na escola.

A situação é um ponto chave nesse processo porque o refúgio também é uma decisão que pode ser apenas uma etapa de um projeto de vida que se constrói após a partida da terra natal. Envolve uma legislação que resiste em se atualizar na velocidade necessária, aquela que é chamada pelo Estado brasileiro de condição de refugiado resiste em contemplar, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, os expulsos pelo desenvolvimento e pelas questões ambientais (para as quais já existem acordos internacionais). O refúgio se mantém como um mecanismo de proteção importantíssimo em um mundo constituído por Estados soberanos que muitas vezes se aproveitam da soberania para atacar os direitos humanos, deixando milhões de pessoas sem proteção. A falta de proteção vale também para pessoas que seriam elegíveis ao refúgio nos moldes atuais e que são confinadas em campos de refugiados sem condições sanitárias mínimas, vivendo em confinamento. Também há aqueles casos em que, por exemplo, alguns países da União Europeia, que deveriam respeitar o direito à livre circulação, pelo menos dentro do bloco, tentam conter cada novo fluxo de migrantes em situação de refúgio com a construção de muros, barreiras e cercas para conter fluxos que já entraram no bloco por um dos países membros.

Uma questão importante aqui é que o fenômeno jurídico é extremamente técnico e cobre as necessidades daqueles que compõem uma regra, mas as exceções, que surgem constantemente e se metamorfoseiam na velocidade da globalização e das tecnologias, ainda não possuem o nível de atenção necessário. Isso ocorre porque legisladores e juristas ainda resistem em criar e interpretar as leis de maneira a aproximar a existência das questões jurídicas ou de flexibilizar as normas que são extremamente formalistas e universalistas, abrindo poucas brechas para novas situações (MASCARO, 2016). A técnica ainda está extremamente

presente nas legislações atuais, o que demanda um olhar existencial nas formulações, em especial, as que lidam diretamente com situações-limite (MAMAN, 1999). Exemplos disso estão nas motivações de partida que são elegíveis ao refúgio e na concepção de família quando se trata de reunião familiar.

Ser migrante em situação de refúgio não é o mesmo que ser refugiado. O termo refugiado representa a falta de flexibilização das legislações que circunscrevem situações elegíveis para o refúgio, limitando assim os direitos de pessoas que migram por razões além das descritas em legislação. Dentro dessa concepção que categoriza pessoas em conceitos jurídicos, o termo cidadão é pronunciado como antônimo de imigrante (neste caso com o i- porque se refere apenas às pessoas de outras nacionalidades que entram no país), já que o modelo de cidadania vigente ainda privilegia um grupo identitário, a partir de uma história compartilhada que favorece um padrão alienante que reverbera tanto entre os que são reconhecidos como cidadãos, como para os que não o são. Nessa lógica, retomamos o sentido que Milton Santos (2007) dá a cidadania que é algo que se aprende e se conquista a partir da desalienação e da união. Dessa forma, não posso deixar de mencionar aqui a importância do protagonismo migrante, no sentido de que tomem a frente da sua própria luta, o que já acontece em especial nas cidades onde há maior concentração de migrantes. Há muitos que já o fazem, inclusive entre os citados nesta pesquisa, sendo que suas lutas e trajetórias abrem novos caminhos e possibilidades para os migrantes que continuam chegando ao país.

A luta migrante, contudo, ainda se encontra muito restrita aos direitos dentro de cada Estado, desde a escala local até a nacional, que ainda tem na soberania nacional a base para a tomada de decisões inclusive sobre a permanência e o direito de manifestação e reunião dos migrantes. Está na hora de ampliar a luta para uma escala transnacional não deixando que a causa dos migrantes em situação de refúgio nessa escala sejam defendidas apenas por instituições que possuem limitações nas relações com os Estados como a OIM e o Acnur, visto que são parte de uma organização que foi criada e é composta pelos próprios Estados, que é a ONU. Não posso deixar de mencionar a enorme importância dessas organizações no apoio humanitário e no seu papel de mediação dentro dos seus Estados-membros, mas é a partir de uma grande organização composta por indivíduos que

se estruturarem no sentido de debater, em especial, a questão dos limites impostos e de um novo modelo de cidadania que a voz dos migrantes pode ecoar de maneira mais efetiva na esfera global. Iniciativas em âmbito internacional já existem e precisam se articular para visibilizar cada vez mais a luta migrante em todas as escalas. É importante ressaltar que a própria visão que é passada e que ainda permanece é a de pessoas vitimizadas, o que fortalece o estigma do estrangeiro que entra no país para “roubar” os empregos ou o do coitado que precisa de assistencialismo, eternizando o refúgio como uma condição que distancia o ser migrante em situação de refúgio que será sempre colocado na posição de outro.

Precisamos discutir sobre as inúmeras fronteiras impostas ao ser migrante em situação de refúgio que aprisionam concepções, muitas vezes estigmatizadas e, geralmente, não dão conta das interações, da velocidade das transformações e das distintas formas de concepção de lar, de família, de cultura, que permeiam a diversidade da presença migrante. A própria definição de migrante é generalista e não considera as diferenças entre os que estão “enquadrados” nessa categoria. As nomenclaturas oficiais são instrumentos de discriminação, em especial o termo refugiado, que traz no seu entendimento a fuga e uma carga de preconceito que é despejada por aqueles que ignoram as minúcias de precisar partir para onde nem se imaginava e percebida por aqueles que são denominados de refugiados pela legislação. Diferenças não são apenas percebidas, mas potencializadas pelas concepções construídas de nação, pelo fetiche da soberania que impõe uma hipervigilância nas fronteiras nacionais para que migrantes, e mesmo turistas, para que tenham a sensação de que estão sendo vigiados e controlados.

As políticas migratórias de Estado interferem diretamente na decisão de como cruzar a fronteira. Quanto mais rígidas são essas políticas, mais arriscadas são as experiências de travessia. A necessidade do indivíduo de deixar o país, por distintas motivações, confronta as políticas migratórias que buscam diferentes formas de impedir a entrada ou a permanência de migrantes indesejados. Por outro lado, os mecanismos internacionais proíbem que pessoas em busca de refúgio sejam rejeitadas e, principalmente, repatriadas ou deportadas para o país de onde fogem. Ser migrante em situação de refúgio é ser migrante, mas um que não planejava ser, que toma a decisão de partir por uma situação extrema, que geralmente envolve a

segurança, a própria vida ou a de alguém muito próximo. A ideia de proteção humanitária, também ligada a uma concepção estadocêntrica, aponta para medidas paliativas que, em geral, não possibilitam a efetiva proteção, considerando os riscos da travessia de fronteiras, que se tornam cada vez mais perigosas em função da hipervigilância e da construção de barreiras físicas que levam a riscos cada vez maiores.

Considerando restrições impostas, milhões de pessoas por todo o mundo se arriscam em jornadas muitas vezes tão ou mais traumáticas quanto o motivo que faz alguém deixar o seu país. Transpor a fronteira entre Estados é o primeiro passo, mas a jornada é longa. Tecnicamente, o indivíduo, ao cruzar a fronteira, volta a ter a garantia de direitos fundamentais que estavam perdidos, como direito à vida, à liberdade de expressão ou à liberdade religiosa. Mas isso é algo que nem sempre ocorre na prática, por isso o Acnur possui um programa de reassentamento para pessoas que ainda não estão seguras no país de destino ou que não têm seus pedidos aceitos e correm o risco de deportação para o país de origem.

O novo começo é constituído pela situação e pela decisão e a geografia de novos começos se inicia com a partida. Dentro do circuito dos afetos que envolve a experiência de migrar em situação de refúgio, o medo e a esperança fazem parte de uma lógica que opera de forma complementar e simultânea nas relações cotidianas. O medo se revela como uma das facetas existenciais do partir, do atravessar e do chegar. Está na possibilidade de algo ruim acontecer, ao contrário da esperança que se manifesta na possibilidade de algo bom acontecer. Ambos se tornam fundamentais na tomada de decisões. Ser migrante em situação de refúgio é enfrentar o medo com a esperança de dias melhores. É uma falácia dizer que apenas o migrante econômico parte em busca de uma vida melhor. Aqueles que estão em situação de refúgio, com a possibilidade ou não de reconhecimento, também querem uma vida melhor. Neste último caso, prosperar não depende unicamente da relação tempo x trabalho. Embora ela exista, há fatores que vão muito além, como, por exemplo, o de poder exercer o direito fundamental à vida, à liberdade de expressão, à igualdade, à infância, à saúde, à educação, ao lazer, entre tantos outros direitos que, para quem os tem, não parecem fazer falta.

O medo se revela nas relações com o espaço geográfico, diante das próprias experiências ou das alheias, que podem aumentar essa sensação ou mesmo a de segurança em relação aos espaços, sejam eles públicos ou não. O medo também está no território, nas relações de poder em distintas escalas que produzem melancolias, que inibem a reação, e impulsionam os deslocamentos. O medo estremece a relação do habitar, restringindo mobilidades e chegando a transformar a própria casa, centro das relações como o mundo, considerando as perspectivas espacial e temporal, em um espaço de insegurança, de incerteza.

A partida é uma decisão que precisa ser tomada rapidamente e de forma que nem sempre é possível escolher de maneira clara e planejada o destino e os meios pelos quais se chegará ao destino. Distintas são as formas de cruzar as fronteiras entre territórios nacionais, algumas mais seguras e outras não. Um fato que não podemos deixar de considerar é que as políticas antimigratórias, que têm ficado cada vez mais rigorosas, dificultam as travessias e levam a escolhas cada vez mais arriscadas, que fazem com que mortes pareçam acidentes, fatalidades, mas são parte dessa necropolítica que produz vidas nuas e corpos matáveis (AGAMBEN, 2007; MBEMBE, 2016). Antes de partir, o ser migrante em situação de refúgio enfrenta um ambiente repleto de fronteiras simbólicas, o que leva à tomada de decisão pelo deslocamento para fora do país. Na tentativa de busca por segurança, depara-se com a necessidade de travessia entre fronteiras nacionais, que se dá, muitas vezes, de uma maneira que faz com que arrisque o que busca salvar: a própria vida. Ilegais e clandestinos é como são vistos e tratados aqueles que entram no país sem as “bênçãos” e os documentos exigidos pela burocracia do Estado, mais ou menos fáceis de conseguir, de acordo com distintos critérios de classificação e hierarquização. Em uma fuga na qual a própria vida está em risco, não há tempo para burocracias.

Nessa trajetória, a fronteira surge de distintas maneiras revelando-se de maneira transitória. Nos limites entre os Estados ela materializa-se nos espaços telúrico, aquático, aéreo e construído enquanto desertos, montanhas, rios, mares, cercas, muros, onde os esquemas de vigilância e controle estão fortemente presentes, tornando cada travessia única em função dos fatores ambientais no momento dessa travessia. Já no território nacional distinto do qual se tem

nacionalidade, as fronteiras surgem nas barreiras linguísticas e nas relações de micropoder que estão implícitas na língua, nas questões culturais, na xenofobia e nas diversas formas de discriminação, na dificuldade em revalidar um diploma, em conseguir um emprego na área de formação. O lidar com as decisões baseadas naquilo que não é inicialmente o desejado é constante e, ao mesmo tempo, se revela como parte do processo, como uma etapa para o autoconhecimento e reformulação dos próprios desejos. É quando, por exemplo, uma administradora de empresas, diante da necessidade, se reencontra com o desejo de criança de ser cantora e reconstrói a própria trajetória.

As relações cotidianas também se transformam, a vida em família deixa de ser representada pelos encontros, ceia de Natal, festas de aniversário presenciais, para ser representada por encontros virtuais, algo que, independentemente da distância ajuda a manter a proximidade. Fendas se abrem, mas pontes vão sendo construídas como parte de um processo de familiarização. A familiarização, para quem migra, está, entre outras coisas, na construção de novas relações com a intenção de habituar-se à nova terra, de conhecer os caminhos possíveis, na busca pelo reconhecimento legal (refúgio, autorização de residência, naturalização) que possibilite transitar pelos diferentes ambientes, no aprendizado da língua oficial do país onde está, na busca pela desconstrução de estigmas ao realizar palestras, por exemplo, na participação na luta pelos direitos dos migrantes e no apoio aos recém-chegados ou aqueles com dificuldade de adaptação.

A cada dia, a cada aprendizado, a cada nova amizade, a cada nova referência, um novo ponto vai sendo incorporado à rede, o mundo vai se ampliando e a nova realidade pode ou não ser incorporada às referências de lugar daquele ser, ampliando assim o campo social (LEVITT; SCHILLER, 2004). A oportunidade de novos começos não deve ter restrições de nacionalidade ou de *status* social. A possibilidade de (re)existir não deveria estar limitada a pessoas reconhecidas pelo Estado como nacionais. Quando Scego (2018), na citação que está na epígrafe deste capítulo menciona que ela é a sua história, que sua história é ela e os seus pés, ela reivindica que caminhos percorridos e individualidades sejam reconhecidos. Esses recomeços são enfrentados diariamente na forma de legislações atrasadas, acolhimento com base na diferenciação, nos patriotismos imaginários que levam a

uma hierarquização entre os nacionais e os não-nacionais. Embora a maioria dos entrevistados para esta pesquisa sejam lideranças nas suas comunidades, ainda há uma estrada muito longa para chegarmos a este patamar no qual a desalienação e o autêntico protagonismo do migrante em situação de refúgio sobre o próprio caminho são fundamentais.

Ser protagonista é se reconhecer como sujeito de direitos. É dizer: eu sou mulher, e aqui a mulher tem os mesmos direitos. É ser mulher e poder escolher se, quando e com quem se casar. É buscar incessantemente por liberdade de expressão, de crença, de formas de viver. É ultrapassar a barreira da legalidade/ilegalidade como forma de sobrevivência. É ter autonomia e independência para escolher ser ou não ser quem e o que quiser. É enfrentar inúmeros desafios que este trabalho não conseguiu dar conta em sua totalidade. O contato com a pesquisa fenomenológica levou ao encontro de questões que não se esgotam com este trabalho. As histórias contadas trouxeram inúmeras possibilidades de reflexão que abrem novas linhas de pesquisa para temas ainda pouco pesquisados e que serão apontados aqui como expectativa de pesquisas futuras seja por mim, seja por outros pesquisadores da área.

Ainda é necessário, por exemplo, compreender o papel das crianças e adolescentes como protagonistas nas decisões familiares de migração e, mesmo, da própria migração desacompanhada. A América Latina, em especial estudos realizados no México e por pesquisadores da América Central nos apontam alguns caminhos, porém há particularidades que precisam ser identificadas regionalmente, como tem acontecido, por exemplo, entre a Venezuela e o Brasil. Precisamos também aprofundar mais o nosso entendimento sobre as práticas sociais e culturais dos diferentes grupos e individualidades que compõem o mosaico da presença migrante para que possamos melhorar as práticas de acolhimento, a partir de um olhar menos estadocêntrico e mais outrocêntrico, que nos leve a olhar não apenas para um, mas para muitos centros. Acolhimento e assistencialismo não são a mesma coisa. O acolhimento não deve ser algo restrito às instituições filantrópicas, mas papel de toda a sociedade. Por outro lado, falar em acolhimento pode soar ainda como algo estadocentrista, com a ideia de que eu preciso receber bem o outro e criar oportunidades para aqueles que não têm mais nada. A existência das

fronteiras permanece sendo reafirmada continuamente. O ponto em que quero chegar diz respeito ao entendimento comum de que independentemente de nacionalidades, onde quer que estejamos, mesmo que pensar em acabar com as fronteiras estatais seja algo aparentemente utópico, precisamos romper os limites das fronteiras do corpo e da mente. No capítulo cinco, os exemplos mencionados por Jean Katumba, Adama Konate e Nadi sobre o fato de o Estado até conceder documentos, mas estes não serem amplamente aceitos pela sociedade, representam apenas um desses limites que precisam ser transpostos.

A partir da geograficidade da travessia pelos limites das fronteiras nacionais é possível compreender como as práticas de soberania nacional podem ferir e até matar pessoas que só buscam sobreviver. Ser migrante em situação de refúgio é atravessar fronteiras que não são estáticas. As práticas sociais são permeadas pelas barreiras que se erguem e pelas pontes que vão sendo construídas. Limites vão sendo impostos por todo o caminho, não apenas nas fronteiras nacionais. O corpo como limite e a fronteira como o espaço representam as microgeografias corporificadas pelo *Dasein*. Os limites e as fronteiras são dinâmicos e assumem diversas formas que vão se materializando por toda uma trajetória de vida, desde as relações no país de origem, passando pela travessia pela fronteira nacional que, simbolicamente, representa mudanças desde a língua, até a relação com o Estado, passando pelas relações sociais que ainda “demarcam” territórios com base em preconceitos e nacionalismos banais que afloram diante daqueles que precisam continuar reafirmando a sua condição humana.

A compreensão das práticas espaciais de famílias transnacionais e como elas se manifestam em escala local é extremamente necessária e urgente, visto que os processos globalizantes e de mobilidade humana ainda não oferecem direitos transnacionais para essas famílias. O pensamento ainda está represado nos limites das fronteiras, mas as pessoas e as famílias não estão. Diante da hegemonia e da soberania dos Estados, parece que há um entrave em levantar questões relacionadas aos direitos humanos e civis de famílias transnacionais.

Mesmo quando falamos em cultura, algo que é imaterial, ainda estamos confinados aos limites das fronteiras. Dessa forma, as práticas culturais reconhecidas (quando reconhecidas) ainda estão atreladas à nacionalidade. Além

disso, as práticas interculturais ficam sujeitas a protocolos e burocracias ou mesmo desencorajamento por parte de profissionais que cumprem protocolos globais, em especial no sistema de saúde. Mas também não podemos deixar de mencionar a importância dessas práticas interculturais nas instituições de educação e no mundo do trabalho. Elas precisam ser melhor compreendidas e, principalmente, visibilizadas.

As práticas linguísticas também surgem nas suas distintas facetas e se apresentam como possibilidades de pesquisa não apenas no campo da própria Linguística, mas no campo das Ciências Sociais e Humanas e mesmo do Direito. As possibilidades que as análises deste trabalho sugerem são inúmeras e vão desde a relação do migrante em situação de refúgio com a sua língua materna, considerando o fator intergeracional, e seguem pelas relações com a língua nos espaços escolares, instituições públicas de maneira geral ou entre grupos. A interpretação/tradução comunitária ainda é algo pouco falado, mas que representa a urgência da garantia dos direitos fundamentais.

Uma das principais questões que surgiram foi a falta de conhecimento dos próprios brasileiros em relação aos direitos e aos fatores que levam o migrante em situação de refúgio a deixar o seu lar, o que provoca preconceito, confusões e negativas de serviços aos quais teriam direito. Dessa forma, a educação e a conscientização das populações locais possuem um papel fundamental. A luta e o protagonismo migrantes são importantíssimos no sentido de abrir novos caminhos, mas ainda é importante conhecer e reconhecer os direitos dos migrantes, principalmente porque, a exceção do voto (para os não-naturalizados), não são diferentes dos direitos dos brasileiros. É aí que também está a desalienação tratada por Milton Santos, o que não é interessante para os Estados que ainda prezam pelo modelo tradicional de identidade e cultura homogêneas. O foco das ações sejam elas governamentais, supragovernamentais e de organizações não governamentais, tem sido no apoio direto ao migrante, que é extremamente importante. Porém, há uma carência de serviços e atividades de conscientização, deixando o papel para pais e professores, para empresários, para servidores públicos que, muitas vezes, não conhecem essa realidade. Dessa forma, sugere-se aqui um engajamento maior de todas as organizações de apoio nesse trabalho de conscientização que pode

ocorrer nas escolas, nas empresas, nas repartições públicas, nos espaços públicos, nos bairros, nas universidades.

Ser migrante em situação de refúgio é armazenar lembranças e sonhos. É transitar no tempo buscando resgatar memórias de fotos e vídeos que já não existem mais e, ao mesmo tempo, construir uma nova história completamente distinta, desenhando novos mapas, fazendo novos vídeos, tirando novas fotos. A novidade é estar entre pessoas de uma sociedade que possui crenças e comportamentos distintos e que considera o outro um estranho. É ter que esquecer o medo no momento mais traumático da sua vida para conseguir seguir adiante. É ter que confiar nas próprias decisões e no apoio de pessoas que nunca viu. É buscar abrigo onde não se tem um lar. É buscar um lar com ou sem a família por perto. É achar tudo estranho quando todo mundo ao seu redor te considera estranho. É ter direitos nem sempre conhecidos por quem precisa aplicá-los. É estar presente e ausente ao mesmo tempo.

A geografia de novos começos está na liberdade, na experiência espacial autêntica, na possibilidade de decidir com base em preferências e não em restrições. Uma geografia que tenha o foco na espacialidade, na existência e na relação da existência com um mundo no qual os limites sejam impostos pelo eu e não pelo outro. Algo que parece estar bem distante na sociedade em que vivemos atualmente, aquela que tem na alienação o trunfo para perpetuar o *status quo* e continuar fazendo com que os Estados exerçam sua soberania não apenas sobre o território, mas também sobre os corpos. Refletir e problematizar o papel do Estado e a questão da autonomia do ser sobre o próprio corpo e sobre a própria espacialidade é fundamental nessa geografia de novos começos.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Tendencias globales**: desplazamiento forzado en 2020. Producido por Acnur, el 18 de junio de 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/60cbddfd4>. Acesso em: 20 jun. 2021.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AGIER, Michel. **La condition cosmopolite**: l'anthropologie à l'épreuve du piège identitaire. Paris: La Découverte: 2013.

AHMED, Sara. **The cultural politics of emotion**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.

ALEJANDRA, Maria. Maria Alejandra, uma mulher imigrante venezolana. Relato colhido por José Carlos Pereira e Miguel Angel Ahumada. In: BAENINGER, Rosana; SILVA; João Carlos Jaroshinski (Coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de estudos de população “Elza Berquó” – Nepo/ Unicamp, 2018. p. 16-18.

ALMEIDA, Maria Geralda. Uma leitura etnográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, Angelo (Org.). **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 313 a 336.

ALMEIDA, Maria Geralda. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n. 02, p. 103-114, 2005. DOI: <https://doi.org/10.5418/RAanpege2005.202>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6617/3616>. Acesso em: 25 set. 2020.

ALSAGHEER, Rawa. **Pertencer**: de Rawa Alsagheer para seu pai Taisir, no céu da Palestina. [S. l.: s. n.], 2019a. 1 vídeo (3min25s). Publicado pelo Canal Blog Somos Migrantes. Disponível em: <https://youtu.be/KRdSfPPZGy8>. Acesso em: 29 jan. 2020.

ALSAGHEER, Oula. Depoimento. In: 6º SEMINÁRIO VOZES E OLHARES CRUZADOS: FAMÍLIA E EDUCAÇÃO. Missão Paz: São Paulo, 2019b. Disponível

em: <https://www.facebook.com/813765915386982/videos/2643191435758116>.

Acesso em: 28 out. 2019.

AMADO, Rosane de Sá. O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados. **Revista da SIPLE**, Brasília, ano 4, n. 2, out 2013. p. 11-18. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/272394920>. Acesso em: 22 jul. 2020.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões e origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras: 2008.

ANTÓNIO, Moisés. Sou imigrante. **Blog Migramundo**. São Paulo, SP, 4 fev. 2017. Disponível em: <https://migramundo.com/sou-imigrante-poema-de-moises-antonio/>. Acesso em: 03 fev. 2020.

ARENDT, Hannah. **Nós, os Refugiados**. Trad. Ricardo Santos. Corvilhã, Portugal: LusoSofia press, 2013.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. Companhia das Letras, São Paulo, 1989.

ARISTÓTELES. **A política**. Trad. Roberto Leal Ferreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ASSUMPÇÃO, Luis Filipe Bantim de. Uma análise para além dos limites da guerra - Esparta e o sacrifício de fronteira. In: ASSUMPÇÃO, L. F. B (org.). **Esparta**: política e sociedade. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 157-186.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia de la movilidad**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Antônio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BACHELARD, Gastón. **A dialética da duração**. Trad. Marcelo Coelho. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

BAENINGER, Rosana. Lei de Migração e política interna das migrações internacionais: a distribuição espacial da população imigrante no Brasil. In: RAMOS, André de Carvalho *et al* (coord.). **Nova lei de migração**: os três primeiros anos. Campinas: Núcleo de Estudos da População “Elsa Berquó” – Nepo; Unicamp – Observatório das Migrações em São Paulo/FADISP, 2020. p. 349-364.

BAENINGER, Rosana. Contribuições da academia para o Pacto Global da Migração: o olhar do sul. IN: BAENINGER, Rosana *et al* (org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elsa Berquó”. Nepo/Unicamp, 2018. p. 17-22.

BAENINGER, Rosana. Migrações transnacionais e refúgio no Brasil. In: LUSI, Carmen (org.). **Migrações internacionais**: abordagens e direitos humanos. Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017, p. 13-29.

BAENINGER, Rosana. Migração transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER *et al* (org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. 56. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BALIBAR, Étienne. Fronteras del mundo, fronteras de la política. **Alteridades**, 15 (30), p. 87-96, 2005.

BALIBAR, Étienne. **Nous, citoyens d’Europe?**: Les frontières, l’État, le peuple. Paris: La Découverte, 2001. Ebook.

BALLINGER, Pamela. Wartime Evacuations and the Restoration of Italian Families after 1945: A Critical Prehistory for Family Reunification Policy? In: FOPPIANI, O.; SCARLATESCU, O. A. (Org.). **Family, Separation, and Migration**: An Evolution-Involution of the Global Refugee Crisis. Bern: Peter Lang AG, 2018. p. 253-264.

BARBOSA, Caroline Garpelli; CAMPOS, Érico Bruno Viana; NEME, Carmen Maria Bueno. Daseinsanálise e psicanálise: caracterização de como se dá esse debate na atualidade. **Revista Natureza Humana**, São Paulo, v. 22, n.1, p.123-152, 2020.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. A lei brasileira de refúgio: sua história. In: BARRETO, L. P. T. F. (org.). **Refúgio no Brasil**: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

BARRICHELLO, Stefania Eugenia; ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso. Aspectos históricos da evolução e do reconhecimento internacional do status de refugiado. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 63-76, jul./dez. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BECK, Ulrich. Critical Theory of World Risk Society: A Cosmopolitan Vision. **Constellations**. Volume 16, n. 1, p. 3-22, 2009.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias, contextos. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações Geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 319-367.

BELLAMY, Richard. **Citizenship**: a very short introduction. New York: Oxford University Press, 2008.

BELO, Maria. Introdução. In: LACAN, Jacques. **A família**. 2. ed. Trad. Brigitte Cardoso e Cunha, Ana Paula dos Santos e Graça Lamas. Lisboa: Assirio & Alvim, 1981.

BENEDETTI, Alejandro. Algunas marcas de la nación y el nacionalismo em los estudios latinoamericanos sobre fronteras. **Estudios Fronterizos**, v. 19, e018, p. 1-26, 2018. Doi: <https://doi.org/10.21670/ref.1818018>. Disponível em:

http://ref.uabc.mx/ojs/index.php/ref/article/view/730/1474?lan=es_ES. Acesso em: 22 dez. 2020.

BENHABIB, Seyla. Borders, Boundaries, and Citizenship, **Political Science and Politics**, Vol. 38, n. 4, p. 673-677, 2005.

BESSE, Jean-Marc. Geografia e existência a partir da obra de Eric Dardel. In: DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BILLING, Michael. **Banal nationalism**. London: SAGE Publications, 1995.

BITTENCOURT, Aryadne. **Traduzindo para migrantes e refugiados em contextos institucionais**. [São Paulo], 2021. Palestra. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=43476ktirI0>. Acesso em: 13 jan. 2021.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Trad. Carmen Varriale. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BODIN, Jean. **Le six livres de la République**: um abrégé du texte de l'édition de Paris de 1583. Paris: Librairie générale française, 1993.

BONA, Dénètem Touam. **Cosmopoéticas do refúgio**. Trad. Milena P. Duchiade. Florianópolis, SC: Cultura e Barbárie, 2020.

BONA, Dénètem Touam. A arte da fuga: dos escravos fugitivos aos refugiados... **Oficina de Imaginação Política & Casa do Povo**, [S. l.], p. 2–23, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). Trad. Rosa Freire d'Águilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. 2. ed. Trad. Sergio Miceli et al. São Paulo: Edusp, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL, Luciano de Faria. **A espacialidade do *Dasein***: um estudo sobre o §24 de *Ser e Tempo*. 2005. 120 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BRASIL. Casa Civil. **Nota Oficial - Casa Civil - 24/06/2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/notas-oficiais/nota-oficial-casa-civil-24-06-2021>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020. Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-1-de-13-de-novembro-de-2020-288317152>. Acesso em: 04 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. Mensagem nº 163, de 24 de maio de 2017. Veto parcial ao Projeto de Lei nº 288, de 2013 (nº 2.516/15 na Câmara dos Deputados), que Institui a Lei de Migração. Brasília, 2017b. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Msg/VEP-163.htm. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Secretaria nacional de Justiça/ CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados. Resolução normativa nº 17, de 20 de setembro de 2013. Dispõe sobre a concessão de visto apropriado, em conformidade com a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e do Decreto 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a indivíduos forçosamente deslocados por conta do conflito armado na República Árabe Síria. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-17-do-conare.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.016, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5016.htm. Acesso em: 09 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm. Acesso em: 28 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração (Revogada pela Lei nº 13.445, de 2017). Brasília, 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm. Acesso em: 13 fev. 2022.

BUTTNER, A. Lar, horizontes de alcance e o sentido de lugar / Place, reach, and the sense of place. **Geograficidade**, v. 5, n. 1, p. 4-19, 8 fev. 2015. DOI: <https://doi.org/10.22409/geograficidade2015.51.a12915>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12915/pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BUTTNER, Anne. Nature, water symbols, and the human quest for wholeness. In: SEAMON, D.; MUGERAUER, R. (Org.) **Dwelling, place and environment: towards a phenomenology of person and world**. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1985, p. 257-280

CAMPILLO. Antonio. **El concepto de lo político en la sociedad global**. Barcelona: Herder Editorial, 2008.

CARAM. Dalto. **Violência na sociedade contemporânea**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1978.

CARPANEZ, Juliana. Corra por sua vida: Refugiada nigeriana atravessou a mata durante oito dias para escapar do Boko Haram. **Portal UOL**. Sem data de publicação. Disponível em: <https://www.uol.com.br/noticias/especiais/fuga-do-boko-haram.htm#corra-por-sua-vida>. Acesso em: 14 jun. 2021.

CARARO, Aryane; SOUZA, Duda Porto de. **Valentes**: histórias de pessoas refugiadas no Brasil. São Paulo: Editora Seguinte, 2020. Ebook.

CASAS, Maribel; COBARRUBIAS, Sebastian, y PICKLES, John “Stretching Borders Beyond Sovereign Territories? Mapping EU and Spain’s Border Externalization Policies”. **Geopolítica(s)**. Revista de estudios sobre espacio y poder, vol. 2, núm. 1, 2011. p. 71-90.

CASEY, Edward. **The world on edge**. Bloomington: Indiana University Press, 2017. Ebook.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de Relações Étnicas e Raciais**. Trad. Dinah Kleveej. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CASTLES, Stephen; DAVIDSON, Alastair. **Immigration, Minority Formation and Racialization**: Citizenship and Migration. New York: Routledge, 2010.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e Política**: Território, escalas de ação e instituições. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CASTRO, Mary Garcia. Estranhamentos e identidades: Direitos humanos, cidadania e o sujeito migrante representações em textos diversos. **Revista Brasileira de Estudos de População** v. 22, n. 1, p. 5-28, jan/jun 2005.

CENICEROS ORTIZ, Brenda Isela. El activismo en la frontera Ciudad Juárez-El Paso: hacia el derecho a la ciudad. **Revista CIDOB d’Afers Internacionals**, n.º 123, p. 167-200, diciembre de 2019. DOI: doi.org/10.24241/rci.2019.123.3.167.

CERBONE, David R. **Fenomenologia**. Trad. Caesar Souza. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CESARE, Donatella Di. **Estrangeiros residentes**: uma filosofia da migração. Trad. César Tridapalli. Belo Horizonte: Âyiné, 2020. Ebook.

CHELIMO, Beatrice Jemeli. **Vejam o lindo poema da artista africana oriunda do Quênia, Beatrice Jemeli Chelimo, que concorreu ao Festival de Música e Poesia de 2019 organizado pelo CAMI, ficando em 2º lugar**. São Paulo, 09 set. 2019. Facebook: CAMI - Centro de Apoio e Pastoral do Migrante. Disponível em:

<https://www.facebook.com/camimigrantes.com.br/posts/1364495287050125/>. Acesso em 03 fev. 2021.

CHOMSKY, Noam; BELLETTI, Adriana; RIZZI, Luigi. **On nature and language**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002.

CHOMSKY, Noam. **Language and thought**. Wakefield; Rhode Island; London: Moyer Bell, 1993.

CHOMSKY, Noam. **Aspects of the theory of syntax**. Massachusetts: The M.I.T. Press, 1965.

CONARE. Decisões Plenária Conare. **Projeto de cooperação para análise das decisões de refúgio no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNTQ4MTU0NGItYzNkMi00M2MwLWFhZWMtMDBiM2I1NWVjMTY5IiwidCI6ImU1YzZM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBlTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9>. Acesso em: 25 abr. 2022.

CONARE. **Refúgio em números**. Brasília: Ministério da Justiça e segurança pública, 2017. Disponível em: http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados- apenas-5-1-mil-continua-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf/view. Acesso em 17 set. 2018.

CONNECTAS. Governo Bolsonaro deixa Pacto Global para a Migração. **Notícias online**, ed. 09 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/governo-bolsonaro-deixa-pacto-global-para-migracao>. Acesso em: 13 jul. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar Costa Gomes; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 77-116.

COSTA. Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

COSTA, Maria Izabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zöllner. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea**: uma análise teórica [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018.

COUTINHO, Bernard Teixeira. Um estudo sobre a ontologia do espaço na obra de Martin Heidegger. **Geotextos**, Salvador, v. 8, n. 1, p.189-206, julho de 2012. DOI: <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v8i1.5572>.

CRAWLEY, Heaven. **Chance or choice?** Understanding why asylum seekers come to UK. London: Refugee Council, 2010.

CRESSWELL, Tim. **On the move**: mobility in modern Western world. New York, London: Routledge, 2006.

CURZON, George Nathaniel. **Frontiers**. Oxford: Clarendon press, 1908.

DAL GALLO, P. M.; MARANDOLA JÚNIOR, E. O conceito fundamental de mundo na construção de uma ontologia da geografia. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 3, p. 551-563, 2016. ISSN 2179-0892. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/82961>. Acesso em: 08 jul. 2021.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DARTIGUES, André. **O que é a fenomenologia?** Trad. Maria José J. G. de Almeida. São Paulo: Editora Moraes, 1992.

DE GENOVA, Nicholas; MEZZADRA, Sandro; PICKLES, John (ed.). New Keywords: Migration and borders. **Cultural Studies**, Vol. 29, No. 1, 55–87, <http://dx.doi.org/10.1080/09502386.2014.891630>, 2015.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DELUMEAU, Jean. Miedos de ayer y de hoy. In: DELUMEAU, Jean *et al.* **El miedo**: reflexiones sobre su dimensión social y cultural. Medellín: Corporación Región, 2002.

DETTFAFF, Allan J.; JOHNSON-MOTOYAMA, Michelle; MARISCAL, E. Susana. Latino immigrant and refugee children and families. In: DETTLAFF, A.; FONG, R.

(Ed.). **Immigrant and refugee children and families: culturally responsive practice**. New York: Columbia University Press, 2016. p. 109-152.

DICTIONNAIRE de la langue française. Tome deuxième. Paris: Typographie Lahure, 1874.

DIENER, Alexander C.; HAGEN, Joshua. **Borders: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2012.

DJUNGA, Robert Diondji. Carta. **Exposição Cartas de chamada de atenção**. São Paulo: Museu da Imigração, 2015.

DORFMAN, Adriana. A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. In: NASCIMENTO, Durbens; PORTO, Jadson Luis Rebelo. **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia**. Belém: NAEA, 2013. p. 96-124.

DÖPCKE, Wolfgang. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. **Rev. Bras. Polít. Int.** 42, 1, p. 77-109, 1999.

DURAND, Jorge; MASSEY, Douglas. El núcleo básico de la migración México-Estados Unidos. Premisas para entender y explicar el proceso. In: DURAND, Jorge; MASSEY, Douglas. **Clandestinos**. Migración México-Estados Unidos en los albores del siglo XXI. México: Miguel Ángel Porrúa Librero Editor y Universidad Autónoma de Zacatecas, 2003. p. 45-61.

FAWCETT, C. B. **Frontiers: a study in political geography**. Oxford, UK: Clarendon Press. 1918.

FERREIRA, Ademir Pacelli. A psicanálise no terreno do outro. In: PÓVOA NETO, Hélio; FERREIRA, Ademir Pacelli. **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 155-161.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Apresentação: deslocamentos, desigualdades e violência do estado. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 20-24, jun. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602015000200009>.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio M. As províncias da angústia (roteiro de viagem). **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, 2(1), p. 50-63, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/1415-47141999001004>.

FINGERS. Direção de Rawa Alsagheer. Escrito por Ahmad Shaman Obeidat. Elenco: Taim Tanji. Curta-metragem (4min05) [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OWEatw9BE9c&feature=emb_title. Acesso em: 21 mar. 2020.

FISCHEL, José Henrique. **A política de proteção a refugiados da Organização das Nações Unidas**: sua gênese no período pós-guerra (1946-1952). 2006. 327 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978 – 1979). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975 – 1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCHER, Michel. **L'invention des frontières**. Paris: Fondation por les Etudes de Défense Nationale, 2015. Ebook.

FREITAS, Jéssica S.; ALMEIDA, Maria G. Ser ou estar no lugar?: Um ensaio sobre espacialidades, memórias e identidades. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences. Maringá, v. 38, n. 2, p. 233-240, July-Dec., 2016.

FREUD, Sigmund. **Inibição, sintoma e medo**. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM Editores, 2016.

FREUD, Sigmund. A transitoriedade. In: **Obras completas volume 12**: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristine. Transnationalism: A new analytic framework for understanding migration. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 645, n. 1, p. 1-24, 1992.

GODEFROY, Frédéric. **Dictionnaire de l'ancienne langue française et tous ses dialectes du IX au XV siècle**: IV Filé - Listage. Genève; Paris: Slatkine, 1982.

GOETTERT, Jones Dari. Paradoxos do lugar mundo: brasileiros e identidades. In: SPOSITO, Eliseu Savério; BOMTEMPO, Denise Cristina; SOUSA, Adriano Amaro. **Geografia e migração**: movimentos, territórios e territorialidades. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 15-36.

GORNER, Paul. **Ser e tempo**: uma chave de leitura. Trad. Marco Antonio Casanova. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GROSSO, Maria José Reis. Língua de acolhimento, língua de integração. **Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 9, n.2, p. 61-77, 2010.

GUIZARDI, Menara. Narrar la jornada. Aplicaciones de la Metodología de Caso Extendido en una etnografía sobre territorios fronterizos. **Revista Rumbos TS**, año XV, Nº 22, 2020. ISSN en línea 0719-7721. p. 109-142.

HAAR, Michel. **Heidegger and the essence of man**. Albany, NY: State University of New York Press, 1993.

HAESBAERT, Rogério. Territórios em trânsito. In: FARKAS, Solange; BORDAS, Marie Ange. **Caderno Sesc_Videobrasil**: geografias em movimento. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, n. 9, p. 67-81, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Território, insegurança e risco em tempos de contenção social. In: FERREIRA, Ademir Pacelli *et al.* **A experiência do migrante**: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 537-557.

HAN, Byung-Chul. **Topología de la violencia**. Trad. Paula Kuffer. Barcelona: Herder Editorial, 2016. Ebook.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schuback. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HEIDEGGER, Martin. **Ontologia**: hermenêutica da facticidade. Trad. Renato Kirchner. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. Trad. Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Marcia Sá Cavalcante Schuback. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2008.

HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem**. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2003.

HEINSFELD, Adelar. A fronteira: historicidade e conceitualização. In: RADIN, J.C.; VALENTINI, D.J.; ZARTH, P.A. (org.). **História da fronteira sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 25-42.

HERRERA, Gioconda. La família migrante em las políticas públicas en Ecuador. In: FELDMAN-BIANCO... *et al.* **La construcción social del sujeto migrante en América Latina**: prácticas, representaciones y categorías. Quito: FLACSO, Sede Ecuador: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO: Universidad Alberto Hurtado, 2011. p. 181-202.

HOBBSAWN, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOLZER, Werther. Mundo e lugar: ensaio de Geografia fenomenológica. In: MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de (orgs.). **Qual o espaço do lugar?**: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 281-304.

HOLZER, Werther. Sobre territórios e lugaridades. **Cidades**, Volume 10, Número 17, p. 18-29, 2013.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, ano IV, nº 7. p. 67-78. jul./dez. 1999.

HOOSON, David. Preface. In: HOOSON, David (Ed.). **Geography and national identity**. Oxford, UK; Cambridge, USA: Blackwell publishers, 1994.

HRW, Human Rights Watch. **“If you come back we will kill you”**: Sexual violence and other abuses against congolese migrants during expulsions from Angola. USA:

Human Rights Watch, 2012. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/angola0512webwcover.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

HUSSERL, Edmund. **Meditações Cartesianas e Conferências de Paris**: de acordo com o texto de Husserliana I. Trad. Pedro M. S. Alves. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Trad. Arthur Morão. Lisboa: Ed. 70, 2000.

HYNDMAN, Jennifer; MOUNTZ, Alison. Refuge or refusal. In: DEREK, Gregory; PRED, Allan. **Violent geographies**: fear, terror, and political violence. New York; London: Routledge, 2007. p. 77-92.

ILGA. **Homofobia de estado**: actualización del panorama global de la legislación. Ginebra: ILGA, 2019. Disponível em: https://ilga.org/downloads/ILGA_World_Homofobia_de_Estado_Actualizacion_Panorama_global_Legislacion_diciembre_2019.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

IMMIGRATION Nation. Direção: Christina Clusiau e Shaul Schwarz. Estados Unidos: Netflix, 2020. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/80994107>. Acesso em 12 jul. 2021.

INGLÊS, Paulo. **Angola é a nossa casa**: reintegração de retornados angolanos no Uíge vindos da República Democrática do Congo. Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017.

JAROUR, Abdulbaset. Síria antes e depois da guerra e migração em SP. São Paulo, 02 ago. 2020. Facebook: PDMIG – África do Coração. Disponível em: <https://www.facebook.com/1467873653534742/videos/760257097849996>. Acesso em: 15 out. 2020.

JAROUR, Abdulbaset. Refugiés Sans Frontiers - Abdulbaset Jarour. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (22min28s). Publicado pelo Canal Mwana Mboka – Prudence Kalambay. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://youtu.be/CBXcUtQGMDI>. Acesso em: 28 jan. 2020.

JONATHAN, Nkechinyere. Jonathan: **Vidas Refugiadas**. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (3min39s). Publicado pelo Canal Vidas Refugiadas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Nk1gHKECjlk&t=1s>. Acesso em 20 mar. 2020.

JONATHAN, Nkechinyere. Depoimento. In: MACIEL, Edgar. **CEERT**. Na Nigéria, ela foi atacada pelo Boko Haram por ser cristã. No Brasil, é discriminada por ser refugiada. São Paulo: 2016. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/politica-no-brasil/12120/na-nigeria-ela-foi-atacada-pelo-boko-haram-por-ser-crista-no-brasil-e-discriminada-por-ser-refugiada>. Acesso em: 14 mai. 2020.

KALAMBAY, Prudence. Travessia de mulheres: Prudence Kalambay para Toto Omeyaka, na RDC. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (11min16s). Publicado pelo Canal Blog Somos Migrantes. Projeto Vídeo-Cartas: Conexões Migrantes. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=r_jbXQb0sXA. Acesso em: 29 jan. 2020.

KATUMBA, Jean. Depoimento. In: CASTRO, Ana Paula; RIBEIRO, Rahaela; OLIVEIRA, Caio; VILELA, Isabella. Brasil, país acolhedor? **PluraLab**. 2020. Disponível em: <https://medium.com/@pluralab/brasil-pa%C3%ADs-acolhedor-60349e760f66>. Acesso em: 09 fev. 2021.

KANAAN, Cel; TÁSSIO, Maj; SIDMAR, 2º Ten. As ações do exército brasileiro na ajuda humanitária aos imigrantes venezuelanos. In: BAENINGER, Rosana; SILVA; João Carlos Jaroshinski (coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de estudos de população “Elza Berquó” – Nepo/ Unicamp, 2018.

KAUFFER M., Edith Françoise. Refugiados y fronteras: las ambigüedades de una relación imprescindible. **Foro Internacional**, Vol. 37, No. 4 (150). (Oct. - Dec., 1997), p. 734-758.

KAUR, Rupí. **O que o sol faz com as flores**. Trad. Ana Guadalupe. São Paulo: Planeta Brasil, 2018. Ebook.

KEELEY, Brian. **Les migrations internationales: le visage human de la mondialisation**. Paris: Éditions OCDE, 2009.

KRALICH, Susana; BENEDETTI, Alejandro; SALIZZI, Esteban. Aglomeraciones transfronterizas y movilidad: una aproximación desde casos sudamericanos. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n 38, maio, 2012. p. 111-136.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Trad. Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KYMLICKA, Will. **Multicultural citizenship: a liberal theory of minority rights**. New York: Oxford University Press, 1995.

LACAN, Jacques. **A família**. 2. ed. Trad. Brigitte Cardoso e Cunha, Ana Paula dos Santos e Graça Lamas. Lisboa: Assirio & Alvim, 1981.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. Trad. Maria Cecília França. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

LANG, Richard. The dwelling door: towards a phenomenology of transition. In: SEAMON, D.; MUGERAUER, R. (Org.) **Dwelling, place and environment: towards a phenomenology of person and world**. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1985, p. 201-214.

LECHNER, Elsa. Imigração e saúde mental: o sofrimento dos migrantes e o encontro de ordens simbólicas. **PsiLogos**, Revista do Serviço de Psiquiatria do Hospital Fernando Fonseca, v. 2, nº 2, p. 15-18, 2005.

LEVITT, Peggy; SCHILLER, Nina Glick. Perspectivas internacionales sobre migración: conceptualizar la simultaneidad. Trad. Luís Rodolfo Morán. **Migración y desarrollo**, v. 3, segundo semestre, 2004. p. 60-91.

LOMBE, Margaret; MUFUNDE, Chiedza; MABIKE, Harriet. African immigrant and refugee children and families. In: DETTLAFF, A.; FONG, R. (ed.). **Immigrant and refugee children and families: culturally responsive practice**. New York: Columbia University Press, 2016. p. 214-246.

LOWENTHAL, David. European and English Landscapes as National Symbols. In: HOOSON, David (ed.). **Geography and national identity**. Oxford, UK; Cambridge, USA: Blackwell publishers, 1994.

MACHADO, Lia O.; RIBEIRO, Letícia P.; MONTEIRO, Licio C. R. Geopolítica fragmentada: interações transfronteiriças entre o Acre (BR), o Peru e a Bolívia. **Cuadernos de Geografía**, Revista Colombiana de Geografía, Vol. 23, n. 2, p. 15-30, jul.-dic. de 2014.

MACHADO, Lia Osório. **Cidades na fronteira internacional**: conceitos e tipologia. In: II CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DESENVOLVIMENTO URBANO EM CIDADES DE FRONTEIRA. Foz do Iguaçu, 2007. Anais da II Conferência Internacional Desenvolvimento Urbano em Cidades de Fronteira. Curitiba: IAB-Paraná, 2007. p. 55-69.

MAMAN, Jeannette. Antonios. **Fenomenologia existencial do Direito**: crítica do pensamento jurídico brasileiro. São Paulo: EDIPRO, 2000.

MAMAN, Jeannette. Antonios. O fenômeno jurídico como objeto de uma ontologia fundamental. **Revista Da Faculdade De Direito**, Universidade De São Paulo, 94, 1999, p. 325-337.

MAMO, Maha; OLIVEIRA, Darcio. **Maha Mamo**: A luta de uma apátrida pelo direito de existir. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2020. Ebook.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. “O erro de Heidegger”: do Estado-nação ao lugar como habitar poético. **GeoTextos**, vol. 16, n. 2, p. 199-225, dezembro 2020.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (orgs.). **Qual o espaço do lugar?**: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 227 a 247.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. Heidegger e o pensamento fenomenológico em Geografia: sobre os modos geográficos de existência. **Geografia**, Rio Claro, v. 37, n. 1, p. 81-94, jan./abr. 2012.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. Da existência e da experiência: origens de um pensar e de um fazer, Belo Horizonte, **Caderno de Geografia**, vol. 15, n. 24, 2005, p. 49-67.

MARTÍNEZ, M.I.V.; MEDÍNA, L.A.S.; ARBELÁEZ, A.M.J. **Rostros del miedo**: uma investigación sobre los miedos sociales urbanos. Medellín: Corporación Región, 2003.

MARTÍNEZ VÁZQUEZ, Andrea. **Migration**: A Heideggerian analysis. 2013. 159 f. Tese (Doutorado em Filosofia). Department of Philosophy, University College Cork, Cork, 2013.

MARTINS, Elisa. Refugiados revelam drama para trazer parentes para o Brasil. **Jornal O Globo** [online], 13 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/refugiados-revelam-drama-para-trazer-parentes-para-brasil-24306063>. Acesso em: 14 jul. 2020.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2 d. São Paulo: Contexto, 2019.

MARTINS, José de Souza. A vida privada no Brasil nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, F. A. (coord.); SCHWARCZ, L. M. (org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Trad. Hilda Pareto Maciel. Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2008.

MAYADA. Mayada: Vidas Refugiadas. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (2min26s). Publicado pelo Canal Vidas Refugiadas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qXxdUpin4RE&t=2s>. Acesso em: 03 fev. 2021.

MAZZELLA, Sylvie. **Sociologie des migrations**. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes & Ensaios**. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, nº 32, dezembro de 2016.

MELLO, Patrícia Campos. Polícia invade abrigo de refugiados e detém freira em Roraima. São Paulo: **Folha de São Paulo** [online], 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/03/policia-invade-abrigo-de-refugiados-e-detem-freira-em-roraima.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa. Acesso em: 25 mar. 2021.

MENDES, Edleise. O conceito de língua em perspectiva histórica: reflexos no ensino e na formação de professores de português. In: LOBO, Tânia *et al.* **Linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MENDES, José Sacchetta Ramos; MENEZES, Fábio Bensabath Bezerra de. Política migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: “perigo estrangeiro” e retorno à ideologia de segurança nacional. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador, n. 247, mai./ago., p. 302-321, 2019.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde** — Manguinhos, IV (3), p. 513-531, nov. 1997.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume, 2012.

MONIZ, Fábio F.S. **Dicionário de Latim – Português**. 2. ed. Porto, Portugal: Porto Editora, 2001.

MOTA, Fábio Reis. **Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?: demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOYA, Jobana. Lives Suyan. [S. l.: s. n.], 22 fev. 2021. Facebook: Colectiva Suyan. Disponível em:

<https://www.facebook.com/103879795028528/videos/1028332477654720>. Acesso em: 04 mar. 2021.

NAIL, Thomas. **Theory of the border**. New York, NY: Oxford University Press, 2016.

NARANJO GIRALDO, Gloria. **Políticas del disenso y luchas migrantes: una aproximación a las prácticas emergentes de ciudadanía transfronterizas**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2016.

NARANJO GIRALDO, Gloria. El nexa migración-desplazamiento-asilo en el orden fronterizo de las cosas: una propuesta analítica. **Estudios Políticos**, 47, Instituto de Estudios Políticos, Universidad de Antioquia, 2015. p. 265-284.

NARANJO GIRALDO, Gloria; AGUDELO, Jaime Andres P.; GALEANO, Deicy Hurtado. Experiencias de ciudadanía en las fronteras de la ciudad: hacia una gramática moral de la política. **Territórios**, enero, n. 007, Universidad de los Andes, Bogotá, Colômbia, p.43-63, 2002.

NASCIMENTO, Mariângela. Um muro chamado soberania nacional. **Teoria e debate**, edição 181, fev. 2019. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2019/02/05/um-muro-chamado-soberania-nacional/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

NGUYEN, Viet Thanh. Introduction. In: NGUYEN, Viet Thanh (ed). **The Displaced: Refugee Writers on Refugee Lives**. New York, NY: Abrams Press, 2018. Ebook.

OAKESHOTT, Michael. **Conservadorismo**. Trad. Andre Bezamat. Belo Horizonte: Âyiné, 2016. Ebook.

O ASSUNTO #200: A síria que escapou da guerra e morreu de Covid. Entrevistado: Abdulbaset Jarour. Entrevistadora: Renata Lo Prete. **O assunto**, 01 jun. 2020. Podcast. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2020/06/01/o-assunto-200-a-siria-que-escapou-da-guerra-e-morreu-de-covid.ghtml>. Acesso em: 06 mar. 2021.

OIM. **Glossário sobre migração**. Genebra: OIM, 2009. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Plurilinguismo no Brasil**. Brasília: UNESCO; IPOL, 2008.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/por.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.

ONU. **Protocolo de 1967 relativo ao estatuto dos refugiados**, de 31 de janeiro de 1967. Nova Iorque. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

ONU. **Convenção relativa ao estatuto dos refugiados de 1951**, de 28 de julho de 1951. Genebra. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 06 jul. 2018.

OSLENDER, Ulrich. Terror y geografía: examinar múltiples espacialidades em un mundo “aterrorizado”. **Clepsidra**. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria. v. 5, n. 9, p. 68-85, 2018.

OSLENDER, Ulrich. Spaces of terror and fear on Colombia's Pacific Coast. In: DEREK, Gregory; PRED, Allan. **Violent geographies: fear, terror, and political violence**. New York; London: Routledge, 2007.

PADURA, Leonardo. A maldita circunstância de água por todo lado. In: CAMPOS MELLO, Patrícia et al. **Fronteiras: territórios da literatura e da geopolítica**. Porto Alegre; São Paulo: Litercultura, 2019. Ebook.

PARA Sama. Direção: Waad al-Kateab, Edward Watts. Reino Unido; Síria. 2019. 100 min.

PARISI, Padre Paolo. Acolhimento com dignidade à população migratória. [Salvador], 2021. Palestra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GFOo23FI3EY>. Acesso em: 06 mar. 2021.

PASQUA, Hervé. **Introdução à leitura do Ser e Tempo de Martin Heidegger**. Trad. Joana Chaves. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

PELBART, Peter Pál. Por uma arte de instaurar modos de existência que “não existem”. In: 31ª BIENAL DE SÃO PAULO. Como pensar sobre coisas que não existem (catálogo). São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2014. p. 250-265.

PESSOA, Maria do Socorro. Concepções de Linguagem e Políticas Lingüístico-Culturais: aproximações e / ou afastamentos na Educação Linguística. **Revista da Universidade de Aveiro** (Letras), v. 5, p. 1-34, 2007.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina**. In: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Movimientos sociales y conflictos en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2003. p.141-150.

PÓVOA NETO, Helion. Barreiras físicas como dispositivos de polícia migratória na atualidade. In: FERREIRA, Ademir Pacelli *et al.* **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 491-520.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CLÍMACO, Danilo Assis. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 285-327.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Eduardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMÓN, Paula. **Mãe Pátria: a desintegração de uma família na Venezuela em colapso**. Trad. Paulina Wacht e Ari Roitman. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

RATZEL, Friedrich. O Solo, a Sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 2, p. 93-101, 2011.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (org.).

Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RELPH, Edward. Geographical experiences and being-in-the-world: The phenomenological origins of geography. In: SEAMON, D.; MUGERAUER, R. (ed.). **Dwelling, place and environment:** towards a phenomenology of person and world. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1985.

RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.

RIAÑO-ALCALÁ, Pilar. Trayectos y escenarios del miedo y las memorias de las personas refugiadas y desplazadas internas. In: VILLA M., M. I.; RIAÑO-ALCALÁ, Pilar (org.). **Poniendo tierra de por medio:** Migración forzada de colombianos en Colombia, Ecuador y Canadá. Medellín: Corporación Región - The University of British Columbia. 2008.

RIEZLER, Kurt. **Psicología social del miedo.** Trad. Nora R. De Cortasa. Revista Centro, n. 14, p.102-118, 1959.

ROBINSON, Cabeiri deBergh. **Body of Victim, Body of Warrior:** Refugee Families and the Making of Kashmiri Jihadists. Los Angeles: The Regents of the University of California, 2013.

ROBINSON, Vaughan ; SEGROTT, Jeremy. **Understanding the Decision Making of Asylum Seekers.** London: Home Office Research, Development and Statistics Directorate, 2002.

RODRÍGUEZ, Juan Carlos Arriaga. El concepto frontera en la geografía humana. **Perspectiva Geográfica**, v. 17. p. 72-96, 2012.

ROLLEMBERG, Denise. Quando o real escapa pelos horizontes: exilados, estrangeiros, apátridas. In: PÓVOA NETO, Hélión; FERREIRA, Ademir Pacelli. **Cruzando fronteiras disciplinares:** um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 211-229.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social.** Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2007.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SAFATLE, Vladimir. **Medo, esperança, desamparo**: por uma política dos afetos. [Salvador], 2016. Palestra. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19081>. Acesso em: 21 jan. 2021.

SAFATLE, Vladimir. **Lacan**. São Paulo: Publifolha, 2007.

SAID, Edward W. **Fora do lugar**: memórias. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Ebook.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Aline Lima; ROSSINI, Rosa Ester. Reflexões geográficas sobre migrações, desenvolvimento e gênero no Brasil. IN: BAENINGER, Rosana [et al] (org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”. Nepo/Unicamp, 2018. p. 277-295.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARAMAGO, Ligia. Como Ponta de Lança: o pensamento do lugar em Heidegger. In: MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de (org.). **Qual o espaço do lugar?**: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SARAMAGO, Ligia. **A “topologia do ser”**: lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2008.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: Brutalidade e complexidade na economia global. Trad. Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

SAYAD, A. **La Double absence**: des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré. Paris: Seuil, 1999.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCEGO, Igiaba. Viajantes. In: CAMPOS MELLO, Patrícia *et al.* **Fronteiras**: territórios da literatura e da geopolítica. Porto Alegre; São Paulo: Litercultura, 2019. Ebook.

SCEGO, Igiaba. **Minha casa é onde estou**. Trad. Francesca Cricelli. São Paulo, Editora Nós, 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org.). **Redes, sociedades e territórios**. 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021. p. 31-52.

SCHMIDT, Lawrence K. **Hermenêutica** (Coleção Pensamento Moderno). Trad. Fábio Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012. Ebook.

SERPA, Angelo. Uma Geografia que se pratica no dia a dia. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 11, p. 437-449, 2020.

SERPA, Angelo. **Por uma geografia dos espaços vividos**: geografia e fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

SERPA, Angelo. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. In: **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, p. 586-600, 2017.

SEYFERTH, Giralda. A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais. **BIB**: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais, n. 41, p. 7-48, 1996.

SHIRE, Warsan. Conversations about home (at the Deportation Center). In: SHIRE, Warsan. **Our man do not belong to us**. Sleepy Hollow, NY: Slapering Hol Press, 2014.

SILVIE. Depoimento. In: 6º SEMINÁRIO VOZES E OLHARES CRUZADOS: FAMÍLIA E EDUCAÇÃO. Missão Paz: São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/813765915386982/videos/2643191435758116>>. Acesso em 28 out. 2019.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Beyond Abyssal Thinking: From Global Lines to Ecologies of Knowledges. **Review**, v. 30, n. 1, p. 45-89, 2007.

SOUZA SANTOS, Boaventura. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Novos estudos CEBRAP**, n. 66, p. 23-52, jul. 2003. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/81691/1/Entre%20Prospero%20e%20Caliban_colonialismo%2C%20pos-colonialismo%20e%20inter-identidade.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. Trad. Christina Cabo. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

TOWNSEND, Jacob; OOMEN, Christel. **Before the boat**: Understanding the migrant journey. Brussels: Migration Policy Institute Europe, 2015.

TRIDAPALLI, Cezar. Apresentação. In: CAMPOS MELLO, Patrícia et al. **Fronteiras**: territórios da literatura e da geopolítica. Porto Alegre; São Paulo: Litercultura, 2019. Ebook.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

UN, United Nations. **World Population Prospects**. Department of Economic and Social Affairs. 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/DataQuery/>. Acesso em: 25 set. 2020.

UN. Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration. 2018. Disponível em: <http://undocs.org/en/A/CONF.231/3>. Acesso em: 13 fev. 2022.

VAINER, Carlos Bernardo. Os refugiados do desenvolvimento também têm direitos humanos? In: FERREIRA, Ademir Pacelli *et al.* **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 475-490.

VAN HEAR, Nicholas. 'I went as far as my money would take me': conflict, forced migration and class. In: CREPEAU, F. *et al.* **Forced migration and global processes: a view from forced migration studies**. Lanham MA: Lexington/ Rowman and Littlefield, 2006. p. 125-158.

VARGAS, Fábio Aristimunho. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: FUNAG, 2017.

VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. **Border Politics: The limits of sovereign power**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

VAZ, Caroline Bulhões Nunes. **I Seminário de Investigação Geográfica Bahia - Lisboa** (Mesa 2). 15 de setembro de 2021, evento online. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2b8TN4ed8mo&t=8162s>. Acesso em 12 fev. 2022.

VEDOVATO, Luís Renato. Direito das Migrações nos Tribunais: a aplicação da nova lei de migração brasileira diante da mobilidade internacional. [Salvador], 2021. Palestra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=88G-QhRB2dc&list=PLSIGD7-rHf2VxAfIFmzm1U8YHxLsJD3kp&index=18>. Acesso em: 20 fev. 2021.

VELASCO. Soledad Álvarez. La migración indocumentada: entre imágenes de guerra y la invisibilidad. In: AQUINO, A.; VARELA A.; DÉCOSSE, F. (Coord.). **Desafiando fronteras: Control de la movilidad y experiencias migratorias en el contexto capitalista**. Oaxaca: Sur+ ediciones, 2013. p. 95-109.

VERONEZI, Rodrigo. Justiça barra deportações de venezuelanos em Roraima e novas invasões de abrigos. **Blog MigraMundo**. 2021. Disponível em: <https://migramundo.com/justica-barra-deportacoes-de-venezuelanos-em-roraima-e-novas-invasoes-a-abrigos/>. Acesso em 25 mar. 2021.

VEYRET, Yvette. **Os riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. Trad. Dilson Ferreira da Cruz. Sao Paulo: contexto, 2007.

VILLA, Marta Inés. Desplazamiento forzado en Colombia. El miedo: un eje transversal del éxodo y de la lucha por la ciudadanía. **Revista Controversia**, n. 187, p. 11-45, 2006.

WALDELY, Aryadne Bittencourt. **Narrativas da “vida em fuga”**: a construção político jurídica da condição de refugiado no Brasil. 157 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

WALDENFELS, Bernhard. Experience of the Alien in Husserl's Phenomenology. **Research in Phenomenology**, Atlantic Highlands, v. 20, p. 19 -33, jan. 1990.

WILDNER, Ir. Marlene. Ação sócio-pastoral das irmãs mscs na fronteira república democrática do congo/angola. **REMHU** - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 259-263, jan./jun. 2015. www. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880004416>.

WIMMER, Andreas; SCHILLER, Nina Glick. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. **Global Networks**. v. 2, n. 4, 2002, p. 301–334.

XIMENES, Rafson Saraiva. **O papel da Defensoria do estado na defesa dos direitos do migrantes e refugiados**. [Salvador], 2021. Palestra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hSg5SGQrAd0>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ZAMORA, Javier. Citizenship. In: ZAMORA, Javier. **Unaccompanied**. Port Townsend, Washington: Copper Canyon Press, 2017. Ebook.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. Trad. Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo 2014.